Inteligência artificial
Uso de IA já é realidade na otimização e digitalização de processos da Multiplan

Ranking S&P
Multiplan é a única do setor a obter rating 'positivo' da agência de riscos de créditos

Acesso Multi
Inédito: entrada sem cancela nos shoppings Multiplan melhora experiência dos clientes

Quinta-feira, 11 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5978 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CONTEÚDO PATROCINADO POR
Multiplan chega aos 50 anos com marca da inovação e lucro recorde

R$ 17 bilhões Companhia é a maior empresa imobiliária em valor de mercado da Bolsa de Valores

São Paulo

Em 1974, a criação da Multiplan revolucionou o mercado de shoppings, ao reunir no mesmo espaço comércio, lazer e serviços. A partir da experiência com a Veplan, referência no setor de incorporação, apostou no varejo, proporcionou novas experiências aos clientes e tornou-se vetor de crescimento e transformação do entorno dos empreendimentos.

Agora, a Multiplan chega aos 50 anos com resultados grandiosos: em 2023, atingiu o lucro recorde de R$ 1 bilhão. As vendas chegaram a R$ 21,9 bilhões. É a maior empresa imobiliária em valor de mercado na B3: valendo R$ 17 bilhões em 31 de dezembro de 2023. O plano de crescimento é focar nos ativos e qualificar ainda mais o portfólio: a expansão de sete shoppings, três deles já em execução, terá um investimento de R$ 1,5 bilhão.

"A especialidade da Multiplan é transformar o desejo do consumidor em realidade"
EDUARDO K. PERES
Presidente da Multiplan

Compras, serviços e diversão: o mix ideal

Rio de Janeiro

Além de compras e serviços, o cliente quer experiências, conveniências e memórias. Em 2023, os shoppings Multiplan realizaram o número recorde de 1.071 eventos. É um novo conceito de relacionamento que traz outras novidades, como o Multiplan Hall, espaços que concentram arte, música, entretenimento e negócios. Também no ano passado os shoppings registraram a maior atividade comercial, com 584 novas lojas e turnover de mais de 80 mil metros quadrados.

Bairro privativo de alto padrão no Sul

Porto Alegre

A Multiplan está à frente da construção do Golden Lake, primeiro bairro privativo de luxo de Porto Alegre. Localizado às margens do Rio Guaíba, terá 18 torres, divididas em sete condomínios fechados interligados a um inédito complexo de esportes, lazer e natureza, com lago de águas cristalinas.

Programa de Escolarização é ampliado

Rio de Janeiro

Considerado a grande bandeira social da Multiplan, o Programa de Escolarização está sendo expandido a todos os shoppings. O objetivo é levar educação básica gratuita a colaboradores e lojistas. Ao final do curso, os alunos recebem diploma do Ensino Médio, reconhecido pelo Ministério da Educação.

Destaques

- **20** shoppings
- **2** complexos de torres corporativas
- **200 milhões** de visitas por ano
- **6 mil** lojas
- **47 mil** investidores**
- **50 milhões** de veículos*
- **R$ 22 bilhões** em vendas*
- **80 mil** empregos gerados

(*) 2023 (**) MAR/24

Ilustração do futuro rooftop gourmet, no MorumbiShopping (SP), que incluirá oito restaurantes, espaço aberto e alta gastronomia

Rooftop gourmet será nova atração do MorumbiShopping

São Paulo

Seguindo a estratégia de crescimento que busca qualificar ainda mais o portfólio de empreendimentos, a Multiplan iniciou a sexta expansão do MorumbiShopping, sucesso comercial que mudou a paisagem do entorno desde a inauguração, em 1982, e hoje tem a maior venda por metro quadrado entre todos os shoppings da companhia.

Um rooftop com área gourmet, que inclui oito restaurantes, espaço aberto e gastronomia de alta qualidade, está entre as grandes novidades. O local receberá luz natural, design moderno e tem proposta de funcionar como um "refúgio multissensorial" para os visitantes.

Com um investimento de R$ 233 milhões, a expansão trará ainda, 40 novas lojas. A arquitetura terá amplas áreas verdes, lounges e utilização de materiais de alto desempenho, que garantem os princípios de sustentabilidade.

Viva Barigui melhora entorno do shopping

Ilustração expansão ParkShoppingBarigüi (PR): Projeto Viva Barigui

Curitiba

Com um investimento de R$ 400 milhões, a expansão do ParkShoppingBarigüi, em Curitiba, levará muito verde e luz natural para dentro do shopping. O propósito da Multiplan de interação com o entorno está presente no Viva Barigui, projeto que requalifica as margens do Rio Barigui e interliga o shopping com o Parque Barigui, com trilhas e ciclovias na mata. Outro destaque é a inauguração do centro médico, com 25 especialidades, corpo clínico especializado e tecnologia de ponta.

Com ampliação, DiamondMall (MG) ganhará 38 novas operações, em uma arquitetura contemporânea, que valoriza a luz natural

DiamondMall ganha sofisticação em estrutura moderna e aconchegante

Belo Horizonte

Luxo, sofisticação, moda, estilo de vida e gastronomia se encontram no DiamondMall, localizado em uma das regiões mais nobres de Belo Horizonte. A ampliação do shopping, atualmente em curso, criará mais um piso, com 38 novas operações nacionais e internacionais, em um espaço de mais de 5 mil metros quadrados, melhorando a experiência do cliente.

O shopping também passa por revitalização, com reforma do estacionamento e nova estação para carregamento de veículos elétricos e híbridos, além de troca da claraboia. A estrutura moderna e aconchegante, com arquitetura contemporânea, que privilegia a luz natural, proporcionará mais comodidade, praticidade e bem-estar aos visitantes. Inaugurado em 1996, o shopping passa pela segunda expansão.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

A GENTE FAZ DE TUDO PRA QUE VOCÊ VIVA A MAGIA DE CADA MOMENTO.
50 ANOS
Multiplan
BETC HAVAS
Para nós, fazer as pessoas felizes é algo mágico. Por isso, a Multiplan está sempre investindo para transformar sonhos em realidade. A nossa principal missão é surpreender e encantar as pessoas todos os dias.
Há meio século, somos referência no desenvolvimento de shoppings e empreendimentos imobiliários. Nossos projetos inovadores transformam a vida das pessoas, com serviços, conveniência, cultura, entretenimento e muito mais. Que nos próximos 50 anos você viva momentos ainda mais mágicos com a gente.
ASSISTA À CAMPANHA
E SINTA ESSA EMOÇÃO.

Petrobras
'Urgência da privatização tem a ver com a transição energética global', diz Marcelo Mesquita B5

Tributação
Receita passa a cobrar IR sobre ganho de capital na doação de recursos de fundos fechados de investimento E1

Indústria automobilística
BMW passa a produzir o X5 híbrido plug-in em Araquari (SC) a partir do 4º trimestre B4

Quinta-feira, 11 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5978 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Comércio ilegal de agrotóxicos dispara sinal de alerta no governo e na indústria

Agricultura No ano passado, a Polícia Federal apreendeu 575 toneladas de defensivos agrícolas ilícitos, quase 180% mais que as 207 toneladas de 2022

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O mercado de defensivos agrícolas ilegais tem preocupado autoridades no país. No ano passado, a Polícia Federal apreendeu 575 toneladas de agrotóxicos ilegais, quase 180% mais que as 207 toneladas de 2022. Segundo o Ministério da Agricultura, a pasta apreendeu 422,9 toneladas em 2023. A Polícia Rodoviária Federal, por sua vez, reteve 195,7 toneladas em estradas federais no ano passado e, em janeiro e fevereiro, barrou mais 6,5 toneladas.

A indústria química calcula que a fatia atendida por produtos ilícitos gira em torno de 20% a 25%. A estimativa se baseia em dados de 2021 e significavam naquele ano entre US$ 2,9 bilhões e US$ 3,7 bilhões. Os números são da CropLife Brasil, que reúne empresas de defensivos, sementes, biotecnologia e produtos biológicos, e tem entre suas associadas Basf, Bayer e Syngenta.

No ano passado, a nova Lei dos Agrotóxicos tornou mais dura a punição para negócios ilícitos com esses produtos — com penas de 3 a 9 anos de prisão. As apreensões incluem o Paraquate — banido do Brasil e associado à doença de Parkinson em pessoas que o manuseiam. Boa parte dos agrotóxicos ilegais que ingressam no país vem do Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina, que têm regulações menos rigorosas sobre defensivos. Os ingredientes ativos são geralmente importados da China e Índia.

Segundo fontes do setor e autoridades, o comércio desses produtos tem como atrativo o preço inferior aos dos defensivos produzidos e vendidos dentro dos padrões da nova lei, de 2023. Outro ponto é a possibilidade de comercializar no Brasil itens com concentrações superiores às consideradas seguras. Um exemplo é o benzoato, inseticida autorizado emergencialmente no país com concentração de 5%, mas que pode ser encontrado no Paraguai em concentrações que chegam a 90%.

O problema é mundial, diz Nilto Mendes, da CropLife. "O Brasil sofre bastante por ser um grande produtor agrícola." Para Luciano Barros, do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras, é preciso conscientizar produtores sobre a importância da origem dos defensivos. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil não se manifestou. **Página B8**

Inflação nos EUA surpreende e mercados registram perdas

Victor Rezende, Augusto Decker, Gabriel Roca, Eduardo Magossi e Roberta Costa
De São Paulo

O resultado pior que o esperado do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) nos EUA sacudiu os mercados ontem. Wall Street fechou com perdas generalizadas, enquanto as taxas dos Treasuries registraram alta expressiva. Se a inflação americana segue forte, deve demorar ainda mais para o Federal Reserve iniciar o aguardado ciclo de corte de juros. O dólar foi pressionado no mundo todo. Por aqui, subiu para R$ 5,077, maior nível desde outubro. Os números positivos do IPCA de março acabaram em segundo plano. O Ibovespa caiu 1,4% e os juros futuros dispararam. "Após um dado como esse [CPI], o mercado começa a refazer as contas. O comportamento dos ativos mostra essa reprecificação do cenário", diz Erminio Lucci, da BGC Liquidez. **Página C1**

Câmara mantém prisão de Brazão

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara manteve a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco em 2018, que também vitimou o motorista Anderson Gomes. Foram 277 votos para manter a prisão, 129 pela soltura e 28 abstenções. Ele também será julgado pelo Conselho de Ética da Casa, com pedidos para que perca o mandato. Para que a prisão fosse mantida, o apoio mínimo necessário era de 257 deputados. Mais cedo, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o placar também foi favorável à continuidade da prisão. **Página A11**

Parceria

GABRIEL REIS/VALOR

Participando pela primeira vez como parceiro privilegiado no G20, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) vai apoiar o Brasil nas agendas de mudança climática e redução das desigualdades, afirma o negociador da entidade, Charaf Ahmimed. Página A16

IPCA tem alívio, mas serviços inspiram cautela

Sergio Lamucci, Marcelo Osakabe, Luiz Fernando Figliali e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

O IPCA de março trouxe várias boas notícias sobre o comportamento da inflação, embora o resultado dos serviços mais sensíveis à demanda continue a inspirar alguma cautela. O indicador subiu 0,16%, abaixo do consenso de 0,24%, com desaceleração significativa de alimentação no domicílio, preços administrados e bens industriais. O índice de difusão, que mostra o percentual de itens em alta no mês, ficou em 55,7%, abaixo dos 57% de fevereiro e dos 59,95% de março do ano passado, sinalizando inflação menos disseminada. Já os serviços que mais respondem à atividade seguem como ponto de atenção. Subiram 0,45% em março, próximo ao 0,44% de fevereiro, refletindo a força do mercado de trabalho. Em 12 meses, a alta do grupo passou de 4,89% para 4,99%. **Página A4**

Ação do crime organizado afeta a economia

De São Paulo

Operações do crime organizado para expandir suas atividades geram incerteza, insegurança jurídica e minam o ambiente de negócios e a economia, segundo especialistas. Um exemplo é a ação do grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC). Nesta semana, a facção foi alvo de operação policial para apurar sua participação em empresas de ônibus de São Paulo. De acordo com o Atlas da Violência, o Brasil gasta cerca de 5,9% do PIB por ano devido à violência e à criminalidade — o setor privado responde por 4,2%. **Página A6**

Projeção para déficit da Previdência piora

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo piorou as projeções para o déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende os trabalhadores do setor privado e uma parcela do setor público. A expectativa é que a necessidade de financiamento continue crescendo, saindo de 2,45% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano para 10,3% até 2100 — esse percentual equivale a um rombo de R$ 25,5 trilhões. Para este ano, o déficit projetado é de R$ 326,168 bilhões. Os dados fazem parte do Balanço Geral da União (BGU) de 2023, divulgado pelo Tesouro Nacional.

No ano passado, a projeção era um déficit de 2,2% do PIB em 2024, ficando estável até 2029 e passando a crescer gradualmente a partir de 2030, até chegar a 10,2% do PIB em 2100. Os dados do BGU mostram, ainda, que o problema para o financiamento da Previdência está tanto do lado das receitas quanto das despesas. **Página A7**

Mortes por dengue batem recorde no país

Luiz Fernando Figliagi e Rafael Vazquez
De São Paulo e Oxford

O Brasil ultrapassou ontem a marca de 3 milhões de casos de dengue em 2024, segundo dados do Ministério da Saúde, com 3.062.181 registros (confirmados e em investigação). Além disso, em menos de quatro meses, teve o maior número de mortes pela doença em um único ano, com 1.256 óbitos confirmados. Até então, o recorde na série histórica iniciada em 2000 era de 1.179 mortes, registradas durante todo o ano passado.

Segundo Renato Kfouri, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (Sbim), a marca já era esperada. "A gente ruma para duas a três vezes mais casos do que registramos no ano passado", disse. Para ele, o importante agora é "qualificar a assistência" para reduzir o número de mortes, uma vez que, "no curto prazo, não vacinaremos muita gente". **Página A10**

Indicadores

Ibovespa	10/abr/24	-1,41 % R$ 23,6 bi
Selic (meta)	10/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	10/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	10/abr/24	5,0648/5,0654
Dólar comercial (mercado)	10/abr/24	5,0768/5,0774
Dólar turismo (mercado)	10/abr/24	5,1124/5,2924
Euro comercial (BC)	10/abr/24	5,4371/5,4397
Euro comercial (mercado)	10/abr/24	5,4542/5,4548
Euro turismo (mercado)	10/abr/24	5,5183/5,6983

Diversidade

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Great Place to Work divulgou ontem o resultado da 5ª edição do ranking "Melhores Empresas para Trabalhar - Listas Diversidade". Avanços ainda são mais lentos que o esperado, diz Mariana Belchior. Página B2

3G Capital zerou posição na Kraft Heinz

Adriana Mattos
De São Paulo

Após quase uma década na Kraft Heinz, ao lado do investidor Warren Buffett, os acionistas da 3G Capital — Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles — deixaram a companhia. Em nota, a Kraft Heinz confirmou que a gestora saiu do capital "inteiramente em 2023". A posição liquidada equivalia a 16,1%. Em 2015, o valor de mercado do grupo atingiu quase US$ 50 bilhões após a união da Kraft com a Heinz — ontem alcançou US$ 44 bilhões. **Página B1**

INÊS 249

Alerta sobre os riscos no comércio mundial

Assis Moreira

Em abril do ano passado, a Organização Mundial do Comércio (OMC) projetou crescimento de 1,7% das exportações e importações de mercadorias para 2023. Em outubro, rebaixou a expansão para apenas 0,8%. Mas o resultado foi bem pior: contração de 1,2% no comércio global em volume e queda de 5% em valor, com a inflação pesando fortemente na demanda de produtos manufaturados.

Agora, novas projeções apontam crescimento moderado do comércio internacional nos próximos dois anos, de 2,6% em 2024 e 3,3% em 2025. Com baixa da inflação e recuperação da renda real, o consumo cresce. Uma retomada da demanda em 2024 já aparece, com os índices de novas encomendas apontando melhora do comércio.

Mas, em conversa com a coluna, Coleman Nee, economista sênior da OMC e central na elaboração das estimativas, alerta que os riscos de degradação das exportações e importações são importantes. Os conflitos regionais, as tensões geopolíticas e incertezas envolvendo políticas econômicas pesam sobre as previsões. A tal ponto que a OMC avalia que na verdade o comércio em volume pode tanto aumentar 5,8% como cair -1,6% em 2024.

Para a OMC, os preços de produtos alimentares e de energia, por exemplo, podem voltar a ter fortes altas, ligadas às tensões geopolíticas. O preço do barril de petróleo Brent, referência no mercado internacional, já subiu mais de 20% desde meados de dezembro. Exportações de produtos automotivos e comércio varejista têm sido afetados pelas perturbações no canal de Suez, com atrasos e alta de custo de frete.

O protecionismo também ameaça minar a recuperação do comércio global em 2024 e 2025. O aumento das exportações da China no começo do ano tem elevado ameaças de barreiras por parte de vários parceiros. Para Nee, porém, essa alta das vendas chinesas está sendo superestimada, e diz que ela é focada no setor automotivo.

Novos dados do fluxo de exportações indicam "um certo grau" de mudança na composição do comércio internacional, "mas não dramática". "Estamos vendo sinais de um grau de fragmentação, mas nada parecido a uma reorientação total do comércio, não é como se subitamente o mundo estivesse rompendo em dois blocos", diz Nee.

Num exemplo de certa reorientação de exportações e importações em linha com posição geopolítica, desde o início da guerra na Ucrânia o comércio entre blocos hipotéticos compostos por países com posições políticas similares (baseado em votações nas Nações Unidas, etiquetados de Leste e Oeste) cresceu 4% mais lentamente que o comércio dentro desses blocos (*ver quadro*).

O comércio bilateral entre os Estados Unidos e a China, que bateu recorde em 2022, registrou em 2023 um crescimento 30% inferior ao das trocas desses dois países com o resto do mundo. Em 2023, o comércio mundial de bens intermediários (exceto combustíveis), que constitui um indicador da situação das cadeias globais de valor, diminuiu 6%.

O fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IED) está também tomando mais o rumo de países percebidos como amigos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou fluxos para economias emergentes e em desenvolvimento substancialmente menores para parceiros geograficamente mais distantes. Isso é mais evidente em setores estratégicos como semicondutores, equipamentos de telecomunicações, equipamentos para a transição verde, ingredientes farmacêuticos e minerais críticos.

A fragmentação aparece igualmente no comércio de serviços: os EUA aumentaram as importações de serviços ligados às tecnologias de informação e comunicação (TIC) procedentes do vizinho Canadá, e diminuíram as compras na Ásia, principalmente na Índia.

Para o Brasil, agora 24º maior exportador mundial de mercadorias, com ganho de duas posições em relação a 2022, as projeções globais da OMC são importantes, pela sinalização de onde a demanda pode crescer. Nee diz esperar um forte crescimento do volume de importações na Ásia (5,6%) e na África (4,4%) e estabilização na Europa depois da forte queda do ano passado. A expectativa é de firme demanda por commodities em quantidade, se o crescimento moderado da Ásia se concretizar. A OMC não entra na questão de preços.

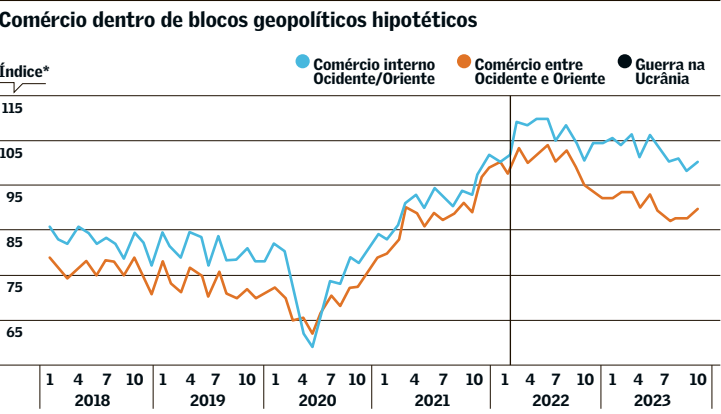
No geral, para Coleman Nee o comércio mundial tende nos próximos dois anos a ser bem mais volátil, com mais flutuações. Se tivermos um choque geopolítico ou algo parecido, isso pode ter grande impacto no comércio, diz ele.

As novas projeções da OMC coincidem com declarações esta semana do chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, de que um conflito militar em grande escala na Europa "não é mais uma fantasia". Para Borrel, os europeus devem encontrar novas maneiras de se preparar financeiramente para uma guerra potencialmente mais ampla no continente. "Ela [a guerra] não vai começar amanhã, mas não podemos negar a realidade", disse ele.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

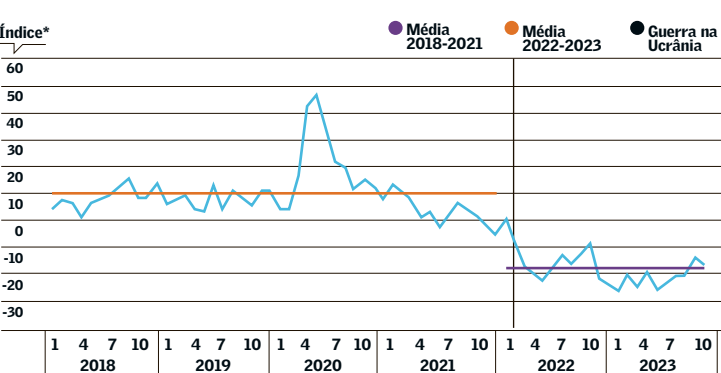
Trocas comerciais

Entre e intrablocos geopolíticas hipotéticos

Comércio dentro de blocos geopolíticos hipotéticos

Diferença entre comércio entre e intrablocos

Índice* — Média 2018-2021 — Média 2022-2023 — Guerra na Ucrânia

60, 50, 40, 30, 20, 10, 0, -10, -20, -30

1 4 7 10 — 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023

Fonte: OMC, Trade Data Monitor, * seguindo a metodologia Blanga-Gubbay e Rubinová (2023)

Ambiente Para especialistas, são necessários mais projetos que transformem o agronegócio, setor com um nível ainda muito elevado de emissões

Sistema financeiro mais ativo é crucial para agricultura sustentável

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Em um cenário em que a produção agrícola sustentável tem se tornado cada vez mais importante para conter os efeitos das mudanças climáticas, um limitador para o avanço destas práticas é a atuação ainda pouco expressiva do sistema financeiro. Em live promovida na quarta-feira pelo **Valor** com a JBS, o GFI Brasil e o Instituto Escolhas, o consenso foi de são necessários mais projetos e investimentos que auxiliem para uma transformação no agronegócio, setor que ainda contribui em nível elevado com as emissões de gases do efeito estufa.

"Temos que produzir mais com menos [área]. Por isso, tem que intensificar o uso de tecnologia, usar assistência técnica, ajudar o pequeno produtor, ter crédito para que ele possa contribuir com a cadeia de valor", disse o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni.

Segundo o executivo, é preciso priorizar investimentos em segurança alimentar e ações de fomento como o pagamento por serviços ambientais. "Estamos trazendo investidores internacionais interessados em fazer adiantamento do pagamento por serviço ambiental", citou Tomazoni, referindo-se a um trabalho do Fundo JBS pela Amazônia.

Ele acredita que, dando recursos aos produtores rurais, será possível acelerar o processo de redução nas emissões de gases do efeito estufa, por exemplo. Uma alternativa para o uso destes recursos pelo produtor é na adoção de integração entre lavoura, pecuária e floresta, em que as emissões do processo produtivo são mitigadas dentro da fazenda.

Mesmo com a adoção de práticas sustentáveis feitas por uma parcela dos agricultores e pecuaristas brasileiros, muitas atividades ligadas ao agronegócio ainda são grandes causadoras de emissões de gases do efeito estufa, avaliou a pesquisadora e gerente de portfólio do Instituto Escolhas, Jaqueline Ferreira.

"Cerca de 48% das emissões do país vêm de mudança no uso da terra, que está ligada diretamente ao setor agropecuário. A transformar área de vegetação natural, de florestas, em áreas agricultáveis e de pastagens", disse ela.

Há também casos de poluição da água e do solo com agentes químicos utilizados no processo produtivo, quando os defensivos não são utilizados corretamente.

"A agricultura é causadora desses impactos e, ao mesmo tempo, fica cada vez mais vulnerável a eles", disse. Isso porque o aumento das emissões é um dos fatores que desencadeiam extremos climáticos, gerando secas ou chuvas que têm poder para devastar a produção agrícola de determinada região, a depender da intensidade, e que estão cada vez mais frequentes. Sendo assim, "qualquer caminho para alcançar a meta climática passa pela transformação do setor agropecuário".

Tomazoni avaliou também que o próximo encontro da cúpula de líderes do G20 — grupo de grandes economias mundiais mais os blocos União Europeia e União Africana —, marcado para acontecer em novembro deste ano no Brasil, é uma oportunidade de usar a troca de conhecimentos para acelerar os processos de redução da pobreza e desigualdade no mundo. "O G20 e a COP30 [conferência do clima] colocam o Brasil em condição de protagonismo para propor questões práticas", afirmou o executivo.

> "Cerca de 48% das emissões do país vêm de mudança no uso da terra"
> *Jaqueline Ferreira*

Para o presidente do GFI Brasil, Gustavo Guadagnini, as decisões de onde serão alocados recursos relevantes para combater os efeitos das mudanças climáticas têm que vir de eventos como o G20 e a COP. Além disso, afirma, falta "o governo também olhar para isso e aumentar drasticamente o investimento para sistemas alimentares e tecnologias disruptivas para estes sistemas".

LEO PINHEIRO/VALOR

O jornalista Patrick Cruz, Jaqueline Ferreira, Gustavo Guadagnini e Gilberto Tomazoni: mais crédito para sustentabilidade

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Indicador sobe menos do que o esperado e mostra melhora disseminada, após dois meses de alta surpreendente

Inflação perde força em março e desfaz temores

Marcelo Osakabe, Luiz Fernando Figliali e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Após dois meses seguidos de inflação mais alta que o esperado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março trouxe alívio, desfazendo temores de que a dinâmica da inflação pudesse voltar a piorar.

O indicador oficial da inflação brasileira ficou em 0,16% em março, após alta de 0,83% em fevereiro. O dado veio abaixo da mediana das expectativas colhidas pelo Valor Data, de 0,24%, e perto do piso das projeções, que ia de 0,15% a 0,34%.

No acumulado em 12 meses, a inflação caiu a 3,93% em março, ante 4,50% em fevereiro. Já no acumulado do ano, a alta é de 1,42%.

Seis das nove classes de despesas registraram desaceleração na passagem do mês, com destaque para alimentação e bebidas (de 0,95% para 0,53%) e educação (de 4,98% para 0,14%). O primeiro respondeu por aproximadamente 70% da inflação cheia de março. Já o segundo refletiu o fim das pressões dos reajustes escolares.

Outro destaque de queda ficou no grupo transportes, que passou de 0,72% para -0,33%, fortemente influenciado por passagens aéreas, que caíram pelo terceiro mês seguido. "Pode estar relacionado ao fim desse período de férias, como redução dos preços de querosene de aviação no fim de 2023", afirmou André Filipe Guedes Almeida, gerente do IPCA no IBGE.

Do outro lado, vestuário e despesas pessoais mostraram aceleração dos preços.

Para analistas, os dados de março mostraram melhora disseminada e ajudam a afastar o risco de reaceleração dos preços.

"Dá certo conforto de que a piora da inflação do começo do ano tenha sido pontual, ou seja, não muda a tendência de inflação estável ou ligeiramente para baixo", avalia Vitor Martello, economista-chefe da Parcitas. "Para fins de política monetária, afasta cenários de cauda como o de que o BC possa interromper o ciclo de queda da Selic ainda nos dois dígitos."

"O que a gente observa agora em março é que esse repique inflacionário foi sazonal e vemos uma tendência de queda da inflação. Não só os dados cheios vieram melhores que o esperado, mas, quando fazemos uma leitura qualitativa dos dados, observamos uma abertura melhor e mais positiva", destaca a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória.

A média dos cinco núcleos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) monitorados pelo Banco Central caiu para 0,15% em março, de 0,50% em fevereiro, segundo cálculos da MCM Consultores. Já a taxa de difusão das altas de preços caiu de 57,0% para 55,7%.

> "Se os serviços não tiverem voltado, isso pode ser problema lá na frente"
> *Luis Otavio Leal*

Ela observa, contudo, que a dinâmica dos serviços segue como ponto de atenção.

"Os serviços subjacentes estão ali na casa de 0,45%, o que ainda é um patamar alto", diz Vitória. Após o dado, o banco deve baixar ligeiramente sua estimativa para o IPCA em 2024 de 3,80% para algo em torno de 3,70%.

Para o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otavio Leal, o patamar alto em que as leituras da inflação de serviços estacionaram pode atrapalhar o objetivo do BC de inflação de 3% no fim do ano.

"A grande pergunta é: se os serviços não desacelerarem, o que vai acontecer com a inflação quando esses bens industriais deixarem de ficar em 0,56%? Se os serviços não tiverem voltado, isso pode ser um problema lá na frente."

Nas contas de Martello, a inflação de serviços continua rodando em patamares condizentes com um fechamento de 2024 perto de 5%. Isso faria com que o IPCA cheio encerrasse o ano perto de 4%. "Com esses números, o BC não deveria levar a Selic para 9%, como aponta a mediana da pesquisa Focus, ressalta.

Outro alerta que Martello faz é para a dinâmica dos preços voláteis nos próximos meses. "Alguns preços de atacado sinalizam pressão para abril e maio, como alimentos e combustíveis. Por mais que a Petrobras não tenha repassado a alta do petróleo no exterior, já vemos pressão, por exemplo, no etanol. E sabemos que, quando alimentos e combustíveis sobem, dificilmente o IPCA cheio não acusa o mesmo", lembra.

Evolução dos preços
IPCA aponta desaceleração, mas serviços seguem acima da média geral

Fonte: IBGE

Serviços mais sensíveis à demanda ainda inspiram cautela

Análise

Sergio Lamucci
De São Paulo

O IPCA de março trouxe várias boas notícias sobre o comportamento da inflação, embora o resultado dos serviços mais sensíveis ao ciclo econômico tenha continuado a inspirar alguma cautela, num cenário de mercado de trabalho aquecido. No mês passado, o indicador subiu 0,16%, uma variação bem menor que o 0,83% de fevereiro, e abaixo do consenso dos analistas ouvidos pelo Valor Data, de 0,24%.

Houve desaceleração significativa de alimentação no domicílio, bens industriais e preços administrados, com núcleos comportados e uma inflação menos disseminada. Nos 12 meses até março, o IPCA passou a acumular alta de 3,93%, abaixo dos 4,5% até fevereiro. A meta deste ano é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

A média dos cinco núcleos acompanhados com atenção pelo Banco Central (BC) ficou em 0,15%, depois de ter subido 0,5% no mês anterior, de acordo com a MCM Consultores Associados. Medidas que buscam eliminar ou reduzir a influência dos itens mais voláteis, os núcleos tentam fornecer um retrato da inflação sem o peso dos choques mais fortes de preços. Em 12 meses, a média dos cinco passou de 4,01% para 3,79%.

O comportamento dos preços de alimentos em domicílio ajudou em março. O grupo teve alta de 0,59%, depois de subir 1,12% em fevereiro e ficar três meses acima de 1%, calcula a MCM. Não é uma variação pequena, mas confirma a perda de fôlego da inflação de produtos com grande peso na cesta de consumo dos mais pobres.

Os bens industriais, por sua vez, tiveram queda de 0,14% em março, após subirem 0,23% no mês anterior. Já os preços administrados (como gasolina e tarifas públicas), que haviam aumentado 0,88% em fevereiro, avançaram 0,25% no mês passado. A alta modesta da gasolina, de 0,21%, contribuiu bastante para esse movimento — no mês anterior, havia subido 2,93%.

Além disso, o índice de difusão, que mostra o percentual de itens em alta no mês, ficou em 55,7%, um número historicamente baixo, inferior aos 57,03% de fevereiro e 59,95% de março do ano passado. As contas são da MCM. Isso mostra uma inflação menos espalhada.

Como se vê, o IPCA de março trouxe várias notícias favoráveis sobre a inflação. O comportamento dos serviços mais sensíveis à demanda, porém, ainda é um ponto de atenção. O grupo que exclui turismo, serviços domésticos, cursos e comunicação subiu 0,45% em março, próximo ao 0,44% de fevereiro, refletindo a força do mercado de trabalho. Em 12 meses, a alta passou de 4,89% para 4,99%. Além disso, esses serviços mostraram variação de 5,7% na média anualizada dos últimos três meses, na série com ajuste sazonal, o mesmo número da média trimestral até fevereiro, nos cálculos da MCM. Os analistas gostam dessa métrica para acompanhar o comportamento da inflação no curto prazo, por suavizar a volatilidade das variações mensais.

O resultado do IPCA de março mostrou um quadro mais benigno para a inflação, compatível com mais cortes dos juros por parte do Banco Central (BC). O desempenho dos serviços que mais respondem à demanda, contudo, terá papel importante para definir até qual nível o BC vai levar a Selic, hoje em 10,75% ao ano. Se há alguns meses a aposta dominante era de queda até 9%, há atualmente mais economistas apostando no encerramento do ciclo de redução com a taxa em 9,5% ou até um pouco mais. Além da inflação de serviços, a expectativa de que os juros americanos poderão demorar mais para começar a cair também influencia essa visão mais cautelosa.

Renda do trabalho perde espaço no PIB

Lucianne Carneiro
Do Rio

A participação das remunerações do trabalho na economia atingiu 50%, em 2021, o menor nível da série histórica da pesquisa, iniciada em 2000, mostra estudo de Claudio Considera e Roberto Olinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). O índice, que estava em 55,5% em 2019, caiu para 53,1% em 2020 e chegou ao piso da série em 2021.

O estudo calcula a fatia dos rendimentos do trabalho sobre o valor adicionado do país, que é o Produto Interno Bruto (PIB) sem considerar os impostos. A parcela restante se refere à renda do capital. O cálculo mostra a chamada distribuição funcional da renda, uma primeira camada de análise sobre a repartição dos rendimentos, e que ajuda a avaliar a distribuição pessoal da renda, segundo os autores.

"Quanto maior a participação da remuneração do capital na renda do país, maior a tendência para que a distribuição pessoal da renda seja mais concentrada, já que o capital é fortemente concentrado em poucas mãos", afirmam.

Para Considera, o recuo nos anos de 2020 e 2021 está ligado às perdas provocadas pela pandemia no mercado de trabalho e não há tendência de redução dessa participação da renda do trabalho. "Essa queda de 2020 e 2021 não significa tendência de redução, mas uma questão específica da pandemia. A tendência é que volte a subir em 2022. Acho que deve continuar aumentando a participação do trabalho", afirma o economista, que é coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) da FGV IBRE e responsável pelo Monitor PIB-FGV.

Entre 2000 e 2021, a fatia dos rendimentos do pessoal ocupado na renda do país variou entre os 50% de 2021 e os 56,8% dos anos de 2015 e 2016, afetados pela recessão. Na média do período, o índice é de 53,8%. O desempenho em 2015 e 2016 reflete, segundo Considera, mais a redução do capital no período que o avanço do trabalho.

"Em geral, a gente pensa no desemprego da mão de obra numa recessão, mas o capital também é afetado porque fica parado. Há menos utilização de máquinas e equipamentos, por exemplo, menos turnos de produção nas fábricas... Esse índice mais alto de 2015 e 2016 tem mais a ver com a redução do uso do capital que com o aumento da renda do trabalho", explica.

O nível se manteve elevado nos anos de 2017 (56,5%), 2018 (55,8%) e 2019 (55,5%), até ser afetado pela crise sanitária. Considera explica que o impacto veio tanto da crise no mercado de trabalho — com perda de ocupação — quanto do próprio rendimento das pessoas que morreram por causa da covid. Estatísticas apontam para a morte de mais de 600 mil pessoas no Brasil nos dois primeiros anos da pandemia.

Mesmo com altas e quedas ao longo da série da pesquisa, entre 2000 e 2021, o que o economista Claudio Considera confirma é que há uma baixa participação da renda do trabalho na economia, ainda que superior a outros momentos da história brasileira. Atualmente, em países desenvolvidos, a fatia dos rendimentos do pessoal ocupado corresponde a algo entre 60% e 65% da economia.

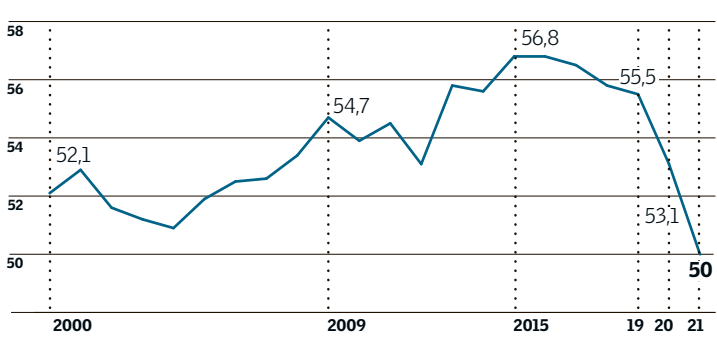
"A participação da renda do trabalho é muito maior nos países desenvolvidos que no Brasil. Mas aqui também já foi muito inferior, era de 39% em 1949, mas considerando uma outra metodologia", explica Considera.

O estudo também traz informações detalhadas sobre a parcela das remunerações do trabalho nas diferentes atividades econômicas. Considera e Olinto destacam a heterogeneidade dessa participação em cada uma delas, dependendo da maior ou menor participação do capital no processo produtivo ou ainda da maior ou menor qualificação dos trabalhadores.

Segmentos mais intensivos no uso de mão de obra, como outros serviços, transportes e comércio, apresentam maior representatividade dos rendimentos do trabalho em sua renda. Por outro lado, os índices são menores em áreas como extrativa mineral e eletricidade, com baixa intensidade do trabalho.

O trabalho sinaliza ainda para mudanças estruturais nos 22 anos entre 2000 e 2021, como as observadas na agropecuária e na extrativa mineral, que registraram redução no período. Na agropecuária, a renda do trabalho era 38,4% do total em 2000, mas caiu para 16,3% em 2021. Já na extrativa mineral essa fatia recuou de 26,4% em 2000 para 8,3% em 2021.

"Ao longo dos anos, a participação dos salários perde força com a mecanização da agropecuária de exportação. Além disso, a agricultura familiar foi muito prejudicada na pandemia", nota Considera.

Parcela da renda do trabalho na economia
Em % do total da economia

Renda do trabalho, em % de cada atividade econômica

	2000	2021
Agropecuária	38,4	16,3
Extrativa mineral	26,4	8,3
Indústria de transformação	52,8	47,6
Eletricidade	27,6	20,6
Construção	28,1	58,7
Comércio	65,4	53
Transportes	67,8	56,7
Informação	35,9	49,4
Financeira	53,9	45,3
Imobiliária	0,9	1,4
Outros serviços	66,6	68,2

Fonte: IBGE, Elaboração de Claudio Considera e Roberto Olinto

PIB vai crescer 1,7% em 2024, prevê Banco Mundial

Estevão Taiar
De Brasília

O Banco Mundial revisou de 1,3% para 1,7% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024. O número foi divulgado ontem pela instituição multilateral em seu relatório semestral para América Latina e Caribe. Para o órgão, é importante que a nova política industrial brasileira não interfira na "competição" e que o país foque em aspectos "fundamentais", como melhoria de infraestrutura e educação, para aumentar o crescimento estrutural da economia.

A estimativa apresentada pelo Banco Mundial é menor do que as projeções mais recentes do mercado (1,9%, segundo a mediana do Boletim Focus), do Banco Central (também 1,9%) e do Ministério da Fazenda (2,2%).

Já a estimativa do órgão multilateral para a expansão da economia brasileira em 2025 foi mantida em 2,2%, enquanto a projeção para 2026, apresentada pela primeira vez, está em 2%.

Em entrevista coletiva virtual para detalhar o relatório, o economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, William Maloney, disse que a economia brasileira vem de um histórico "forte" com "alto nível de condução macro".

Ele destacou que, após a pandemia, o país foi um dos primeiros da região a elevar a taxa básica de juros, o que permitiu que os cortes começassem também mais cedo. Desde agosto de 2023, o Banco Central (BC) reduziu a Selic de 13,75% para 10,75%, sempre em termos anuais. Outro ponto destacado positivamente pelo economista foram os investimentos diretos que o Brasil vem atraindo para o setor de energia.

Maloney afirmou que "vai ser interessante ver como" a Nova Indústria Brasil (NIB), conjunto de políticas lançadas para o setor industrial pelo governo federal no início do ano, vai impactar o crescimento econômico.

"Mas é importante manter os aspectos fundamentais", disse, defendendo que o país foque na melhoria da educação e infraestrutura e no aumento de competição entre as empresas.

O economista-chefe ainda alertou para o aumento da dívida pública no Brasil ao longo do último ano, embora não enxergue "um grande problema para o futuro" nessa frente.

Curta

Mercado livre de energia

Balanço da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) aponta para um crescimento da participação do mercado livre no consumo nacional de eletricidade em 2023. Segmento, que permite a escolha do fornecedor e das condições contratuais de energia elétrica, consumiu 41% da demanda total de energia elétrica do país. Em 2022, o mercado livre representava 36% da demanda total do país.

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	mar/24	fev/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mar/24	Número índice fev/24	Número índice dez/23	Número índice mar/23
IBGE									
IPCA	0,16	0,83	1,42	4,62	3,93	6.869,14	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	0,19	0,81	1,58	3,71	3,40	7.064,43	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-0,30	-0,41	-0,97	-3,30	-4,00	1.094,76	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	0,27	0,42	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-0,50	-0,76	-1,84	-5,92	-6,79	1.270,47	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	0,92	-1,02	-1,59	-11,34	-11,56	1.756,96	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-1,02	-0,66	-1,94	-3,77	-4,89	1.073,32	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	0,10	0,55	1,27	3,55	2,93	743,02	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	0,28	0,13	0,68	3,49	3,36	1.095,74	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	0,26	0,46	1,18	3,15	2,87	683,22	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 1ª prévia abr/24 -0,25% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana abr/24 0,26%
0

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023		3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	fev/23 Valor	fev/23 % do PIB
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	fev/24 Valor	fev/24 Var. %	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	fev/23 Valor	fev/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Pioneira no setor de shoppings, Multiplan chega aos 50 anos com foco em expansão e inovação

Plano de expansões e revitalizações atende às necessidades dos clientes, que buscam não apenas compras, mas experiências, memórias e soluções para as demandas do dia a dia

Responsável por trazer o que há de mais inovador no setor de shopping centers no país, com empreendimentos pioneiros, modernos e diversificados, a Multiplan completa 50 anos de história com o olhar no futuro. Com um investimento de R$ 1,5 bilhão, o plano de expansão de sete shoppings até 2027 é uma resposta às necessidades dos clientes, que cada vez mais veem os shoppings não apenas como centro de compras, mas de entretenimento, serviços, conveniência, encontros, experiências e memórias afetivas.

Além da renovação do mix de lojas e atrações, as expansões preveem diversidade de segmentos, como é o caso do ParkShoppingBarigüi, em Curitiba, que ganhará, ainda em 2024, um centro médico com 25 especialidades. Estão previstas ainda 75 novas lojas, em um investimento de R$ 400 milhões, sendo a mais grandiosa obra privada em andamento no estado do Paraná.

Ilustração do quarto piso do DiamondMall (MG): 38 novas operações

Estratégia de crescimento para melhoria dos ativos prevê investimentos na ordem de R$ 1,5 bilhão até 2027

No MorumbiShopping, em São Paulo, e no DiamondMall, em Belo Horizonte, as expansões estão associadas também a revitalizações. Já iniciada, a ampliação do MorumbiShopping, um investimento total de R$ 233 milhões, prevê 40 novas lojas em três andares e um rooftop com área gourmet reunindo oito restaurantes. A área do shopping, que tem a maior venda por metro quadrado do portfólio da Multiplan, passará dos atuais 56 mil metros quadrados para 63,3 mil.

No DiamondMall, referência em novas tendências, sofisticação, luxo e estilo de vida na zona sul de Belo Horizonte, a revitalização do shopping foi o ponto de partida para a expansão. Isso permitiu a construção do quarto piso, com 38 novas operações em mais de 5 mil metros quadrados, com mais opções e conforto para os 5,4 milhões de visitantes anuais do shopping.

Além das expansões, a empresa realiza, atualmente, 14 revitalizações em shoppings de diferentes regiões do país

"O principal desafio de uma empresa ao chegar aos 50 anos é a capacidade de se reinventar e prosperar em diferentes cenários da sociedade. Hoje nos voltamos a uma estratégia de crescimento focada na melhoria dos ativos", afirma o presidente da Multiplan, Eduardo K. Peres, filho de José Isaac Peres, sócio-fundador e presidente do Conselho de Administração da companhia.

GESTÃO DE PESSOAS É PRIORIDADE NA COMPANHIA

O futuro da Multiplan passa também pelo tema gestão de pessoas. Nesse contexto, dois pilares são essenciais: benefícios e desenvolvimento. No Portal do Saber — plataforma interna de treinamentos —, os colaboradores acessam conteúdos para se capacitarem. Outro recurso são as palestras sobre educação financeira, com instruções para melhor gestão do capital. Na Multiplan, muitos líderes começaram suas carreiras como estagiários e, em 2023, a empresa lançou a primeira edição de seu Programa de Estágio, buscando atrair novos talentos. Diversidade também é primordial: as mulheres ocupam mais de 40% dos cargos de liderança.

Segurança Para especialistas, perdas afetam concorrência e provocam incertezas no ambiente de negócios

Perdas com crime custam 4,2% do PIB por ano para setor privado

DIVULGAÇÃO

Daniel Cerqueira: "A violência afeta não só preços de bens e serviços, inibe a acumulação de capital físico e humano; isso ocorre por vários canais diferentes"

Marsílea Gombata, Marcelo Osakabe, Ívina Garcia e Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Operações que o crime organizado leva adiante para expandir suas atividades geram incerteza, insegurança jurídica e acabam minando o ambiente de negócios e a atividade econômica. Anualmente, o Brasil gasta cerca de 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) com violência e criminalidade — sendo que o setor privado responde por 4,2%. Um exemplo é a ação do grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC), que domina as ações do crime organizado em São Paulo e em boa parte do Norte e Nordeste do país. Esta semana, a facção foi alvo de operação policial para apurar sua participação em empresas de ônibus de São Paulo.

Na terça-feira, 9, o Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia contra membros de esquema da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) envolvendo lavagem de dinheiro, extorsão, apropriação indébita e fraudes em licitações. A lavagem de capitais era feita por meio das empresas de ônibus Transwolff e a UPBus.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** alertam que, além do ambiente de negócios mais incerto e inseguro, a inserção do crime organizado nas brechas da economia gera instabilidade e problemas de concorrência.

Dados do Atlas da Violência, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que os custos privados com a falta de segurança pública representam cerca de 4,2% do PIB, enquanto as despesas públicas totalizam 1,7%. Entram nesse cálculo tanto custos com segurança privada e seguros quanto gastos nos sistemas de saúde, segurança pública e prisional.

"A violência afeta não só preços de bens e serviços, inibe a acumulação de capital físico e humano. Isso ocorre por vários canais diferentes e aflige todos os atores da economia, firmas, famílias, governo e setor externo", afirma Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea e coordenador do Atlas da Violência.

Do ponto de vista das empresas, diz, crime e violência afetam o custo de logística e fretes. "O roubo de carga já foi um problema mais agudo no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro", diz. "Um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estimou que o custo de alguns bens pode ter sido majorado em até 30% no auge desse problema no Rio, em 2017. Algumas empresas se recusavam a fazer fretes para algumas regiões do Estado, e 13% das empresas de logística fecharam ou se mudaram de lá."

Outro risco é o fechamento de empresas e alocação de fábricas em áreas que passam a ser conflagradas. "Um exemplo é o bairro do Jacarezinho, na zona norte do Rio, onde há 30 anos havia grandes fábricas, mas todas fecharam. O mesmo ocorre hoje com o comércio na região da Cracolândia, centro de São Paulo", afirma.

Cerqueira observa que, do lado do trabalhador, altas taxas de violência também imprimem perda de produtividade, já que as pessoas perdem dias de trabalho, adoecem e correm risco de vida.

"O crime organizado não se coloca como algo à parte da economia. Vai se aproveitando tanto do Estado quanto da economia, das brechas e, especialmente, do momento de consolidação [atual], no qual as facções não estão mais lastreadas em uma única mercadoria ou atividade", afirma Renato Sérgio de Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

"O próprio PCC nasce como organização formada por ladrões de banco e depois passa a incorporar o tráfico de drogas como uma das atividades principais. Hoje controla também cadeias de contrabando de cigarros na fronteira com o Paraguai, garimpos no Brasil, e venda ilegal de armas."

Lima lembra que os negócios vão mudando, pois o mercado começa a ficar saturado e os grupos vão encontrando novas oportunidades. Por exemplo, diz, se antes havia roubo de cargas e a caixas eletrônicos, hoje há cibercrimes e roubos de celulares. Hoje, afirma o especialista, um celular pode gerar R$ 50 mil para quem o rouba, seja com empréstimos no banco, saques de aplicação, cheque especial ou cartão de crédito.

"O crime é realidade, e se queremos preveni-lo, temos de entender o real impacto dele na economia. Temos de entender o poder bélico, financeiro, político e a captura da economia formal para o crime organizado se retroalimentar", afirma. "O problema é tão grande que as respostas não se darão apenas no direito penal e na esfera policial. Precisamos reforçar a capacidade regulatória para fechar as brechas a fim de impedir que o dinheiro ilegal circule."

Estudo do fim de 2023 do Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que um aumento de 1% na taxa de homicídio médio na América Latina e no Caribe reduz o crescimento econômico da região em 0,3 ponto percentual. Baixar o nível de criminalidade na América Latina para a média mundial aumentaria o crescimento da região em até 0,5 ponto percentual, um terço do crescimento da região de 2017 a 2019, segundo o estudo.

"Na América Latina, estima-se que um aumento de 30% nas taxas de homicídio reduza o crescimento em 0,14 ponto percentual", afirma o texto, ao observar que fortalecer a segurança interna na região poderia impulsionar o crescimento em países onde gastos com lei e ordem já são altos e o espaço fiscal, limitado.

Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), Bruno Paes Manso afirma que a relação entre ampliação das operações do crime organizado e a disposição de empresas em investir é inversa.

> "Para prevenir o crime, temos de entender o impacto na economia"
> *Renato Sergio Lima*

Ele lembra que em Seropédica, na Baixada Fluminense, taxas cobradas por milícias a empresas de energia solar têm afastado empresas. Funcionários de empresas do segmento relatam que não conseguem operar sem pagar aos milicianos mensalidade em troca de segurança. "São casos concretos que mostram como [empresários e investidores] se sentem coagidos."

Se uma empresa é beneficiada por operações do crime organizado, há, portanto, um impacto nas regras do jogo, afirma a advogada criminalista Tatiana Stoco, professora de direito e processo penal do Insper.

"Se essas empresas estão envolvidas [em atividades ligadas às organizações criminosas], vemos isso afetar de forma importante a livre concorrência, pois [elas] estariam em condições melhores de negociação", diz. "Há um efeito para a economia do ponto de vista concorrencial. Mercados sadios são aqueles em que todos os players estão em condições iguais de jogo." Nesse sentido, Cerqueira afirma que a entrada do crime organizado na economia formal é geradora de ineficiências.

"Enquanto o objetivo da empresa é maximizar lucro, o do crime organizado é a lavagem de dinheiro. Não necessariamente busca-se a melhor alocação de recursos, porque isso é um objetivo secundário", argumenta.

Ao combater o crime organizado, por meio de medidas econômicas ou repressivas, o Estado colabora para mitigar os desequilíbrios na economia, garantindo concorrência ampla e práticas empresariais adequadas, afirma João Fiuza, mestre em segurança internacional e doutorando em relações internacionais na USP.

O problema é que nem sempre o Estado consegue exercer sua autoridade, afirma Alberto Kopittke, diretor-executivo do Instituto Cidade Segura.

"O crime organizado vai criando zonas de anemia, onde o Estado não consegue se impor", diz. "[Por isso] é importante fortalecer o controle interno das polícias, criando uma linha rígida de não contaminação, pois o crime organizado tenta se infiltrar nas polícias através da corrupção e do uso da força sem controle."

As autoridades brasileiras vêm se esforçando para combater as organizações criminosas, mas a maneira como elas se inserem no mercado tem dificultado identificar a origem do dinheiro e saber se ele é lícito ou ilícito, afirma Romulo Palitot, professor de direito penal da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e presidente da Associação Nacional da Advocacia Criminal da Paraíba (Anacrim-PB).

"Seja no narcotráfico, rede de prostituição, tráfico de pessoas e corrupção, o dinheiro é inserido em empresas e é mais difícil a fiscalização", diz. "É preciso seguir o dinheiro para saber se aquele valor tem ou não cheiro de ilicitude. Mas chega um momento em que está tão mesclado com outras atividades, que fica difícil distinguir."

Prefeitura manterá contratos com empresas investigadas

Cristiane Agostine
De São Paulo

O prefeito de São Paulo e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nessa quarta-feira (10) que vai manter o contrato com as duas empresas de ônibus investigadas por suposta ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC). As companhias Transwolff e Upbus, que operam na capital, são alvos de uma operação do Ministério Público de São Paulo, acusadas de lavagem de dinheiro do crime organizado.

Segundo o prefeito, só haverá rompimento do contrato com as empresas de ônibus se o Judiciário comprovar irregularidades ou se a própria prefeitura identificar fraudes ou insolvência. As duas companhias estão sob intervenção do governo municipal desde terça-feira, depois que o MP-SP deflagrou a operação "Fim da Linha", que apura o uso de empresas de ônibus pelo PCC para lavar dinheiro do tráfico de drogas.

"O que a gente tem hoje é o cumprimento do contrato, são as empresas operando", disse Nunes à imprensa. "O momento é de investigação. Se houver a confirmação de qualquer tipo de ilícito, é natural e automático o cancelamento do contrato. O que tem hoje é investigação."

Na terça-feira, o MP-SP, a Receita Federal e o Cade deflagraram uma megaoperação contras as duas empresas de ônibus. Foram presos dirigentes das companhias, depois que as investigações do MP-SP apontaram a participação do PCC está infiltrado no transporte coletivo da cidade. Ontem, o MP ofereceu denúncia contra 26 pessoas acusadas dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, extorsão e apropriação indébita. Juntas, a Transwolff e a Upbus transportam juntas cerca de 700 mil passageiros por dia e receberam no ano passado R$ 829 milhões da prefeitura paulistana.

A Polícia Militar fez ontem uma operação em garagens e terminais de ônibus para evitar uma retaliação do crime organizado e garantir a circulação dos ônibus das empresas investigadas.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA

> "Eu não pago para empresa [de ônibus] do PCC"
> *Ricardo Nunes*

Nunes disse que, ao fazer a intervenção na Transwolff e Upbus, a prefeitura ficará responsável pela gestão e administração delas. A diretoria das duas companhias foi afastada, por determinação judicial. Apesar de afirmar que não pretende, neste momento, romper o contrato, o prefeito disse que a gestão municipal pagará os 4,5 mil funcionários das empresas se houver a extinção do contrato.

O Ministério Público de São Paulo recomendou o prefeito a romper o contrato com a Transwolff e Upbus e disse que outras empresas de ônibus da capital também estão sob investigação.

A investigação que apura a infiltração do crime organizado em empresas com contratos com a prefeitura de São Paulo já se transformou em munição eleitoral contra o prefeito, pré-candidato à reeleição. Os dois principais adversários de Nunes, os deputados Guilherme Boulos (Psol) e Tabata Amaral (PSB), tentam vincular o escândalo ao prefeito.

Boulos disse que as denúncias são muito graves. "O prefeito de São Paulo precisa explicar por que ele passou R$ 800 milhões [em 2023] para duas empresas investigadas com vinculação com o crime organizado", afirmou, à imprensa. "O prefeito deve esclarecimentos à sociedade e à Justiça."

Tabata disse que a prefeitura está "de mãos dadas" com empresas suspeitas de envolvimento com o PCC? "São Paulo bate mais um terrível recorde: a maior operação policial contra a infiltração do crime organizado no poder público", disse a deputada, no Instagram.

Como vacina às críticas, o prefeito e seu principal apoiador no Estado, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), tentam usar o episódio para falar que a prefeitura e o governo de São Paulo estão empenhados no combate ao crime organizado.

Ontem, o prefeito falou sobre o impacto que o escândalo poderá ter na disputa eleitoral. "Eu não pago para empresa do PCC", disse. "O que prefeitura tem é contrato com empresas que participaram de licitação, apresentaram seus documentos, os documentos foram validados, e [as propostas] foram decididas e julgadas como as vencedoras da licitação", afirmou Nunes. "Como é ano eleitoral, vão usar esses temas, mas ninguém mais interessado do que nós de saber a realidade. Se são culpados, que paguem pelo que fizeram. Se não forem, que sejam absolvidos."

Tarcísio disse que São Paulo "não dará espaço para o crime organizado" e tentou capitalizar a operação, ao divulgar a "grande ação de inteligência" que atingiu "em cheio organizações criminosas" que lavavam dinheiro.

Doações de campanha de empresários dessas companhias podem limitar o discurso tanto do prefeito quanto da oposição. Sócios e diretores da Transwolff doaram em 2020 para aliados de Nunes, como o presidente da Câmara Municipal, Milton Leite (União). Houve doação também para o vereador Antonio Donato (PT), coordenador do programa de governo de Boulos. Os vereadores afirmaram que as doações foram feitas dentro das regras eleitorais e que não há nenhum ilícito nisso.

Brasil

Contas públicas Estimativa indica que rombo do regime pode pular de 2,45% para 10,3% do PIB até 2100

Governo projeta piora no déficit da previdência

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo piorou as suas projeções de longo prazo para o déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que atende os trabalhadores do setor privado ou mesmo do setor público, quando não estejam filiados a regimes próprios. A expectativa é que a necessidade de financiamento continue crescendo: saia de 2,45% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e chegue a 10,30% até 2100.

O percentual equivaleria a um rombo de R$ 25,528 trilhões, valor que, em tese, o governo teria que desembolsar para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), se nada for feito até lá para impedir a trajetória explosiva do resultado da Previdência. Já para este ano, o déficit projetado seria de R$ 326,168 bilhões.

Os dados constam do Balanço Geral da União (BGU) de 2023, divulgado na semana passada pelo Tesouro Nacional. O déficit existe porque as despesas previdenciárias superam as receitas. Com isso, o governo precisa se endividar para honrar o pagamento dos benefícios — o que é chamado de necessidade de financiamento.

No ano passado, a projeção era de um déficit de 2,2% do PIB para este ano, ficando estável até 2029 e passando a crescer gradualmente a partir de 2030 até chegar a 10,2% do PIB em 2100. Já as projeções atualizadas mostram que a necessidade de financiamento deve partir de 2,45% do PIB, diminuir um pouco ao longo dos próximos dez anos e crescer até atingir o percentual de 10,3%.

"A piora nas projeções do déficit previdenciário do BGU considera que o PIB crescerá acima de 2% até 2030, em média, premissa otimista diante do baixo PIB potencial do país (de 1,5%)", avalia Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset.

A grade de parâmetros macroeconômicos utilizada é de 12 de janeiro e foi feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. No documento, o governo pondera que "eventuais revisões nas projeções dos parâmetros ou a observação de resultados, no curto prazo, diferentes dos projetados, implicam, necessariamente, revisão das projeções de longo prazo".

Os dados do BGU mostram, ainda, que o problema para o financiamento da Previdência está tanto pelo lado das receitas quanto das despesas. As projeções trazem uma receita se mantendo estável em 5% do PIB ao longo das próximas décadas, com uma pequena queda na casa decimal. Já as despesas partem de 7,98% do PIB e alcançariam 15,85% até 2100.

Projeções para o RGPS

Necessidade de financiamento da Previdência vai chegar a 10% do PIB

Fonte: BGU/2023

> "Longevidade e valorização do mínimo tornarão o déficit crescente"
> *Arnaldo Lima*

Arnaldo Lima, relações institucionais da Polo Capital, explica que a despesa previdenciária cresce acima da arrecadação porque estão sendo incluídas "mais pessoas, por mais tempo e com valores de benefícios maiores". "Esses três fatores positivos geram desafios para a sustentabilidade financeira dos regimes de repartição públicos, pois o aumento da longevidade e a valorização do salário mínimo tornarão o déficit atuarial crescente ao longo dos anos", diz o economista, que já atuou como secretário em alguns ministérios.

"Uma conta básica que precisamos ter em mente é que os regimes de repartição precisam de no mínimo três pessoas trabalhando para pagar um benefício. Atualmente, todos os entes têm uma relação de ativo por inativos menor do que essa métrica", afirma Lima.

Leonardo Rolim, consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e ex-secretário da Previdência Social, afirma que a reforma da Previdência de 2019 teve um impacto relevante para evitar um crescimento maior do déficit em porcentagem do PIB. "Até meados da próxima década, o déficit estará mais ou menos estável. Se não fosse a reforma feita, as projeções que constavam na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] de 2019 apontavam que o déficit já estaria em mais de 3% do PIB hoje e acima de 4% em 2030", disse.

Apesar de ter garantido um crescimento menos explosivo da despesa, Rolim afirma que uma nova reforma será necessária. "A partir da década de 2030, a reforma [de 2019] já não vai mais conseguir controlar o crescimento do déficit em % do PIB. O Brasil está envelhecendo rápido e tem uma das menores taxas de fecundidade. O déficit vai ficar insustentável nas próximas décadas", afirma o economista, que já foi presidente do INSS.

Leal de Barros pondera que os ganhos da reforma da Previdência foram amenizados em função da retomada da política de valorização do salário mínimo e da derrubada da atualização automática da idade mínima de aposentadoria durante a tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional. Por isso, ele também vê uma necessidade de nova reforma num futuro "não muito distante".

"De acordo com as projeções populacionais da ONU, o Brasil terá um dos processos de envelhecimento mais intensos e rápidos do mundo, de modo que em 2030 já será possível considerar o país como idoso", diz Barros.

Rolim defende uma nova reforma que adicione uma camada de capitalização ao regime previdenciário, que hoje é baseado somente na repartição. Também disse que é importante equiparar as idades de aposentadorias de homem e mulher, acabar com a diferença de idade entre urbano e rural e adotar reajustes automáticos desses parâmetros de acordo com a expectativa de vida da população.

Pelo lado da receita previdenciária, Rolim pontua que o desafio é ainda maior, porque a população economicamente ativa vai diminuir e a economia 4.0 tem feito cada vez mais pessoas trabalharem de forma autônoma. "Governo tem que buscar novas forma de contribuição para esse tipo de trabalhador", disse. No curto prazo, ele comentou que podem ser feitas melhorias na cobrança da dívida ativa, porque o percentual de recuperação é "baixíssimo".

INÊS 249

INÊS 249

Saúde Para infectologista David Uip, momento é de redução dos casos no Centro-Sul do país, mas de crescimento no Norte e Nordeste

Brasil supera 3 milhões de contágios por dengue no ano

Rafael Vazquez e Luiz Fernando Figliagi
De Oxford e São Paulo

DIVULGAÇÃO/LIDE

David Uip: "É preciso trabalhar no tema o tempo todo para que o ano que vem não seja ainda pior"

O Brasil ultrapassou a marca dos 3 milhões de casos de dengue nesta quarta-feira (10), conforme dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde. Segundo o painel, são 3,062 milhões de notificações da doença em 2024, recorde para quatro meses desde o início da série histórica, em 2000.

O número é recorde. O contágio mais alto até então tinha ocorrido em 2015, com quase 1,7 milhão de casos. No ano passado, 1,6 milhão foram oficialmente infectados.

O painel contabiliza 1.256 mortes confirmadas devido à doença e 1.857 sob investigação. A mortalidade também é recorde. Em 2023 foram 1.094 mortes pela doença.

David Uip, um dos principais especialistas em infectologia no Brasil e ex-secretário de Saúde do Estado de São Paulo, aponta que a tendência para os próximos meses é ver um arrefecimento do número de casos nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No entanto, é provável que o Aedes aegypti se espalhe mais pelo Norte e Nordeste, o que justifica a projeção aceita pela comunidade médica de que as contaminações passarão de 4 milhões até o fim do ano.

"É importantíssimo falar de dengue o ano inteiro. É preciso trabalhar no tema o tempo todo para que o ano que vem não seja ainda pior", aconselha Uip. Ele explica que as chuvas intensas no Sudeste e no Sul do Brasil foram fundamentais para o recorde em 2024 e afirma que, mesmo que tanto isso quanto as temperaturas mais altas já fossem esperadas, é difícil para as autoridades anteciparem as soluções sem o comprometimento da sociedade.

"É preciso contar com o apoio da população, pois 80% dos focos de criação do mosquito são domiciliares. Envolve a conscientização das pessoas e também política de governo, mas é complexo. E agora não adianta sair apontando o dedo. Temos poucas vacinas, em quantidade insuficiente, nem vamos ter no curto prazo", avalia.

O médico afirma que todos os brasileiros precisam levar a prevenção contra a dengue mais a sério. "As pessoas não entendem que é uma doença democrática. Pega residências em locais complicados, mas também pega na piscina do condomínio chique com a água mal tratada. Além disso, você pode ter o cuidado em casa, mas, se o seu vizinho não tiver, você também está vulnerável", diz, explicando que o fortalecimento do senso de comunidade é fundamental para controlar as contaminações.

O que mais preocupa Uip é o aumento de casos graves que é uma consequência direta do alto índice de infecção. "O número de 3 milhões já é exuberante. Mas o maior problema é que está aumentando o número de casos graves, o que consequentemente tende a elevar o número de óbitos. Por isso, tem que ter estratégia que vai desde a atenção primária até o atendimento de alta complexidade. Ter a equação de insumos, reserva de leitos, previsão de UTI. A gestão é complexa", diz.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, a letalidade quando se trata de casos graves no Brasil está em 4%.

Uip acredita que o número de contágios deverá ser até maior do que o esperado, mas sugere o investimento para fortalecer o trabalho dos agentes de saúde que atuam diretamente nos bairros diretamente com a população.

> Liberação da vacina do Instituto Butantan deve ocorrer só no segundo semestre

Uip lamenta que ainda haja uma oferta baixa de vacinas que impede a realização de uma grande campanha de vacinação contra a dengue. Embora o Brasil seja o primeiro país do mundo a oferecer o imunizante contra a doença no sistema público de saúde, a oferta da vacina é limitada devido à incapacidade operacional da farmacêutica japonesa Takeda Pharma, fabricante da vacina Qdenga.

O Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo, já desenvolveu uma vacina própria contra a dengue que está em estágio avançado de aprovação, mas os testes finais devem ser finalizados somente no segundo semestre deste ano para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) possa analisar e liberar a vacina. "Uma solução mais arquitetada depende da vacina", conclui Uip.

Aquecimento global amplia ação do mosquito

Rafael Vazquez
De Oxford

O impacto das mudanças climáticas sobre os sistemas de saúde ao redor do mundo pode ser severo com o aumento das temperaturas, principalmente em países de regiões tropicais como o Brasil.

Segundo Madeleine Ballard, diretora-executiva da ONG Community Health Impact Coalition (Coalizão de Impacto na Saúde Comunitária), o aquecimento global contribuirá para o aumento das contaminações de doenças transmitidas pelo Aedes aegypti, o mosquito da dengue.

Citando um estudo de pesquisadores ligados a universidades americanas apresentado à comunidade científica em 2019, Ballard alerta que as temperaturas favoráveis à reprodução do mosquito tendem a elevar o número de casos, globalmente, em 500 milhões por ano em 2050.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente, são verificados aproximadamente 390 milhões de casos de dengue por ano no mundo.

Se o modelo do estudo estiver certo, daqui a 25 anos o número será de 890 milhões de pessoas infectadas pelo Aedes Aegypti a cada ano.

"Esses mosquitos atingirão 500 milhões de pessoas a mais do que atingem hoje. É a direção oposta da que queremos ir, mas é porque a paisagem está mudando", disse Ballard ao **Valor** durante o Skoll World Forum, evento sobre sustentabilidade e empreendedorismo social realizado em Oxford, no Reino Unido. Ela faz referência ao aumento de áreas como florestas naturais ocupadas por comunidades humanas cada vez com mais velocidade.

A médica explica que a combinação de expandir ocupações para áreas naturais a partir de desmatamentos junto com as temperaturas mais altas tende a ser desastrosa em relação ao aumento de casos de arboviroses, que são as doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos. As mais comuns em ambientes urbanos são justamente dengue, Chikungunya e Zika.

"Vemos que, com o aumento da expansão humana em territórios que antes eram ocupados por animais e com o aumento das temperaturas, há cada vez mais eventos de cruzamento zoonótico. Portanto, mais agentes patogênicos originados em animais que chegam aos humanos, como foi o caso da própria pandemia de covid-19", observa Ballard.

De acordo com a especialista, à medida que o mundo aquece, a propagação geográfica desses vetores de doenças aumenta muito, o que tende a sobrecarregar de maneira considerável os sistemas de saúde inclusive com doenças crônicas que podem se agravar quando as pessoas são contaminadas por esse vírus.

"Tudo isso está piorando, desde problemas respiratórios a cardiovasculares", afirmou.

Ballard destaca também que a globalização faz com que o combate para evitar essas previsões dependam de um esforço mais intenso de todos os países.

"Se o NHS [sistema público de saúde do Reino Unido] não trabalhar bem, isso afetará o Brasil e muitos outros países, por exemplo. Com o mundo interconectado que vivemos, todas as regiões estão vulneráveis a epidemias agravadas pelas mudnaças climáticas", conclui.

O repórter viajou a Oxford a convite da Associated Press e do Skoll World Forum

> "Esses mosquitos atingirão 500 milhões de pessoas a mais do que atingem hoje. É a direção oposta da que queremos ir" *Madeleine Ballard*

Antecipação de R$ 15 bi foi debatida com Pacheco, diz Randolfe

Estevão Taiar
De Brasília

O líder do governo federal no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou ontem que já discutiu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a mudança no arcabouço fiscal que permitirá ao governo federal antecipar R$ 15 bilhões em despesas.

"Assim que chegar ao Senado, vamos encaminhar para as comissões", disse Randolfe após reunião no Ministério da Fazenda.

Ele afirmou, no entanto, que acredita que não será possível votar as mudanças antes da análise pelo Senado dos vetos presidenciais, prevista para a quinta-feira da semana que vem.

A alteração no arcabouço foi incluída em projeto de lei que recria o seguro do DPVAT, aprovado na terça-feira pela Câmara dos Deputados. Caso o texto seja sancionado pelo Senado como está, o governo federal já poderá antecipar R$ 15 bilhões em gastos, por causa da melhora da arrecadação. Originalmente, o aumento de despesas só poderia ocorrer depois de maio, após a divulgação do segundo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas.

Embora o projeto tratasse de um tema completamente diferente, a emenda de antecipação dos R$ 15 bilhões ganhou apoio dos partidos pela percepção de que não alterará substancialmente o novo regime fiscal. "Garante-se a antecipação da receita, com a punição se a receita não for alcançada", afirmou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na votação.

Além de Randolfe, o relator do texto na Câmara, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), participou da reunião de ontem no Ministério da Fazenda. *(Colaboraram Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro)*

> Alteração no arcabouço foi incluída em projeto que recria o seguro do DPVAT, aprovado na Câmara na terça

'Jabuti' de R$ 15,5 bi é útil a muita gente, não para o arcabouço

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

Num exemplo clássico de "jabuti", como se chamam no Congresso matérias que pegam carona em projetos de lei que tratam de temas totalmente diferentes, a Câmara aprovou na noite de terça-feira (9) uma alteração na lei do arcabouço fiscal num texto que trata da recriação do seguro obrigatório DPVAT. A proposta ainda será submetida ao Senado.

Trata-se de uma mudança que, se prosperar, facilitará a execução de emendas parlamentares neste ano eleitoral. Também pode simplificar a gestão do Orçamento em 2024, na hipótese de o Congresso derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R$ 5,6 bilhões em emendas de parlamentares ao Orçamento.

A lei do arcabouço fiscal diz que, se as receitas esperadas para 2024 estiverem com desempenho acima do registrado em 2023 e se as projeções das contas públicas apontarem para o cumprimento da meta fiscal, é possível elevar o teto das despesas por meio de um crédito suplementar ao Orçamento. A regra vale só para este ano. O adicional de gastos é estimado em R$ 15,5 bilhões.

Numa articulação atribuída nos bastidores à Casa Civil, o que a Câmara aprovou foi uma alteração de data para o governo propor esse crédito suplementar ao Congresso.

Pela lei em vigor, é uma decisão a ser tomada após o dia 22 de maio, quando será divulgado o segundo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do ano. A versão aprovada na Câmara estabelece como referência o primeiro relatório, publicado em 22 de março. Ou seja: o crédito no Orçamento pode ser antecipado em algumas semanas.

"Uma péssima ideia, porque o mar não está para peixe", avaliou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, sobre a possibilidade de elevar os gastos de forma imediata. "Ao contrário, para quem não sabe, a projeção é de déficit primário para o ano." A casa projeta saldo negativo de 0,79% do PIB, ante a meta de resultado zero.

A antecipação do crédito em alguns dias pode ser útil por causa do calendário eleitoral, observou um técnico que acompanha a execução orçamentária. Neste ano, novas transferências voluntárias de recursos da União para Estados e municípios, caso de muitas emendas de parlamentares ao Orçamento, só podem ser feitas até 30 de junho.

Se o crédito de R$ 15,5 bilhões for decidido só a partir de 22 de maio, o prazo para execução das emendas ficará muito curto.

A mudança na data produz efeito prático também para o Executivo. O Congresso pode deliberar, na semana que vem, sobre o veto de Lula a R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A derrubada do veto obrigaria o governo a bloquear outras despesas, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário. Em seguida, poderia ser proposto o crédito suplementar que permitiria recompor as despesas. Pelo texto aprovado na Câmara, esse bloqueia e desbloqueia seria dispensado.

Há uma terceira consequência: a de tornar certa a proposição do crédito suplementar de R$ 15,5 bilhões.

Pelo relatório de março, as condições para o uso do crédito suplementar estavam atendidas: projeção de cumprimento da meta e receitas superiores às de 2023.

Em maio, não se sabe. Dados preliminares indicam que a arrecadação de março ficou abaixo do projetado. As despesas têm surpreendido para cima. Assim, existe o risco de o crédito não ser proposto, ou ficar menor do que os R$ 15,5 bilhões.

"Essa mudança intempestiva no arcabouço fiscal aumentaria a pressão para o governo usar o dispositivo, porque o primeiro relatório bimestral já foi apresentado e, nele, as metas estão cumpridas e o cenário é róseo", comentou Salto.

O uso do crédito suplementar em 2024 pode ainda aumentar as chances de acomodar nos próximos anos despesas extras, como o reajuste salarial dos servidores discutido na manhã desta quarta-feira.

Se o crédito for aprovado, elevará o limite de gasto de 2024 em R$ 15,5 bilhões. O teto do ano, por sua vez, é referência para a elaboração do Orçamento de 2025. Assim, há uma expansão do espaço fiscal no futuro. Mas, segundo lei do arcabouço, os R$ 15,5 bilhões só serão incorporados de forma definitiva ao teto se for comprovado que as receitas se comportaram conforme o projetado.

Uma das versões do projeto de lei discutido na Câmara suprimia essa trava, admitindo elevação permanente do teto mesmo no caso de as receitas ficarem abaixo do previsto, relata fonte. Esse "jabuti do jabuti", porém, não passou.

Outro desdobramento do uso do crédito suplementar é a possibilidade de liberar R$ 3,9 bilhões em despesas que foram bloqueadas em março.

Questionado sobre a mudança no arcabouço, o Ministério do Planejamento respondeu que "tratou-se de uma iniciativa do Congresso Nacional e ainda está em deliberação".

Ainda que pareça algo menor, a flexibilização do arcabouço vem em má hora. É um momento de dificuldade para a área econômica entregar os resultados fiscais sinalizados no ano passado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na manhã desta quarta-feira que o ciclo do ajuste das contas públicas ainda não está concluído, e que o descontrole das contas públicas não ajudará o país a crescer.

Congresso Deputado do Rio é suspeito de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco

Com 277 votos a favor, Câmara decide manter Chiquinho Brazão na cadeia

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados manteve preso nessa quarta-feira o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, em 2018. Foram 277 votos para mantê-lo encarcerado, 129 para soltá-lo e 28 abstenções. Ele também será julgado pelo Conselho de Ética da Casa, com pedidos para que perca o mandato.

A Constituição Federal prevê a "prerrogativa" de que deputados e senadores não podem ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. A medida foi criada como reação após as prisões de parlamentares na ditadura militar, para evitar perseguições políticas. Com isso, as prisões de congressistas têm que ser submetidas ao Congresso, que decide se concorda com elas ou as revoga.

Nos bastidores, integrantes da cúpula do Congresso e os bolsonaristas do PL quiseram passar um recado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que ordenou ações de busca e apreensão contra deputados federais por suposta participação nos atos antidemocráticos, de que o Legislativo não concorda com as ações que vem sendo adotadas. Foi Moraes que determinou a prisão em flagrante, referendada por unanimidade pela 1ª turma do STF.

Outro pano de fundo é a eleição para a presidência da Câmara e sucessão do presidente Arthur Lira (PP-AL). Um dos pré-candidatos, o líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), passou a articular diretamente a soltura de Brazão com o argumento de que o ato foi ilegal e feriu as prerrogativas dos parlamentares. No plenário, a sigla foi a segunda a mais votar pela soltura, com 22 votos contra a prisão e 18 favoráveis. Brazão fazia parte dos quadros da sigla e foi expulso no dia da operação policial — mas já tinha pedido à Justiça Eleitoral para se desfiliar para poder entrar no Republicanos.

Outros dois pré-candidatos à sucessão, os líderes do PSD, Antonio Brito (BA), e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), votaram pela prisão. O vice-presidente da Câmara Marcos Pereira (Republicanos-SP) não registrou presença.

União Brasil e PL foram os únicos partidos que defenderam abertamente que Brazão deveria ser solto. Para eles, não houve flagrante, o crime (obstrução de justiça) não é inafiançável e o STF ignorou as prerrogativas do Congresso ao fazer a prisão. Republicanos, PP e Novo liberaram seus filiados para votarem como julgassem mais conveniente. A bancada do PSDB não se posicionou.

Já as siglas de esquerda (PT, PCdoB, Psol, PV, PSB e PDT), o PSD, o MDB e o Solidariedade votaram pela manutenção da prisão. O avanço das investigações, inclusive, tornou-se uma bandeira do governo Lula (PT), que prometeu solucionar o assassinato e encontrar os mandantes do crime. A operação ocorreu após delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, um dos executores. O governo defendeu a prisão, enquanto a oposição votou para que o deputado fosse libertado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acertou com os partidos que não haveria discussão no plenário e apenas a manifestação dos líderes partidários. Também definiu que não haveria punição com perda de salário para quem não votasse — o que beneficiava o acusado, já que eram os favoráveis à prisão que precisavam alcançar um número mínimo de votos. "Quem votar pela abstenção ou não votar sabe o que está fazendo. Não temos aqui crianças", respondeu Lira, diante dos protestos do Psol.

Mais cedo, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o placar foi favorável a continuidade da prisão. Foram 39 votos pela aprovação do parecer do deputado Darci de Mattos (PSD-SC) e 25 contrários. O debate no colegiado levou mais de cinco horas.

O deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA) disse que o Supremo não mudou o entendimento sobre a prisão, que já levou à cassação de um senador do PT e detenção de deputado do PL, e que incoerente seria alterar o entendimento agora. "Não votar esta matéria é corporativismo, tentativa de agressão ao Supremo e à memória da Marielle", disse. "Essa CCJ é tão valente quando é para endurecer lei penal para prender o preto pobre da periferia. Fala grosso com o pequenininho, na hora do deputado federal fala fino? Não. Tem que ter a mesma energia", criticou o petista.

O deputado Carlos Jordy (PL-RJ), que foi alvo de ação de busca e apreensão por ordem de Moraes, defendeu que não houve justificativa para a prisão. "Houve crime inafiançável? Houve. Mas não houve flagrante", disse. "Somos favoráveis que haja punição pelo rigor da lei, e não da cabeça de um juiz", afirmou. Dos 95 deputados do PL, só sete votaram para manter o colega preso.

Como reação as críticas por ajudar a soltar um investigado de assassinato, o PL decidiu acionar o Conselho de Ética da Câmara para pedir a cassação do mandato, ação que já tinha sido adotada pelo Psol e pelo Novo. O processo solicitado pelo Psol foi instalado nessa quarta-feira, com o sorteio de três possíveis relatores. O presidente do conselho decidirá qual deles assumirá a função.

O caso dividiu até parlamentares do mesmo partido. O deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) afirmou que o Parlamento precisa fazer um julgamento também político e "dar um basta à impunidade". "Não podemos permitir que o poder político se associe a criminalidade", disse. "Nós, o Parlamento, devemos ser força de exemplo para a nossa sociedade. É esta a razão para existência dos nossos mandatos."

Também do Republicanos, o deputado Lafayette Andrada (MG) argumentou que a Câmara "não julga o mérito, se o acusado é inocente ou culpado", mas se foram cumpridos os requisitos para a prisão. "A Constituição não foi obedecida, os ritos processuais não foram obedecidos. A prisão preventiva não pode se prestar para antecipação de pena", disse. Ele reconheceu que o assassinato foi um crime bárbaro e de grande comoção social no Brasil e no mundo, mas rebateu que há crimes, do tipo todos os dias no Brasil e que o Congresso não pode se mover por isso.

A manutenção da prisão levou a comemorações no plenário da Câmara, após um dia de apreensão por parte dos parlamentares da esquerda diante da mudança de posição de parte do Centrão para livrar o colega da prisão. Após Lira proclamar o resultado, deputados de esquerda gritaram por "Justiça" no plenário. "A sensação é de alívio", afirmou o ex-deputado Marcelo Freixo, atual presidente da Embratur, que era amigo de Marielle e a lançou na política. "Não cabia ao Parlamento atropelar uma investigação."

Câmara aprova manutenção de Chiquinho Brazão na cadeia: esquerda comemora depois da tensão vivida durante o dia

Relatora do Perse diz que limitará renúncia

De Brasília

Relatora do projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), a deputada Renata Abreu (Pode-SP) afirmou que pretende limitar o impacto fiscal da proposta a R$ 5 bilhões por ano, que reavaliará as atividades beneficiadas e que discorda da redução gradual da isenção tributária sugerida pelo Ministério da Fazenda. "O importante é manter o teto de R$ 5 bilhões por ano para o programa, que foi o valor que combinamos ao votar a medida provisória no ano passado", disse ela.

O Perse foi criado pelo Congresso como uma forma de auxiliar as empresas do setor de eventos a superarem as dificuldades financeiras causadas pelo isolamento social na pandemia. O programa concede isenção de impostos federais, como PIS/Cofins, Imposto de Renda e CSLL, até 2026 para as empresas das atividades listadas na lei.

Inicialmente, a proposta do Executivo era revogar totalmente o Perse, de forma a contribuir para as medidas de ajuste fiscal para zerar o déficit nas contas públicas, mas a ideia foi rejeitada pelos deputados.

O governo então sugeriu reduzir o número de atividades econômicas beneficiadas de 44 para 12 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e, mesmo para estas que ficarem, diminuir gradualmente a desoneração de impostos até 2026. Além disso, seriam excluídas todas as grandes empresas com faturamento acima de R$ 78 milhões. O texto foi protocolado pelo líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) sem as projeções sobre o impacto orçamentário.

A relatora afirmou que concorda com a discussão sobre restrições, já que a renúncia fiscal anual ficou maior do que a combinada ano passado, mas que há divergência nos números que precisam ser dirimidas antes. Ela se reuniria com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quarta-feira para iniciar as discussões em torno do texto.

> "O combinado é R$ 5 bilhões e é o número que vamos perseguir"
> *Any Ortiz*

Segundo a parlamentar, as estimativas do setor são de que a renúncia de receita foi de R$ 6,4 bilhões em 2023. "O combinado é R$ 5 bilhões e é o número que vamos perseguir", disse. Já a Fazenda diz que o impacto foi de R$ 13,1 bilhões em 2023, mas os números são contestados pelo setor e por parte dos parlamentares, que acusam a Fazenda de colocar na conta empresas que não teriam direito ao Perse.

Ela argumentou que as divergências sobre os números podem estar ocorrendo porque há empresas com uma atividade principal que não está entre as beneficiadas, mas que possuem um CNAE secundário que está dentro do Perse e estão utilizando isso para abater todo o volume de impostos devido. "Isso está irregular", afirmou.

Entre as alterações em estudo está permitir que as empresas do lucro real possam continuar a usufruir do benefício, mas até o limite máximo de R$ 78 milhões de faturamento (e acima disso, seriam tributadas normalmente). Também estão em avaliação todos os CNAEs que continuarão dentro do Perse, com a discussão sobre o impacto fiscal deles.

Ela rejeitou, porém, a redução gradual da isenção de impostos para as empresas que permanecerem no programa, tal como proposto pela Fazenda. Segundo Renata, isso seria "matar o Perse". Um faseamento pode ocorrer, disse ela, mas desde que garantida a ajuda de R$ 5 bilhões por ano de renúncia fiscal para estas companhias.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o projeto em no máximo duas semanas, já que as restrições ao benefício tributário já estão em vigor por causa de uma medida provisória, e orientou Renata a apresentar rapidamente seu parecer. Ela disse que prefere divulgá-lo depois do dia 22, mas que ouvirá os líderes dos partidos sobre o prazo.

Renata disse também que incluirá no projeto "punições duras" para quem fizer "mau uso" do Perse, como "multas pesadas", e elogiou a proposta da Fazenda de criar um prazo para "autorregularização", em que a empresa poderá admitir que utilizou de forma incorreta o benefício e pagar os impostos atrasados sem a aplicação de multa pela Receita Federal. ***(RDC e MR)***

Aliança entre Musk e crime organizado fracassa

Maria Cristina Fernandes

Elon Musk não pode tudo. A manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) pelo plenário da Câmara dos Deputados demonstrou que há limites para que uma tese intragável, como a soltura de um dos acusados de ter mandado matar Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes ganhe adeptos nas redes.

Os aliados do crime organizado na Câmara não conseguiram pautar a tese de que era o poder ilimitado do ministro Alexandre de Moraes que estava em jogo e não o mérito de uma acusação feita, a duras penas, depois de seis anos de investigações. Marielle permaneceu como um dos assuntos mais buscados ao longo do dia, mas não pela tese pautada pela rede de influenciadores bolsonaristas, entre os quais o filho 03 do ex-presidente.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) não estava no Brasil mas gravou um vídeo pedindo a soltura de Brazão. Sua postagem foi uma das mais compartilhadas da comunidade bolsonarista. Seu partido fechou questão, mas perdeu a batalha.

Não foi a estratégia governista que saiu vitoriosa, mas a tese miliciana que não ganhou guarida na opinião pública. A prisão dos três acusados do assassinato é um dos maiores sucessos deste governo no combate ao crime organizado, ao lado da captura dos fugitivos do presídio de Mossoró (RN), mas isso não foi suficiente para pautar uma estratégia eficiente para defendê-la.

Os governistas começaram a sessão na CCJ com o resultado aberto e temendo a derrota. Os aliados de Brazão adiaram a votação na tentativa de se esfriar o tema. Quando Musk pousou no Brasil abriu-se um clarão. Aliado aos golpistas na Bolívia e aos fascistas na Alemanha, o dono do X pinçou seus parceiros no Brasil entre os sócios do crime organizado na Câmara.

A aliança com os novos donos da voz ficou clara quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) jogou no lixo o trabalho de quatro anos do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) no projeto que regulamenta as redes sociais depois que o dono do X abriu fogo contra Moraes.

A aliança do crime organizado com Musk prosseguiu na Comissão de Segurança Pública da Câmara que, numa sessão com presença maciça de parlamentares da bancada da bala e a resistência quase solitária do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), foi aprovada uma "moção de louvor" a Musk.

Musk e Brazão engrossaram o caldo contra a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro como ficou claro na ofensiva do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no "Roda Viva" pedindo para o país "voltar à normalidade".

Os aliados de Brazão prepararam uma vacina contra uma eventual repercussão negativa, que foi a representação pela cassação do mandato de Brazão no Conselho de Ética, mas não foi suficiente para virar a votação na CCJ. A alternativa seria um "recado" ao STF de que a prerrogativa de privar o parlamentar de seu mandato é da Casa, mas não convenceu.

O rito desta cassação permitiria que Brazão tivesse seis meses para não apenas continuar a obstruir a investigação do crime como até mesmo evadir-se do país. O relatório da Polícia Federal que resultou na prisão não deixa dúvidas de que não lhe faltaria apoio para tanto.

O resultado na CCJ demonstrou a prevalência da tese de que, ao longo dos seis anos em que permaneceu sem solução, o crime foi continuado e, portanto, encaixada no flagrante admitido pela Constituição para a prisão preventiva de parlamentares. As câmeras sumiram, o carro foi desmontado, delegados foram trocados, e cinco pessoas relacionadas ao crime foram mortas, entre as quais uma das pessoas que desmanchou o carro, ou seja, há fartos indícios de obstrução de Justiça.

A tese acabou também por prevalecer em plenário, onde eram necessários 257 votos para manter Brazão detido. A decisão do STF foi referendada com uma sobra de 20 votos, a oposição de 129 parlamentares e a abstenção de 28. O comportamento de algumas bancadas, como o PP de Lira, surpreendeu e demonstrou que pode faltar bala ao presidente da Câmara para sua sucessão. Quem acabou por pautar a bancada foi o deputado Fausto Pinatto (SP), que definiu o voto em favor de Brazão como "suicídio" da Câmara face à resistência da opinião pública.

Musk mostrou-se uma carona pouco eficiente para os parlamentares, mas não deixará tão cedo a paisagem nacional. O Supremo não caiu na pegadinha perseguida pelo bilionário de banimento do X do país. A abertura do acesso por VPN, mesmo que sob alto custo, desmoralizaria a decisão. O Executivo escapou por pouco, a despeito dos esforços nesse sentido do ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta.

A aliança de Musk com o crime organizado não prosperou, mas ele foi bem sucedido em enterrar o PL das Redes Sociais. É esta a principal frente de batalha. Porque o que está em jogo não são negócios de Musk, mas a democracia brasileira. Se a Câmara se recusar a legislar, o tema cairá no colo do STF. E, desta vez, não haverá como protestar contra usurpação de prerrogativas.

Os defensores da soltura de Brazão foram os mesmos que, três semanas atrás, lideraram a votação que derrotou as "saidinhas". Não foram capazes de convencer a opinião pública de que bandido bom é bandido solto. Os aliados de Musk no crime organizado resolveram apostar que do outro lado da polarização estava um eleitor manobrável. A reação que pautou a votação demonstrou que o eleitor é de direita, mas não é trouxa.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Poderes Declaração de Alexandre de Moraes foi dada em agradecimento aos colegas Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso

'Alienígenas aprenderão sobre a coragem do Judiciário brasileiro'

Luísa Martins
De Brasília

Em manifestação pública após as críticas que sofreu do empresário Elon Musk, dono do X, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nessa quarta-feira (10) que "talvez alguns alienígenas não saibam, mas passarão a aprender sobre a coragem e a seriedade do Judiciário brasileiro". A declaração foi dada em agradecimento aos colegas Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, que defenderam a regulamentação das redes sociais e elogiaram a atuação de Moraes.

"Tenho absoluta convicção de que o STF e a população brasileira sabem que liberdade de expressão não é liberdade da defesa da tirania. Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passarão a aprender sobre a coragem e a seriedade do Judiciário brasileiro", afirmou Moraes, sem citar o empresário, pouco antes de começar um julgamento sobre tributação de PIS e Cofins.

No fim de semana, Musk fez ataques a Moraes, afirmou que há uma "censura" no Brasil e que o X descumpriria decisões judiciais. No domingo, o ministro determinou a abertura de um inquérito para investigar o empresário. Desde o início da crise, o magistrado havia se manifestado por meio de despachos, não em discursos.

Na sessão plenária dessa quarta, Gilmar, decano do Supremo, afirmou que a Corte tem um "encontro marcado" com a regulamentação das redes sociais, especialmente após os ataques de Musk.

GUSTAVO MORENO/SCO/STF

Moraes: "Liberdade de expressão não é liberdade da defesa da tirania"

"As manifestações veiculadas na rede social apenas comprovam a necessidade de que o Brasil, de uma vez por todas, regulamente de modo mais preciso o ambiente virtual", disse o ministro. Segundo ele, o Marco Civil da Internet tem se mostrado "inábil a impedir abusos".

Gilmar disse que "apenas com a elaboração de uma nova legislação será possível estabelecer com mais segurança os direitos e deveres de todos aqueles que se disponham a atuar na internet, sem que haja espaço para agressões, mentiras, golpismos e outros males".

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro ou seus apoiadores, ele lembrou, ainda, que a democracia tem sido objeto de uma "ardilosa trama que pretendia subjugar os poderes constituídos contra a vontade popular manifestada nas urnas" nas últimas eleições.

"Tenho certeza de que este Supremo Tribunal Federal, honrando suas melhores tradições, saberá impor a cada um dos envolvidos a devida responsabilização, aplicando a ordem jurídica de forma proporcional e justa na defesa da democracia."

O decano também disse "não ter dúvidas" de que a Corte "não se furtará a garantir que a ordem jurídica brasileira seja aplicada sem relativizações", uma vez que qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita às leis e às decisões das autoridades brasileiras.

Ele destacou que "a liberdade de manifestação não se confunde com libertinagem, nem permite veiculação de discursos de ódio, dolosamente (e muito bem remunerados) propagadores de 'fake news', não raro endereçados a minar a estabilidade institucional".

"Por trás da retórica nefasta de que haveria uma liberdade ilimitada no ambiente virtual, o que existe é mero interesse escuso, voltado à obtenção de rendoso lucro às custas da divulgação de inverdades com propósitos políticos cada vez mais claros."

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, reforçou essa avaliação e voltou a dizer que, por trás da alegação da proteção da liberdade de expressão, "o que existe é um modelo de negócios que vive do engajamento — e que, desafortunadamente, o ódio engaja mais que o discurso moderado".

Também nessa quarta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a dar recados a Musk. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente disse que hoje em dia tem "empresário americano", "que nunca produziu um pé de capim neste país", mas "ousa falar mal" do Brasil. Lula fez o comentário no anúncio da seleção de moradias para o programa Minha Casa, Minha vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades. ***(Colaboraram Renan Truffi e Mariana Assis)***

Comissão do Senado discute regras para IA

Gabriela Pereira
De Brasília

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil do Senado deve discutir o projeto de lei 2.338/23 que busca regulamentar o uso de IA no país no dia 23, disse o relator da proposta, o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Em um evento sobre o tema, no Interlegis, em Brasília, nessa quarta-feira (10), Gomes afirmou que ainda não existe um consenso sobre a regulamentação da IA, mas uma imagem de que a regulação deve ocorrer de maneira setorial.

O relator destacou ainda que a regulamentação é um grande conjunto de vários atores da sociedade e é necessário manter o diálogo, ouvir a todos e achar um caminho comum. Além disso, o parlamentar afirma que o Brasil precisa se posicionar em relação ao tema e apresentar ao G20 um projeto que tenha coerência.

"Não precisa ser o primeiro país do mundo a regulamentar o uso da tecnologia, mas o projeto precisa ser bom", disse o senador.

Em meio aos debates sobre a regulação das redes sociais, entidades empresariais e atores da sociedade civil também apresentaram nessa quarta-feira uma carta aberta ao Congresso Nacional com diretrizes para o debate sobre a regulação da IA no Brasil.

O debate sobre a regulamentação das plataformas voltou à tona após o empresário Elon Musk, dono da rede social X (ex-Twitter), fazer ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O episódio fez com que parlamentares, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrassem a retomada da discussão do projeto de lei que trata do assunto e que está parado na Câmara dos Deputados. Na terça-feira, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que criará um grupo de trabalho para discutir um novo texto. Ele afirmou que o tema pode ser tratado em conjunto com a regulação da inteligência artificial em discussão no Senado.

De acordo com a carta das entidades, o marco regulatório deve ser debatido "com alternativas de regulação para a tecnologia que estejam alinhadas com a experiência normativa brasileira, equilibrando a proteção de direitos e garantias fundamentais com o desenvolvimento socioeconômico, a inovação e a competitividade do país".

> "Não precisa ser o primeiro a regulamentar, mas tem que ser bom" *Eduardo Gomes*

Além disso, ao documento também pede que os congressistas observem o ordenamento jurídico brasileiro que já estabelece alguns direitos e deveres quanto ao uso de IA, considerando que a criação de novas legislações podem ser conflitantes com as já existentes.

Já Eduardo Lopes, presidente da Zetta, associação que representa empresas de serviços digitais financeiros, apontou que a instituição não quer adiar a regulação, mas ressaltou que o tema não deve ser tratado com rapidez, mas com debates e avaliação do cenário regulatório brasileiro.

Participaram da elaboração da carta a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), a Associação Brasileira de Fintechs (Abfintechs), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e a Zetta.

MP-TCU quer explicações sobre contratos da Starlink

Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta
De Brasília

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) propôs, por meio de representação assinada nessa quarta-feira (10), que a Corte de Contas solicite "esclarecimentos ao governo federal sobre a existência ou não de contratos com a empresa Starlink", de Elon Musk. Na representação, o subprocurador-geral, Lucas Furtado, pede que, caso haja confirmação desses contratos, o tribunal deveria determinar a "imediata extinção, por conta da violação à soberania nacional" identificada nas postagens do empresário no X (antigo Twitter).

Furtado cita informações veiculadas por diferentes veículos de imprensa sobre supostos contratos da Starlink com a administração pública federal, tais como de fornecimento de internet via satélite em algumas escolas e aldeias indígenas no Amazonas, projetos relacionados à geração e distribuição de energia elétrica e até eventuais casos específicos nas quais o Exército e a Marinha teriam exigido no processo de contratação especificamente a tecnologia da Starlink.

No documento, o subprocurador-geral do MP-TCU menciona que a iniciativa foi motivada pela repercussão, nos últimos dias, do embate travado entre Musk, dono do X, com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O representante do MP-TCU cita que recebeu informações de que ministérios têm negado a existência de qualquer contrato. No documento, ele destaca ainda que é preciso esclarecer se houve acordos sem licitação, caso não sejam esclarecidos os detalhes da relação entre a companhia e o governo.

> "O Brasil não pode viver de migalhas se quiser ser respeitado" *Lucas Furtado*

O subprocurador-geral classificou a postura dos órgãos federais como um "jogo de empurra", onde "um ministério joga para o outro" a responsabilidade de apresentar os dados sobre a contratação.

"Em meu entendimento, não pode haver qualquer relação do governo brasileiro, em todas as suas instâncias, com a empresa do sr. Elon Musk, o qual, em total afronta e desrespeito à soberania nacional, ameaçou não se submeter ao direito brasileiro", relata Furtado, na representação do MP-TCU. "O Brasil não pode viver de migalhas se quiser ser respeitado e providências urgentes devem ser adotadas a esse respeito", acrescentou.

Furtado, no documento, reforça o posicionamento assumido recentemente pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), da Presidência da República, Paulo Pimenta. Nos últimos dias, o ministro afirmou que o governo brasileiro não pode permitir uma "ingerência externa" que busque se sobrepor à Constituição do país, nem pode tolerar a utilização da rede social por indivíduos procurados pela Interpol para repetir crimes pelos quais já estão sendo investigados.

O subprocurador-geral também reforçou o que disse o advogado-geral da União, Jorge Messias, à imprensa. O integrante do governo havia afirmado que não é possível "viver numa sociedade em que bilionários domiciliados no exterior têm o controle das redes sociais e se colocam em posição de violar o Estado de Direito, descumprindo ordens judiciais e ameaçando do nossas autoridades".

Estudo global indica apoio à proibição de plásticos de uso único

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Mais de 70% da poluição dos oceanos é de plásticos descartáveis, itens que deveriam ser proibidos, defende a maioria dos consumidores ouvidos em uma pesquisa global. Os brasileiros acompanham a tendência mundial — 85% dos entrevistados acredita que o tratado global sobre poluição plástica da ONU, que está sendo negociado, deveria proibir sacolas de compras, talheres, copos e pratos plásticos de uso único.

A pesquisa foi feita pela Ipsos com mais de 24 mil pessoas em 32 países, a pedido da WWF Internacional e da Plastic Free Foundation, movimento social global que impede que cerca de 300 milhões de quilos de plástico poluam o planeta ao ano com campanhas de conscientização.

O tratado global sobre poluição plástica vem sendo negociado desde dezembro de 2022 por 175 países. Será o primeiro tratado internacional contra a poluição por plásticos com regras e medidas obrigatórias. A quarta e penúltima rodada de negociações acontecerá no Canadá, no fim de abril.

Um estudo da The Pew Charitable Trusts e da Systemiq diz que, se nada for feito, a quantidade de plástico entrando na economia dobrará até 2040, o volume de lixo plástico indo aos oceanos, triplicará, e os estoques de plástico no mar, quadruplicarão. Outro estudo, da Fundação Ellen MacArthur, de 2016, diz que se a produção, o consumo e o descarte de plásticos seguirem na toada atual, em 2050 pode haver mais plásticos do que peixes no oceano.

A pesquisa da Ipsos buscou entender a opinião pública sobre regras globais em debate para regular a produção, consumo e gestão dos plásticos e que podem ser incluídas no tratado. Foram ouvidas pessoas com idade entre 16 e 74 anos nos meses de agosto e outubro de 2023.

Os entrevistados apoiam regras globais para proibir produtos químicos perigosos para a saúde e o ambiente usados em plásticos (87%). Ou regras que exijam que novos produtos e embalagens plásticas contenham plástico reciclado (88%). Apoiam, também, que fabricantes de plástico paguem uma taxa que será usada para aumentar a reutilização, reciclagem e gestão dos resíduos (84%).

O apoio a um sistema financeiro que possa financiar medidas para conter a poluição por plásticos foi maior em países de renda baixa e média como Nigéria, Uganda, Indonésia e África do Sul.

"O Brasil ainda tem muitas posições em aberto nas negociações", diz Michel Santos, gerente de políticas públicas do WWF-Brasil. "Tem muito plástico e isso é perceptível a todas as pessoas. Em qualquer lugar que se vá, se enxerga plástico — no oceano, na cidade, nos rios", continua ele.

85%
no Brasil querem fim de peças de uso único

"A percepção do brasileiro em relação ao dos outros 31 países é alinhada à média global: os consumidores entendem que o problema é urgente e que é preciso estabelecer regras globais para enfrentá-lo", segue Santos. "Só os planos nacionais não são suficientes para lidar com essa crise tão urgente quanto a climática e a da perda de biodiversidade".

Alguns estudos, cita a pesquisa, mostram que o consumo de plástico no Brasil está em alta. O Brasil consome, por ano, mais de 10,3 milhões de toneladas de plásticos. O Brasil lança cerca de 3,4 milhões de toneladas de resíduos plásticos no mar por ano. É grande o impacto para as pessoas que vivem na região costeira e à natureza.

São mais de 430 milhões de toneladas de plástico virgem produzidos todos os anos e 60% deste volume é de uso único. Só 9% deste plástico é reciclado. "Não estamos demonizando o plástico, nem se quer o fim absoluto de tudo que é material plástico", esclarece Santos. "Mas existem plásticos que não podem ser reciclados e não têm valor para o catador."

Um grupo de mais de 200 empresas e instituições financeiras organizado na Coalizão Empresarial por um Tratado Global para os Plásticos pede aos governos medidas ambiciosas para tornar viável o fim da poluição plástica.

A Coalizão defende uma visão abrangente de economia circular para o setor, eliminando plásticos desnecessários. Outro ponto é estimular a inovação para garantir o reuso, a reciclagem ou a compostagem de plásticos necessários.

Geopolítica Biden recebe premiê japonês e firma acordo até para acelerar o 'desenvolvimento e comercialização da fusão nuclear'

EUA renovam pactos com Japão ante ameaças de China e Rússia

Reuters, de Washington

O presidente dos EUA, Joe Biden, e o premiê do Japão, Fumio Kishida, anunciaram ontem a ampliação de sua cooperação militar conjunta e um novo sistema de defesa antimísseis, reforçando sua aliança com olhos voltados para ações agressivas de China e Rússia.

Washington e Tóquio também anunciaram uma parceria para acelerar o desenvolvimento e comercialização da fusão nuclear. Esta associação se concentrará em desafios científicos e técnicos, além de expandir o trabalho entre universidades dos EUA e do Japão, laboratórios nacionais e empresas privadas, disse o Departamento de Energia americano.

"Este é o avanço mais importante em nossa aliança desde que ela foi estabelecida", disse Biden na entrevista conjunta com Kishida na Casa Branca, depois de cerca de duas horas de negociações que se concentraram na conturbada região do Indo-Pacífico, na Ucrânia e no conflito de Gaza.

Kishida disse que os dois governantes também discutiram as relações tensas entre Taiwan e a China e prometeram defender a ordem internacional baseada no Estado de Direito. "Tentativas unilaterais de mudar o status quo pela força ou por coerção são absolutamente inaceitáveis, onde quer que aconteçam", afirmou. Segundo Kishida, EUA e Japão continuarão a reagir a ações desse tipo, incluindo às ameaças da China. "Quanto à agressão da Rússia à Ucrânia... a Ucrânia de hoje pode ser o leste da Ásia de amanhã", acrescentou.

Com os anúncios de Biden e Kishida, os ex-inimigos da 2ª Guerra chegam à colaboração mais estreita que já tiveram desde que se tornaram aliados, décadas atrás. Biden disse que as forças armadas dos dois países vão cooperar com uma estrutura de comando conjunta e, junto com a Austrália, desenvolver uma nova rede de defesa aérea antimísseis. Os governantes também anunciaram que astronautas japoneses participarão de missões da Nasa à lua.

O Japão, que com frequência é descrito como o aliado mais importante dos EUA na Ásia e sua maior fonte de investimento estrangeiro direto, passou a assumir um papel mais forte no cenário mundial depois que uma série de mudanças nas leis de segurança durante a última década transformaram sua Constituição pacifista. Kishida discursará hoje no Congresso dos EUA e participará de uma reunião com Biden e o presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos Jr., que deve se concentrar nas incursões de Pequim no Mar do Sul da China.

No geral, os EUA e o Japão fecharam cerca de 70 acordos de cooperação na área da defesa, entre eles medidas para atualizar a estrutura do comando militar dos EUA no Japão para torná-lo mais capaz de trabalhar com as forças japonesas em uma crise.

O encontro se dá em um momento em que a China tem intensificado a pressão sobre as Filipinas no Mar do Sul da China, por conta de uma área de recifes que Pequim reivindica, mas o direito internacional diz que pertence às Filipinas. Segundo uma autoridade americana, a China está tentando isolar o Japão e as Filipinas. Ao reunir-se com os governantes dos dois países na minicúpula de hoje, Biden tem o objetivo de "virar o jogo e isolar a China".

> "Esse é o maior avanço da nossa aliança desde que ela se estabeleceu"
> *Joe Biden*

Uma nuvem que paira sobre a visita de Kishida é a controvérsia a respeito da planejada aquisição da siderúrgica americana U.S. Steel pela japonesa Nippon Steel, por US$ 15 bilhões, uma transação que algumas pessoas dizem que está "respirando por aparelhos" depois de ser criticada por Biden e pelo ex-presidente Donald Trump, seu rival nas eleições presidenciais americanas de novembro. Indagado sobre a transação, Kishida disse esperar que as discussões sobre ela deem certo. "Desejamos consolidar esta relação vantajosa para os dois lados", acrescentou.

Também pesam as preocupações japonesas de que, se Trump vencer a eleição, possa buscar um acordo com a China e retirar soldados americanos do Japão.

As bases no Japão permitem a Washington projetar seu poder militar por toda a região e limitar a influência chinesa. Elas seriam vitais caso a China avançasse sobre Taiwan, uma grande preocupação do Japão, dada a proximidade geográfica com a ilha — que Pequim considera uma província rebelde.

Xi recebe ex-líder taiwanês e fala em 'reunificação'

JU PENG/XINHUA VIA AP

O presidente da China, Xi Jinping, recebeu ontem em Pequim o ex-presidente de Taiwan Ma Ying-jeou e utilizou o encontro para reiterar a demanda de reintegração da ilha à soberania chinesa. "A interferência externa não pode impedir a tendência histórica de reunificação dos chineses e das famílias", disse Xi, completando que as pessoas de ambos os lados do estreito de Taiwan são um único povo e "não há ressentimentos que não possam ser resolvidos, nenhum problema que não possa ser discutido e nenhuma força que possa nos separar". Ma, do partido Kuomintang, deixou o cargo em Taiwan há oito anos, mas ainda possui influência política. Ele defende o atual status de Taiwan — de autonomia em relação a Pequim, mas sem declarar uma independência formal. Na foto, Ma (à esq.) e Xi se cumprimentam.

Israel mata 3 filhos de líder do Hamas no exílio

Dow Jones Newswires

Ataques aéreos israelenses mataram ontem três filhos adultos e quatro netos — de idades não especificadas — do líder político do grupo terrorista Hamas, Ismail Haniyeh, que vive em Doha, no Catar. A família festejava o primeiro dia do feriado do Eid-al-Fitr, que marca o fim do mês do Ramadã.

O ataque ocorreu no momento em que membros do Hamas e Israel negociam — sob mediação do Egito e do Catar — um cessar-fogo e a libertação de mais de 133 reféns em poder do grupo palestino na Faixa de Gaza. Israel declarou que seus aviões atingiram os filhos de Haniyeh no campo de refugiados de Shati, em Gaza, porque eles integravam a ala militar do Hamas.

Israel e o Hamas nomearam os três filhos como Hazem Ismail Haniyeh, Amir Ismail Haniyeh e Muhammad Ismail Haniyeh. Autoridades do Hamas negaram que eles fossem milicianos do grupo. Haniyeh tem outros 10 filhos.

"Não há dúvida de que esse inimigo criminoso é movido pelo espírito de vingança e pelo espírito de assassinato e derramamento de sangue, e não observa quaisquer padrões ou leis", disse Haniyeh à emissora de TV Al-Jazeera.

"Se pensam que atacar meus filhos no auge das negociações fará o Hamas mudar suas posições, estão delirando", disse o líder.

Na terça-feira à noite, o presidente americano, Joe Biden, disse que Israel "cometeu erros" na guerra iniciada após os ataques terroristas de 7 de outubro em território israelense. Os EUA pressionam o premiê Benjamin Netanyahu a aceitar uma trégua.

Banco Mundial revê para baixo previsão de PIB da AL para 2024

Estevão Taiar
De Brasília

O Banco Mundial revisou de 2% para 1,6% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe em 2024. Para 2025 e 2026, as estimativas são respectivamente de 2,7% e 2,6%. Os números foram divulgados ontem pela instituição multilateral em seu relatório semestral para a região.

Os números da Argentina [mais informações abaixo] puxaram para baixo as previsões para a região.

No documento o Banco Mundial afirma que, em um "ambiente internacional que só agora mostra sinais de estabilização", a América Latina e o Caribe "têm feito avanços lentos mas consistentes para resolver os desequilíbrios induzidos pela pandemia".

Com "algumas exceções", os países da região conseguiram por exemplo reduzir "a inflação a níveis inferiores aos dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)". Assim, as "taxas de juros estão começando a cair após quatro anos de gestão macroeconômica sólida".

"Contudo, ainda existem desafios para corrigir os desequilíbrios fiscais, recuperar o poder de geração de renda perdido e os avanços da década anterior em matéria de redução da pobreza", diz.

Para o Banco Mundial, a "tarefa principal" continua "sendo a de acelerar as taxas de crescimento, atualmente fracas".

"Embora seja, em parte, causado pelas taxas de juros elevadas, o baixo crescimento também é reflexo de problemas estruturais de longa data", diz. Além disso, alerta para "duas novas características da região" que "dificultarão ainda mais" a situação de América Latina e Caribe no futuro.

Crescimento econômico
Projeções - em %

País	2024	2025
Argentina	-2,8	5
Bolívia	1,4	1,5
Brasil	1,7	2,2
Chile	2	2,2
Colômbia	1,3	3,2
El Salvador	2,5	2,5
Equador	0,7	1,7
Haiti	-1,8	1,9
México	2,3	2,1
Paraguai	3,8	3,6
Peru	2,7	2,4
Uruguai	3,2	2,6
América Latina e Caribe	1,6	2,7

Fontes: Banco Mundial *Países selecionados

"Em primeiro lugar, o envelhecimento da força de trabalho traz novos desafios para o crescimento, para a estabilidade fiscal e para as famílias", diz. "Em segundo lugar, a violência na região - que já era, de longe, a mais alta do mundo - ficou ainda mais grave e generalizada, aterrorizando os cidadãos da região e minando os avanços proporcionados pela estabilidade macroeconômica que haviam tornado a região mais atraente para investimentos."

Segundo a instituição, os desafios novos ou velhos "também contribuem para os ganhos abaixo do esperado" com investimentos estrangeiros.

Nesse sentido, a instituição defende "uma ampla agenda de reformas - na educação, infraestrutura, regulação e políticas de concorrência - que vêm sendo adiadas há décadas".

BM reverte projeção e prevê retração de 2,6% na Argentina

De Brasília

O Banco Mundial (BM) revisou de alta de 2,8% para queda de 2,8% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina em 2024. Mas a estimativa para 2025 passou de alta de 3,3% para também crescimento de 5%.

Já a projeção para 2026, apresentada pela primeira vez, é de expansão 4,5%. Os números foram divulgados ontem pela instituição multilateral em seu relatório semestral para América Latina e Caribe. Em entrevista coletiva virtual para detalhar o relatório, o economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, William Maloney, disse que a revisão para este ano decorreu principalmente dos cortes de gastos realizados pelo presidente Javier Milei.

Ainda que tenham impacto negativo no crescimento previsto para 2024, os cortes "são provavelmente necessários no médio prazo" para alcançar o equilíbrio fiscal e a queda da inflação, segundo Maloney. Além disso, representam "uma precondição para a dolarização" da economia argentina proposta pelo presidente argentino.

"A dolarização não pode ser feita sem fundamentos fiscais", afirmou, destacando que os cortes "estão na direção correta" se a intenção de Milei é justamente dolarizar a economia.

Maloney também afirmou que a revisão da projeção de crescimento da Argentina foi o principal motivo para a revisão da estimativa de expansão para América Latina e Caribe em 2024 como um todo, que passou de 2% para 1,6%.

O economista-chefe do Banco Mundial reconheceu, porém, que os impactos negativos sobre a população mais pobre dos cortes de despesas são "altos". Por isso, o órgão está trabalhando com o governo argentino para tornar "mais eficientes" as políticas públicas ligadas a alimentação, saúde e segurança. *(E.T.)*

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

MP para reduzir conta de energia elétrica é ineficaz

O presidente Lula tenta de forma errada encontrar uma solução para sua popularidade em queda. Mal assessorado pelo núcleo do Planalto e pelos expoentes do Ministério de Minas e Energia, o presidente assinou uma medida provisória que antecipará o pagamento de R$ 26 bilhões decorrentes da privatização da Eletrobras para reduzir a conta de energia dos consumidores. No fim das contas, porém, as tarifas aumentarão a médio prazo. Além disso, o motivo para a ação é péssimo — queda na avaliação de um mandatário que concorrerá à reeleição — e justifica os piores temores, os de que são as chances de continuar no poder que determinarão as medidas do Executivo a partir de agora.

Em vez de buscar uma solução racional, o governo fez o caminho inverso: convocou especialistas do setor para apontar saídas não antes, mas depois de editar a MP. Uma discussão iluminada sugeriria aos assessores do Executivo que prestassem atenção no que dizem todos os que reclamam do progressivo encarecimento do custo da energia — não só consumidores de baixa renda, mas indústrias, comércio, associações do setor etc. Com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e grande sobra, o Brasil tem uma das energias mais caras do mundo.

Todos os problemas do setor elétrico foram parar na conta dos consumidores residenciais, dada a profusão de subsídios, em especial a energias renováveis, que já deveriam ser escalonadamente reduzidos. A MP é um exemplo do que não deve ser feito. O objetivo da medida é reduzir entre 3,5% e 5% a conta. O adiantamento de R$ 26 bilhões amortizará duas pesadas contas do passado, de cerca de R$ 11 bilhões, relativas ao ressarcimento da queda de consumo provocada pela pandemia de covid-19 e pelo uso de termelétricas, o insumo mais caro do sistema, durante a escassez de energia em 2021. Esse dinheiro não existe. Será um empréstimo feito com recebíveis junto aos bancos, com pagamento de juros e encargos. Quando a conta dos empréstimos chegar, o custo voltará a atordoar os consumidores, que se beneficiarão apenas de um alívio imediato.

Os governos petistas ajudaram a transformar problemas complexos de um setor já complicado em um pesadelo. Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia, depois ministra chefe da Casa Civil e, por fim, presidente da República, editou a MP 579 em 2012 para reduzir o preço cobrado pela energia do consumidor em 20%. Em 2014 a conta de energia já havia subido 25% e, em 2018, 50%. Aos desarranjos desse período foram acrescentados outros a partir daí. Os encargos extras nas contas de energia — boa parte deles não deveria estar ali — somam 13% do total da tarifa.

A liberalização do mercado, uma solução correta, seguiu caminhos tortuosos e acresceu custos. O aumento do número de consumidores que poderiam escolher quem lhes fornece energia, com base no mercado livre, ocorreu ao mesmo tempo em que foram concedidos subsídios, também corretos, para a expansão de fontes alternativas. No entanto, quem recebeu os subsídios migrou para o mercado livre, reduzindo a base de consumidores que têm de pagar os encargos correspondentes. Além disso, com base nos incentivos, a oferta total de energia ultrapassou em muito a demanda, com a consequência exótica de que, mesmo assim, seu preço continuou subindo.

Pelos dados da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), em termos de renda per capita, o Brasil tinha em 2022 um custo residencial da energia elétrica maior do que todos os 34 países ricos da OCDE. "O consumidor subsidia combustíveis fósseis, paga o risco hidrológico, segurança energética, energia de reserva, sobra de energia e a expansão desnecessária da transmissão, tudo isso custo de geração", afirma Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel e colunista do **Valor**.

O desenho da MP traz os contornos das distorções do sistema. Energias alternativas, cujos custos caíram a mais da metade do que quando surgiram, tiveram prorrogados por mais 36 meses o prazo para que entrem em operação com subsídios. Para a Abrace, a conta será de R$ 4,5 bilhões por ano a partir de 2029. Para Santana, que estima em 90 GW a capacidade adicional dessas fontes que ainda não produzem, a conta total ficará entre R$ 17 bilhões e R$ 19 bilhões.

As lideranças do Congresso contribuem para o caos. Além de empilhar caras usinas térmicas a gás desnecessárias no projeto de privatização da Eletrobras, agiram, por exemplo, para fazer com que a Aneel suspendesse reajuste de 34% nas tarifas do Amapá, base política do senador Davi Alcolumbre (União Brasil), que cobiça o comando do Senado em 2025.

O início de uma solução para o inacreditável problema de tarifas estratosféricas em um país com sobra de energia passa pela alocação dos subsídios tidos como necessários fora da conta de luz e no lugar a que pertencem: o orçamento da União. Ao mesmo tempo, seria possível abrir a todos a adesão ao livre mercado e repartir democraticamente o custo dos subsídios adequados. Para Santana, a conta de luz cairia 12% "sem truques". Há assim formas mais inteligentes e baratas de o presidente Lula tentar melhorar sua popularidade.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

País deve melhorar imagem externa e se livrar de complexo de terceiro mundismo. Por **Roberto Teixeira da Costa**

Cadê o investimento estrangeiro?

Em 1º de março de 2024, o **Valor** publicou artigo assinado por quatro respeitáveis economistas com o título "O enigma do investimento direto no país". Nele recomendavam que o Banco Central distinguisse na sigla FDI (Foreign Direct Investment) o capital que aqui aporta para aplicações financeiras com vencimento determinado.

Quando analisamos os números de 2023, observamos que no total do chamado investimento direto (FDI) houve uma queda de 17% em relação ao ano anterior. Fatores externos e internos devem ter colaborado, principalmente levando-se em consideração que as taxas de juros nos Estados Unidos tiveram sensível elevação. O Federal Reserve (Fed) utilizou a tradicional política de aumento do custo do dinheiro para conter a inflação que atingira níveis não verificados em muitos anos.

Portanto, o fluxo de recursos para o mercado financeiro foi duplamente afetado pela política de juros no mercado externo e interno que se mantiveram elevados. Sabidamente, títulos do governo norte-americano são referenciais para aplicadores financeiros pela segurança e liquidez que oferecem.

Reconhecendo a necessidade de haver a separação, constatamos que tanto os instrumentos diretos como os financeiros são afetados pela política de juros norte-americana. Nas aplicações financeiras são determinantes e no investimento direto também têm influência, mas não relevantes como comentaremos adiante.

Apesar de analistas estrangeiros recomendarem ações brasileiras, devido aos seus preços atraentes, estatísticas recentes indicam que, no trimestre em curso, a saída de recursos dos aplicadores em Bolsa chegou a R$ 21,2 bilhões. Essa saída estaria sendo explicada por políticas estatizantes do governo, baixo crescimento da economia chinesa, que afeta nosso comércio internacional, demora na regulamentação da reforma tributária e a dificuldade do governo na aprovação de projetos governamentais no Congresso.

Curiosamente, em diferentes momentos recentes, analistas de bancos, sem exceção, têm comentado positivamente as oportunidades que as ações em Bolsa estão oferecendo. No **Valor** de 15 de março registramos que "Estrangeiros mantêm tom otimista com Brasil, mas fluxo não vem", afirmando que investidores internacionais adotam visão positiva para ativos locais, em contraste com saída de recursos da bolsa e apostas contra real.

Aduziria que hoje a preocupação com a segurança interna vem aumentando seu peso e pode estar influenciando decisões de investimento. Ela aparece no topo da lista das preocupações dos brasileiros, quando, no passado, os mais lembrados eram fatores como saúde, inflação, educação e emprego.

Por aqui continuamos lidando com pautas relevantes, e que se movem com lentidão, pois o governo não tem maioria no Congresso. Ainda assim, oferecemos condições favoráveis para o investidor: nossa vastidão territorial; acesso pelo Atlântico, reforma energética que nos coloca numa posição privilegiada no cenário mundial, assim como o mercado interno ainda com grande potencial de crescimento em diferentes setores, principalmente o agrícola; situação não conflituosa com países vizinhos e farta mão de obra disponível.

OLEG GAMULINSKII/PIXABAY

Creio que no contexto do complexo momento que a política mundial atravessa, com reflexos na geopolítica, o Brasil deveria ser privilegiado pelo fluxo de investimentos, embora não seja o que temos verificado no momento. Somos um país que acolhe amistosamente investidores estrangeiros, sem xenofobia, e oferecendo condições quase únicas nesse cenário de tantas incertezas mundiais. Conflitos ideológicos, guerras que não apontam soluções imediatas, sem falar na crítica situação dos imigrantes e deslocados e dúvidas sobre as eleições nesse ano nos Estados Unidos compõem um painel pleno de interrogações.

Quais as razões poderiam explicar que o capital estrangeiro, tão importante para complementar a poupança interna, não esteja chegando?

Fica no ar essa questão, mas, pelos comentários registrados em diferentes eventos institucionais que participei, no topo da lista estão a questão da previsibilidade e o respeito à lei. Não nos faltam legislações, mas sim seu cumprimento ou, em alguns casos, como constatamos recentemente, a questão da segurança interna que vem ocupando espaço importante. Mas não podemos ficar inertes somente lamentando as oportunidades perdidas.

A questão cambial também é lembrada como interrogante. Obviamente, flutuações cambiais têm forte peso na decisão dos investidores estrangeiros, pois o cálculo do retorno esperado pode ser influenciado por uma depreciação cambial.

No entanto, se olharmos nossas contas externas, não vemos guarida para essas preocupações. Continuamos com elevadas reservas cambiais e se os superávits da balança comercial poderão ser menores devido à quebra de algumas safras por questões climáticas e pela demanda chinesa, ainda assim relevante. No entanto, nada faz crer que tenhamos, por razões internas, questões cambiais. O problema maior continua sendo a questão do patamar da taxa de juros nos Estados Unidos e o comportamento de sua economia.

Precisamos melhor nossa imagem externa. Como analisei no meu livro "O Brasil tem medo do mundo", temos uma postura negativa quando nos apresentamos ou discutimos o nosso país. Chegamos de "crista baixa", ressaltando nossos problemas (alguns não exclusivos) e não enfatizamos nossas virtudes, qualidades e oportunidades. Temos que nos livrar desse complexo de terceiro mundismo e achar que além de nossas fronteiras tudo é melhor, o que não é verdade.

Ao prefaciar o meu livro, o embaixador Marcos Azambuja afirma: "Assistimos ao mundo se transformar e ainda mais acelerar seus processos de transformação, e o Brasil corre o risco de perder o espaço a que naturalmente poderia aspirar no futuro e ainda incerto ordenamento mundial diante das mudanças provocadas pela covid-19".

Reconheço que temos desafios, mas olhando outros países não temos que nos lamentar. Temos que reagir já e aproveitar as circunstâncias que nos favorecem, principalmente a nossa revolução energética e disponibilidade de água, fatores incontestáveis. Na questão climática fizemos sensíveis progressos com a queda no desmatamento da Amazônia.

Vamos parar de torcer contra o país. Mais confiança em nós mesmos é fundamental.

Roberto Teixeira da Costa foi o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e é conselheiro emérito e fundador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Vencedores e perdedores do powershoring

Jorge Arbache

O powershoring é uma estratégia corporativa dos tempos da descarbonização para a produção eficiente e segura de bens intensivos em energia para exportação. Geografias com abundância de energia verde e barata oferecem condições favoráveis para localização de empresas que enfrentam as novas circunstâncias ambientais, energéticas e geopolíticas.

Com a mais verde matriz elétrica e custos de produção de energia atrativos, a América Latina e Caribe pode ajudar o setor privado a enfrentar aquelas circunstâncias. O powershoring já é uma realidade na região e vários projetos já estão em desenvolvimento.

Embora o powershoring já venha despertando crescente interesse e atenção internacional, o tema ainda é novo e está sob exame. Dentre os temas em avaliação estão a comparação com o nearshoring e o friendshoring e quem perde e quem ganha com a estratégia.

Quanto à primeira questão, a estratégia do powershoring é complementar às demais. Enquanto estas se focam na proximidade de mercados consumidores e em temas geopolíticos, aquela se concentra em acesso à energia, compliance ambiental e resiliência. Neste momento, não há países na região aptos a acomodarem ambas as estratégias em condições competitivas e em escala.

Quanto à segunda questão, a política do net zero é a agenda que mais ganha. Afinal, ao acomodar empresas internacionais intensivas em energia e com elevadas emissões, o powershoring acelera a descarbonização associada às emissões industriais, que é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em países avançados. Considere o caso do aço, que responde por entre 7% e 9% de todos os GEE do planeta. A hipotética produção do aço de baixas emissões em zonas de powershoring poderia, portanto, entregar resultados ambientais relevantes.

As empresas que lançam mão da estratégia do powershoring também são grandes beneficiárias. De fato, a estratégia pode contribuir para reduzir custos com energia, eliminar custos com direitos de emissão, acelerar a colocação de produtos verdes no mercado, reduzir gastos com compliance ambiental e reduzir impostos. Com isto, pode-se fornecer mais rapidamente ao mercado internacional insumos e bens de consumo verdes e a preços mais acessíveis. Para além de custos, a estratégia também traz resiliência à produção associada à geopolítica e a fenômenos climáticos extremos que requerem, e cada vez mais, diversificação geográfica da produção.

A exportação de insumos como o aço, alumínio, química, celulose e tantos outros produzidos em zonas de powershoring pode ter amplas repercussões águas abaixo, ajudando a baratear a produção e a esverdear cadeias produtivas dos países importadores — pense nos efeitos para a indústria automobilística europeia da maior oferta de aço verde a preços competitivos. Os benefícios corporativos, diretos e indiretos, do powershoring podem, deste modo, ser significativos.

Consumidores de países desenvolvidos, que andam frustrados com a agenda do clima, também podem se beneficiar do powershoring. As razões da frustração incluem o aumento no custo de vida associado à agenda verde, o ônus com o financiamento da transição para fontes de energia renovável, os impostos sobre carbono e emissões e os novos impostos para financiar os maiores gastos públicos. Para que a agenda do clima possa resistir às críticas e ampliar a base de apoio, é preciso encontrar soluções verdes, seguras, baratas e eficientes que beneficiem o cidadão comum, tal qual é o powershoring. O powershoring é, portanto, um aliado da descarbonização eficiente e pode, com isto, ajudar a angariar a necessária simpatia para com a agenda do clima.

A estratégia do powershoring também pode apoiar interesses públicos amplos. Pense no atingimento mais rápido e menos custoso das NDC de países que substituem insumos cinzas por verdes via importação. Isto ocorreria porque a relocalização de plantas intensivas em energia e poluentes acelera e barateia os custos da transição energética no país de origem. Pode, ainda, ter efeitos fiscais e no consumo de água e fortalecer a competitividade internacional de empresas nacionais.

Powershoring é aliado da descarbonização e pode ajudar a angariar a necessária simpatia para a agenda do clima

Considere o desafio da Europa, que se comprometeu em reduzir as emissões em nada menos que 90% até 2040. Tudo o mais constante, não será nada fácil alcançar meta tão ambiciosa em prazo relativamente curto sem frear o crescimento econômico. Estratégias mais amplas provavelmente serão necessárias, incluindo o powershoring.

Finalmente, ganha o país que recebe investimentos do powershoring, que cria emprego e renda, diversifica a produção, gera impostos e exportações, favorece cadeias locais de valor e insere o país em cadeias globais de produção. Ganha, também, a agenda da transição verde e justa defendida pela ONU, já que o powershoring promove, por meio da agenda do clima, as ODS em países em desenvolvimento. No Brasil e Colômbia, por exemplo, as localidades mais atrativas para o powershoring são, também, as com maior incidência de pobreza.

E quem perde com o powershoring? Trabalhadores e localidades das plantas relocalizadas, dentre outras variáveis. Políticas compensatórias já conhecidas podem ser necessárias, incluindo a requalificação profissional, seguros sociais e incentivos a investimentos.

Em resumo, ao que parece, o balanço é largamente favorável aos benefícios. Mas, para realizar todo aquele potencial, será preciso promover e implementar políticas internas nos países de powershoring e políticas em nível internacional. Quanto à primeira, é necessário reduzir riscos e estabelecer parcerias de capitais públicos e privados, dentre outras medidas. Quanto à segunda, é preciso que países avançados "desmercantilizem" a agenda do clima e reconheçam o comércio como ferramenta fundamental da descarbonização global. Também será fundamental a remoção das múltiplas barreiras não tarifárias a produtos verdes, que neutralizam as vantagens comparativas e competitivas de localidades de powershoring.

Jorge Arbache é vice-presidente de setor privado do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço.

IA tem seguido o padrão típico e difuso de outros avanços tecnológicos. Por **Amar Bhidé**

A verdade entediante sobre IA

Especialistas que fazem alertas sobre a Inteligência Artificial (IA) e veem os riscos catastróficos representados por ela na mesma prateleira de uma aniquilação nuclear ignoram a natureza gradual e difusa dos desenvolvimentos tecnológicos. Como argumento em meu livro "The Venturesome Economy", as tecnologias transformadoras — desde os motores a vapor, aeronaves, computadores, telefonia celular e a internet até os antibióticos e as vacinas de RNA mensageiro — evoluem por meio de um longo jogo, com um sem-número de jogadores que desafiam controles e comandos centralizados, do tipo que vem de cima para baixo.

As "tempestades de destruição criativa", de Joseph Schumpeter, e teorias mais recentes que exaltam as inovações desestabilizadoras são enganosas. Como o historiador econômico Nathan Rosenberg e muitos outros mostraram, as tecnologias transformadoras não surgem do nada, repentinamente. Ao contrário, avanços significativos exigem descobrir e superar gradualmente muitos problemas não previstos.

Novas tecnologias introduzem novos riscos. Invariavelmente, aplicações militares se desenvolvem lado a lado com usos comerciais e civis. Aviões e veículos terrestres motorizados têm sido usados em conflitos desde a Primeira Guerra, e computadores pessoais e comunicação móvel são indispensáveis para a guerra moderna. Ainda assim, a vida continua. Sociedades tecnologicamente avançadas desenvolveram mecanismos jurídicos, políticos e de aplicação da lei para conter os conflitos e a criminalidade possibilitados pelos avanços tecnológicos. Julgamentos caso a caso são cruciais nos EUA e em outros países de "direito comum". Esses mecanismos — assim como as tecnologias em si — são evolutivos e adaptativos. Eles produzem soluções pragmáticas, não construções visionárias.

O Projeto Manhattan, que desenvolveu a bomba atômica e ajudou a acabar com a Segunda Guerra, foi uma exceção. Contava com um mandato militar de alta prioridade. Como os nazistas tentavam desenvolver sua própria bomba, velocidade e liderança eficaz eram essenciais. E quando uma guerra termonuclear total se tornou uma ameaça real, a diplomacia e a dissuasão estratégica ajudaram a evitar um dia do juízo final.

Por agora, a IA não é justificativa para euforia nem para pânico quanto a "riscos existenciais para a humanidade". É melhor manter a calma e permitir que a evolução tradicional descentralizada da tecnologia, das leis e da regulamentação continue seu curso

No entanto, as armas nucleares são uma analogia enganosa para a IA, que tem seguido o padrão típico e difuso da maioria das outras transformações tecnológicas. A IA abrange técnicas díspares — como o aprendizado de máquina, o reconhecimento de padrões e o processamento de linguagem natural — e tem aplicações amplas. A característica comum delas é principalmente aspiracional — ir além dos meros cálculos, rumo a inferências e interpretações mais especulativas, porém úteis.

Ao contrário do Projeto Manhattan, que avançou a passos rápidos, os desenvolvedores de IA vêm trabalhando há mais de 70 anos, silenciosamente inserindo a IA em quase tudo, desde câmeras digitais e scanners até smartphones, sistemas de freio automático e de injeção de combustível em carros, efeitos especiais em filmes, buscas no Google, comunicações digitais e plataformas de relacionamento on-line. E, da mesma forma que em outros avanços, a IA há muito tem sido usada para fins militares e criminosos.

Os avanços em IA, porém, têm sido graduais e incertos. Em 1997, de forma célebre, o Deep Blue, da IBM, derrotou o campeão mundial de xadrez Garry Kasparov — 40 anos depois de um pesquisador da IBM ter escrito pela primeira vez um programa de xadrez. E embora o sucessor do Deep Blue, o Watson, tenha ganho US$ 1 milhão ao derrotar os campeões vigentes do programa da TV americana de perguntas e respostas "Jeopardy!", em 2011, acabou sendo um fracasso comercial. Em 2022, a IBM vendeu a Watson Health por uma pequena fração dos bilhões que havia investido. O assistente da Microsoft, Clippy, tornou-se objeto de ridículo. E, após anos de desenvolvimento, a digitação de palavras que se autocompletam segue produzindo resultados constrangedores.

O aprendizado de máquina — essencialmente um procedimento estatístico aprimorado no qual se baseiam muitos programas de IA — exige um feedback confiável. Mas um bom feedback exige resultados inequívocos, produzidos por um processo estável. Intenções humanas ambíguas, impulsividade e criatividade enfraquecem o aprendizado estatístico e, portanto, limitam a abrangência de utilidade da IA. Embora o software de IA reconheça perfeitamente meu rosto nos aeroportos, não consegue compreender com precisão as nuances das minhas palavras mesmo quando faladas de forma lenta e cuidadosa. A imprecisão de 16 gerações de softwares profissionais de ditado (comprei o primeiro em 1997) tem me frustrado repetidamente.

Modelos de linguagem de grande escala (LLMs, na sigla em inglês), que se tornaram a face pública da IA, não são descontinuidades tecnológicas que transcendem magicamente as limitações do aprendizado de máquina. As afirmações de que a IA avança em velocidade desenfreada confundem o que é uma mania com o que seria progresso útil. Tornei-me um usuário entusiasta das buscas alimentadas por IA no fim dos anos 1990. Portanto, tinha grandes esperanças quando me inscrevi para a versão beta do ChatGPT, em dezembro de 2022. Mas minhas esperanças de que ele, ou algum outro LLM, serviria de ajuda para um livro que eu estava escrevendo foram frustradas. Embora os LLMs respondessem em frases compreensíveis a perguntas feitas em linguagem natural, suas respostas, embora soassem convincentes, muitas vezes, eram fictícias.

Portanto, embora tenha achado minhas buscas no Google dos anos 1990 inestimáveis para economizar tempo, verificar a precisão das respostas dos LLMs tornou-as assassinas de produtividade. Confiar nelas para ajudar a editar e ilustrar meu manuscrito também foi um desperdício de tempo. Essas experiências me fazem estremecer só de pensar no software gerado por LLMs cheio de "bugs" sendo liberado no mundo.

Dito isso, as fantasias dos LLMs podem ser complementos valiosos para contos e outros produtos de entretenimento. Talvez os chatbots de LLM possam elevar os lucros fornecendo um serviço de atendimento ao cliente barato, ainda que enlouquecedor. Algum dia, alguma descoberta poderia aumentar drasticamente a abrangência de utilidade da tecnologia. Por agora, no entanto, esses muitas vezes enganosos "cavalos falantes" não são justificativa para euforia nem para pânico quanto a "riscos existenciais para a humanidade". É melhor manter a calma e permitir que a evolução tradicional descentralizada da tecnologia, das leis e da regulamentação continue seu curso. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Amar Bhidé é professor de políticas de saúde na Escola Mailman de Saúde Pública, da Universidade de Columbia e autor do livro ainda por ser lançado "Uncertainty and Enterprise: Venturing Beyond the Known".

Frase do dia

"Estou à disposição de Lula para qualquer churrasco, almoço, jantar".

De Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, ao dizer que sua relação com Lula está "ótima", apesar das críticas do petista à política de juros da autoridade monetária

Cartas de Leitores

MP da energia

Essa falácia de redução nas contas de energia é mais uma medida populista eleitoreira que terá consequências mais adiante. Já vimos esse filme no passado, mas os cidadãos de boa fé e memória curta devem ter se esquecido do que houve no governo Dilma. Não existe almoço grátis, existe sim a queda na popularidade do presidente e ele acena com essa bondade travestida de tem volta. É só esperar.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

•

O governo do presidente Lula é de uma incoerência a toda prova. De um lado quer reestatizar a Eletrobras. Do outro vai usar créditos de sua privatização para evitar ou diminuir aumentos nas contas de energia elétrica no período de seu governo. Populismo puro.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

BC e inadimplentes

A União autorizou o Banco Central a fazer acordos para recuperar créditos em que a maior parte advém do socorro de bancos privados pelo BC no âmbito do Proer, da década de 90 (**Valor** 10/04/24). Assim, fica claro que o Proer se assemelhou ao Proef, que socorreu os bancos federais com recursos da União.

No entanto, o socorro aos bancos estaduais pela União no âmbito do Proes continua sendo cobrado desde aquela época com altos juros reais e a ferro e fogo, apesar de esses três programas terem sido criados para reequilibrar o sistema financeiro que apresentava os mesmos desequilíbrios decorrentes das medidas econômicas adotadas à época pela União.

O Congresso Nacional deveria jogar luz sobre essa inadmissível discrepância de tratamentos nos três idênticos programas.

João Pedro Casarotto
jpcasarotto@uol.com.br

Vacinação

Até entendo a preocupação dos técnicos do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde em liberar a vacinação (contra dengue, gripe e covid) por faixas de idade e por grupos mais necessitados, mas diante dos esforços que grupos de direita e negacionistas, assim como alguns grupos religiosos, fizeram para desacreditar todas as vacinas existentes, o Programa deveria acelerar as faixas etárias dos beneficiários, visando à imunização a um maior número de pessoas no menor prazo possível.

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

História do jingle

Parabéns pela seção história de Natália Flach, quando aborda a criação do jingle (05/04/24). Tendo escrito sete livros sobre a publicidade brasileira, tão premiada mas tão desconhecida em suas origens, cada pedaço desta história acrescenta um pouco de conhecimento e de cultura aos leitores.

Geraldo Alonso
geraldoalonso@me.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Relações externas Parceira privilegiada no grupo, agência da ONU tem propostas para debater mudança climática, redução da desigualdade de gênero e combate às fake news

Unesco oferece apoio à agenda do Brasil durante presidência do G20

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN

Marsílea Gombata
De São Paulo

Primeira vez participando como parceiro privilegiado no G20, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) quer apoiar o Brasil nas agendas de mudança climática e redução da desigualdade de gênero e conseguir ajuda para expandir o trabalho que faz contra desinformação nas eleições. Buscará ainda apoio do G20 para implementar recomendações da organização sobre ética na utilização de inteligência artificial, afirma Charaf Ahmimed, sherpa da Unesco.

Em entrevista ao **Valor**, o negociador da organização ressalta a importância de forças-tarefa como a contra a fome e pobreza e contra mudanças climáticas, que surgiram no âmbito da presidência do Brasil no G20 e devem se perpetuar como alianças globais para além do período da liderança brasileira neste ano.

Dentro do amplo universo de temas que a Unesco trabalha, Ahmimed ressalta ainda a importância da chamada "media literacy", que busca letrar eleitores sobre potenciais vieses nas notícias e visa minimizar danos que a circulação de desinformação pode levar.

"Um ator que tem papel importante são as plataformas, que têm de ter um sistema de monitoramento durante as eleições que seja mais adequado, especificamente contra os discursos de ódio e racismo", diz, ao lembrar que mais de 80 países ou 2,4 bilhões de eleitores vão às urnas neste ano.

Valor: *Como funcionará o trabalho do sherpa da Unesco no G20?*

Charaf Ahmimed: Há dois processos no G20: o do sherpa, que é político e leva à declaração dos chefes de Estado ao fim da presidência, e o técnico, que são grupos de trabalho. Meu papel é duplo. Um deles é acompanhar o processo de participação da diretora geral da Unesco, Audrey Azoulay, no processo político. Há dois meses tivemos reunião de ministros de Relações Exteriores, no Rio, para que ela apresentasse o trabalho da Unesco. Ela também participará da cúpula de chefes de Estado, e meu papel é apoiar esse processo.

Paralelamente, estamos em 16 linhas de trabalho, nas quais a Unesco e estabelece conexão entre o que fazemos e o trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da OCDE, do Banco Mundial. Aqui busco assegurar que meus colegas [da Unesco] estejam contribuindo para o plano que traçamos com a presidência do Brasil [no G20].

Valor: *Em quais grupos atuam?*

Ahmimed: Nas forças-tarefa contra mudança climática. Nela queremos apresentar um projeto que temos e funciona muito bem e queremos que o G20 leve para outros países. Trata-se de uma iniciativa na Amazônia, envolvendo Brasil, Equador, Peru e Bolívia, que se chama Man and Biosphere. Nele, mantemos 40 projetos que visam unir a possibilidade de o ser humano viver em um ambiente natural e desenvolver atividades econômicas. Alguns envolvem crédito de carbono, outros, apoio à luta indígena contra o desmatamento.

Valor: *Há outros grupos ou linhas de trabalho em que estão?*

Ahmimed: Um segundo grupo seria o de desigualdade de gênero e empoderamento de mulheres. Esta é a primeira vez que o G20 tem um grupo de trabalho sobre o tema. Queremos ajudar o Brasil com dados sobre a participação das mulheres em estudos na área de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Traremos dados globais, mas também com foco no Brasil. Queremos pesquisar sobre mulheres e educação STEM [abordagem interdisciplinar que combina ciência, tecnologia, engenharia e matemática], oferecer recomendações ao Brasil e membros do G20 para melhorar o ensino de ciências a meninas e mulheres na escola primária e na universidade.

Um outro exemplo seria sobre a inteligência artificial. Quando chegou à Unesco, em 2018, a diretora-geral trouxe uma visão para a organização sobre como politizar alguns temas, como promovê-los para que sejam relevantes no nosso mundo e no futuro. Um deles é a ética no uso da inteligência artificial. Em três anos, a Unesco elaborou um novo instrumento normativo, recomendações sobre a ética da inteligência artificial. E agora estamos elaborando estratégias e políticas em 50 países dentre os 194 membros da Unesco. Precisamos da ajuda do G20 para implementar essas recomendações no maior número de países possível. Para nós, o G20 é um espaço para coordenar, mas também para se evitar a duplicação de políticas. Se há uma recomendação universal, não há a necessidade de outras.

Há, por exemplo, impacto importante dos algoritmos sobre igualdade de gênero. Nossa recomendação sobre o que é preciso ser feito é o do uso de uma tecnologia mais sensível a diferenças que temos na sociedade, entre diferentes etnias. Mas para chegar nisso precisamos de mais mulheres desenvolvendo estudos sobre isso.

Valor: *O número de mulheres trabalhando nesse meio é baixo.*

Ahmimed: Sim. Hoje, por exemplo, 33% dos profissionais de inteligência artificial são mulheres. É um exemplo de desigualdade em tecnologia que requer educação, trabalho tecnológico e políticas para assegurar que haja instituições e políticas no país focadas em uma tecnologia mais ética.

Há uma razão [particular] pela qual a Unesco estava interessada nesse G20, que é o fato de a União Africana estar dentre seus membros pela primeira vez. A Unesco tem duas prioridades globais, que são a África e a igualdade de gênero. Quando promovemos investimentos em STEM, há sempre um enfoque na África. Sempre haverá um capítulo dedicado à África nesses temas.

Valor: *Há algum papel da organização na Aliança Global contra a Fome e Pobreza, que o Brasil quer estabelecer para além do G20?*

Ahmimed: Sim. Há um chamado da presidência do Brasil para que todas as organizações internacionais contribuam para a luta contra a fome e a pobreza, assim contra a mudança climático. Para a primeira, temos uma coalizão para melhorar a alimentação de meninos e meninas na escola. Se um estudante tem fome, não vai aprender.

Os grupos de trabalho começam e terminam durante a presidência de um país no G20. Mas esses dois grupos seguirão depois.

Apoiamos esses fóruns e queremos fazer uma ligação entre a educação de qualidade e a luta contra a pobreza. Durante décadas houve muito foco em ampliar o acesso das mulheres à educação, o que é importante, mas depois nos demos conta que mais acesso não significa melhor qualidade. Então, é preciso ampliar, mas também aumentar qualidade e as oportunidades. Ou seja, melhor acesso à habitação, melhor trabalho e mais oportunidades para as mulheres terão um efeito positivo.

Valor: *Segundo dados da Unesco, menos de 70% dos países gastam cerca de 4% do PIB com educação. O que explica esse percentual?*

Ahmimed: Isso depende das prioridades. Na Indonésia, por lei, o governo tem de investir 20% do PIB em educação. Mas isso é exceção no mundo. Na Costa Rica, há mais investimento porque não há Exército. Na maioria dos países, especialmente os ricos, há mais investimento em armamento.

Precisamos de investimento em todas as áreas [da educação]. Mas há necessidade de [ainda mais] investimento no digital, formação de professores, equipamentos. Temos, por exemplo, 240 milhões de professores em todo mundo e precisamos de currículo que integre temas como igualdade de gênero e trabalho. São áreas que demandam muito mais investimento.

Valor: *Investir mais em educação teria impacto relevante no combate à desinformação? Ou não?*

Ahmimed: Seria extremamente importante. Chamamos isso de "media literacy" e é importante em vários níveis. Um é a educação de jovens e cidadãos em geral sobre como ler, utilizar e buscar informações. É preciso se ter um tom crítico para ler uma notícia de um meio para reconhecer o viés e saber identificá-lo. Para, ao menos, quando lerem uma informação saberem de onde vem, qual é o viés.

Fazem parte desse programa de "media literacy" meios que são mais relevantes e confiáveis. E estamos trabalhando com as plataformas para que sejam mais responsáveis. Então, todo mundo tem um papel. O sistema educacional, os meios, as plataformas, os Estados-membros, a sociedade civil. Em 2023 lançamos algumas diretrizes sobre as plataformas digitais, contando com a liderança do Brasil no processo, antes mesmo da presidência no G20. Essas diretrizes são hoje usadas por vários países. E isso nos apoia em outra linha de trabalho, que é a contra os discursos de ódio. Nela, ensinamos jovens a usar redes sociais para combater o discurso de ódio. E isso tem relação com o que fazemos na luta contra racismo e discriminação.

Valor: *Segundo a Unesco, 87% dos eleitores no mundo acreditam que a desinformação está tendo impacto importantes nas eleições. O que fazer para evitar isso?*

Ahmimed: Esse é um tema crucial para nós. Há alguns anos estamos trabalhando com eleições e desinformação, e hoje vemos que existem algumas coisas que podem ser feitas. Uma é se envolver em programas de "media literacy", programas de educação para todas as pessoas envolvidas — eleitores, jornalistas, políticos. Outra é assegurarmos que a inteligência artificial não esteja contribuindo para a desinformação em eleições. Garantirmos que tenhamos um marco em que a utilização da tecnologia seja mais positiva. Um ator que tem papel importante são as plataformas, que têm de ter um sistema de monitoramento durante as eleições que seja mais adequado, especificamente contra os discursos de ódio e racismo. Esse é um trabalho importante quando pensamos que haverá cerca de 80 eleições em 2024, quando 2,4 bilhões de eleitores vão às urnas. É um ano decisivo para a democracia de muitos países.

GABRIEL REIS/VALOR

Charaf Ahmimed: "A Unesco elaborou um novo instrumento normativo, recomendações sobre a ética da inteligência artificial"

> "Houve muito foco em ampliar o acesso das mulheres à educação, mas depois nos demos conta que mais acesso não significa qualidade"

Finanças
Negociação de debêntures cresce 56% no mercado secundário no 1º trimestre
C1

Petroleiras Operação terá prazo de exclusividade de 30 dias; nova empresa terá produção diversificada

Perto de fechar fusão com 3R, Enauta já traça planos para nova consolidação

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Em uma transação relâmpago, a combinação entre as petroleiras Enauta e 3R Petroleum criará uma nova companhia que terá condições — e ambição — de ser ainda maior, ganhando uma posição de protagonista na esperada consolidação desse setor. "Vamos criar uma companhia relevante, com balanço sólido, geração de caixa significativa e com potencial de fazer mais", afirmou o presidente da Enauta, Décio Oddone, em entrevista ao **Valor**.

Oddone, que atua há 40 anos no setor de petróleo, deverá ser o presidente da companhia combinada, segundo fontes. O executivo não confirmou a informação, mas disse que as equipes de Enauta e 3R são complementares. "É uma prerrogativa dos acionistas e do conselho [de administração] escolher os executivos [da empresa fruto da fusão], mas eu vejo uma complementariedade grande entre as equipes, com experiências, que se somadas, agregam, e não só no nível executivo."

Oddone aponta que a nova empresa, caso a fusão seja concretizada, criará uma petroleira diversificada, não só em tipos de produção (onshore e offshore), mas em estágios diferentes de desenvolvimento. "O portfólio será balanceado no ciclo de vida de produção e exploração, com projeto de crescimento, com alternativa de crescimento de longo prazo e já produzindo de forma relevante, de forma a gerar caixa relevante para ter capacidade para a expansão."

Agora, com o memorando de entendimentos já assinado, a transação ganha um prazo de exclusividade de 30 dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo. Segundo Oddone, as equipes irão se debruçar na diligência para avançar na operação e que no momento correto serão chamadas assembleias de acionistas de ambas empresas para o aval à fusão. A operação também precisara passar pelo crivo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O executivo da Enauta frisou que já existe dentro da carteira da empresa crescimento contratado e que uma consolidação é um caminho natural dentro do setor. "Petróleo é um negócio de custo e escala", afirmou. Ele aponta que outro ponto, também relevante, é a busca de produção com baixa pegada de carbono. "A Enauta é a única do setor que esta listada no índice de sustentabilidade da B3", disse. "Quem vai ser bem-sucedida no longo prazo vai ter de produzir com menor custo, eficiência e com menores emissões."

Oddone destacou também que a empresa combinada ganhará liquidez no mercado, algo que a tornará em um veículo atraente para investidores interessados em investir no setor. "Passaremos a ter uma relevância maior nos índices", afirmou. Com uma empresa mais robusta, segundo o executivo, outra consequência será a melhora dos ratings, permitindo capital a um custo mais baixo.

LUCIANA WHITAKER/VALOR

> "Vamos criar uma companhia relevante, com balanço sólido"
> *Décio Oddone*

O executivo disse também que a companhia, fruto da fusão, buscará capturar sinergias em acordos operacionais, incluindo a própria PetroReconcavo, que chegou a iniciar tratativas para se unir com a 3R, mas que acabou perdendo a corrida para a Enauta.

Décio Oddone iniciou sua carreira em 1985 na Petrobras, onde trabalhou por 25 anos, e chegou também a comandar a Agência Nacional de Petróleo (ANP). O executivo chegou ao setor sob influência de seu avô — também Décio Oddone — geofísico responsável pela exploração do primeiro poço de petróleo no Brasil, o de Candeias, na Bahia, em 1941 — e que hoje, já em seu fim de ciclo de produção, pertence à 3R.

O setor das "junior oils" deverá passar por um processo de consolidação, como já esperado pelo mercado. Isso decorre de uma decisão da Petrobras de cessar o desinvestimento de campos já maduros, algo que nos últimos anos motivou a criação dessas petroleiras independentes. Na rua, por exemplo, a Seacrest, que nasceu exatamente da compra de um campo da estatal, por exemplo, contratou o Goldman Sachs para buscar um comprador, conforme antecipou na semana passada o **Valor**.

Oddone frisou que a segunda leva de empresas de petróleo independentes, que surgiram na esteira do processo de desinvestimento da Petrobras e que abriram capital no último boom de IPOs (ofertas iniciais de ações) no Brasil, chegaram na fase de têm que entregar resultados, algo que também traz um impulso adicional à consolidação. A Enauta, segundo ele, conseguiu se preparar para assumir a dianteira nesse processo, não só com a estrutura financeira de seu balanço, mas também com uma série de aquisições feitas no ano passado, costuradas já com um olhar sobre uma potencial fusão.

"Sabíamos o que tinha de ser feito e, à medida que as coisas foram se concretizando, pudemos nos mover com agilidade. O norte estava dado há muito tempo e tivemos liberdade para executar com o suporte de novos acionistas e conselho", disse. Até o início do ano passado a companhia era controlada pela família Queiroz Galvão, que tinha dado ações da Enauta como garantia em dívidas tomadas. Essas dívidas foram convertidas em participação acionária, o que ao final mudou o retrato do controle acionário.

Pelo memorando de entendimentos, a troca de ações na combinação seguiu a mesma ao longo das negociações, ou seja, os acionistas da 3R ficarão com 53% e os da Enauta com o restante. Com isso, após a conclusão do negócio, o Bradesco, que recentemente converteu dívidas e se tornou acionista da Enauta, ficará com cerca de 9% da empresa combinada. A Jive com cerca de 7,6%. A família Gerdau, por sua vez, acionista da 3R, deterá uma fatia de cerca de 6%, mesma participação da família Queiroz Galvão. Maha e Santander também são acionistas.

Na operação, o Itaú BBA e BTG atuaram como assessores financeiros do lado da 3R, ao passo que XP e Citi para a Enauta. Trabalharam nas questões jurídicas Mattos Filho e o Pinheiro Neto.

A discreta saída do trio da 3G Capital da Kraft Heinz

Alimentos

Adriana Mattos
De São Paulo

Sem alarde, após quase uma década de investimentos da 3G Capital na Kraft Heinz, ao lado do amigo e investidor Warren Buffett, o trio de bilionários Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles, acionistas da gestora, saiu definitivamente da companhia de alimentos.

A fusão da Kraft e Heinz ocorreu em 2015, à época uma gigante de alimentos avaliada em US$ 50 bilhões. A Berkshire Hathaway, de Buffett, e a 3G se uniram em 2013 para comprar a Heinz e dois anos depois propuseram a combinação dos negócios. Ontem, o valor do negócio era de US$ 44 bilhões. Em 2015, ano da operação, o papel encerrou em US$ 73 — ontem, fechou negociado a US$ 37 na bolsa americana Nasdaq.

Os acionistas da 3G já estavam deixando aos poucos o negócio e teriam vendido os 16,1% restantes que detinham da companhia ao longo do quarto trimestre, de acordo com a CNBC.

Paralelo a esse movimento da 3G, a empresa de investimentos de Buffett, Berkshire Hathaway, também diminuiu sua posição no negócio de 2022 para 2023. Foi a maior redução de sua participação já verificada em um ano desde a fusão, segundo levantamento feito ontem pelo **Valor** nos documentos envidados à SEC, o regulador do mercado americano.

3G e Buffett vieram diminuindo os investimentos na companhia ano a ano, mas de forma gradual entre 2017 e 2021. Porém a partir de 2022, esse movimento ganhou força, em intensidades diferentes.

No ano passado, em relação a 2022, de acordo com documentos na SEC, Buffett reduziu sua participação de 34,5% das ações para 26,5%. Já os sócios da 3G saíram definitivamente do negócio, liquidando a participação de 16,1% para zero.

Quando os acionistas da 3G diminuíram a sua posição de 2021 para 2022 com a venda de 88 milhões de ações, os papéis valiam ao fim daquele ano cerca US$ 3,5 bilhões, calculou o **Valor**. No período seguinte, entre 2022 e 2023, as 422 milhões vendidas equivaliam a US$ 15,6 bilhões em dezembro de 2023.

Os documentos arquivados na SEC não informam de que maneira se deu a saída do investimento ao longo do ano pela gestora dos sócios brasileiros — algo que pode ocorrer via "block trade" de papéis na bolsa, por exemplo, caminho já utilizado pelos acionistas em outros momentos.

Procurada para comentar, a 3G Capital não se manifestou. A Berkshire informou ontem à CNBC que segue com sua participação de 26,5% e "está comprometida como acionista de longo prazo".

DIVULGAÇÃO

Beto Sicupira (esq.), Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles (dir.) formam o trio de acionistas da gestora 3G, que é dona do império da cerveja e outros negócios

No segundo ano da fusão das empresas, em 2016, os dois grupos de acionistas praticamente dividiam o investimento em meio a meio, após uma tacada celebrada amplamente pelas partes. Na época, a união de Kraft e Heinz era interpretada como a junção "complementar dos dois portfólios de marcas com oportunidades substanciais para sinergias, e maiores investimentos em marketing e inovação", dizia na época o material oficial do acordo ao mercado.

> **16,1%**
> **era a participação da 3G na Kraft Heinz**

Em 2016, a empresa faturava US$ 26,3 bilhões, um crescimento de mais de 40% em relação ao primeiro ano da união dos negócios, e o lucro operacional atingiu US$ 6,1 bilhões, com expectativas de que a geração de economias e expansão para outras partes do mundo ampliassem diluição de despesas e melhorasse os resultados do negócio.

No ano passado, o balanço mostra que as vendas não decolaram como se esperava, e ficaram na mesma faixa dos anos anteriores, em US$ 26,6 bilhões, e o lucro operacional atingiu US$ 4,5 bilhões.

Dificuldades com aumento da concorrência no mercado de consumo — com a expansão das marcas de produtos saudáveis — e mudanças de hábitos de compra da população, especialmente após a pandemia, acabaram afetando duramente o negócio.

Os acionistas, inclusive, tiveram a sua comemorada tese de corte de custos, como geração de riqueza, questionada por investidores nos últimos anos.

O ambiente pesou mais nos últimos anos, com a divulgação de cortes de dividendos em 2019, e a descoberta de fraudes contábeis na operação no mesmo ano. Houve ainda uma baixa no valor das marcas de US$ 15,4 bilhões em 2019, por conta de uma perda no valor dos ativos apenas quatro anos após a fusão.

O peso da descoberta das fraudes na Kraft Heinz chegou a ser relembrado pelo mercado no ano passado, por conta da descoberta de um rombo de R$ 20 bilhões na varejista Americanas, outro investimento do trio de sócios Lemann, Sicupira e Telles.

Na Kraft, houve o reconhecimento de descontos de fornecedores (na prática, não obtidos) e a assinatura de contratos de fornecedores falsos. Isso inflou os seus ganhos de parte de 2015 a 2018. Na Americanas, a fraude, ainda em apuração, teria envolvido o falsificação de contratos de verba de propaganda e de contratos de financiamento entre bancos e indústrias. O trio de sócios nega envolvimento na suposta fraude.

Premiação Em sua quinta edição, pesquisa analisou os pilares: pessoas com deficiência, primeira infância, 50+, LGBTI+, étnico-racial, mulher e jovens potências

GPTW apresenta as companhias que se destacam ao tratar da diversidade

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

"Pela primeira vez, temos um equilíbrio entre fatos a celebrar e fatos a lamentar". É assim que Mariana Belchior, Chief Customer Officer, do Great Place to Work, define os resultados da 5ª edição do ranking "Melhores Empresas para Trabalhar - Listas Diversidade", apresentado em cerimônia realizada nesta quarta-feira (10), em São Paulo.

Ela relata que, neste ano, houve uma frustração em relação aos achados da pesquisa, que não mostraram os avanços esperados pela organização do prêmio. "Sempre ficamos muito satisfeitos e felizes de contar ao mercado o que víamos de informações demográficas, fatos e dados dessas listas. E, dessa vez, estamos um pouco frustrados", diz.

O ranking é composto por empresas com as melhores práticas de diversidade, divididas em sete listas: pessoas com deficiência, primeira infância, 50+, LGBTI+, étnico-racial, mulher e, pela primeira vez, jovens potências. Para compor as notas, são consideradas as avaliações dos funcionários de cada uma das companhias e os índices de diversidade e inclusão apresentados pelas empresas. A lista com as vencedoras pode ser conferida no quadro ao lado.

A decepção de Belchior é motivada, principalmente, pela regressão em alguns pontos dos pilares relacionados à diversidade, como o que aponta uma queda no índice de velocidade de inovação. "Vemos as empresas inovando menos e tendo menos agilidade em colocar em prática todas as sugestões de melhoria e projetos", revela.

A equidade de gênero também deixou a desejar, segundo ela, na pesquisa deste ano. "A predominância masculina ainda é muito forte", destaca. "A gente tinha a expectativa de avançar pouco a pouco, ano a ano, mas não houve esse avanço. Ainda há uma composição massiva de homens em todos os níveis hierárquicos, e quanto mais a gente sobe para a alta liderança e para o conselho de administração, a proporção de homens é ainda maior".

Por outro lado, ela conta que, em todas as listas, houve um crescimento expressivo de empresas inscritas. "O pré-requisito para participar é preencher um questionário específico falando sobre práticas e políticas da empresa voltadas a esses grupos minorizados. Percebemos que há um nível de senioridade maior ao lidar com essas práticas", analisa.

Vanessa Reis, diretora executiva do Great People Diversity, que faz parte do ecossistema GPTW, explica que a diversidade deixou de ser apenas um projeto para fazer parte da cultura e das estratégias das empresas. "Algumas companhias passaram a trabalhar o tema em 2020, época da pandemia e do assassinato do George Floyd, mas não tinham uma estratégia", pontua. "Ao iniciar um projeto, é preciso perguntar o que se quer alcançar, e muitas empresas não tinham essa clareza. O nosso ranking serve como inspiração para quem está a fim de trabalhar com essa pauta, mas não sabe por onde começar."

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Mariana Belchior, do GPTW, diz que há uma maior consciência de que é preciso olhar para todos os grupos minorizados

> "Quando se trata de grupos sub-representados, pessoas negras ainda estão muito em cargos operacionais"
> *Vanessa Reis*

Belchior revela que, no total, 51 empresas foram premiadas em mais de um ranking neste ano. "Existe uma preocupação em não ser especialista em uma tratativa, mas sim ter consciência de que é preciso olhar para vários grupos minorizados ao mesmo tempo", afirma.

De acordo com a executiva, as perguntas eliminatórias para que uma empresa possa participar do ranking têm o objetivo de tornar o processo desafiador porém atingível. "Vínhamos elevando a barra e trazendo mais robustez para a lista. Os resultados são preocupantes porque mostram que o mercado retrocedeu. Precisamos entender os motivos disso", alerta.

Ela acredita que o surgimento de questões mais urgentes explica a queda nos índices de diversidade apresentados pelas empresas. Uma pesquisa realizada pelo GPTW no início deste ano apontou que houve uma mudança de priorização nas agendas das áreas de recursos humanos no que diz respeito a investimentos. Enquanto o tema da saúde mental foi considerado prioritário para a área, seguido pela formação de lideranças e pela comunicação interna, a diversidade apareceu em 11º lugar. "É algo cíclico. De vez em quando, acontecem essas mudanças de posições e a diversidade, que já foi top 5, caiu na tendência de gestão de pessoas. Ao mesmo tempo, o burnout passou a ser configurado como uma doença do trabalho, o que acabou trazendo a saúde mental para o topo do ranking. Isso conversa muito com o resultado dessa lista", observa.

O levantamento mostra ainda que, para os trabalhadores, a qualidade de vida se tornou um grande motivo de permanência nas empresa, o que vai de encontro à tendência observada do retorno ao modelo de expediente presencial. "Quando se trata de produtividade, eficiência e qualidade de vida, o trabalho remoto é muito vencedor. Por isso, enxergamos esse movimento das empresas como algo retrógrado, uma tentativa de volta do comando e controle com a falsa desculpa de que a cultura não é bem dimensionada ou impressa no modelo remoto. É lamentável", afirma Reis.

O investimento em programas de coaching e mentoria também apresentou uma queda expressiva nesta edição. "Na lista 'primeira infância', por exemplo, 100% das empresas premiadas tinham um programa do tipo; hoje, são 30%", pontua Belchior.

Para ela, a lista 'mulher' foi a que apresentou as principais surpresas negativas. "Quando a gente fala em investimentos em ESG, das 70 empresas premiadas nesta lista, apenas 27% se destacam por terem implementado programas de sustentabilidade de robustos", aponta. "Isso é preocupante e acende um alerta de que a pauta não está sendo levada com a devida importância".

Ela chama atenção ainda para o fato de que as mulheres continuam sendo maioria nas melhores empresas para trabalhar, mas a sua participação vem caindo. "A gente tinha 54% de mulheres em 2021, 53% em 2022, e 51% em 2023. E isso se reflete em todas as faixas e níveis hierárquicos", detalha.

Vanessa Reis lembra que a pauta feminina vem sendo trabalhada como um dos primeiros temas dentro da diversidade, mas ainda não avançou totalmente. "Existe muita polarização, indústrias com estereótipos de gênero e poucas mulheres no cargo de CEO, em conselhos administrativos e pensando ativamente na estratégia do negócio", analisa.

Ainda no ranking 'mulher', foi observada uma queda nas políticas de saúde mental e de bem-estar. "Na economia do cuidado, as mulheres dedicam três vezes mais horas de trabalho não remuneradas do que os homens, o que equivaleria a mais de 40% do PIB, se isso fosse monetizado. E elas ainda têm duas vezes mais probabilidade de desenvolver transtornos mentais como depressão e ansiedade", ressalta Belchior.

Por outro lado, há uma surpresa positiva neste ranking: o aumento de CEOs mulheres. "Ainda que esse número seja pequeno e pouco representativo, já podemos considerar um avanço, pois vínhamos mantendo uma média ao longo do anos e, agora, subimos", pontua Reis. "Essas mulheres estão tomando decisões e ocupando espaços importantes para trazer representatividade".

Enquanto isso, Belchior destaca a lista 'primeira infância' como a que apresenta mais pontos a serem comemorados. "Aqui, o ESG é muito forte. São as empresas com os maiores índices de escolaridade e proporção mais igualitária em diversidade de gênero", relata. "Antes, eram 59% homens e 41% mulheres. Hoje, são 47% homens e 53% mulheres. E 100% das empresas oferecem licença paternidade estendida, o que demonstra uma forte preocupação com o tema".

> "Os resultados são preocupantes porque mostram que o mercado retrocedeu. Precisamos entender os motivos disso"
> *Mariana Belchior*

Já Reis chama a atenção para o aumento de 6% na contratação de PCDs. "As empresas muitas vezes ficavam fixas em relação à lei que as obrigam a contratar PCDs. O índice mostra que as companhias estão entendendo que essas pessoas agregam valor para o negócio", diz.

A lista 'étnico-racial', por sua vez, mostra que as empresas vencedoras têm, em média, 35% da força de trabalho composta por pessoas negras. Porém, apenas 21% dessas companhias contam com lideranças negras. "As empresas que são os 'melhores lugares para trabalhar' em relação à raça são aquelas que têm uma maior de participação de homens e mulheres negros em cargos de liderança. Essa é uma grande batalha quando a gente fala de diversidade e inclusão porque quando se trata de grupos sub-representados, pessoas negras ainda estão muito em cargos operacionais", comenta Reis.

O tema da escolaridade foi destaque na lista 'LGBTI+'. "De todos os pilares, esse é o que apresenta funcionários com menor escolaridade, com 52% tendo o ensino médio completo ou menos que isso", comenta Belchior. "Ao mesmo tempo, é o pilar que mais recebe incentivo das companhias para o desenvolvimento e treinamento formal. Isso me leva a crer que as empresas estão buscando formar essas pessoas. Acho que é algo para a gente observar como uma forte tendência".

Para Reis, as empresas que desejam alcançar maiores índices de diversidade devem se comprometer em ter objetivos consistentes alinhados ao tema, além de investir, também, em aspectos de inclusão e equidade. "Para realizar a diversidade, é preciso dar espaço para as pessoas poderem se expressar e adaptar o processo de acordo com a necessidade de cada um", defende.

Ela ainda destaca a importância de as companhias se responsabilizarem pela pauta e monitorarem os resultados de suas ações. "A gente ainda deixa a diversidade muito no campo do RH e da área de ESG. Mas, todos nós, em algum momento das nossas carreiras, fazemos a cultura da empresa acontecer", pondera. "Além disso, falta o engajamento das lideranças como um todo, porque a pauta não está na meta. Se eu quero trabalhar a diversidade como estratégia do negócio, eu preciso ter métricas e indicadores tanto quantitativos quanto qualitativos de desempenho".

As vencedoras

As primeiras colocadas nos 7 pilares da diversidade*

50+
Tokio Marine Seguradora

Étnico-racial
Agência Bistrô (pequena)
Livelo (média)
EY Brasil (grande)

Jovens Potências
Bmg Seguridade (pequena)
YouX Group (média)
Avanade (grande)

LGBTI+
Agência Bistrô (pequena)
Bristol Myers Squibb (média)
Accenture Brasil (grande)

Mulher
Levvo (média)
EY Brasil (grande)

Pessoas com Deficiência
Dow Brasil

Primeira Infância
Zurich Seguros

Fonte: GPTW- *Pesquisa As Melhores Empresas para Trabalhar- Listas Diversidade

---

Do PIM (Porco-espinho, Incerteza e Medo) ao A3

Rumo certo

Betania Tanure

A sigla PIM sumariza desafios típicos de nossa era, sejam de indivíduos, sejam de organizações.

O que acontece com o porco-espinho quando nos aproximamos dele? Eriça seus espinhos para nos intimidar e, assim, sentir-se protegido. As pessoas podem apresentar comportamento semelhante entre si, tanto na empresa como na vida: evitar a verdadeira proximidade para proteger-se.

Autoproteção e afastamento, tremenda superficialidade, por vezes, nulidade dos vínculos, tanto em nível pessoal como profissional. Já viu cena mais comum, e triste, do que pessoas sentadas à mesa de um restaurante, cada uma delas ocupada com seu próprio celular? E na empresa, durante uma conversa importante, o interlocutor, preso ao celular, dar um palpite deslocado? E a ausência de confiança nas relações de trabalho? O individualismo tem crescido: hoje se valorizam fortemente benefícios e vontades pessoais, em prejuízo de algumas necessidades fundamentais da organização como um todo! A discussão sobre home office é apenas um dos exemplos.

O porco-espinho, metáfora criada pelo meu querido colega Manfred Kets de Vries, adora as conexões digitais. "Conquistei muitos amigos, inúmeros likes. Se o número de dislikes subir, eu perco o chão". Perde-se a fantasia e o rei fica nu... Um ótimo nível de presença nas redes sociais não é suficiente para atender as necessidades existenciais do ser humano. Definitivamente, não!

Enfim: a interação digital não substitui a conexão presencial! Vínculos? Onde estão? Hoje as pessoas estão cada vez mais cercadas de pessoas, porém mais aterradas em seu próprio mundo. A solidão bate à porta, a angústia invade. Os vínculos estão frágeis, a longevidade das relações, sejam pessoais, sejam organizacionais, desmancha-se no ar.

Junta-se a isso o segundo elemento do PIM, a radical Incerteza. Apenas como exemplo, pense no efeito que a inteligência artificial tem e terá sobre os modelos de negócio, sobre o conjunto de competências e habilidades das pessoas, sobre suas, ou nossas, vidas. Perceba: é muito mais do que IA.

Os vínculos profundos deixaram de ser o fio-terra emocional e o efeito nocivo dos momentos de radical Incerteza é ainda maior. O Medo invade silenciosamente a alma das pessoas, a ambiência das organizações. Não por acaso ele aparece com força: medo da proximidade com o outro, da solidão, da crescente angústia, de não ter as competências hoje necessárias, de perder o poder, do risco de falar com assertividade e ser alvo de denúncia, de assédio moral, medo...

E, afinal, qual seria o antídoto? A resposta é: o A3, de Afeto, Adaptabilidade e Ação corajosa. O primeiro representa o vínculo verdadeiro, real e profundo, embora seja cada vez mais raro. Significa importar-se com o outro, colaborar de forma solidária; é antídoto do Porco-espinho. A Adaptabilidade traz os recursos para lidar com a Incerteza radical, enquanto a Ação corajosa enfrenta o Medo, seja ele de que natureza for. Afinal, só se tem coragem quando se tem medo. Saia da armadilha do PIM! E potencialize o A3.

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Vaivém

Stela Campos

SPIC

Renan Broda Machado é o novo diretor de recursos humanos da SPIC Brasil. Ele vem da diretoria de RH da Bracell. Também atuou na International Paper, Embraer, Neo Energia e Equatorial Energia.

Talenses Group

Bruno Leão é o novo sócio-diretor da regional Campinas do Talenses Group. Ele era gerente de aquisição de talentos da Microsoft nos EUA. Antes, trabalhou na EY, Randstad e Deloitte.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Aviação Em recuperação judicial nos Estados Unidos desde 25 de janeiro, aérea conseguiu fechar as negociações com arrendadores

Gol vai devolver até 16 aviões dentro da sua reestruturação

Cristian Favaro
De São Paulo

A Gol conseguiu finalizar as negociações com arrendadores para definir a sua frota ao fim do processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11). Segundo fontes, a empresa deverá devolver entre 8 e 16 Boeing 737, a depender de decisões ainda a serem tomadas acerca de aeronaves hoje fora de operação. Ontem, a Justiça autorizou ainda que a aérea recebesse os US$ 450 milhões da parcela final do financiamento que foi garantido por credores da holding Abra. Procurada para comentar, a Gol não se manifestou.

A empresa tem hoje 141 aeronaves, número que deve cair para um intervalo entre 125 e 133, conforme fontes. Das aeronaves a serem devolvidas, pelo menos 7 e até 10 estão hoje fora de operação ante falta de motores.

Entre os arrendadores importantes cujos acordos já foram fechados está a irlandesa AerCap. Segundo documentos, a empresa tinha pelo menos 39 aviões arrendados à Gol. Recentemente, a AerCap chegou a postergar o período de negociações para chegar a um consenso com a aérea.

Concluídas as conversas, a empresa agora apresentará as negociações com cada arrendador à corte de Nova York para validação — processo que deve demorar cerca de três meses. Há ainda pontos a serem fechados com os proprietários de aeronaves em processo de devolução.

FABIANO ROCHA/AGÊNCIA O GLOBO
Gol terá de chancelar acordos com arrendadores na Corte de Nova York

Um dos grupos a receber aeronaves da Gol é a americana Avelo, que inicialmente iria levar cinco aeronaves Boeing 737 NG. O número, entretanto, será menor, de acordo com fontes.

Apesar das devoluções, a Gol espera manter sua capacidade conforme novos aviões Boeing 737 Max, modelo que tem apresentado problemas de segurança e passado por revisões técnicas, são entregues pela fabricante. A sinalização foi dada pelo CEO da Gol, Celso Ferrer, em entrevista em março ao **Valor**. Neste ano, a Gol deverá receber 14 aeronaves novas — mas o calendário tem atrasado.

Paralelo, a companhia conseguiu o aval da corte de Nova York ontem para acessar a terceira e última parcela do empréstimo na modalidade DIP — uma espécie de linha de crédito garantido concedido a empresas em Chapter 11.

A Gol apresentou um DIP inicial sustentado pelos “bondholders” da holding Abra com vencimento em 2028. Os detentores de papéis com vencimento em 2026 chegaram a questionar o processo, mas após negociação, eles retiraram todas as objeções e injetaram mais US$ 50 milhões. Com isso, o DIP totalizou US$ 1 bilhão. Com a última liberação, todo o recurso já está disponível.

Para além de negociar pagamentos pendentes e descontos, fontes destacaram que a aérea conseguiu fechar com os arrendadores uma linha de financiamento para investir em motores — um dos pontos mais críticos da indústria hoje. A Gol tem uma necessidade de caixa de R$ 5 bilhões nos próximos três anos com motores — a busca por financiamento e o montante apareceu em reportagens na imprensa em fevereiro. Dentro da negociação, segundo apurou o **Valor**, os arrendadores aceitaram financiar mais da metade dos R$ 5 bilhões, a ser pago de volta pela aérea em uma janela de cinco anos.

A Gol entrou em Chapter 11 no dia 25 de janeiro. Conforme dados prévios à Corte de Nova York, a aérea teve prejuízo líquido de R$ 160 milhões e receitas de R$ 1,38 bilhão no mês de fevereiro. A dívida líquida ao fim de janeiro era de R$ 21,16 bilhões.

A reestruturação tem sido tumultuada. De um lado a Gol tem travado uma disputa com a Latam diante da tentativa da concorrente de tomar alguns dos seus aviões. Segundo a Gol, o passo seria uma tentativa de prejudicar sua recuperação. Já a Latam defende que tem buscado aviões no mercado há muito tempo.

Em outra ponta, a Azul tem conversado com a Gol na direção de avançar com uma fusão ou aquisição. Fontes destacaram que uma junção de forças seria o caminho visto como mais provável. No passado, as duas aéreas chegaram a negociar uma joint venture, mas sem sucesso. No fim o acordo com a Avianca, para a criação da holding Abra, acabou passando na frente.

Contrato com Petrobras não soluciona crise financeira, diz Unigel

Petroquímica

Stella Fontes
De São Paulo

Embora defenda o contrato de industrialização sob encomenda (“tolling”) de fertilizantes nitrogenados firmado com a Petrobras em dezembro, que está na mira do Tribunal de Contas da União (TCU), a Unigel indicou ontem que o acordo não representa solução para a grave crise financeira que enfrenta. Conforme a companhia, o contrato, que ainda não está em vigor, não produzirá resultado “relevante”.

A Unigel busca um acordo com credores para equacionar R$ 3,9 bilhões em dívidas financeiras. Entre 2021 e 2022, a Unigel Agro, que reúne o negócio de fertilizantes do grupo, teve contribuição decisiva para resultados históricos. Mas perdas elevadas, a partir de 2023, com a operação das fábricas de fertilizantes (Fafens) arrendadas da Petrobras, combinadas ao ciclo de baixa da petroquímica global, levaram a companhia a apresentar um plano de recuperação extrajudicial que pode deixar 50% do negócio nas mãos de credores.

O contrato de “tolling” que está sendo questionado possibilitaria a retomada temporária das operações nas Fafens de Camaçari (BA) e de Laranjeiras (SE). Em março, a Unigel voltou a paralisar as unidades e demitiu quase 300 funcionários. “Trata-se de um esforço conjunto para preservar postos de trabalho e continuar fornecendo fertilizantes nitrogenados ao mercado, enquanto se busca solução estruturante para o mercado brasileiro de gás que assegure maior competitividade e sustentabilidade da indústria nacional”, afirmou em nota, acrescentando que o contrato “não representa nenhum benefício de natureza econômico-financeira, já que seu resultado não é relevante e não está considerado em seu plano de reestruturação financeira”.

Ainda assim, é fato que o acordo traria fôlego financeiro em um momento delicado do grupo. O contrato teria vigência de 240 dias, com pagamento de R$ 759,2 milhões à Unigel pela prestação de serviços de industrialização, armazenagem, expedição e pós-venda de ureia, amônia e Arla (usado para reduzir emissões de veículos a diesel).

A área técnica do TCU vê indícios de irregularidade e prejuízo potencial de R$ 487,1 milhões à estatal. O órgão também questionou o rito de aprovação do acordo dentro da Petrobras. A estatal conduziu uma auditoria interna e concluiu que não houve falha de governança no processo de aprovação do acordo.

Além da negociação do “tolling”, Unigel e Petrobras também analisam uma potencial parceria estratégica em combustíveis renováveis. A Unigel tem um projeto bilionário de produção de hidrogênio verde em Camaçari, onde fica uma das fafens.

Conforme a petroquímica, cumpridas as condições precedentes previstas no acordo e desde que não haja impedimento pelo TCU, a operação das Fafens poderá ser retomada, em caráter temporário. A “retomada definitiva” da produção de fertilizantes, contudo, dependerá da contratação do gás natural, principal matéria-prima, “a preços viáveis”.

Alimento Novas companhias ganham mercado, enquanto redes que eram referência, como o Dia, caem

Grupos regionais e fundos avançam no varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

Varejistas regionais e grupos controlados por fundos de investimento despontam no ranking anual dos supermercados e atacarejos de 2023, divulgado pela Abras, a associação nacional do setor. Em contrapartida, cadeias que eram referência no passado — como a Dia, em recuperação judicial — perderam posição.

Na lista das grandes redes, entre as 20 líderes do setor, houve poucas mudanças — as cinco maiores continuam sendo Carrefour, Assaí, Mateus, GPA e Supermercados BH, nesta ordem, como em 2022. Mas novos entrantes apareceram, roubando posições de outras empresas de um ano para o outro.

O grupo Koch, da família de mesmo nome, do município de Antônio Carlos (SC), e que iniciou a operação a partir da venda em feiras livres na Grande Florianópolis nos anos 80, apareceu em 10º lugar, subindo três colocações.

Foi um dos maiores crescimentos entre as "top" 30 — em 40 anos, os sócios passaram de uma banca na feira para um negócio com vendas anuais de R$ 8 bilhões, cujos sócios são Sebastião, Geraldo, José Evaldo, Antônio e Albano Koch.

A primeira loja foi aberta em 1994, quando os irmãos, sem tanto dinheiro para investir, venderam o Ford Verona comprado com o dinheiro das feiras e sacolões, juntaram outras economias e conseguiram adquirir o terreno da unidade, em Tijucas (SC).

24%
foi o aumento das vendas das redes

No ano passado, as vendas subiram pouco mais de 24% em relação a 2022, acima do mercado, que se expandiu 3,5%. Sobre as razões para o desempenho recente, o presidente do Grupo Koch, José Koch, cita a política de crescimento com baixa alavancagem e foco no atacarejo, operação que avança sobre as vendas de supermercados e hipermercados no país há anos.

"A gente cresce com nosso capital, evitamos nos endividar demais. O que temos em caixa é o que temos em empréstimos", diz ele. "E planejamos tudo com muita antecedência, temos comitês, auditoria, temos conselho há anos. Ainda acabamos, com sorte, talento e esforço, pegando uma 'onda' boa de expansão do atacarejo, entramos num bom momento", afirma ele.

Os primeiros investimentos no atacarejo foram em 2016 e hoje, 75% das vendas são nesse segmento, e o restante é varejo alimentar.

Com 67 lojas em Santa Catarina (prevê chegar a 80 no fim do ano), a empresa é dona das marcas SuperKoch (de supermercado) e Komprão (de atacarejo).

Houve negócios regionais que entraram no ranking compilado pela Abras pela primeira vez, e já em posições relevantes, como a cadeia Novo Atacarejo, de Pernambuco, na 21ª posição, com R$ 4,6 bilhões em vendas, e a mineira Adição Distribuição Express, dono do Supermercados ABC, na 22º colocação, e vendas de R$ 4,4 bilhões

Principal negócio liderado por fundos no varejo alimentar, a Plurix subiu duas posições, de 21ª para 19ª , entrando no "top" cinco em menos de meia década de aquisições de negócios .

O avanço da Plurix, gerida pela gestora Pátria Investimentos, se deu pelo varejo regional, e colocando na linha de frente executivos do primeiro escalão do comércio nacional.

A Plurix foi ganhando terreno peneirando negócios de peso regional, parte deles que já precisavam de uma capitalização para reduzir alavancagem ou ganhar fôlego maior para seu crescimento.

No fundo estão cinco cadeias varejistas adquiridas de 2021 para cá, divididas em três operações regionais: Jundiaí (Boa Supermercados), Assis (Casa Avenida) e Guarapuava (Superpão), liderada por Jorge Faiçal (ex-GPA). Na divisão de atacado, na qual está a Atakarejo, cadeia comprada em 2023.

Entre as grandes redes nacionais que encolheram estão a rede Dia, que caiu da 15ª posição para a 18ª . A companhia pediu recuperação judicial em março, com dívidas de R$ 1,1 bilhão, após perda de competitividade com a forte concorrência do atacado, as pressões financeiras (com a alta dos juros que afetou as dívidas), e a dificuldade de crescer com um modelo de lojas de descontos que perdeu demanda nos últimos anos.

Ainda segundo dados da Abras, o setor alcançou um faturamento de R$ 1 trilhão em 2023. Esse dado não é comparável com a pesquisa de 2022 porque o levantamento passou a incluir 300 mil empresas do Simples Nacional, que não estavam na pesquisa de 2022.

O Carrefour Brasil continua a liderar o setor pela oitava vez, com vendas de R$ 115,5 bilhões em 2023, alta de 6,9%. O segundo colocado foi o Assaí, com R$ 72,8 bilhões, avanço de 22%, sendo seguido pelo Grupo Mateus (R$ 30,2 bilhões), que cresceu 30%.

Nem híbrido nem elétrico; BMW junta os dois em carro feito em SC

Veículos

Marli Olmos
De São Paulo

Numa época de definições sobre o carro ideal para ser produzido no Brasil para atender à necessidade do consumidor sem provocar danos ambientais, alguns defendem o híbrido; outros o elétrico. A alemã BMW decidiu optar pelo modelo que junta os dois. A partir do último trimestre, começará a produzir na fábrica de Araquari (SC) o utilitário esportivo X5 híbrido "plug-in".

A principal diferença entre um híbrido convencional — equipado com um motor a combustão e outro elétrico, que se alternam — e o plug-in é que, o último permite recarregar as baterias também em tomada, o que garante melhor aproveitamento do sistema elétrico. Para os mais céticos em relação à disponibilidade de carregadores para o modelo 100% elétrico, o híbrido plug-in é o "melhor dos mundos".

Embora marcas chinesas já tenham revelado planos de produzir esse tipo de veículo no Brasil, tudo indica que a BMW será a primeira.

A decisão foi anunciada na quarta-feira (10) por Reiner Braun, presidente do grupo BMW na Latina, que veio ao Brasil para contar a novidade e aproveitar a viagem para um giro pelo país para visitar concessionários em diversas regiões.

O executivo alemão, que aproveita morar no México para aprimorar o espanhol, idioma que domina quase perfeitamente, não se cansa de apontar o que faz da fábrica catarinense um exemplo entre as demais unidades do grupo.

Segundo ele, a unidade de Araquari é a única da montadora que produz uma linha variada, que inclui modelos a combustão, flex e, agora, híbrido plug-in. "Estou muito feliz com Araquari", destacou. Na região, a empresa também produz motocicletas em Manaus e veículos em São Luis Potosi, México.

Inaugurada há quase dez anos, a fábrica catarinense foi construída quando o governo federal criou uma taxa extra de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados.

Segundo Michael Nikolaides, diretor de produtos e logística do grupo BMW, a fábrica brasileira "se adapta facilmente a qualquer produto". Por isso, a companhia não elimina a possibilidade de futuramente produzir em Santa Catarina carros 100% elétricos, uma de suas especialidades.

Braun diz que foi na pandemia que a unidade mais se destacou. Com a possibilidade de produzir localmente, a BMW passou a perna em concorrentes da chamada categoria premium, que dependiam da chegada dos produtos importados em navios, uma operação que se tornou mais difícil num momento de complicações logísticas e portuárias em todo o mundo.

A BMW apresentou o X5 híbrido plug-in como o carro "mais sofisticado, tecnológico e potente já feito na região". É o que se pode esperar de um automóvel que custará em torno de R$ 740 mil.

O modelo será similar ao que já é fabricado nos Estados Unidos e hoje exportado para o mercado brasileiro. Segundo Braun, por enquanto, não há previsão de adaptação para a tecnologia flex, que permite o uso de etanol para abastecer o motor a combustão.

Ao que parece, a montadora preferiu começar com a versão a gasolina para não adiar mais sua estreia entre os produtores desse tipo de veículo no país.

Segundo Nikolaides, na média, o índice de nacionalização dos carros produzidos em Araquari gira em torno de 40%.

O modelo se juntará ao X1, X3 e X4, além do BMW Série 3, produzidos na unidade catarinense.

O X5 plug-in faz parte dos 15 novos modelos da marca previstos para o mercado brasileiro este ano e também está inserido no plano de investimento de R$ 500 milhões, anunciado em 2021.

No fim do ano passado, Maru Escobedo, presidente do grupo BMW no Brasil, anunciou o plano de aumentar a produção em 10% na fábrica brasileira em 2024.

Ontem a executiva mexicana comemorava os resultados. No primeiro trimestre, as vendas da BMW no Brasil cresceram 10,7% na comparação com o mesmo período de 2023.

GABRIEL REIS/VALOR

"Na pandemia, Araquari ajudou a BMW a se destacar no mercado"
Reiner Braun

Alta administração empresarial teme quadro político

Pesquisa IBGC

Victoria Netto
Do Rio

O ambiente político lidera os principais fatores que mais prejudicam o desempenho econômico empresarial no Brasil, avaliam 72% dos administradores ouvidos pela pesquisa "Perspectiva dos Administradores — Economia, Ambiente de Negócios e Governança", conduzida pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e divulgada nesta quinta-feira (11).

Os outros aspectos mais citados foram tributação (60,6%), corrupção (45,2%), qualificação da mão-de-obra (25,9%) e infraestrutura (25,6%). O levantamento foi feito com 383 administradores de diferentes organizações, sendo 192 em cargos de conselheiros (entre conselheiros de administração, fiscais e consultivos) e 191 de diretores.

Do total, 33,7% têm avaliação "neutra" da conjuntura econômica atual do Brasil, enquanto 32,4% a avaliam como "boa" e outros 27,9% a classificam como "ruim". Para as empresas de menor porte da amostra (com faturamento bruto anual de até R$ 20 milhões), predomina a avaliação "ruim" da conjuntura econômica atual do país (43%).

A perspectiva econômica para os próximos 12 anos é "boa" para 38,9% dos administradores e "neutra" para 29,8% desses profissionais. Entretanto, 25,3% acreditam que o desempenho da economia brasileira será "ruim". Os administradores das empresas de menor porte são os menos otimistas: 36,7% acreditam que o desempenho econômico será "ruim" e 5,1% consideram "muito ruim".

De acordo com a diretora-geral do IBGC, Valéria Café, a avaliação mais pessimista das empresas de menor faturamento está atrelada à maior dificuldade que essas empresas enfrentam. "Tais empresas podem ter, relativamente, menor capacidade de obtenção de capital, tanto via financiamento bancário em um cenário de juros mais altos ou via mercado de capitais, que demanda uma estruturação mais complexa. Além disso, essas empresas podem sofrer com uma concorrência mais acirrada, enquanto têm menor poder de barganha com seus fornecedores", afirma.

Para os próximos 12 meses, 35,8% dos administradores avaliam como "boa" a perspectiva do ambiente de negócios, enquanto 34,2% têm uma avaliação "neutra". Já para 24,3%, a avaliação é "ruim". A maioria dos administradores (52,7%) tem uma perspectiva positiva em relação à capacidade de suas organizações se adaptarem a choques externos ou mudanças. A maioria (60,1%) também está positiva em relação ao desempenho financeiro das organizações em 2025.

Os principais temas de interesse do conselho de administração, para 2024, incluem inovação (64,2% dos respondentes), estratégia financeira (63,5%), avanço da inteligência artificial (59,8%), segurança de dados (55,6%) e gestão de riscos corporativos (53,3%). Em relação à governança das companhias, dos 383 administradores, 46% afirmam que é "provável" a melhoria de governança nos próximos 12 meses, enquanto 42% consideraram "muito provável".

32,4%
avaliam a conjuntura econômica como boa

As práticas de governança corporativa relativas à compliance, integridade e responsabilidade corporativa são as mais prováveis de serem aprimoradas para 48,4% dos administradores. Em seguida, estão as práticas associadas à transparência, apontadas por 43,6% dos profissionais.

Entre os maiores desafios para o aprimoramento da governança corporativa, destaca-se a incerteza entre seus custos e benefícios — citado por 37,6% dos administradores. Já para 36,3%, há um entendimento entre os principais grupos de influência de que a governança corporativa já se encontra em um nível adequado, sem necessidade de aprimoramento.

"Ainda que alguns administradores não vejam a governança refletindo imediatamente em benefícios práticos, os ganhos são percebidos em médio e longo prazos. As empresas que adotam, ganham mais legitimidade, com princípios como transparência e equidade", avalia Café.

Governança Conselheiro mais longevo afirma que crises sucessivas ocorrem pelo modelo estatal

‘Ideal é privatizar a Petrobras’, diz Mesquita

Kariny Leal, Fábio Couto e Francisco Góes
Do Rio

LEO PINHEIRO/VALOR

Mesquita votou contra a criação da reserva de capital: “Não tem que ter reserva de procrastinação (...) Esse dinheiro, um dia, ou vai ter que ser dado ao acionista ou vai ser investido em maluquice”

Mais antigo conselheiro da Petrobras, cargo que ocupa há oito anos, o economista Marcelo Mesquita entende que a privatização é a melhor saída para as contínuas crises vividas pela empresa, governo após governo. “Se um governo do PT faz isso, ficaria no poder 20 anos”, diz. Um modelo possível, segundo ele, seria o de “corporation”, empresa sem controle acionário definido, com atuação focada em exploração e produção de petróleo no Brasil. No formato atual de empresa de economia mista, Mesquita identifica vários problemas. Entre os quais aponta as tentativas de ingerência política, incluindo a formação de preços dos combustíveis, e retrocessos na governança, que vai sendo minada gradualmente: “É uma barragem que vai criando rachaduras”, compara.

No tempo em que está no colegiado da Petrobras, Mesquita conviveu com sete diferentes presidentes da empresa. Ele deixará o conselho depois da assembleia de acionistas do dia 25, uma vez que não pode se candidatar a uma terceira reeleição, vedada pelo estatuto. O economista não quis opinar sobre uma possível permanência do atual CEO da estatal, Jean Paul Prates. Mas reconheceu que o debate sobre o comando da estatal paralisa a companhia. Diz ainda nunca ter visto situação como a atual em que conselheiros do governo e diretoria não se entendem, como ocorreu no caso dos dividendos extraordinários: “É como se não fosse bom estar dando lucro e pagando dividendo.” A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Que avaliação faz do momento da Petrobras?*

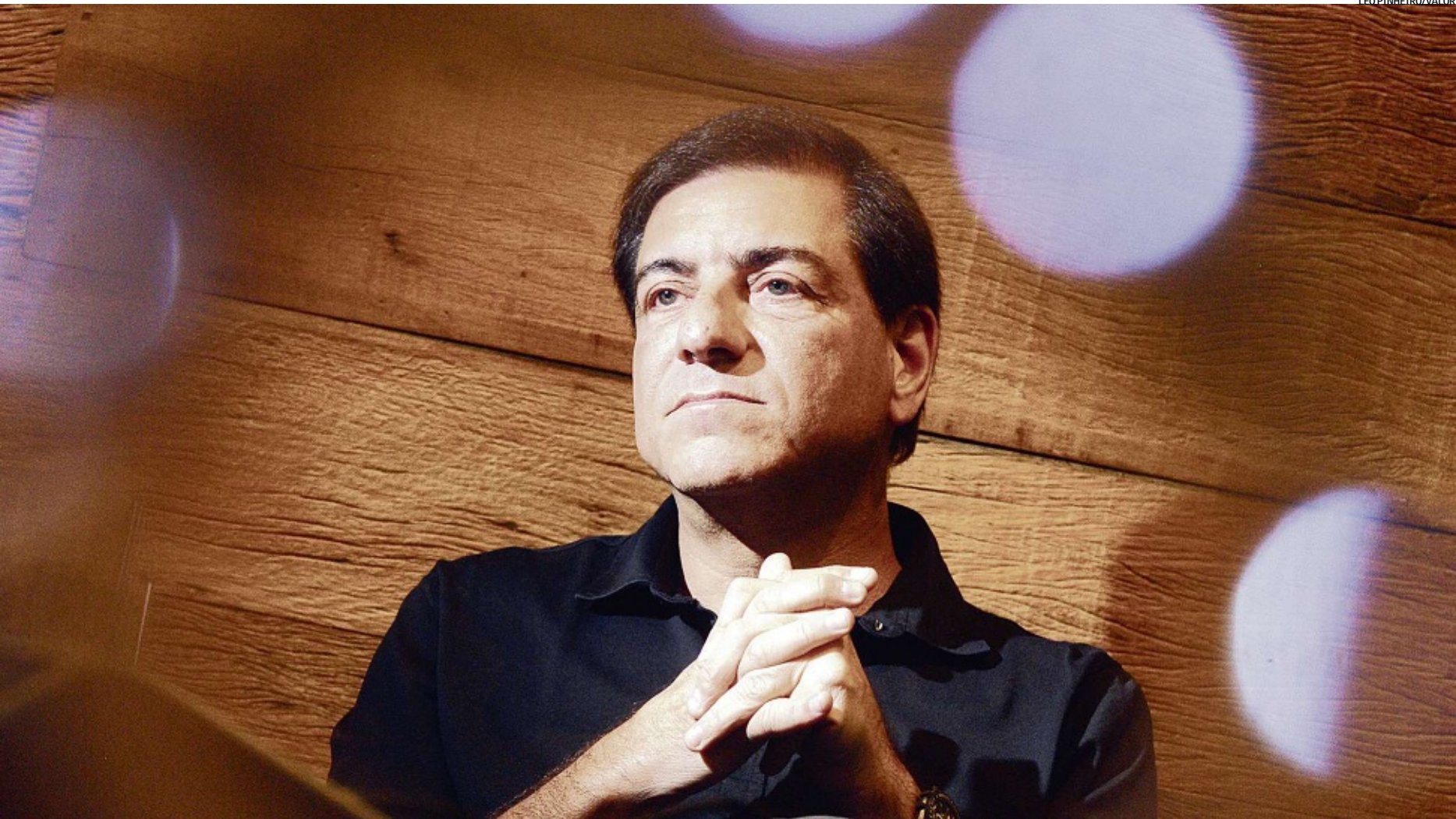
Marcelo Mesquita Em crises anteriores, a empresa estava em momento ruim. Em 2018, a Petrobras tinha dívida e custos altos. A lucratividade não era elevada, a empresa não pagava dividendos e a cotação do petróleo estava baixa. A empresa estava fragilizada. Hoje, anos depois, é diferente porque se fez uma reestruturação da governança. A empresa chegou a ter 120 mil funcionários, hoje tem 60 mil e produz mais. Quando se vê que a empresa está indo bem, não tem a ‘desculpa’ para Brasília de que [a Petrobras] não pode atender os pedidos.

Valor: *Porque dá lucro?*

Mesquita: A empresa é muito lucrativa. Do ponto de vista do país, deveríamos olhar isso [o lucro] com felicidade, e não com o estranhamento que algumas pessoas olham, como se ter muito lucro fosse errado. É como se não fosse bom estar dando lucro e pagando dividendo, essa é a insanidade do atual momento.

Valor: *Qual é a razão disso?*

Mesquita: A visão de que a Petrobras é uma galinha de ovos de ouro para o país precisa ser um consenso. O debate deveria ser o seguinte: vai haver uma transição energética, vamos fazer com a Petrobras ou não? É um debate complexo e saudável que o Ministério de Minas e Energia (MME) devia ter com o país. A empresa tem que dar lucro e pagar o máximo de dividendo que puder. Isso não deveria ser debatido. As pessoas acham que está sobrando dinheiro porque a Petrobras não está investindo o suficiente. É uma falácia. Esse é o ponto de partida da conversa do dividendo e do lucro. A Petrobras tem um plano de investimento que é o maior do Brasil, da América Latina e do hemisfério sul. É quase o tamanho da Exxon Mobil, a maior empresa de petróleo americana. Óbvio que a Petrobras gostaria de investir mais, mas precisa ter projeto.

Valor: *Se a empresa está tão bem operacionalmente, por que não se construiu um consenso para evitar a crise dos dividendos?*

Mesquita: Pois é, eu não entendo. Não sou do governo, não entendo o que acontece entre os políticos em Brasília. O sindicato não querer maior distribuição de dividendos até entendo, porque eles acham que dinheiro na empresa é melhor para ter mais emprego. Mas, de novo, isso é uma falácia porque não gera mais emprego sem as condições [econômicas] para sustentar essas vagas. Se tem dinheiro sobrando e compra ativo na Bolívia, na Venezuela ou na África só para dar destinação ao recurso, não faz sentido. Eu também gostaria que o país fosse autossuficiente em fertilizantes, mas não existe país rico que faça tudo. Se somos bons em fazer poços profundos, vamos focar nisso. Vamos debater como aumentar o investimento em exploração no Brasil.

> “A empresa tem que dar lucro e pagar o máximo de dividendo que puder”

Valor: *Há risco de retrocesso na governança da Petrobras depois dos avanços dos últimos anos?*

Mesquita: O risco é a empresa estar muito lucrativa, pagando dividendos e as pessoas quererem fazer coisas que no passado já se viu que não dão retorno. Esse risco é potencializado pela incerteza da transição energética. Mesmo empresas de petróleo privadas, sem as amarras da Petrobras, estão vivendo esse dilema [de diversificar o portfólio].

Valor: *Qual é o melhor uso do dinheiro da Petrobras?*

Mesquita: O ideal é privatizar a Petrobras, ter uma empresa menor e mais focada em exploração e produção de petróleo no Brasil. E deixar o país usar os recursos [da privatização] para fazer o que precisa, como infraestrutura, escolas, hospitais e abater a dívida pública para ter uma taxa de juros mais baixa. Isso permite ter um custo de capital menor. É saudável para o país usar esse dinheiro que a Petrobras gera. A Noruega e o Chile, por exemplo, têm fundos criados para pegar o excedente de dinheiro em momento de bonança, investir e guardar. No Brasil, não temos maturidade política para guardar porque todo mundo quer gastar quando está no poder e não deixar para quem vem depois. Se pudesse, esse seria o caminho: colocar o dinheiro em um fundo e usar quando precisar. Mas isso é tão sofisticado que não estamos nesse ponto do debate no Brasil.

Valor: *O senhor defende a privatização da Petrobras há tempos, mas nunca houve condições reais de avançar nessa discussão...*

Mesquita: A sociedade evoluiu. Agora seria o momento de ser magnânimo, de ser estadista. Se um governo do PT faz isso, ficaria no poder 20 anos. Deveriam ter a grandeza de entender isso. Se as forças políticas entendessem que têm que ser pragmáticas e não ideológicas em certas questões, alcançaríamos o consenso para nos desenvolvermos como nação. Cada vez que entra um grupo, fala que vai fazer tudo diferente do anterior. Não se acha uma convergência para que haja avanço.

Valor: *Por que nunca ninguém conseguiu privatizar a Petrobras?*

Mesquita: Porque ela ficou por último, depois de outros setores como celulose, siderurgia e mineração. A Petrobras, talvez por ser a maior e mais rentável, de um setor que muitos países têm estatais, ficou para o fim. E tem um debate polêmico [em torno ao tema], então vai indo pelas beiradas.

Valor: *Seu modelo para a privatização seria o de uma ‘corporation’?*

Mesquita: Privatização pode ser feita em vários modelos, o país tem que debater. Como permitir que a Petrobras se livre das interferências políticas privatizando, mas sem que fique desnacionalizada e aumentando investimentos, pagando impostos e gerando mais lucro. Se faz uma operação eficiente e lucrativa, o país ganha com isso, como ganha com a Vale. Quem é contra privatização por hipocrisia, deveria se obrigar a usar escola e hospital públicos em vez de ir no privado. O governo nem precisaria ter participação acionária, mas poderia influenciar, via ‘golden share’, para não desnacionalizar. O governo recebe impostos da Petrobras, que são brutais. O [valor] que vai para funcionários e acionistas também é brutal.

Valor: *Mas para privatizar teria que ter apoio do Congresso, mudar a Lei do Petróleo...*

Mesquita: Estamos ficando para trás no mundo. A urgência da privatização da Petrobras tem a ver com a transição energética global. O petróleo vai deixar de ser uma riqueza, então precisamos usá-lo de forma correta.

Valor: *Em que prazo?*

Mesquita: Ninguém sabe. Mas está determinado que o planeta não quer mais usar petróleo, quer outras fontes de energias renováveis. Não sabemos em que velocidade. Uma empresa privada é ágil vai ter mais condições de tomar riscos do que uma estatal que muda a direção a cada quatro anos com a troca de governo. Qualquer governo de direita ou de esquerda quer mudar o presidente [da Petrobras] a cada ano. Em oito anos, eu vi sete conselhos, sete presidentes, sete diretorias. O Prates entrou, ainda está mudando as pessoas e a estrutura, e já estão falando que ele vai sair.

Valor: *A dificuldade de Prates parece ser se equilibrar entre os interesses do governo e do mercado.*

Mesquita: Esse embate existe porque tem minoritários que colocaram dinheiro e estão ali brigando. A empresa de economia mista [caso da Petrobras] funciona melhor do que quando não é, mas no Brasil não funciona bem como poderia. Porque não tem esse consenso político de que tem que ter vida de empresa e que não é uma autarquia federal. Com a ‘class action’ [ação movida por investidores contra a Petrobras nos EUA, em 2015] e o acordo com a SEC [a CVM americana], a Petrobras se comprometeu a melhorar a governança e criar regras para evitar ataques e interferências. Graças a isso nos últimos oito anos a empresa melhorou muito. O ataque de Brasília é o mais difícil. Bolsonaro [o ex-presidente Jair Bolsonaro] ligava e achava que podia fazer o que queria. Mas não pode porque as pessoas que estão ali respondem com o CPF. É resistência diária, mas a empresa vai sendo minada. É uma barragem que vai criando rachaduras. A flexibilização da Lei das Estatais foi uma delas.

Valor: *Faltam duas semanas para a assembleia que vai eleger o conselho. Qual é a sua expectativa?*

Mesquita: É um assunto difícil de falar, melhor comentar depois.

Valor: *Tem elementos para dizer se Prates fica no cargo?*

Mesquita: Nenhum, mas ficar 15 dias aparecendo supostos nomes que vão entrar [como CEO] é péssimo. A empresa para, os diretores começam a procurar emprego porque sabem que vão ficar desempregados. O presidente para de tomar decisão, as empresas que queriam parcerias também param.

Valor: *O clima no conselho não parecer ser bom. É isso mesmo?*

Mesquita: Onde tem alguma polêmica é quando se define o plano estratégico, ao definir o longo prazo da empresa. Eu votei contra o plano estratégico porque acredito numa Petrobras focada em exploração e produção, vendendo campos maduros, não entrando em coisas que não sabe fazer. Essa gestão, orientada por Brasília, aposta no outro caminho [de diversificar investimentos]. Tem que ter responsabilidade de votar com o CPF. Às vezes tem consenso e outras vezes não.

> “Qualquer governo de direita ou de esquerda quer mudar o presidente a cada ano”

Valor: *Um caso em que não houve consenso foi na votação do dividendo extraordinário, quando Prates se absteve na votação.*

Mesquita: Nunca vi isso em oito anos. Nos governos Temer e Bolsonaro, mesmo com todas as mudanças, havia coordenação entre CEO e o chairman da empresa, entre conselheiros colocados pelo governo e o que o presidente da empresa estava querendo fazer, sempre houve coordenação forte. Não entendo o que acontece, também não pergunto e não quero saber. É muito estranho a diretoria ter uma proposta e os conselheiros que a indicaram não terem uma atuação coordenada. É surpreendente como minoritário. E não sei explicar, não sei porque é assim. Eu acho que tem que ser distribuído 100% de tudo o que sobra. Por definição, se sobrou dinheiro e a empresa está com dívida resolvida, investindo o máximo que pode, tem que distribuir.

Valor: *Então o senhor foi contrário à criação da reserva de capital.*

Mesquita: Claro! Porque não tem que ter reserva de procrastinação. Eu até brinco internamente que essa não é uma reserva de capital, é uma reserva de atraso, porque esse dinheiro, um dia, ou vai ter que ser dado ao acionista ou vai ser investido em maluquice. Ou pode queimar [o recurso] caso faça retenção de preço de combustíveis.

Valor: *Há algum ativo que a Petrobras não deveria ter vendido?*

Mesquita: Foi ótimo [vender a distribuição de combustíveis] porque cria mais concorrência, mais players. Também não houve problema em vender refinarias. Quando se tem uma fatia de mercado monopolista e o dono da empresa é o governo, a mão pesada é sempre para vender barato e fazer politicagem. Historicamente, o capital aplicado em refino nunca deu retorno porque sempre se tentou represar preços para segurar a inflação.

Valor: *Faz sentido econômico ter lançado o segundo trem da Rnest [Refinaria Abreu e Lima]?*

Mesquita: Faz porque o investimento foi feito. O ganho é grande ao se terminar o que começou. Votei a favor. Apesar de ter sido um investimento mal-feito, com preços absurdos, que demorou à beça [para ser implantado], a pior obra é a inacabada. Não é uma questão ideológica, é prática, específica.

Valor: *Há defasagem nos preços dos combustíveis desde o início do ano. Como é o debate no conselho?*

Mesquita: Não se pode olhar a defasagem apenas a curto prazo. Todo mês o conselho monitora a política de preços, a equipe de vendas explica o que está acontecendo com dados e gráficos. Na gestão de Prates, a política foi correta, não se vendeu gasolina com subsídios. Quando precisou, [a Petrobras] aumentou [os preços]. Agora é difícil [aumentar preços], porque quando se fala em derrubar o presidente e é preciso reajustar, é difícil acreditar que ele vá fazer. Entram as pressões políticas. Eu já vi esse filme antes. Por isso tem que privatizar.

Valor: *E se Prates reajustasse os preços dos combustíveis hoje?*

Mesquita: Seria corajoso ao extremo. Eu, se fosse ele, até tentaria, para mostrar que é forte e que não vai sair. Se o Lula não quer tirá-lo [da presidência da Petrobras] de fato, é um ótimo momento para aumentar os combustíveis, mostrar que está tudo normal.

8 anos é quanto Mesquita ficou no conselho

Curta

Cury cresce no 1º tri

A incorporadora Cury atingiu no primeiro trimestre R$ 1,9 bilhão em valor geral de venda (VGV) nos lançamentos, alta de 32,7% sobre o mesmo período de 2023. As vendas líquidas cresceram 44% no mesmo intervalo, para R$ 1,6 bilhão. O preço da unidade lançada subiu 13,5%, para R$ 316,2 mil. A velocidade de venda, medida pela venda sobre oferta (VSO), foi de 48% no trimestre, alta de 4,5 pontos. Os resultados de lançamentos, vendas e VSO foram recordes para o trimestre. Nos três primeiros meses, a Cury teve R$ 17,1 milhões de geração de caixa, comparável a R$ 1,8 milhão há um ano. A empresa terminou março com estoque avaliado em R$ 1,7 bilhão, com 1,5% de unidades prontas. O banco de terrenos cresceu 58% em VGV potencial e soma R$ 15,7 bilhões. Do total, R$ 9,6 bilhões estão em São Paulo e R$ 6,1 bilhões no Rio. O vice-presidente comercial, Leonardo Mesquita, afirma que a empresa seguiu estratégia de começar o ano com reforço nos lançamentos, e que o cenário macro tem ajudado, assim como aprovações recentes de novos planos diretores nas duas capitais.

Estratégia Grupo italiano tem 75% da receita gerada pela área de digitalização, no Brasil a IA reduziu o quadro de funcionários

Almaviva compra 51% da brasileira Magna Sistemas

Daniela Braun
De São Paulo

A italiana Almaviva, que opera com serviços de digitalização e de gestão de relacionamento entre companhias e seus clientes, comprou 51% do capital da brasileira Magna Sistemas, empresa de software e serviços de tecnologia, por R$ 340 milhões. Com a aquisição, a Almaviva busca ampliar os negócios de transformação digital com foco em serviços públicos no Brasil.

A aquisição do restante do capital da Magna, que agora passa a se chamar Almaviva Solutions, está nos planos do grupo italiano nos próximos cinco anos, elevando o valor da compra para R$ 800 milhões, informou Marco Tripi, presidente global da Almaviva, em entrevista ao **Valor**. "Passamos cerca de dois anos avaliando empresas de tecnologia no Brasil e o que nos levou à decisão [de fechar o negócio] foi o comando da companhia. Precisamos de um nível gerencial elevado", disse Tripi, que veio a São Paulo para formalizar a transação.

A compra da Magna não encerra os planos de aquisições do grupo italiano no Brasil, sinaliza Tripi, sem dar detalhes. A empresa, que atua em 11 países, também busca ampliar a fatia da receita gerada fora da Itália, de 30%, em 2023, para 50%, em 2026, projeta o executivo.

No Brasil, a Almaviva vem diversificando os negócios de "contact center" e cobrança, com mais atenção aos setores financeiro e de serviços, e menos em telemarketing.

A aposta no atendimento por canais digitais e no uso da inteligência artificial (IA), reduzindo as interações humanas, levou a uma redução significativa do quadro de funcionários de "contact center" no Brasil.

Somente em 2023, a subsidiária enxugou o quadro de funcionários de 40,5 mil para 33,5 mil, no Brasil. Na Colômbia, base para os serviços de "contact center" e cobrança em países de língua hispânica, o total de funcionários diminuiu de 42 mil para 36 mil, no ano passado.

"O que é commodity vamos fechar. É um desafio, mas a empresa tem que evoluir e a evolução tecnológica pode significar uma redução no quadro de funcionários", disse Tripi.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"O que é commodity vamos fechar. A empresa tem que evoluir"
Marco Tripi

Do lado da evolução tecnológica, segundo o executivo, a aposta de 15 anos da empresa em inteligência artificial, vem dando frutos. No ano passado, a Almawave, empresa voltada a projetos de IA, registrou receita líquida de € 57,5 milhões, alta de 20% em relação a 2022. No mesmo intervalo, o lucro líquido de € 9,29 milhões quase dobrou, com avanço de 92,7%.

Na Almaviva global, 75% da receita de 2023 foi gerada por projetos de digitalização de empresas de setores como saneamento e transporte público. A atividade de "call center" respondeu por 25% do resultado. A receita somou € 1,2 bilhão em 2023, alta de 20% em base anual. O lucro líquido de € 86,7 milhões avançou 15,5% no período.

No Brasil a proporção é inversa. A maior parte da receita vem de serviços de gestão de clientes, ou "contact center, e cobrança. Mas o plano é que outros serviços de tecnologia, em especial para empresas do setor público, respondam pelo grosso do faturamento nos próximos anos.

Em 2023, a Almaviva no Brasil registrou receita líquida de R$ 1,61 bilhão, alta de 8,8% ante o resultado de 2022, de R$ 1,48 bilhão. O lucro líquido, de R$ 152,5 milhões cresceu 18,5% em base anual.

A compra da Magna foi fechada pela brasileira Brita S.A., que tem 90% do capital nas mãos da Almaviva e 10% da sociedade italiana de apoio a empresas no exterior, a Simest, controlada pelo banco de fomento italiano Cassa Depositi e Prestiti (CDP).

A participação remanescente de 49% na Magna Sistemas, que passa a se chamar Almaviva Solutions, permanece com os sócios-fundadores. Adriano Dias, sócio-fundador e executivo-chefe da Magna, seguirá no comando da Almaviva Solutions. Seus 1.200 funcionários deverão ser integrados à subsidiária brasileira da AlmaViva, até agosto.

Entre os clientes da Magna Sistemas estão a Divisão de Tecnologia da Informação do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (Dipol) de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

Desempenho

Dados globais e da operação no Brasil da AlmaViva

Principais negócios do grupo no mundo

AlmaViva
Serviços de tecnologia, digitalização, gestão de relacionamento entre empresas e clientes

Almawave
Serviços de tecnologia com inteligência artificial

Sede
Itália

AlmaViva global

	Receita (€ bilhões)	Lucro (€ milhões)
2023	1,2	86,7
2022	1,0	75,1

Almawave

	Receita (€ milhões)	Lucro (€ milhões)
2023	57,5	9,29
2022	47,9	4,82

AlmaViva no Brasil

	Receita líquida (R$ bilhões)	Lucro líquido (R$ milhões)
2023	1,61	152,5
2022	1,48	128,7

Fonte: Empresa

Para treinar a IA, 'big tech' dribla direito autoral

Tecnologia
São Paulo

As "big techs", para treinar seus softwares, têm cortado caminhos, ignorado as políticas corporativas e tentado formas para contornar a lei, de acordo com uma análise do "The New York Times", publicada pelo jornal "O Globo".

Segundo a reportagem, na Meta, dona do Facebook, do WhatsApp e do Instagram, advogados, engenheiros e gerentes da companhia discutiram no ano passado a compra da editora Simon & Schuster para obter obras longas, conforme gravações de reuniões internas obtidas pelo Times. Também conferiu a obtenção de dados protegidos por direitos autorais em toda a internet, mesmo que isso significasse enfrentar processos judiciais. Pela lógica da empresa, negociar licenças com editoras, artistas, músicos e a indústria de notícias levaria muito tempo.

O Google transcreveu vídeos do YouTube para colher textos para seus modelos de IA, disseram fontes ao jornal. Fato que potencialmente violou direitos autorais.

Pela análise, a prática das empresas ilustra como as informações on-line — notícias, podcasts, obras fictícias e postagens em fóruns, por exemplo —, tornaram-se material essencial para a indústria de IA. Para criar sistemas inovadores, é necessário ter dados suficientes para ensinar à inteligência artificial a produzir texto, imagens, sons e vídeos que se assemelhem às criações humanas.

O volume de dados é, portanto, crucial para essa tecnologia e as empresas estão usando os dados mais rápidos do que esses são produzidos. O "Times" calculou que os principais sistemas de chatbot em operação no mundo aprenderam a partir do consumo de até 3 trilhões de palavras. O número é aproximadamente o dobro de palavras armazenadas na Biblioteca Bodleian da Universidade de Oxford, que coleciona manuscritos desde 1602.

A previsão do instituto de pesquisa Epoch é que em 2026 as empresas podem ter esgotado o uso de dados de qualidade disponíveis na internet. Enquanto não encontram soluções para esse "esgotamento", as companhias tentam contornar a lei, segundo o "The New York Times".

"Big techs" como OpenAI e Google procuram alternativas que possam abastecer seus modelos de linguagem — e livrá-las de processos relacionados a direitos autorais. Uma solução são as informações "sintéticas". Não se trata de dados criados por humanos, mas textos, imagens e código produzidos pelo próprio sistema — a IA gerando informações a serem usadas por soluções de IA.

É um caminho ainda com muitos percalços pela frente, pois os modelos de IA erram ou criam explicações. Também têm vieses. Assim, os dados sintéticos tendem a reproduzir esses pontos de vista, com o fim da pluralidade de opiniões. A tecnologia ainda está em fase de testes, mas há a expectativa de que erros sejam corrigidos e, em pouco tempo, o uso dos dados sintéticos aconteça em breve.

A OpenAI diz que seus modelos de IA têm um conjunto de dados únicos curados para ajudar em sua compreensão do mundo. O Google diz que seus modelos de IA são treinados com conteúdo do Youtube, a partir de acordo com os criadores de conteúdo. A Meta afirma ter feito investimentos grandes para integrar IA em seus serviços e ter bilhões de imagens e vídeos publicamente compartilhados para treinar seus modelos.

Segundo criadores, o cresimento do uso de suas obras por empresas de IA tem gerado ações por direitos autorais. O Times processou a Open AI e a Microsoft em 2023 por usar artigos de notícias protegidos sem permissão para treinar chatbots.

3 trilhões
de palavras já foram usadas por chatbots

Escândalo nos jornais de Murdoch custa 1 bi de libras em acordos

Imprensa
Daniel Thomas
Financial Times

O império de jornais de Rupert Murdoch no Reino Unido acumulou custos adicionais de mais de 51 milhões de libras relacionados a acusações feitas contra o "The Sun" e o hoje extinto "News of the World" no escândalo do grampeamento de telefones, segundo seu balanço anual mais recente. No total, a News UK já teve cerca de 1 bilhão de libras em gastos com acordos judiciais e custos legais desde o início do escândalo, há mais de dez anos.

Mas o custo anual com a ação judicial em curso contra o conglomerado News Corp.— que ainda é alvo de acusações do príncipe Harry e de celebridades como o ator Hugh Grant — diminuiu em relação aos 128 milhões de libras do exercício anterior, quando foi obrigado a aumentar a provisão que havia reservado para esse fim em seus balanços.

O conglomerado admitiu a existência dos grampos telefônicos para obter histórias no "News of the World" — o que motivou o fechamento do jornal e uma investigação pública e policial —, mas não no "The Sun".

Os custos levaram a News Group Newspapers, que publica o "The Sun", a registrar um prejuízo de cerca de 66 milhões libras no ano até julho de 2023, segundo os balanços encaminhados à Junta Comercial do Reino Unido. Os custos judiciais relativos ao escândalo dos grampos telefônicos são pagos pela TV americana Fox, de acordo com os termos do desmembramento entre News Corp. e 21st Century Fox.

Sem contar os custos extraordinários jurídicos, a News Group Newspapers anunciou um prejuízo operacional de 11 milhões de libras, resultado que foi afetado por mudanças do Facebook para reduzir sua cobertura de notícias e pela situação mais difícil no mercado publicitário.

Por sua vez, a TalkTV, um empreendimento televisivo ainda iniciante de Murdoch, precisou absorver perdas de cerca de 54 milhões de libras em seu primeiro ano completo, em função do aumento dos custos operacionais.

A TalkTV, que encontra dificuldade para atrair espectadores diante da forte concorrência da rede de TV de tendência direitista GB News, foi retirado da grade de TV comum no início do ano e terá um futuro exclusivamente on-line.

A News UK Broadcasting gerou receitas de apenas 5,6 milhões de libras, embora mostre grande aumento em relação ao 1,1 milhão de libras do exercício anterior.

O número de funcionários empregados pela empresa quase dobrou para 115 durante o ano fiscal, o que teve influência no aumento nos custos. Ainda não está claro quantos deles são da TalkTV, depois de ter se tornado apenas on-line, e quais custos serão incorridos na reestruturação do negócio.

A Talksport Ltd — dona da Times Radio, Virgin Radio, Talksport e Talkradio — contabilizou um lucro de 8,6 milhões de libras.

O "The Times" e o "The Sunday Times", também parte do império de mídia do Reino Unido de Murdoch, registraram lucro antes de impostos de 60,9 milhões de libras durante o exercício, abaixo dos 73,2 milhões de libras do período anterior.

A Times Media, a operadora dos jornais, conseguiu continuar aumentando o número de assinaturas e chegou a 565 mil no fim de junho de 2023.

Fontes próximas à News UK — que na estrutura administrativa está acima dessas várias empresas operacionais — disseram que os balanços deste ano fiscal contabilizaram uma semana a menos em comparação ao ano anterior.

Como motivos para a queda dos lucros dos jornais, as fontes apontaram as dificuldades no mercado publicitário e as pressões inflacionárias de custos com salários, energia e preços de papel de jornal, assim como a continuidade dos investimentos.

Por outro lado, em termos de lucro consolidado antes de juros, impostos, depreciação e amortização, a News UK teve impacto positivo no lucro do ano fiscal da empresa controladora, a News Corp. cujas ações são negociadas nos Estados Unidos. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

VICTORIA JONES/PA VIA AP

Império de Rupert Murdoch ainda é alvo de acusações do príncipe Harry e de celebridades

Após Intel e Alphabet, Meta lança novo chip

Dow Jones, de Palo Alto

A Meta, dona do Facebook e do WhatsApp, lançou um novo chip para inteligência artificial, em especial para impulsionar seus modelos de classificação e recomendações de anúncios de publicidade. O chip é a segunda geração do MTIA (Meta Training and Inference Accelerator). O primeiro chip MTIA fez sua estreia em 2023.

O anúncio da Meta ocorre um dia após os anúncios de novos processadores da Alphabet e da Intel, à medida que mais empresas intensificam seus esforços para atender à crescente fome por recursos de computação de inteligência artificial.

Embora a Nvidia continue a dominar o mercado de chips, fornecedores de computação em nuvem como Amazon, Google e Meta estão cada vez mais projetando alguns de seus próprios chips.

O CEO da Meta, Mark Zuckerberg, disse anteriormente que a empresa terá 350 mil chips Nvidia H100 rodando nos centros de dados da empresa até o fim de 2024. Para a Meta, o MTIA é um complemento, não um substituto, para os chips da Nvidia.

A Meta disse que a nova versão do MTIA mais que dobra a capacidade de computação e memória da versão original do chip.

O novo chip será produzido para a Meta pela Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) em sua tecnologia de 5 nanômetros, uma atualização da tecnologia de 7 nanômetros usada no primeiro chip MTIA. A Meta disse que o novo chip apresenta três vezes o desempenho da primeira geração de chips. A empresa disse que está vendo uma melhoria de 1,5 vezes no desempenho por watt em relação aos sistemas MTIA de primeira geração.

Curta

Fusão da Paramount

Três conselheiros da Paramount devem deixar a empresa logo enquanto as negociações de fusão entre a família Redstone e a Skydance avançam, dizem fontes ao "The Wall Street Journal". Dawn Ostroff, uma ex-executiva do Spotify; Nicole Seligman, ex-presidente da Sony Entertainment; e Rob Klieger, advogado pessoal dos controladores, devem deixar os assentos no colegiado. A saída dos conselheiros ocorre em um momento delicado para a empresa, que está em negociações exclusivas com a Skydance. Seligman e Ostroff fazem parte do comitê independente que avalia propostas em potencial. A Skydance tem um acordo para comprar a National Amusements, controladora que detém 80% das ações votantes da Paramount, por US$ 2 bilhões. A companhia de David Ellison já foi parceira da Paramount em várias produções. Na segunda parte da operação, a Paramount, que é dona do estúdio de mesmo nome, da plataforma de streaming Paramount+ e canais como CBS e MTV, compraria e incorporaria a Skydance.

Estratégia Empresa quer ampliar área apoiada por seu programa de estímulo à pratica no país para 600 mil hectares e envolver clientes

Bunge põe US$ 20 milhões em agricultura regenerativa

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Bunge decidiu ampliar seu programa de estímulo à agricultura regenerativa no Brasil, criado há um ano. Com um investimento de US$ 20 milhões, a múlti americana quer mais do que dobrar a área apoiada pelo programa, passando dos atuais 250 mil hectares para 600 mil hectares até 2026.

Apesar do salto rápido de um ano para outro, é uma fatia ainda pequena de toda a área agrícola que fornece para a Bunge no Brasil — apenas a área de soja mapeada pela trading no país em 2022 superou 19 milhões de hectares.

O investimento será destinado para pagar prêmios aos agricultores que participam do programa e fornecem produtos à Bunge. Além disso, vai financiar o fornecimento gratuito de assistência técnica, de ferramentas de agricultura de precisão e tecnologias de mensuração que auxiliem os produtores na adoção de técnicas que ajudem a reduzir emissões no campo. A assistência será prestada pela Orígeo, joint venture da Bunge com a UPL.

Nesta etapa, a Bunge também quer envolver seus clientes, como indústrias de alimentos e de biocombustíveis. O plano é que essas indústrias também paguem prêmios aos produtores. Segundo Rossano de Angelis Junior, vice-presidente de agronegócios da Bunge para a América do Sul, a própria agroindústria demonstrou interesse em se conectar diretamente com os agricultores. Alguns contratos com clientes já foram fechados.

O programa não obriga o produtor a vender toda sua colheita à trading — a não ser que seja uma indústria cliente da Bunge que esteja aportando os recursos na fazenda. Caso o produtor decida vender parte de sua colheita à Bunge, a trading pagará a ele o prêmio referente à parcela da produção vendida. O prêmio é pago em um montante fixo por hectare — a companhia não detalha o valor.

250 mil hectares é a área apoiada hoje pelo programa

A Bunge também quer ampliar a cobertura geográfica do programa. Hoje, as fazendas estão concentradas no Matopiba (confluência entre os Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e em Mato Grosso, e agora quer oferecer o benefício para produtores do Pará, Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em um ano, o programa atraiu 34 fazendas de 26 produtores. A prática regenerativa mais popular é a do plantio direto, adotada por todos. Em segundo lugar está a cultura de cobertura — aquela que é plantada na entressafra para proteger o solo —, adotada por 46%. Outras práticas regenerativas ainda são adotadas por uma minoria, como o uso de bioinsumos, rotação de culturas e fertilização natural.

A Bunge quer fortalecer essas cinco técnicas nesta etapa. "São práticas em que vemos ganho de escala para o produtor e ganho de conexão com o cliente", afirma. Outras técnicas podem ser apoiadas, como integração entre lavoura, pasto e floresta, rotação de pastagem, e redução de uso de água e de energia nas fazendas.

Uma prática em particular que a Bunge aposta é no uso de oleaginosas como cultivo de cobertura, o que pode oferecer uma nova renda para o produtor, além de atender à nova demanda das indústrias de biocombustíveis avançados, como o bioquerosene de aviação (SAF) e o diesel verde (HVO).

A múlti já estuda em parceria com a Embrapa, a Orígeo e a Advanta, da UPL, o uso da canola como cultivo de cobertura no Cerrado para essa indústria. "Com as soluções certas e assistência correta, entendemos que tem potencial para desenvolver canola no Cerrado", diz de Angelis . Os primeiros volumes de canola no programa devem ser colhidos neste ano. A seleção de qual semente usar, porém, vai depender do diagnóstico de cada fazenda, observa.

DIVULGAÇÃO

Rossano de Angelis: Nova fase do programa vai priorizar cinco práticas

Comigo investe R$ 1,3 bi em esmagadora

Cooperativas

Marcos Giesteira
Para o Valor, de Rio Verde (GO)

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo) anunciou ontem a construção de uma esmagadora de soja e a inauguração de duas novas lojas em Goiás.

O presidente executivo da Comigo, Dourivan Cruvinel, informou, durante coletiva de imprensa na Tecnoshow Comigo, que a esmagadora de soja será construída em Palmeiras de Goiás. A estrutura, que receberá um investimento de cerca de R$ 1,3 bilhão, terá capacidade para processar 5 mil toneladas de soja por dia.

A previsão é de que a obra seja concluída em dois anos.

"Estamos em fase de planejamento e de licenciamentos ambientais. Pretendemos iniciar a terraplanagem da área em maio, mas para a indústria funcionar deve levar uns dois anos", afirmou Cruvinel.

As novas lojas da cooperativa ficarão localizadas nas cidades de Paraúna e Jussara. Segundo o presidente-executivo da Comigo, as duas unidades receberão investimento de R$ 50 milhões.

Os aportes previstos são parte do plano de expansão da cooperativa, que tem como meta abrir de uma a duas lojas por ano. A Comigo também tem investido em armazéns para grãos conforme a demanda dos produtores cooperados, segundo o dirigente.

Este ano, a Comigo já inaugurou um armazém para soja e milho, que demandou investimento da ordem de R$ 150 milhões, no município de Mineiros. A estrutura tem capacidade de armazenamento estático para 3,3 milhões de sacas de grãos.

Apesar da previsão do governo de Goiás de quebra de 10% na colheita de grãos no Estado nesta safra 2023/24, os representantes da Comigo afirmaram estar otimistas em relação aos negócios que serão realizados durante a feira de tecnologia promovida pela cooperativa. A expectativa inicial é superar os R$ 11,1 bilhões comercializados na edição passada. A Tecnoshow termina sexta-feira (12).

MATT STROSHANE/BLOOMBERG

Frutos ficaram com tamanho inferior ao esperado na temporada 2023/24

Clima ruim e greening fazem colheita de laranja recuar 2,22% em SP e MG

Safra 2023/24

Fernanda Pressinott e Cleyton Vilarino
De São Paulo

O clima adverso e o avanço do greening fizeram a safra de laranja de São Paulo e Triângulo Mineiro cair 2,22% na safra 2023/24, na comparação com a temporada anterior. Segundo dados do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), foram colhidas 307,22 milhões de caixas de 40,8 quilos, 0,69% abaixo da estimativa inicial da entidade, divulgada em maio.

A transição do primeiro semestre chuvoso em 2023 para um déficit de precipitação no segundo semestre, que se prolongou até o fim da temporada em 2024, impactou a produção das laranjeiras.

"A precipitação média no cinturão nesse período caiu significativamente, enquanto as temperaturas subiram muito desde a chegada do fenômeno El Niño em junho do ano passado, o que levou a uma maior evapotranspiração e à redução da umidade do solo", diz em nota o coordenador da pesquisa do Fundecitrus, Vinícius Trombin.

Além disso, o greening — doença que afeta pomares e ainda não tem cura — se agravou nos Estados e fez os produtores colherem mais rapidamente os frutos.

"A combinação desses fatores resultou em frutos de tamanhos menores do que o esperado. E embora o ritmo acelerado da colheita tenha prejudicado o crescimento das laranjas, também teve um efeito positivo, ajudando a reduzir as perdas por queda prematura", diz.

A taxa acumulada de queda de fruto desde o início da safra foi de 19%, e a perda de produção resultante dessa queda prematura foi estimada em 72 milhões de caixas.

Em relação ao tamanho médio dos frutos colhidos, foram necessárias 255 laranjas para compor uma caixa, oito frutos a mais que o estimado inicialmente. O peso médio das laranjas ficou em 160 gramas, inferior ao peso inicialmente previsto de 165 gramas.

O levantamento do Fundecitrus foi realizado com a cooperação da Markestrat e de professores titulares da FEARP/USP e FCAV/Unesp2.

Atvos vai construir unidade de biometano

Bioenergia

Paulo Santos
De São Paulo

A Atvos, controlada pelo fundo árabe Mubadala, pretende investir mais de R$ 350 milhões para construir sua primeira unidade de biometano a partir de resíduos da cana. A companhia assinou um memorando de investimentos para erguer a planta em Nova Alvorada do Sul (MS), onde fica a Usina Santa Luzia (USL).

A nova unidade terá capacidade de instalada de 28 milhões de metros cúbicos de biometano por safra. A usina em Nova Alvorada do Sul tem capacidade para moer 5,5 milhões de toneladas de cana e produzir 498 milhões de litros de etanol por ano.

"A implantação da fábrica de biometano na Unidade Santa Luzia (USL) marcará a entrada da Atvos no mercado de gás natural de origem renovável, com o diferencial de produzi-lo em larga escala para atender uma demanda que não para de crescer", disse, em nota, Bruno Serapião, diretor-presidente da Atvos.

De acordo com o executivo, a produção de biometano deve ser direcionada para o abastecimento de parte da frota logística da própria companhia e de seus parceiros agrícolas, com o objetivo de reduzir em até 40%, o uso do diesel nos veículos. O volume excedente deve ser direcionado para os municípios do entorno, segundo Serapião.

A maior parte das plantas de biometano em operação hoje no Brasil ainda destina a produção para as operações próprias das empresas, sem atuar comercialmente. De acordo com a Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), das 20 plantas em operação no país, apenas seis comercializam o gás que produzem. A associação espera que, em cinco anos, existam 90 plantas com atuação comercial, das quais 42% espera-se que sejam do setor sucroalcooleiro.

A futura planta de biometano da Atvos está em fase de análises de engenharia para aprovação final. A expectativa é que as obras sejam iniciadas ainda neste ano.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alumipack Indústria de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 07.770.721/0001-20 - Endereço: Rua João Penedo Alves, 180 A, Distrito Industrial Dr. Hélio Pentagna Guimarães - Requerente: Vivian Moraes Machado Dellova Campos - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Contagem/MG

Requerido: **Equipe Comunicação e Planejamento Ltda. Epp -** CNPJ: 01.118.188/0001-30 - Endereço: Rua Oliveira Pena, 99, Bairro São José - Requerente: William Pires da Silva - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Lyska Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 15.486.670/0001-37 - Endereço: Av. Dos Financeiros, 105, Lote 29, Quadra V, Bairro Vila Bancária - Requerente: Valinvest Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Niplan Engenharia S/A -** CNPJ: 64.667.728/0001-54 - Endereço: Rua Deputado Martinho Rodrigues, 51, Bairro Jardim Prudência - Requerente: Auto Posto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Remtafer Produtos Siderúrgicos Ltda. -** CNPJ: 20.120.478/0001-62 - Requerente: Trademaster Instituição de Pagamentos, Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **B. A. da Cunha, Empresário Individual, Nome Fantasia Fazenda Sol Nascente -** CNPJ: 53.987.136/0001-01 - Endereço: Fazenda Sol Nascente, S/nº, Zona Rural, Água Boa/mt - Administrador Judicial: Adhoc Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Rafael Cisneiro Rodrigues - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Citrus M M Ltda. -** CNPJ: 24.486.125/0001-31 - Endereço: Rodovia Go 020, S/nº, Km 35 À Direita + 7 Km, Zona Rural - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO

Empresa: **Grasiele Peripolli Stefanello, Produtora Rural -** CNPJ: 53.045.730/0001-75 - Endereço: Rodovia Br 158, a 105 Km da Sede, Margem Direita, S/nº, Barra do Garças/mt - Administrador Judicial: Dr. Vinicius Cruvinel - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Grasiele Stefanello Piscinas Ltda. -** CNPJ: 34.194.411/0001-87 - Endereço: Rua Xv de Novembro, 873, Quadra 05, Lote 15, a 105 Km da Sede, Margem Direita, S/nº, Barra do Garças/mt - Administrador Judicial: Dr. Vinicius Cruvinel - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Marina Rúbia Reis e Silva -** CNPJ: 52.957.865/0001-44 - Endereço: Rodovia Go 060, Km 09, Margem Esquerda, Trindade/go - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO

Empresa: **Mario Antonio da Silva -** CNPJ: 52.957.652/0001-12 - Endereço: Rodovia Go 020, Km 28 À Direita + 1,5 Km, S/nº, Fazenda Santa Terezinha - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO

Empresa: **Mario Antonio da Silva Júnior -** CNPJ: 52.957.809/0001-00 - Endereço: Rodovia Go 020, Km 28 À Direita + 1,5 Km, S/nº, Fazenda Santa Terezinha - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO

Empresa: **Zélia Peripolli Stefanello, Produtora Rural -** CNPJ: 53.019.967/0001-81 - Endereço: Rodovia Br 158, a 105 Km da Sede, Margem Direita, S/nº, Barra do Garças/mt - Administrador Judicial: Dr. Vinicius Cruvinel - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Zulika Comércio de Frutas e Derivados Ltda. -** CNPJ: 43.595.970/0001-90 - Endereço: Rua Saul Teixeira da Costa, 62, Quadra 03, Lote 05, Sala 01, Conjunto Pérola do Sul - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Da Horta Para a Porta Comercial e Distribuidora de Gêneros Alimentícios Ltda. -** CNPJ: 31.063.678/0001-47 - Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946, Boxes 7 e 14, Bairro Vila Leopoldina - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Hps Participações Ltda. -** CNPJ: 35.778.655/0001-70 - Endereço: Av. Jabaquara, 2819, Sala 24, Bairro Mirandópolis - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Petcon Construção e Gerenciamento Ltda. -** CNPJ: 26.478.016/0001-06 - Endereço: Smas, Trecho 03, Cjto. 03, Bloco A, Nº 10, Salas 211, 213, 214, 215 e 216, Zona Industrial - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

RECEITA FEDERAL

Defensivos agrícolas provenientes do Paraguai e da Argentina apreendidos pela Receita Federal de Foz do Iguaçu e pelas polícias do Parana e Santa Catarina

Insumos Indústria de químicos estima que mercado de produtos ilícitos no país movimente entre US$ 2,9 bilhões e US$ 3,7 bilhões

Apreensão de agrotóxico ilegal cresce e acende alerta no setor

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Há pouco mais de um ano, policiais civis de São Paulo ao lado de fiscais do Ibama e do Ministério da Agricultura e Pecuária deram uma blitz em um endereço em Americana (SP) e descobriram um depósito de contrabandistas. Amplo, bem iluminado com ventiladores nas paredes, o local era usado como esconderijo para 75 toneladas de agrotóxicos que haviam entrado ilegalmente no Brasil.

Entre os produtos, um chamava atenção: o que continha Paraquate, um ingrediente ativo totalmente banido do Brasil desde 2021 e que é associado ao Parkinson em pessoas que manuseiam o produto. Antes de ser proibido, esse químico era muito usado para secar lavouras de soja de modo a acelerar o amadurecimento dos grãos, permitindo antecipar a colheita.

A apreensão, ocorrida em fevereiro de 2023, só confirmou o que autoridades já vinham detectando: o avanço de grupos criminosos na venda de defensivos no mercado clandestino. Isso explica o aumento no número de apreensões de agrotóxicos ilegais no país. No ano passado, só a Polícia Federal reteve 575 toneladas, quase 180% mais que em 2022 *(ver ao lado)*.

O lote de produtos apreendidos em Americana — acondicionados em sacas e em tonéis de plástico azul — foi avaliado na época em R$ 43 milhões. Autoridades disseram que a carga seria vendida a produtores rurais no Mato Grosso e no Estado de São Paulo.

Órgãos federais e estaduais têm feito apreensões seguidas tanto do Paraquate quanto de outros agrotóxicos ilegais — muitos deles vindos do Paraguai, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina, países com regulações menos rigorosas do que as brasileiras em relação aos defensivos agrícolas. Os ingredientes ativos são geralmente importados da China e Índia.

O comércio desses produtos tem como principal atrativo o preço inferior aos dos defensivos produzidos e vendidos dentro dos padrões da Lei dos Agrotóxicos, aprovada em 2023.

Além do preço, o mercado ilícito também explora a possibilidade de vender no Brasil produtos com concentrações muito superiores às consideradas seguras por aqui. Um exemplo é o benzoato de imamectina, um inseticida para controle de pragas. Autorizado emergencialmente no país com uma concentração de 5%, o inseticida é encontrado no Paraguai com concentração que chega a 90%.

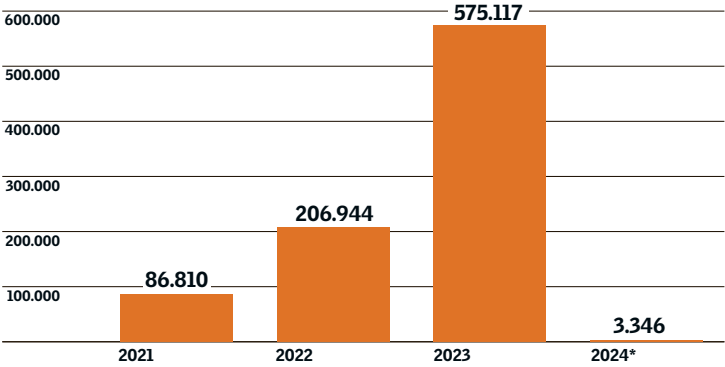
Autoridades e pessoas envolvidas no combate ao mercado ilegal afirmam que muitos lojistas e produtores rurais que adquirem defensivos clandestinos têm consciência do que estão fazendo, seja pelo preço abaixo do mercado seja pelas embalagens em espanhol.

Autoridades alertam para os riscos à saúde e ao meio ambiente desses produtos clandestinos.

O Ministério da Agricultura diz não ter uma estimativa sobre o tamanho do mercado ilegal de defensivos. A indústria de agroquímicos calcula que a fatia do mercado atendida por produtos ilícitos gira em torno de 20% a 25%.

A estimativa foi feita com base nos dados de 2021 e significavam naquele ano entre US$ 2,9 bilhões e US$ 3,7 bilhões.

Os números são da CropLife Brasil, a entidade que reúne empresas de defensivos, de sementes, de biotecnologia e de produtos biológicos e que tem entre seus associados gigantes multinacionais como GDM, Basf, Bayer, Sumitomo Chemical e Syngenta.

> "Na Europa, em média os insumos ilegais representam 14% do mercado local" *Nilto Mendes*

"Esse é um problema mundial. Na Europa, segundo dados da OCDE, em média os insumos ilegais representam 14% do mercado local. O Brasil sofre bastante por ser um grande produtor agrícola", afirma Nilto Mendes, um ex-policial federal que atualmente é gerente de Combate a Produtos Ilegais na CropLife Brasil.

Um estudo lançado em 2021 pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) também estimou em 25% a fatia de defensivos ilegais no país.

Defensivos ilegais podem ser aqueles contrabandeados, adulterados por meio de diluições e adições de outros insumos, falsificados com uso de produtos não destinados ao campo e podem também ser aqueles frutos de roubos.

No caso do contrabando, o Paraquate se tornou um problema mais chamativo. Em 2022, autoridades já tinham feito uma grande apreensão em Santa Catarina. Em 2023, novamente em Americana. Mês passado, a Receita Federal de Foz do Iguaçu recolheu 36 toneladas de agrotóxicos ilegais. Desse total, cerca de 70% era Paraquate.

Quando a Anvisa decidiu banir a venda e uso desse químico no país citou o risco (embora, segundo a agência, ainda em discussão em outros países) de Parkinson e potencial de que a substância cause mutações que sejam transmitidas a futuras gerações ou ainda que cause câncer. Em 2020, a agência divulgou nota dizendo que o risco era para quem manuseava o produto e que quem consome alimentos não está suscetível à exposição da substância.

Para a indústria, a penetração de criminosos —contrabandistas, falsificadores, lavadores de dinheiro —no mercado de defensivos representa concorrência desleal, evasão de impostos, ameaça à reputação dos produtos lícitos e riscos à saúde e ao meio ambiente.

Para órgãos de controle, a cadeia clandestina de defensivos acende vários alertas.

"Considerando que os produtos ilegais não passaram pelo procedimento de registo oficial do governo federal, é admissível que os resíduos nos alimentos de quem faz uso desses produtos possa gerar resíduos acima do que prevê a legislação Brasileira (LMRs)", afirma o Ministério da Agricultura.

A Anvisa reforça: "Agrotóxicos irregulares não oferecem as garantias de segurança para o trabalhador e para o meio ambiente, tampouco possuem eficiência e qualidade que são exigidas para estes produtos. Sem esses requisitos mínimos, os produtos irregulares representam um alto risco de dano e ameaça à saúde do trabalhador e das pessoas que consomem os alimentos em que foram utilizados produtos irregulares".

Já o Ibama diz que produtos ilegais e provenientes de contrabando não passam por avaliações de eficácia, viabilidade agronômica, impactos ambientais e à saúde humana e que "por isso seus impactos ambientais são incertos e podem causar efeitos adversos severos em organismos não alvo dessas substâncias, interferindo negativamente no equilíbrio ambiental".

O Ministério da Agricultura afirma que vem atuando contra o mercado ilegal e que em 2023 realizou 35 operações com apreensões de agrotóxicos, fertilizantes, sementes, e outros produtos.

O aperto nas fiscalizações se soma a outra medida. No ano passado, a nova Lei dos Agrotóxicos tornou mais dura a punição para negócios ilícitos com os produtos — agora com penas de 3 a 9 anos de prisão.

Mas há ainda dois obstáculos. Um deles conscientizar mais os produtores sobre a origem, ainda que mais cara, dos defensivos. Outro obstáculo está do outro lado das fronteiras, diz o economista Luciano Barros, presidente do Idesf. "É preciso melhorar o ambiente regulatório em países vizinhos e buscar uma equalização das legislações sobre agrotóxicos entre os países do Mercosul."

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi procurada para comentar o tema, mas não respondeu.

Em alta
Evolução das apreensões de agrotóxicos pela Polícia Federal (quilos)

Fonte: Polícia Federal. ** Dados referentes a 31 de janeiro a 5 de março

PF recolheu 575 toneladas em 2023, alta de 177%

De São Paulo

No ano passado, a Polícia Federal apreendeu 575 toneladas de agrotóxicos ilegais no Brasil, quase 180% mais que as 207 toneladas de 2022. O Ministério da Agricultura apreendeu 422,9 toneladas em 2023. Já a Polícia Rodoviária Federal (PRF) reteve 195,7 toneladas no período. Este ano, entre janeiro e fevereiro, barrou mais 6,5 toneladas sendo transportadas em caminhões e carros em estradas federais do Brasil.

"Um gargalo é que muitas vezes as polícias não sabem identificar esses produtos. Precisam em alguns casos mandar para a perícia para ver se é cocaína. E se descobre só depois que era agrotóxico ilegal, dificultando o rastreio", diz Luciano Barros, do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf).

A entidade das indústrias, a CropLife, vem patrocinando um curso na Escola de Segurança Multidimensional, na Universidade de São Paulo (USP), para policiais e fiscais com o intuito de melhorar a capacitação dos agentes que lidam com os flagrantes.

Parte do trânsito de agrotóxicos ilegais se dá por estradas que ligam os territórios do Paraguai, Bolívia e Uruguai. Uma parte menor vem da Argentina.

Nilto Mendes, da CropLife Brasil, diz que as rotas usadas pelos grupos criminosos que fazem contrabando de agrotóxicos são as que também costumam ser usadas para o trânsito ilícito de armas, droga e cigarro.

Uma vez apreendida, a carga ilegal de defensivo precisa ser destruída. E o caminho são incineradoras equipadas com filtros específicos. Ibama e outros órgãos se encarregam de custear parte dessa incineração. Parte fica a cargo da indústria química, que opera regularmente na produção e venda de defensivos.

Desde 2020, a CropLife, entidade que reúne as empresas do setor, já bancou a incineração de 1.114 toneladas de agrotóxicos ilegais. *(MMS)*

Projeto de lei

Em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto de lei 1459/2022, convertido na lei 14.785/2023, a chamada Lei dos Agrotóxicos ou Lei dos Pesticidas. Entre os pontos vetados está um que concentrava no Ministério da Agricultura poder de fiscalização dos agrotóxicos, reduzindo o papel do Ibama e da Anvisa no tema. A banca ruralista vem prometendo derrubar os vetos de Lula. Por outro lado, grupos críticos ao uso dos agrotóxicos mantêm uma campanha para que os vetos sejam mantidos. Uma das entidades que reclamaram dos vetos de Lula foi a CropLife. Na época, a entidade defendeu a "coordenação do ministério em casos de reanálise de pesticidas e sobre os pedidos de registro de produtos semelhantes". E disse que isso daria mais previsibilidade ao setor privado, sem que se abrisse mão de critérios científicos. Para a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, a nova lei continua tendo problemas, "mas ao menos mantém as funções dos órgãos legal e estruturalmente competentes para tratar de assuntos de saúde e meio ambiente, Anvisa e Ibama". (MMS)

Estratégia
Bunge amplia programa de estímulo à agricultura regenerativa no Brasil
B7

Secretário americano diz que China favorece Brasil

YURI GRIPAS/ABACA/BLOOMBERG

Tom Vilsack, secretário dos EUA

Grãos
De São Paulo

O secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Tom Vilsack, sugeriu que a China poderia estar favorecendo a soja e o milho do Brasil parcialmente em retaliação contra as recentes restrições à propriedade de terras agrícolas no país por estrangeiros, de acordo com a *Bloomberg*.

Recentemente, o Estado de Arkansas, comandado pelos republicanos, forçou a Syngenta Ag, controlada pelo grupo estatal chinês ChemChina, a vender 64 hectares. A medida foi possível com uma nova lei no Estado que restringe a propriedade de terras locais por certos grupos estrangeiros. A área era detida pela Syngenta desde 1988, quando não era controlada pelos chineses.

Segundo o secretário americano, os EUA tiveram um déficit comercial de US$ 6 bilhões no primeiro trimestre. "Por que isso ocorreria? É só o Brasil, ou havia um motivo pelo qual o ministro da Agricultura da China me perguntou sobre a Syngenta?", afirmou Vilsack em entrevista.

O secretário americano disse que o ministro da Agricultura da China o questionou sobre a Syngenta em conversas recentes, o que teria sido um "sinal".

"Com a China comprando menos alimentos dos EUA, o Brasil tomou o lugar dos EUA como o principal exportador de milho do mundo após já fazê-lo com a soja", disse Vilsack. Ele defendeu que os EUA diversifiquem suas exportações para outros países além da China, mas mantenha as relações comerciais com o país.

A *Bloomberg* informou que procurou a embaixada chinesa em Washington, mas não teve retorno. Os ministérios do Comércio e da Agricultura da China foram procurados pela agência, mas não responderam.

Capital de risco Rodrigues, da Abvcap, diz ser natural setor de tecnologia romper a barreira do VC para o private equity C6

Seguros Marcelo Picanço assume cargo de executivo-chefe da BMG Seguridade C4

Regulação BC muda abordagem para colher subsídios antes de propor novas regras C3

Dívida Investidor vende títulos do Tesouro dos EUA e compra bônus soberanos europeus C2

Política monetária Processo de reprecificação das taxas americanas provocou estresse nos ativos financeiros globais; no Brasil, dólar subiu ao maior nível desde outubro

Inflação nos EUA assusta e mercado vê menos cortes nos juros pelo Fed

Victor Rezende, Augusto Decker, Gabriel Roca, Eduardo Magossi e Roberta Costa
De São Paulo

Os dados de inflação ao consumidor acima do esperado nos Estados Unidos azedaram o humor dos mercados globais ontem, com reflexos diretos nos ativos domésticos. O dólar subiu ao maior nível desde outubro e os juros futuros dispararam, em linha com os rendimentos dos Treasuries. O susto com a inflação, inclusive, provocou uma divisão no mercado sobre se o Federal Reserve (Fed, banco central americano) conseguirá efetuar apenas um corte de 0,25 ponto nas taxas ou se promoverá duas reduções neste ano.

O índice de preços ao consumidor (CPI em inglês) dos EUA subiu 3,5% em março, na comparação anual, enquanto o núcleo do indicador, que exclui itens voláteis, como energia e alimentos, avançou 3,8%. Os resultados ficaram 0,1 ponto acima do esperado e adicionaram incerteza, já que as duas leituras anteriores do CPI também frustraram os agentes.

"Após um dado como esse, o mercado começa a refazer as contas. No ano passado, havia expectativa de seis ou sete cortes [nos juros americanos] em 2024; recentemente reduziram para três; e, agora que a inflação americana se mostra mais resiliente do que parecia, estão fazendo as contas de novo. O comportamento dos ativos mostra essa reprecificação do cenário", avalia o CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci.

Tanto na segunda quanto na terça-feira, os mercados globais operaram no campo positivo, na expectativa de que houvesse uma surpresa baixista nos dados de inflação. Dessa forma, o susto dos agentes com a alta acima do esperado do índice de preços ao consumidor (CPI) foi ainda mais forte, o que ajudou a intensificar o processo de reprecificação dos ativos.

O salto dos juros dos Treasuries provocou forte aversão a risco ao redor do globo e fez o dólar se valorizar. A taxa da T-note de dois anos fechou com o nível dos 5% e fechou a sessão negociada a 4,979%, enquanto o retorno do papel de dez anos teve forte alta, ao subir de 4,369% para 4,548%.

Os reflexos no mercado local foram imediatos e, assim, os números positivos do IPCA de março foram ignorados pelos investidores na sessão de ontem. O Ibovespa caiu 1,41%, aos 128.054 pontos; o dólar subiu 1,41% e encerrou o dia negociado a R$ 5,0774, maior nível desde outubro; e os juros futuros subiram de ponta a ponta, com a taxa do DI para janeiro de 2027 escalando de 10,265% para 10,51%.

Assim que os dados foram divulgados, a discussão entre os agentes passou a ser a de adiar o início do ciclo de cortes de juros nos EUA. Se antes a expectativa em torno de uma redução nas taxas em junho era o consenso, agora o mercado já começa a ver como certo que uma flexibilização dos juros só terá início no segundo semestre e que será bem gradual.

No fim da tarde de ontem, os contratos futuros dos Fed funds, compilados pelo CME Group, indicavam um corte de 0,25 ponto nos juros em setembro e chance de uma nova redução de igual magnitude na reunião de dezembro.

Diversas instituições financeiras já alteraram ontem mesmo suas projeções para a trajetória dos juros americanos. O Goldman Sachs passou a ver duas reduções de 0,25 ponto, com um ciclo que tem início em julho; Wells Fargo e UBS passaram a ver dois cortes, mas a partir de setembro. Já entre as casas ainda mais "hawkish" [duras], o Barclays espera apenas um corte, em setembro, enquanto o canadense RBC projeta apenas uma redução, em dezembro.

No entanto, a solidez da atividade econômica e do mercado de trabalho nos EUA e uma inflação que tem dado sinais de aceleração deixaram boa parte do mercado estressada com cenários ainda mais conservadores no radar.

"O risco de a inflação voltar a acelerar ou ficar acima de 3,5% não é um resultado aceitável a médio prazo. Não estamos sugerindo que o Fed precise elevar os juros — a taxa básica é o ponto mais alto da curva de juros —, mas o restante da curva ainda tem espaço para se ajustar a um nível mais alto de taxas para refletir um cenário macro diferente", avalia o economista-chefe para EUA da Mizuho Securities, Steven Ricchiuto, em nota.

O diretor de investimentos (CIO) de renda fixa da BlackRock, Rick Rieder, enfatizou, em relatório enviado a clientes, a força do setor de serviços, que tem se traduzido em uma inflação de serviços mais persistente. "O Fed tem uma tarefa muito difícil de reduzir esses níveis de preços através das taxas de juros". Para ele, "é provável que os cortes sejam adiados até o fim do ano ou depois".

Não foi surpresa, assim, observar que as bolsas em Nova York anotaram um dia de perdas, embora tenham fechado longe das mínimas do dia. O índice Dow Jones caiu 1,09%; o S&P 500 perdeu 0,95%; e o Nasdaq recuou 0,84%.

O gestor de renda fixa da Blue-Line Asset Management, Bruno Santos, relata que tem posições tomadas (que apostam na alta das taxas) em juros americanos de cinco e de 10 anos, que funcionam como "hedge" para posições aplicadas (que lucram com a queda dos juros) em juros de outras geografias, como na Europa.

"Todos os mercados estão se movendo de acordo com os Treasuries. Temos claro que há diversos países que estão em um estágio bem diferente de atividade e inflação e que, em algum momento, veremos uma distinção nos movimentos entre esses países e os EUA. Mas, enquanto isso não acontece — e só temos visto surpresas fortes na atividade americana —, temos 'tomado' juros americanos como proteção para esses dados fortes", explica.

Contudo, devido ao CPI americano mais forte, as apostas na queda dos juros europeus também foram reduzidas pela BlueLine. A gestora, segundo Santos, também ampliou posições compradas em dólar contra uma cesta de moedas de países em que o nível de atividade econômica está mais fraco.

"O número foi inequívoco e a abertura dos dados inevitavelmente interrompe os planos de três reduções nos juros pelo Fed", diz Gustavo Menezes, gestor macro da AZ Quest, que mantém em sua carteira posições compradas em dólar contra o euro. "E isso foi reforçado pelo dado. Gostamos ainda mais."

"Nós já estávamos com pouca exposição ao juro americano e continuamos muito cautelosos. Se a reunião do Fed fosse hoje, a mediana do gráfico de pontos com certeza indicaria só dois cortes, e não três. Na reunião de março isso já era algo bem sensível. O mercado já colocou no preço menos de dois cortes de juros neste ano e, por isso, vimos as taxas subindo bastante", enfatiza Menezes.

Já os reflexos do cenário de juros americanos mais altos do que os preços indicavam na condução da política monetária no Brasil e no comportamento das taxas futuras locais são um ponto de atenção na AZ Quest.

"Ainda gostamos dos juros brasileiros [para posições aplicadas, que ganham com a queda das taxas], mas temos que analisar melhor a sensibilidade do Brasil aos juros americanos e se vamos conseguir resistir, apesar dessa reprecificação na curva de juros americana. Temos que ver se isso será transmitido para a inflação doméstica", ressalta Menezes, ao revelar que a AZ Quest, no momento, está neutra em relação ao real. ***(Colaboraram Igor Sodré e Maria Fernanda Salinet)***

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Bruno Santos, gestor da BlueLine Asset, afirma que a gestora aumentou posições que ganham com a alta do dólar

Novas projeções

Bancos estrangeiros esperam Fed mais cauteloso este ano

Instituição financeira	Início do ciclo	Número de cortes de 0,25 p.p.
Goldman Sachs	Julho	2
Rabobank	Julho	2
ING	Setembro	2
TD Securities	Setembro	2
UBS	Setembro	2
Wells Fargo	Setembro	2
Barclays	Setembro	1
Royal Bank of Canada (RBC)	Dezembro	1

Fonte: Instituições financeiras

4,979% foi o nível da taxa da T-note de 2 anos no fim da sessão

Reação ao CPI dos EUA

Dado americano causa estresse

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Para Campos Neto, situação americana é 'bastante ruim'

Gabriel Shinohara
De Brasília

Em um dia de inflação acima do esperado nos EUA e abaixo da mediana de expectativas no Brasil, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, classificou o resultado do indicador americano como "bastante ruim" e o registro no Brasil de uma "notícia boa". Em entrevista à "Globonews", Campos Neto ressaltou que não há relação mecânica entre a situação nos EUA e no Brasil, mas é algo para se prestar atenção. "Não é porque aconteceu uma coisa nos EUA que vai acontecer no Brasil".

A última ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dizia que não há "relação mecânica entre a condução da política monetária americana e a determinação da taxa básica de juros doméstica".

O presidente do BC ressaltou que tenta olhar os fatores de risco e que, se a taxa de juros americana ficar alta por mais tempo, "eles vão capturar mais liquidez por mais tempo". Segundo ele, em termos de liquidez mundial e de perspectiva de cortes de juros americanos, as circunstâncias mudaram, mas não dá para dizer que isso vai afetar diretamente o ritmo de cortes a partir de maio. "A gente vai olhar no Copom, ver todas as variáveis, ver se de fato aconteceu alguma coisa que mudou algum outro fator de risco que era diferente."

Campos Neto disse que o cenário não mudou "substancialmente" e explicou como as situações se relacionam. "Se começar a ter um evento lá fora de liquidez, o canal comunicante normalmente é o câmbio, aí a moeda começa a desvalorizar aqui, com a moeda desvalorizando as pessoas entendem que pode ter um pouco mais de inflação na frente, começa a afetar expectativas de inflação, depois afeta a inflação. Essa dinâmica não está acontecendo."

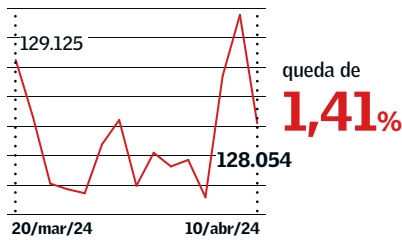
O presidente do BC voltou a comentar sobre sua sucessão no cargo. Segundo Campos Neto, seria importante ter um nome para assumir a cadeira "algum tempo antes do fechamento do Congresso". O mandato de Campos Neto e de mais dois diretores terminam no final deste ano. Ele disse que quer fazer uma transição suave, sentar-se com o sucessor e explicar as questões do BC.

Sobre o tempo para indicação do nome, Campos Neto disse que "algum momento em agosto e setembro, talvez setembro ou outubro. Entre setembro e outubro talvez seja melhor, mas é uma decisão do governo". Para o tempo de transição, Campos Neto disse que passou cerca de um mês com o ex-presidente Ilan Goldfajn e que a experiência foi boa. "Você já vai para o primeiro Copom muito mais preparado, porque já conversou, você sabe os problemas de fora do Copom, problemas administrativos, liquidação bancária, estabilidade do sistema financeiro".

Questionado sobre a sua relação com o presidente Lula e o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 65/23, de autonomia financeira, Campos Neto disse que a relação, do lado dele, está ótima e que está sempre à disposição para conversar. No programa, foi lembrado que Campos Neto participou de um churrasco com Lula no final do ano passado e que sofreu críticas após isso. "Do meu lado a relação está ótima e estou à disposição para conversar sempre, para qualquer churrasco, qualquer almoço e jantar".

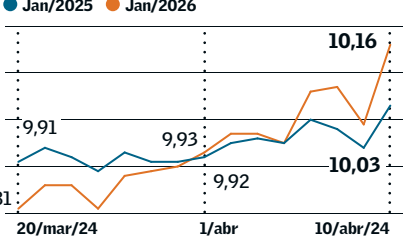
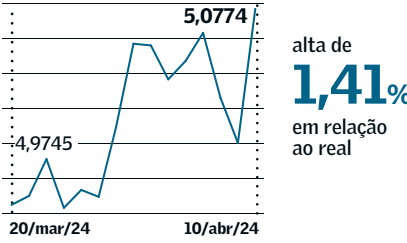
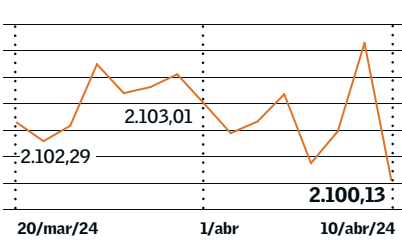
O presidente do BC ainda foi questionado sobre seus planos para depois que sair do cargo e se teria algum objetivo de entrar para a carreira política. Campos Neto disse que "de jeito nenhum" e que não tem nenhuma ambição política. Ele diz que não tem nenhum projeto e está focado nos próximos meses no BC.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 10/abr/24 - em %

Índice	Variação
Dow Jones	-1,09
S&P 500	-0,95
Euronext 100	0,29
DAX	0,11
CAC-40	-0,05
Nikkei-225	-0,48
SSE Composite	-0,70

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Política monetária Corrida por ativos como ouro, petróleo e criptomoedas pode alimentar alta de preços e a generosidade de consumidores

Sonho de 'pouso suave' de Powell corre risco com busca por proteção

AMBER BAESLER/AP

Jerome Powell, presidente do Fed, enfrenta ceticismo crescente sobre perspectiva de desaquecimento sem recessão

Denitsa Tsekova e Lu Wang
Bloomberg

Os sinais de que a inflação ainda não deixou de apertar os mercados vêm surgindo há semanas. Mais ainda depois do anúncio ontem do índice de preços ao consumidor (CPI em inglês) mais alto do que o previsto, que fez as ações e os bônus desabarem.

Com a alta recente do ouro, do petróleo e das criptomoedas, em meio a uma nova demanda por proteção ("hedge") contra a inflação, o relatório do CPI de março foi um golpe para Wall Street. Os rendimentos dos Treasuries de 10 anos superaram 4,5% pela primeira vez desde novembro, enquanto o Standard & Poor's 500 fechou em baixa de cerca de 1%. As ações de empresas de energia foram as que tiveram os melhores desempenhos, um lembrete do manual de estratégia pós-pandemia de quando as operações de hedge contra a inflação estavam em alta. O preço do petróleo do tipo Brent voltou a ficar acima dos US$ 90 o barril, com o aumento das tensões geopolíticas.

Com o rali das commodities alimentando pressões maiores sobre os custos, um grupo de investidores começa a duvidar que o presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Jerome Powell, conseguirá conceber um "pouso suave" da economia, por meio do qual o ciclo econômico se expanda a um ritmo saudável enquanto a inflação recua.

Em vez disso, uma visão está ganhando força: a de que a corrida dos ativos deste ano — incluindo o boom de muitos trilhões de dólares das ações — está ela própria operando contra a missão de combate à inflação do Fed ao encorajar a generosidade entre os consumidores e os investidores.

"Um problema fundamental para o Fed é que esses ganhos nos preços dos ativos estão ocorrendo com a economia em uma situação de pleno emprego e ainda crescendo moderadamente", diz Doug Ramsey, diretor de investimentos da Leuthold Group de Minneapolis. "A celebração pelo mercado de ações dos cortes iminentes nas taxas de juros na verdade ameaça esses cortes."

Depois de o CPI superar as previsões pelo terceiro mês, as ações de empresas mais vulneráveis financeiramente lideraram as vendas, com o espectro de um período prolongado de juros elevados aumentando a pressão sobre seus "valuations". Um índice de empresas de tecnologia não lucrativas caiu 3,5% ontem, enquanto o índice Russell 2000, de ações de pequena capitalização, recuou 2,5%.

No mercado de bônus, as convicções de que as pressões sobre os preços ainda não foram eliminadas da economia começa a se manifestar na diferença de rendimentos entre os Treasuries e os títulos atrelados à inflação. As chamadas taxas de equilíbrio (breakeven rates) de dois anos subiram de volta para 2,9%, enquanto a versão com prazo de um ano atingiu 4,3%, ambas bem acima da própria meta de inflação do Fed, de 2%.

Com as ações e os bônus movimentando-se cada vez mais em conjunto, investidores de todas as partes estão sendo forçados a buscar proteção. Os gestores de fundos hedge aumentaram suas apostas na alta do ouro para o maior nível em quatro anos, segundo mostraram dados semanais da CFTC sobre os futuros e opções, antes do anúncio do CPI. Gestores de recursos aumentaram as posições compradas líquidas de petróleo Brent e WTI para o nível mais elevado em mais de seis meses.

> "Ganhos nos preços dos ativos estão ocorrendo com pleno emprego e PIB crescendo moderadamente" *Doug Ramsey*

O petróleo Brent subiu mais de 1% para ser negociado acima de US$ 90 o barril, depois que a Bloomberg News noticiou que os EUA e seus aliados acreditam que grandes ataques com mísseis e drones contra Israel, pelo Irã ou seus representantes, são iminentes.

"Dada a correlação positiva entre as ações e a renda fixa, isso compõe um quadro perigoso para o portfolio 60/40 de longo prazo", escreveu Scott Rubner, especialista em gestão tático do Goldman Sachs, em nota a clientes. "Nossa mesa tem visto um ressurgimento das negociações de commodities para hedge".

Embora Jerome Powell tenha dito várias vezes que as condições financeiras estão pesando sobre a economia, muitas medidas voltadas para o mercado sugerem outra coisa. As ações ganharam US$ 12 trilhões em valor desde outubro, contribuindo para as leituras de um indicador das condições financeiras monitorado pela Bloomberg que está mais flexível agora do que quando o Fed começou o aperto.

Enquanto isso, a valorização dos preços das moradias está fazendo os americanos abastados se sentirem ainda mais ricos — encorajando esses consumidores a gastar de uma maneira que poderá anular a campanha do Fed de combate à inflação.

Traçando a tendência do patrimônio líquido das famílias americanas em relação ao CPI, a Gavekal Research constatou que os dois dados oscilaram perto nas três últimas décadas. "Com o patrimônio líquido das famílias aumentando em relação à sua taxa anual de consumo nominal, o efeito riqueza poderá inspirar as pessoas a 'viverem um pouco'", escreveram os pesquisadores da Gavekal em uma nota. "Se a oferta não acompanhar o aumento resultante da demanda, a inflação ao consumidor poderá aumentar."

Embora a pressão sobre os preços signifique custos de produção mais elevados, muitas empresas, especialmente as grandes, estão conseguindo repassar os custos extras para os clientes, aproveitando a onda da inflação para obter lucros.

Com os bancos devendo anunciar extraoficialmente esta semana os lucros do primeiro trimestre, seus resultados serão observados atentamente pelo mercado, que quer ver se o crescimento dos resultados pode justificar a relação P/L das ações do S&P 500, que está cerca de 20% acima da sua média de dez anos. A 21 vezes os lucros, isso se traduz em um rendimento dos lucros de 4,8%, um múltiplo que parece cada vez mais desfavorável com os rendimentos dos Treasuries de 10 anos subindo para 4,5%. Na verdade, a vantagem de "valuation" das ações está agora perto da menor em duas décadas.

"As ações ignoraram o aumento dos juros por algum tempo, mas hoje foi um sinal de alerta", disse Emmanuel Cau, chefe da estratégia de ações europeias do Barclays. "A pegada forte do CPI hoje provocou uma reversão no ímpeto dos negócios com ações e um movimento em direção aos 'hedges' contra a inflação."

Gestoras preferem títulos europeus a Treasuries

Mary McDougall e Kate Duguid
Financial Times, de Londres e NY

Grandes investidores estão vendendo títulos do Tesouro dos EUA e comprando bônus soberanos europeus, apostando que o recuo da inflação na Europa permitirá ao seu banco central começar a reduzir as taxas de juros mais cedo do que o Federal Reserve (Fed).

Gestores de recursos da Pimco, J.P. Morgan Asset e T Rowe Price aumentaram sua exposição a títulos dos governos europeus nas últimas semanas. Isso ajudou a levar a diferença entre os rendimentos dos títulos alemães de dez anos e os dos Treasuries, o chamado "spread", para 2 pontos porcentuais, perto do maior nível desde novembro.

"O caminho para o corte dos juros na Europa está mais claro do que nos EUA", diz Bob Michele, diretor de investimentos e chefe global de renda fixa da J.P. Morgan Asset. "Está difícil encontrar um motivo econômico para o Fed cortar suas taxas." Ele acrescenta que, no momento, está com uma posição maior que a usual em bônus soberanos europeus e vem se "movendo no sentido" de comprar mais.

A mudança ocorre no momento em que as economias dos EUA e Europa começam a divergir, com inflação menor e atividade mais fraca na Europa alimentando as apostas de que o Banco Central Europeu (BCE) realizará mais cortes nos juros do que o Fed este ano.

Os mercados estão precificando no momento três ou quatro cortes das taxas de juros pelo BCE até o fim do ano, comparado com apenas dois ou três do Fed.

Os bônus soberanos dos dois lados do Atlântico tiveram todos os seus estoques vendidos este ano, elevando os rendimentos, à medida que os investidores reduziram suas expectativas de corte iminente de juros. No entanto, as movimentações têm sido maiores nos EUA, onde o rendimento dos Treasuries aumentou 0,5 ponto porcentual, para 4,4%. Em comparação, o rendimento do equivalente alemão, o Bund, subiu 0,3 ponto, para 2,4%.

Andrew Balls, diretor de investimentos de renda fixa global da Pimco, diz estar preferindo este ano os bônus soberanos europeus e os Gilts do Reino Unido, em detrimento dos Treasuries, porque há "mais evidências de uma correção da inflação" lá [na Europa].

A Pimco, que gerencia US$ 1,9 trilhão em ativos, reduziu sua previsão de três para dois cortes de 0,25 ponto porcentual nos juros pelo Fed este ano, após a divulgação na sexta-feira de um relatório forte sobre o nível de emprego. Economistas esperavam alta anual de 3,4% na inflação de março nos EUA, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI) — divulgado ontem, o índice chegou a 3,5%. As leituras de janeiro e fevereiro já ficaram acima das expectativas dos analistas.

Por outro lado, a inflação na zona do euro caiu para 2,4% no mês passado, abaixo das previsões, alimentando expectativas de que o BCE começará a cortar juros no terceiro trimestre. "Preferimos estar subposicionados em Treasuries, em favor dos bônus da zona do euro, incluindo os Bunds", diz Quentin Fitzsimmons, gerente sênior de portfólio da T Rowe Price, que gerencia US$ 1,4 trilhão de ativos globalmente.

Ele acrescenta que sua convicção sobre um corte dos juros pelo BCE em junho está "alta", enquanto dados vigorosos dos EUA levaram o Fed a "recuar em seu desejo até agora claro de começar a reduzir suas taxas".

Fitzsimmons diz que, se o BCE começar a cortar os juros mais rapidamente do que o Fed, as taxas mais baixas reduzirão os custos de "hedge" (proteção) das posições em bônus da zona do euro, comparado aos Treasuries. Segundo ele, isso "poderia encorajar mais capital a apoiar a ideia de um desempenho superior relativo dos Bunds em relação aos Treasuries".

Mas alguns analistas alertam que, se o BCE se adiantar demais ao Fed nos cortes das taxas, o euro poderá se enfraquecer significativamente, podendo levar a outra alta na inflação. "Só pode haver muita divergência antes que ela comece a ter um grande impacto cambial", diz Mike Pond, chefe de análises globais ligadas à inflação do Barclays. "Poderá ser difícil para o BCE cortar tanto quanto esperamos se o Fed também não cortar."

VICTOR J. BLUE/BLOOMBERG

Michele: corte mais claro na Europa

Mesmo assim, as perspectivas para a inflação parecem mais benignas na Europa. O BCE projeta inflação anual na zona do euro de 2,3% em 2024, com alta de 0,6%. Isso se compara à projeção do Fed de que o núcleo do índice de gastos com consumo — a medida de inflação preferida do BC americano — desacelerará este ano para 2,6%, em relação à taxa atual de 2,8%.

O Fed estima que o crescimento será de 2,1% até o fim do ano. "O crescimento nos EUA tem mostrado mais resiliência do que na Europa", diz David Rogal, gerente de portfólio da BlackRock. Ele acrescenta que isso se deve em parte ao fato de os EUA terem uma economia relativamente fechada e gastos governamentais pesados. A Europa, afirma ele, tem "uma economia mais aberta, com uma maior sensibilidade aos acontecimentos industriais globais, além de menos impulso fiscal".

A agência de classificação de risco Fitch prevê que o déficit fiscal do governo dos EUA, a diferença entre os gastos totais e as receitas, será equivalente a 8,1% do PIB este ano, comparado a 1,4% da Alemanha.

Caixa quer compulsório para habitação, diz VP

Renan Truffi e Mariana Assis
De Brasília

A vice-presidente de habitação da Caixa Econômica Federal, Inês Magalhães, voltou a defender que parte dos chamados depósitos compulsórios sejam usados para alavancar os investimentos em habitação no país. "O Banco Central exige uma retenção [o depósito compulsório] e, esse direcionamento, estamos querendo que ele volte como investimento para habitação, 5%. Em vez de reter 20%, reter 15% dos depósitos para que a gente possa aumentar a oferta de crédito."

Segundo ela, a Caixa teria um "grande interesse" nessa liberação. Apesar disso, Inês admitiu que os bancos privados podem não ter o mesmo apetite. "Nós temos um interesse genuíno grande em fazer [investimento com depósitos]. Não necessariamente, os outros bancos terão o mesmo apetite."

Inês Magalhães falou sobre o assunto após evento no Palácio do Planalto no qual o governo federal anunciou que mais de 112,5 mil moradias foram selecionadas para o programa Minha Casa, Minha vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades.

Não é a primeira vez que executivos da Caixa defendem que a liberação de uma parcela de 5% dos recursos da poupança, hoje parada em depósitos compulsórios no BC, poderia injetar cerca de R$ 20 bilhões na capacidade da Caixa de financiar compra da casa própria.

A medida é uma reivindicação das instituições financeiras para atender a uma demanda aquecida por crédito imobiliário, mas também iria ao encontro do desejo do governo Lula de implementar medidas de sustentação ao crescimento no curto prazo, para evitar uma desaceleração da economia.

Há algumas semanas, a executiva disse que uma eventual decisão de liberar a parcela do compulsório teria um impacto total no setor bancário de R$ 28 bilhões. Porém, a Caixa, como principal operadora do crédito da poupança seria a principal beneficiada.

"A gente tem conversado com o Banco Central, com a Fazenda, e também estão se construindo convicções de que isso seria uma medida importante para a economia, sobretudo", afirmou ela na ocasião. "Seria uma coisa muito razoável, que já foi feita [no passado] e que é uma decisão do Conselho Monetário [Nacional]. Seria uma medida de curto prazo bem interessante", disse.

O CMN é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito no país. Ele é formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

Segundo interlocutores ouvidos pelo jornal "Folha de S.Paulo", a redução do compulsório tem simpatizantes dentro do Executivo, para quem a medida seria importante para dar um estímulo de curto prazo à atividade econômica.

Regulação Novo formato de consulta pública prioriza temas que não estão maduros e em que não há consenso entre participantes

BC muda abordagem para tomar subsídios antes de propor regras

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) introduziu, no fim do ano passado, um novo formato de consulta pública para temas de regulação que não estão maduros e sobre os quais não há um consenso no cenário doméstico e internacional. Nesse novo formato, chamado de tomada de subsídios, o BC não apresenta uma minuta de norma, mas sim uma série de questionamentos gerais e específicos para construir a futura regulação.

Segundo o BC, a tomada de subsídios pode ser um formato melhor quando a consulta trata de temas complexos, "que demandam discussões aprofundadas com as partes interessadas". Já o modo tradicional, com uma proposta de norma, é "adequado quando já existe relativo consenso quanto a esse tratamento, como, por exemplo, recomendações emanadas de uma entidade formuladora de padrões internacionais".

A autoridade monetária já escolheu esse formato para duas consultas públicas. A primeira, de dezembro do ano passado, foi sobre a regulamentação dos ativos virtuais. A segunda, lançada no fim de março, trata da divulgação de informações sobre o nível de exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos. "São temas em evolução tanto no contexto nacional como internacional, o que justifica o caráter exploratório da consulta no formato de tomada de subsídios", disse o BC.

Milene Jacob, advogada especialista em mercado financeiro, avalia que esse novo formato demonstra que o BC está interessado em utilizar a opinião pública na construção do texto normativo. "Quando ele primeiro faz um questionário para que depois ele gere esse texto (normativo), é mais uma porta aberta para discussão", afirmou.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ressalta que esse formato não é incomum internacionalmente. Normalmente, segundo a entidade, é utilizado em consultas sobre temas menos maduros. "Assim, as respostas às questões propostas servem de subsídio para o regulador melhor estruturar uma minuta normativa mais assertiva, robusta e já contemplando as considerações prévias dos agentes participantes, mitigando assim previamente potenciais distorções".

DIVULGAÇÃO

"Melhor ter um diálogo do que vir com algo que não funciona e travar o mercado"
Diego Perez

Uma preocupação levantada por alguns especialistas é que esse formato pode tornar o processo de regulamentação mais longo. As duas consultas nesse formato já lançadas são divididas em duas etapas, a primeira de tomada de subsídios que devem ser analisados pelo BC e a segunda com a proposta de texto normativo em nova consulta pública.

Para o BC, não necessariamente o tempo vai ser mais longo nesse formato. Em nota, a autoridade monetária pontua que antes das propostas das normas, as equipes técnicas faziam esses estudos, "abreviando o processo regulatório". Além disso, o tempo também depende do volume e da profundidade das contribuições recebidas no processo.

O presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Diego Perez, afirmou que mesmo que o processo leve um pouco mais de tempo, alguns temas precisam ser mais discutidos para evitar problemas no futuro. "É muito melhor você ter um diálogo, mesmo que mais duradouro, com o regulador para um tema que vai ser muito estratégico do que vir com algo que não funciona, vai travar o mercado, não vai trazer a eficiência esperada e depois vai ter que debater de novo".

O formato de questões abertas, apesar de novo no BC, já foi utilizado por outros órgãos, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que fez uma consulta pública sobre opções regulatórias relacionadas a atuação de "influenciadores" digitais no mercado de capitais.

Na consulta sobre ativos virtuais, há previsão de uma nova consulta pública com o texto normativo no segundo semestre deste ano. Para Bruno Zampieri Ottoni, advogado empresarial do Rayes & Fagundes Advogados Associados, o novo formato promove a participação da sociedade em temas em que o regulador pode não ter uma "visibilidade muito grande", como o dos ativos virtuais. "Ele permite uma inclusão de diferentes perspectivas e conhecimentos especializados."

A outra consulta no formato de tomada de subsídios, sobre divulgação de informações riscos ambientais, climáticos e sociais está aberta para contribuições até dia 28 de junho. Há também previsão de uma nova consulta pública de proposta normativa na segunda metade de 2024. "Embora busque o alinhamento das regras de divulgação do risco climático aos padrões internacionais, a regulação brasileira considera as condições domésticas e as peculiaridades do país, por esse motivo as discussões propiciadas pela tomada de decisão e consulta pública são muito pertinentes", informou o BC.

Negociação de debênture cresce 56% no mercado secundário no 1º tri

Rita Azevedo
De São Paulo

O volume financeiro negociado em debêntures cresceu 56% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo intervalo de 2023, para R$ 159 bilhões. Em relação aos três últimos meses do ano passado, o avanço foi de 20%, segundo levantamento da Pop BR, precificadora de ativos de crédito da Luz Soluções Financeiras, obtido pelo **Valor**.

O aumento da demanda por esses papéis aconteceu em meio a mudanças importantes de regras — como as de emissão de certificados de recebíveis imobiliários ou do agronegócio (CRI e CRA) — e a migração de recursos que antes estavam em fundos exclusivos.

Considerando também as negociações de CRI e CRA, o volume movimentado com ativos de janeiro a março superou a marca dos R$ 200 bilhões pela primeira vez, segundo o levantamento.

No primeiro trimestre, as debêntures mais negociadas foram as incentivadas da Eletrobras que vencem em 2031 (ELET14). Os papéis, cuja remuneração é equivalente a IPCA com acréscimo de 6,317% ao ano, giraram R$ 2,99 bilhões no secundário. Em segundo lugar na lista aparece uma debênture corporativa da TIM (TBSP11), com volume de R$ 2,53 bilhões. O papel vence em 2028 e tem remuneração de DI mais 2,3%. Um papel da Claro com vencimento em 2027 (BCPSA4) e remuneração de DI mais 1,2% completa a lista, com R$ 2,45 bilhões em volume negociado.

Entre os CRI, a maior negociação foi do papel 21F0097589, que tem devedores pulverizados e remuneração de IPCA mais 6,5%. O volume financeiro foi de R$ 1,14 bilhão no trimestre.

A segunda maior negociação foi de um CRI da Bem Brasil Alimentos, com taxa de IPCA mais 5,4%. O papel girou no total R$ 898 milhões. Em seguida na lista, aparece um título da General Shopping e Outlets a IPCA mais 5% e volume de negociação de R$ 571 milhões.

No universo dos CRA, o destaque do trimestre foi um ativo emitido pela Dexco, com volume de R$ 780 milhões, seguido por um da Minerva, com R$ 557 milhões.

Também ontem, a concessionária de rodovias Way, responsável por vias no Mato Grosso do Sul, informou que vai emitir R$ 115 milhões em debêntures corporativas, ou seja, sem isenção fiscal a pessoa física. A companhia, que venceu um leilão em 2022 para administrar a MS-112, vai usar o dinheiro para pagamento ou reembolso de gastos, despesas e outorga da concessão. O grupo Way é formado pela GLP (que tem sede em Cingapura) e pelas empresas de construção Torc, Senpar, TCL e Bandeirantes.

Já a Vibra iniciou ontem apresentações a investidores para uma emissão de R$ 1,5 bilhão em debêntures verdes. A oferta será feita em duas séries, com prazo de sete e dez anos. A remuneração ainda será definida. A Vibra pretende pagar, no máximo, CDI com acréscimo de 1,07% na série mais curta e CDI mais 1,25% na série mais longa.

A incorporadora Kallas vai emitir um certificado de recebíveis imobiliários (CRI) de R$ 100 milhões. Os títulos serão lastreados em debêntures no mesmo valor e a Opea será a securitizadora na operação. O dinheiro vai ser usados para o pagamento de aquisições, construção e gastos com obras.

Seguros Marcelo Picanço comandará seguradora do grupo mineiro voltada a pessoas e ramos elementares, com foco nas classes C e D, em substituição a Renato Terzi

BMG Seguridade traz ex-Porto como CEO

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Quase dois anos após deixar o grupo Porto, Marcelo Picanço, ex-CEO da vertical de seguros e ex-vice-presidente financeiro da holding, assume o cargo de executivo-chefe da BMG Seguridade. Criada em 2022, a seguradora do conglomerado financeiro mineiro reúne os negócios de coberturas ligadas a pessoas e ramos elementares, como vida, prestamista e acidentes pessoais, além da corretora do grupo. A controladora tem ainda uma segunda companhia no setor, a BMG Seguros. A empresa, voltada a produtos corporativos, como grandes riscos e garantia, continua sob liderança de Jorge Sant'Anna.

Com pouco menos de dois anos de existência, a BMG Seguridade alcançou R$ 814 milhões em prêmios no ano passado. A operação gerou um lucro líquido de R$ 98 milhões em 2023. O novo CEO assumiu nesta semana e substituiu Renato Terzi.

“Nós estamos muito entusiasmados em anunciar o Marcelo Picanço como líder em seguros, por toda sua história de visão estratégica e entregas consistentes”, diz o diretor-presidente do BMG, Felix Cardamone. “Há enorme campo para avançarmos, pois apenas 22% dos nossos 10 milhões de clientes dispõem de instrumentos de proteção conosco”, complementa.

Picanço afirma ver o projeto do banco para a área de seguros como “bem arrojado e inovador”. O novo CEO explica que a BMG Seguridade tem uma estratégia centrada, principalmente, no público das classes C e D. “O nosso grande desafio é a inclusão. Criar produtos simples, mas não simplistas, acessíveis, de fácil entendimento e com benefícios tangíveis para nosso público.”

O executivo relata que ele próprio tem feito visitas de campo para entender as necessidades dos clientes em diferentes partes do país. “Temos feito alguns laboratórios junto a consumidores para ajudar, por exemplo, na forma como comunicamos os benefícios do produto. Se um consultor não conseguir explicar o que o seguro faz, o que cobre, as assistências, então significa que ainda estamos apresentando de maneira complicada e precisamos simplificar mais.”

SILVIA COSTANTI/VALOR

Picanço: produtos simples, acessíveis

Os dados sobre interesses de clientes têm sido levantados ainda junto às 800 lojas da rede de crédito Help, que faz parte do grupo, e dos milhares de correspondentes bancários. “Essas lojas e correspondentes já falam a língua do cliente. A amplitude e alcance da rede vai nos ajudar no nosso segundo desafio, que é a distribuição, que tem de ser extremamente eficiente”, ressalta.

De acordo com Picanço, em um primeiro momento, a companhia vai se concentrar em “arredondar os processos e produtos que já temos”. Mas ao longo do segundo semestre, a BMG Seguridade deve começar a lançar novos produtos para ampliar o portfólio. Estão previstas assistências odontológica e “pet” e serviços para veículos.

“Nosso cronograma de lançamentos estará mais forte ao longo do segundo semestre e início do próximo ano”, afirma. “A meta é inclusão securitária, ou seja, estamos buscando clientes novos, aumentar o mercado de seguros. Não pensamos em disputar clientes já incluídos, mas trazer a primeira proteção para quem não tem.”

O novo CEO da área de seguros de varejo explica que, mesmo com foco em classes C e D, a companhia vai olhar também para o público de renda maior. “A penetração de seguros é muito mais baixa do que a bancária, então temos muito espaço para crescer, mesmo entre clientes de maior renda.”

Picanço reforça haver muito espaço para crescer dentro da base do banco BMG. “Temos cerca de 2 milhões da base com seguro, mas o banco tem mais de 10 milhões de clientes, então podemos ter um crescimento relevante.”

Em termos de canais, o executivo reforça a intenção da seguradora de investir nos corretores, além do digital, da rede bancária e correspondentes. “Estão nos planos expandir o trabalho com os corretores, que nós podemos chamar de consultores. Mas nem todos os produtos vão estar em todos os canais, porque há seguros com maior sinergia em determinado canal. Por exemplo, o prestamista é muito associado ao crédito. Tem de fazer sentido ao canal e ao cliente.”

CNseg defende seguro catástrofe em evento global

De São Paulo

O presidente da Confederação Brasileira das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, defendeu a proposta articulada pela entidade de implementação de um “Seguro Social de Catástrofe” no Brasil durante a 1ª Cúpula Global de Seguros Sustentáveis, realizada em Los Angeles, nos EUA. Segundo o dirigente, o projeto prevê uma assistência rápida às vítimas de tragédias naturais como forma de reduzir impactos de eventos, como inundações e deslizamentos.

Oliveira citou em seu discurso que o modelo está em debate com o governo e o Congresso e funcionaria como um instrumento de proteção e amparo financeiro para a população vulnerável atingida pelos desastres. O seguro catástrofe proporcionará indenização emergencial e auxílio funeral às vítimas. Seria contratado com pagamento mensal de R$ 2 a R$ 3 na conta de energia. A indenização prevista é de R$ 15 mil por residência afetada. *(ST)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 10/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.613,3691110	-0,02	0,22	2,68
IRF-M	1+**	20.123,3054600	-0,37	-0,45	0,91
IRF-M	Total	18.198,9876640	-0,26	-0,25	1,43
IMA-B	5***	9.155,6182970	-0,23	-0,06	1,99
IMA-B	5+****	11.296,9662230	-0,70	-1,16	-2,65
IMA-B	Total	9.861,4853730	-0,47	-0,63	-0,46
IMA-S	Total	6.583,3049140	0,04	0,32	3,02
IMA-Geral	Total	8.071,6845170	-0,18	-0,10	1,53

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	26/03	25/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,47	37,63	32,87	29,19	32,15	37,53
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,89	24,79	26,93	23,72	26,19	26,81
Conta garantida pré - a.a.	43,07	44,72	45,11	42,54	45,69	52,13
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,88	23,31	23,79	24,46	24,28	28,80
Vendor pré - a.a.	15,10	16,06	16,31	15,88	17,31	18,42
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,09	19,32	16,54	17,00	17,49	21,77
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,41	16,23	17,14	15,91	16,65	19,27
Conta garantida pós - a.a.	24,29	24,49	26,10	24,86	26,00	27,55
ACC pós - a.a.	8,87	8,76	8,83	9,05	8,22	8,53
Factoring - a.m.	3,34	3,34	3,32	3,33	3,34	3,65

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	10/04/24	09/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3200	5,3400	5,3100	4,8100
1 mês	-	5,3300	5,3283	5,3224	5,3186	4,7246
3 meses	-	5,3481	5,3476	5,3506	5,3535	4,5675
6 meses	-	5,3898	5,3895	5,3888	5,3882	4,1934
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9090	3,9110	3,8990	3,9040	2,9030
1 mês	-	3,9127	3,9123	3,9121	3,9133	2,6427
3 meses	-	3,9250	3,9247	3,9239	3,9228	2,3060
6 meses	-	3,9422	3,9419	3,9414	3,9283	1,7870
1 ano	-	3,7024	3,6910	3,6738	3,6066	0,7391
Euribor ***						
1 mês	-	3,837	3,852	3,855	3,871	2,887
3 meses	-	3,916	3,857	3,892	3,928	3,075
6 meses	-	3,868	3,822	3,851	3,892	3,339
1 ano	-	3,695	3,648	3,669	3,703	3,578
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,37	5,37	5,36	5,38	5,36	4,43
T-Bill (3 meses)	5,39	5,37	5,35	5,36	5,36	4,96
T-Bill (6 meses)	5,38	5,32	5,31	5,31	5,30	4,98
T-Note (2 anos)	4,98	4,74	4,67	4,63	4,53	4,02
T-Note (5 anos)	4,61	4,37	4,33	4,22	4,08	3,52
T-Note (10 anos)	4,55	4,36	4,35	4,20	4,09	3,42
T-Bond (30 anos)	4,63	4,50	4,51	4,35	4,26	3,63

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,32	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,95	12,35
CDI	0,32	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	2,95	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,25	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,43	14,03
IMA-B	-0,63	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,46	11,81
IMA-S	0,32	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,02	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-0,04	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-4,57	25,74
Índice Small Cap	-1,82	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-5,83	24,13
IBrX 50	0,27	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-3,80	24,88
ISE	-1,13	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-3,01	26,03
IMOB	-2,95	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-9,04	41,74
IDIV	1,33	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-2,53	27,20
IFIX	0,30	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	3,23	23,44
Dólar Ptax (BC)	1,39	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	4,63	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	1,24	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	4,63	-1,06
Euro (BC) (4)	0,77	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	1,65	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,83	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	1,59	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 10/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 05/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.371.175,26					-1.364,66	8.290,16	140.425,91	115.018,62
RF Indexados (2)	154.843,23	-0,05	-0,02	1,59	10,34	240,63	404,24	1.632,87	-2.772,94
RF Duração Baixa Soberano (2)	661.535,56	0,04	0,18	2,62	11,53	-83,45	13.121,59	37.394,27	34.931,69
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	792.580,77	0,04	0,20	3,01	13,04	-546,48	-920,07	16.258,69	8.282,31
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	123.849,65	0,03	0,05	3,03	12,63	218,29	957,65	21.399,09	27.450,19
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.153,68	0,01	0,11	2,53	9,12	181,23	545,82	-1.152,46	-5.399,91
RF Duração Livre Soberano (2)	226.990,27	0,01	0,13	2,39	11,24	-447,47	-3.924,15	4.148,03	-7.334,25
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	672.737,28	0,02	0,14	2,64	11,95	146,44	-2.458,82	12.050,44	-16.602,15
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	313.946,22	0,00	0,08	2,88	14,13	-537,97	5.560,57	36.051,94	89.155,27
Ações	618.942,13					-377,30	-261,63	-745,09	26.007,89
Ações Indexados (2)	10.872,86	-0,52	-1,07	-5,41	25,29	-111,48	46,75	928,91	-1.088,06
Ações Índice Ativo (2)	34.917,12	-0,45	-1,40	-4,50	25,25	1,15	-51,56	-1.288,73	-3.322,86
Ações Livre	225.411,96	-0,22	-0,86	-1,32	30,03	-243,87	-239,06	-1.240,70	-14.448,57
Fechados de Ações	127.503,96	0,00	-0,44	-2,42	8,36	13,60	99,20	78,37	30.224,13
Multimercados	1.658.413,13					-991,04	-3.232,63	-32.319,20	-174.641,77
Multimercados Macro	164.245,35	-0,13	-0,28	0,90	8,27	-349,23	-2.056,05	-11.912,62	-45.024,28
Multimercados Livre	626.057,58	-0,01	0,02	1,58	10,84	-753,39	1.798,89	6.011,94	-43.763,91
Multimercados Juros e Moedas	54.374,36	0,01	0,12	2,74	12,35	-30,68	-125,22	-2.273,24	-12.566,14
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.665,18	0,10	0,22	1,74	11,74	113,51	-2.998,05	-25.157,23	-66.222,90
Cambial	6.096,20	0,64	1,34	6,10	6,30	1,09	-5,05	-178,86	-1.363,07
Previdência	1.402.180,85					-187,61	491,99	11.664,77	37.304,53
ETF	41.782,54					-94,83	-641,45	-3.000,03	-815,26
Demais Tipos	1.959.026,33					-731,46	-4.473,83	26.096,80	32.191,65
Total Fundos de Investimentos	**7.098.590,11**					**-3.014,37**	**4.641,39**	**115.847,49**	**1.510,94**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.560.974,04**					**1.653,11**	**6.172,58**	**2.642,28**	**74.274,91**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.707.003,38**					**-1.361,26**	**10.813,98**	**118.489,78**	**75.785,86**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	10/04/24	09/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8425	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,03
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0256
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,28	10,30	10,34	10,36	10,55	13,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,09	10,04	10,06	10,05	10,14	13,48
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,56	10,57	10,64	10,66	10,85	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,47	10,50	10,70	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,29	10,30	10,35	10,37	10,54	13,63
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,19	10,19	10,23	10,25	10,39	13,60
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,09	10,05	10,07	10,06	10,14	13,48
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,02	9,89	9,90	9,85	9,79	12,89

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 10/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.398,78	10,662	105.915	10,654	10,662	10,660
Vencimento em jun/24	98.589,88	10,452	20.458	10,440	10,456	10,454
Vencimento em jul/24	97.839,51	10,328	983.995	10,318	10,336	10,328
Vencimento em ago/24	96.997,46	10,213	18.461	10,210	10,230	10,215
Vencimento em set/24	96.207,57	10,127	972	10,110	10,145	10,145
Vencimento em out/24	95.449,87	10,097	1.025.875	10,015	10,110	10,095
Vencimento em nov/24	94.628,90	10,070	3.861	10,050	10,075	10,075
Vencimento em dez/24	93.952,38	10,060	117	10,040	10,065	10,065
Vencimento em jan/25	93.221,67	10,033	2.305.358	9,875	10,045	10,020
Vencimento em fev/25	92.450,94	10,027	5	10,020	10,020	10,020
Vencimento em mar/25	91.761,48	10,015	3.560	9,960	10,020	10,020

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.090,38	1,46	431.730	5.008,00	5.095,50	5.078,00
Vencimento em jun/24	5.102,71	1,46	30	5.094,00	5.101,00	5.094,00
Vencimento em jul/24	5.115,92	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.131,31	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.144,80	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.470,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.491,84	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.513,64	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	128.195	-1,57	145.270	127.920	131.400	128.305
Vencimento em jun/24	129.948	-	0	0	0	0
Vencimento em ago/24	131.765	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 10/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0648	5,0654	1,15	1,39	4,63	-0,35
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0768	5,0774	1,41	1,24	4,63	0,23
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1124	5,2924	1,42	1,62	4,85	0,41
Euro (BC) - (R$/€)	5,4371	5,4397	0,06	0,77	1,65	-1,28
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4542	5,4548	0,36	0,83	1,59	-0,86
Euro Turismo (R$/€)	5,5183	5,6983	0,26	1,02	1,62	-0,87
Euro (BC) - (US$/€)	1,0735	1,0739	-1,08	-0,60	-2,85	-0,93
Ouro*						
B3 (R$/g)¹ ²	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.332,54	-0,94	3,84	12,94	17,07
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.346,85	-0,73	6,34	13,79	16,34

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873	0,5873	0,7575
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789	0,5789	0,7490
29/03 a 29/04	0,0515	0,6028	0,6028	0,7118
30/03 a 30/04	0,0769	0,6028	0,6028	0,7474
31/03 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861	0,5861	0,7563
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854	0,5854	0,7556
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811	0,5811	0,7512
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464	0,5464	0,7065
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 10/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	128.054	-1,41	-0,04	-4,57	25,73
IBrX	54.089	-1,32	0,11	-4,18	25,51
IBrX 50	21.372	-1,20	0,27	-3,80	25,45
IEE	88.750	-1,87	0,11	-6,54	17,25
SMLL	2.216	-1,89	-1,82	-5,83	23,61
ISE	3.651	-2,19	-1,13	-3,01	25,62
IMOB	919	-2,52	-2,95	-9,04	36,27
IDIV	8.844	-1,11	1,33	-2,53	28,23
IFIX	3.418	-0,07	0,30	3,23	23,82
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.280	-2,53	-1,41	-8,79	26,18
IBrX	10.678	-2,43	-1,25	-8,42	25,96
IBrX 50	4.219	-2,32	-1,10	-8,06	25,90
IEE	17.521	-2,99	-1,26	-10,67	17,67
SMLL	437	-3,00	-3,16	-10,00	24,05
ISE	721	-3,29	-2,48	-7,30	26,06
IMOB	181	-3,62	-4,27	-13,06	36,75
IDIV	1.746	-2,23	-0,05	-6,84	28,69
IFIX	675	-1,20	-1,07	-1,34	24,26

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 10/04/24	09/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	274	278	-4,0	-20,0	-71,0
África do Sul	356	359	-3,0	-23,0	30,0
Argentina	1.275	1.232	43,0	-177,0	-632,0
Brasil	206	209	-3,0	-4,0	11,0
Colômbia	252	253	-1,0	-17,0	-13,0
Filipinas	68	79	-11,0	-12,0	10,0
México	160	158	2,0	-8,0	-7,0
Peru	101	100	1,0	-5,0	-1,0
Turquia	232	246	-14,0	-35,0	-44,0
Venezuela	15.859	15.774	85,0	-2.264,0	-8.233,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	28/03/24	355.008
set/23	340.324	01/04/24	353.974
out/23	340.247	02/04/24	353.904
nov/23	348.406	03/04/24	354.152
dez/23	355.034	04/04/24	354.763
jan/24	353.563	05/04/24	354.616
fev/24	352.705	08/04/24	354.188
mar/24	355.008	09/04/24	354.798

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	10/04/24	09/04/24	08/04/24	05/04/24	04/04/24	03/04/24
Índice	2.100,13	2.105,29	2.101,96	2.100,76	2.103,36	2.102,33
Var. no dia	-0,24%	0,16%	0,06%	-0,12%	0,05%	0,02%
Var. no mês	-0,19%	0,06%	-0,10%	-0,16%	-0,04%	-0,08%
Var. no ano	1,69%	1,94%	1,78%	1,72%	1,85%	1,80%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 10/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,6400	36,6700	0,13810	0,13820
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0648	5,0654
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1345	36,2251	0,1398000	0,1402000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7225	0,7384
Colon (Costa Rica)	501,7500	515,0000	0,009835	0,010100
Coroa (Dinamarca)	6,9474	6,9479	0,7290	0,7291
Coroa (Islândia)	139,8200	140,1500	0,03614	0,03623
Coroa (Noruega)	10,8391	10,8431	0,4671	0,4673
Coroa (Rep. Tcheca)	23,6910	23,7010	0,2137	0,2138
Coroa (Suécia)	10,7256	10,7286	0,4721	0,4723
Dinar (Argélia)	134,1196	134,6722	0,03761	0,03777
Dinar (Kuwait)	0,3072	0,3078	16,4548	16,4889
Dinar (Líbia)	4,8226	4,8449	1,0454	1,0503
Direitos Especiais de Saque ***	1,3274	1,3274	6,7230	6,7238
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6722	3,6725	1,3791	1,3794
Dirham (Marrocos)	10,0252	10,0302	0,5050	0,5053
Dólar (Austrália)***	0,6507	0,6509	3,2957	3,2971
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0648	5,0654
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4910	2,5350
Dólar (Canadá)	1,3689	1,3693	3,6988	3,7003
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,0656	6,1399
Dólar (Cingapura)	1,3535	1,3540	3,7406	3,7424
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0648	5,0654
Dólar (Hong Kong)	7,8347	7,8348	0,6464	0,6465
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5976	0,5980	3,0267	3,0291
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7508	6,8260	0,7420	0,7503
Euro (Comunidade Européia)***	1,0735	1,0739	5,4371	5,4397
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7829	2,8386
Franco (Suíça)	0,9126	0,9130	5,5474	5,5505
Guarani (Paraguai)	7378,3600	7385,2500	0,0006858	0,0006865
Hryvnia (Ucrânia)	39,0000	39,1000	0,1295	0,1299
Iene (Japão)	152,8900	152,9200	0,03312	0,03313
Lev (Bulgária)	1,8216	1,8218	2,7801	2,7807
Libra (Egito)	47,5000	47,6000	0,1064	0,1066
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000057	0,000057
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00039	0,00039
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2542	1,2545	6,3523	6,3545
Naira (Nigéria)	1246,1700	1248,1700	0,00406	0,00407
Lira (Turquia)	32,2791	32,2891	0,1569	0,1569
Novo Dólar (Taiwan)	32,2000	32,2180	0,15720	0,15730
Novo Sol (Peru)	3,7062	3,7070	1,3663	1,3667
Peso (Argentina)	865,0000	865,5000	0,00585	0,00586
Peso (Chile)	954,6300	955,1200	0,005303	0,005306
Peso (Colômbia)	3824,3600	3826,3600	0,001324	0,001325
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2110	0,2111
Peso (Filipinas)	56,4940	56,5140	0,08962	0,08966
Peso (México)	16,5074	16,5179	0,3066	0,3069
Peso (Rep. Dominicana)	59,0300	59,4100	0,08525	0,08581
Peso (Uruguai)	38,4900	38,5300	0,13150	0,13160
Rande (África do Sul)	18,7592	18,7742	0,2698	0,2700
Rial (Arábia Saudita)	3,7508	3,7510	1,3503	1,3505
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001206	0,0001206
Ringgit (Malásia)	4,7450	4,7500	1,0663	1,0675
Rublo (Rússia)	93,2320	93,6840	0,05406	0,05433
Rúpia (Índia)	83,3675	83,3825	0,06074	0,06076
Rúpia (Indonésia)	15840,0000	15850,0000	0,0003195	0,0003198
Rúpia (Paquistão)	277,5200	278,3600	0,01820	0,01825
Shekel (Israel)	3,7396	3,7423	1,3534	1,3545
Won (Coréia do Sul)	1363,8100	1365,2200	0,003710	0,003714
Yuan Renminbi (China)	7,2341	7,2345	0,7001	0,7002
Zloty (Polônia)	3,9733	3,9754	1,2740	1,2749

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2336,89	0,01331	380,5259	380,5710

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	10/04/24	09/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	167.786,82	171.190,68	171.154,28	173.997,89	-1,99	-1,97	-3,57
Valor-Coppead Mínima Variância	97.043,88	97.946,20	96.143,88	93.533,91	-0,92	0,94	3,75

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 10/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 10/04/24

Índice	10/04/24	09/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	10/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	178,43	179,79	177,78	165,54	152,54	-0,76	0,37	7,79	16,98
S&P BNY Emergentes	337,06	338,74	327,04	312,75	289,55	-0,50	3,06	7,78	16,41
S&P BNY América Latina	214,53	218,61	215,02	225,28	185,81	-1,86	-0,23	-4,77	15,46
S&P BNY Brasil	213,11	217,40	214,40	232,95	183,07	-1,97	-0,60	-8,52	16,41
S&P BNY México	337,15	343,37	342,11	331,67	307,17	-1,81	-1,45	1,65	9,76
S&P BNY Argentina	230,66	233,92	211,50	178,27	120,50	-1,40	9,06	29,39	91,41
S&P BNY Chile	151,24	153,36	147,40	162,12	167,12	-1,38	2,61	-6,71	-9,50
S&P BNY Índia	2.805,07	2.833,11	2.755,62	2.923,01	2.805,05	-0,99	1,79	-4,03	0,00
S&P BNY Ásia	210,48	211,35	206,96	189,60	172,74	-0,41	1,70	11,01	21,85
S&P BNY China	312,39	312,12	306,36	336,11	353,91	0,09	1,97	-7,06	-11,73
S&P BNY África do Sul	226,29	235,53	205,76	199,87	240,04	-3,92	9,98	13,22	-5,73
S&P BNY Turquia	25,51	25,91	23,46	22,45	20,63	-1,58	8,73	13,59	23,61

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	10/04/24	09/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.461,51	38.883,67	-1,09	-3,38	2,05	14,51	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.011,66	18.169,91	-0,87	-1,33	7,05	38,01	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.170,36	16.306,64	-0,84	-1,28	7,72	33,81	11.799,16	16.428,82
EUA	Nova York	S&P 500	5.160,64	5.209,91	-0,95	-1,78	8,19	25,59	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.199,13	22.361,78	-0,73	0,14	5,92	9,49	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	56.636,54	57.571,15	-1,62	-1,28	-1,31	4,74	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.398,05	1.408,58	-0,75	4,88	16,97	16,47	1.046,70	1.408,58
Venezuela	Caracas	IBVC	60.564,84	58.959,94	2,72	8,89	4,72	111,94	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	6.688,18	6.669,76	0,28	0,67	7,91	26,63	5.226,93	6.688,18
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.799,43	27.551,05	0,90	-2,00	7,09	25,72	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.233.950,13	1.253.210,16	-1,54	1,69	32,73	380,61	256.747,73	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.524,45	1.520,05	0,29	-0,12	9,24	12,17	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.097,30	18.076,69	0,11	-2,14	8,03	16,02	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.045,38	8.049,17	-0,05	-1,96	6,66	9,84	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.039,63	33.946,29	0,27	-2,05	12,15	25,08	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.831,77	3.845,42	-0,35	-0,36	3,34	0,65	3.290,68	3.872,45
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.622,45	2.610,94	0,44	-1,76	14,84	31,91	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	10.775,00	10.816,00	-0,38	-2,71	6,66	15,71	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.420,30	1.417,75	0,18	-0,14	9,83	32,24	1.085,11	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	886,67	881,03	0,64	0,55	12,69	16,69	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	67.271,28	66.343,66	1,40	2,89	10,97	52,14	42.687,24	67.271,28
Polônia	Varsóvia	WIG	84.406,40	83.705,16	0,84	2,01	7,58	44,19	59.538,91	84.664,91
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.279,78	6.275,83	0,06	-0,01	-1,82	2,64	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.159,39	1.158,44	0,08	1,97	7,01	17,84	969,33	1.163,76
Suécia	Estocolmo	OMX	2.519,05	2.513,50	0,22	0,03	5,04	15,30	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.495,21	11.506,04	-0,09	-2,01	3,21	2,36	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	9.814,19	-	6,72	28,76	91,60	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.985,57	2.004,71	-0,95	-2,35	5,85	14,14	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	75.520,38	75.486,94	0,04	1,32	-1,79	-2,07	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.581,81	39.773,13	-0,48	-1,95	18,28	43,24	27.633,66	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.109,70	8.081,20	0,35	-0,54	3,58	9,41	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.720,28	1.750,80	-1,74	-1,56	-6,40	-19,48	1.433,10	2.147,16
China	Xangai	SSE Composite	3.027,33	3.048,54	-0,70	-0,45	1,76	-8,69	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	-	2.705,16	-	-1,51	1,88	7,69	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.139,17	16.828,07	1,85	3,61	0,54	-15,70	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	75.038,15	74.683,70	0,47	1,88	3,87	25,38	59.567,80	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	Feriado	-	-0,03	0,19	7,62	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.408,17	1.401,11	0,50	2,19	-0,54	-11,61	1.356,54	1.600,41
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.763,53	20.796,20	-0,16	2,31	15,80	30,78	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

Certidão de Registro

Certificamos que a Ata da Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24/01/2024 às 14h, publicada no jornal Valor Econômico no dia 25/01/2024, foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o número 131.587/24-9 em 01/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Neoenergia

NEOENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 01.083.200/0001-18 | NIRE 33.300.266.003

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA NEOENERGIA S.A., REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 19 dias do mês de março do ano de 2024, às 10:00 horas, reuniu-se a Diretoria Executiva a NEOENERGIA S.A. Os membros presentes tomaram conhecimento dos seguintes assuntos: **PRESENÇA**: Presente todos os diretores da Companhia, os Senhores(as): Eduardo Capelastegui - Diretor Presidente; Giancarlo Vassao de Souza – Diretor Executivo de Operações; Sr. Leonardo Gadelha, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores; Lara Piau - Diretora Executiva Jurídica; Laura Porto - Diretora Executiva Negócios Renováveis; Fulvio Machado - Diretor Executivo de Redes, Hugo Nunes - Diretor Executivo de Negócios Liberalizados e Carlos Choqueta - Diretor Executivo de Desenvolvimento. **CONVOCAÇÃO**: Realizada conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. **ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e autorizar: (1) a constituição e a outorga, pela Companhia, de fiança, em garantia ao pagamento de todas as obrigações principais e acessórias ("Fiança"), a serem assumidas pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 08.324.196/0001-81 ("COSERN" ou "Emissora"), em relação a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão"), no valor total de R$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), sendo (i) R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) referente às Debêntures da primeira série; e (ii) R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) referente às Debêntures da segunda série ("Debêntures"), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 12ª (décima segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN" ("Escritura de Emissão"), a serem distribuídas através de distribuição pública, sob o rito de registro automático, a ser realizada nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), assim como seus termos e condições; e (2) autorização à Diretoria da Companhia para definição dos termos e condições da Fiança, e adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à prestação da Fiança e a realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos aos demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Fiança. **DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os Diretores presentes, por maioria de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: Quanto ao item (1) da Ordem do Dia, foi aprovada a prestação da Fiança, em relação às Debêntures, as quais terão, as seguintes características: (i) o volume total das Debêntures será de R$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), que será alocado em 02 (duas) séries, sendo R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) referente às Debêntures da primeira série ("Debêntures Institucionais"); e (ii) R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) referente às Debêntures da segunda série ("Debêntures Incentivadas"); (ii) a remuneração das Debêntures Institucionais será equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um spread (sobretaxa) de 0,98% (noventa e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (iii) a remuneração das Debêntures Incentivadas será um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding (conforme definido na Escritura de Emissão), e que será equivalentes à maior taxa entre: (iii.a) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2033, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br) e conforme apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de Bookbuilding ("Data de Apuração"), acrescida de um spread de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurada na Data de Apuração; e (iii.b) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos; (iv) a amortização das Debêntures Institucionais será realizada em 2 (duas) parcelas anuais consecutivas, a partir do 6º (sexto) ano a contar da Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); e (v) a amortização das Debêntures Incentivadas será realizada em 3 (três) parcelas anuais consecutivas, a partir do 8º (oitavo) ano a contar da Data de Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão). Quanto ao item (2) da Ordem do Dia, foi aprovada, pela maioria dos Diretores presentes, a autorização para a Diretoria da Companhia para definição dos termos e condições da Fiança, e adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à prestação da Fiança e a realização da Emissão e da Oferta, inclusive eventuais aditamentos aos demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Fiança, em consonância com as deliberações acima. Nada mais havendo a tratar, e sem questionamentos adicionais, deu-se por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos presentes os Srs.: Eduardo Capelastegui - Diretor Presidente; Giancarlo Vassao de Souza – Diretor Executivo de Operações; Sr. Leonardo Gadelha, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores; Lara Piau - Diretora Executiva Jurídica; Laura Porto - Diretora Executiva Negócios Renováveis; Fulvio Machado - Diretor Executivo de Redes, Hugo Nunes - Diretor Executivo de Negócios Liberalizados, Carlos Choqueta - Diretor Executivo de Desenvolvimento e por mim, Denise Faria, que nessa oportunidade secretariei os trabalhos, redigi esta ata e a encerrei com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024. Confere com original lavrado em livro competente. Denise Faria - **Secretária.** Jucerja. Certifico o arquivamento em 25/03/2024 sob o nº 00006145827. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

Mercado Fundos que compram participações em empresas ampliam investimento em 'tech'

Retorno de private equity e venture capital chega a quase 6 vezes no Brasil

Fernanda Guimarães
De São Paulo

As gestoras que compram participações em companhias garantiram no Brasil um retorno de 5,8 vezes o valor investido ao longo dos últimos 30 anos de atividade no país. Estudo feito em parceria entre Spectra, Insper e Abvcap — associação que reúne essas gestoras — mostra, contudo, o desafio cambial desses fundos: quando medido em dólar, o retorno ficou em 2,9 vezes.

O retorno é medido pelo múltiplo de capital investido, conhecido pela sigla MOIC, indicador utilizado pela indústria. Isso significa, conforme o estudo, que para cada R$ 1 investido na compra de uma participação em uma empresa, o retorno no momento da venda pelos fundos foi de R$ 5,8, considerando esse intervalo.

O número se mostra bastante positivo se analisado em comparação com a média global. Nela, o retorno dos fundos foi de 2,19 vezes no intervalo entre 2015 e 2019, ou seja, 75% do apresentado na fotografia brasileira.

O levantamento, enviado com exclusividade ao **Valor**, analisou um total de 1.047 investimentos realizados pelos fundos de private equity, que são os que fazem aportes em empresas mais maduras, e aqueles realizados pelos de venture capital (VC), que preferem startups, e desinvestidos no intervalo entre 1994 e 2023.

Desse montante, 46% representaram vendas de empresas de tecnologia. Esses investimentos, antes concentrados nos VCs, a cada dia começam a ganhar espaço nos fundos de private equity, ajudando, ainda, no retorno e trazendo um ingrediente de risco às carteiras. "O setor de tecnologia dominou como o principal ator de crescimento", afirma Andrea Minardi, professora do Insper e uma das responsáveis pelo estudo. O levantamento mostra que, considerando apenas os ativos "não techs", o retorno foi de 2,6 vezes, 66,7% da média do setor de tecnologia, mas em linha com investimentos de menor risco.

No caso dos investimentos do setor de tecnologia, 8% tiveram um retorno acima de dez vezes, evidenciando a rentabilidade que pode ser encontrada no setor. Por outro lado, o maior risco intrínseco também ficou em evidência no estudo: 40% dos investimentos registaram perda total, e 18%, perda parcial. Ainda de acordo com o estudo, o retorno máximo observado no segmento foi cerca de oito vezes superior ao melhor retorno observado nos "não tech".

Outro apontamento é que uma pequena proporção dos investimentos tech tem influência direta na alta média dos retornos: 15% das transações contribuíram com 85% do retorno médio. No setor "não tech", essa distribuição é mais proporcional: 11% das transações consideradas fora da curva responderam por 42% da média de retorno.

O estudo não captou, por outro lado, os desinvestimentos feitos pelos fundos das compras efetuadas no setor de tecnologia ao longo do período de pandemia, um momento em que a ampla liquidez global e a corrida por digitalização inflaram os preços dos ativos do setor.

> "O setor de tecnologia dominou como o principal ator de crescimento no período"
> *Andrea Minardi*

"A primeira grande mensagem do estudo é que o retorno é muito bom e temos visto cada vez mais a penetração de transações de tecnologia acontecendo" afirma o sócio da Spectra Investments, Rafael Bassani. "O estudo também mostra que há oportunidade nos dois setores [tech e não tech]".

A presidente da Abvcap e uma das principais sócias da gestora Crescera, Priscila Rodrigues, aponta que é natural que as empresas de tecnologia rompam a barreira do venture capital rumo às carteiras de private equity, principalmente porque essas companhias estão, após as primeiras rodadas de captações, mudando de nível e com novas necessidades. "À medida que essas empresas vão crescendo, vão aumentando os desafios. Não se trata apenas do tamanho do cheque, mas o tipo de estrutura", afirma a executiva. Segundo ela, essa tendência veio para ficar e, atualmente, a presença de tecnologia já está hoje em todos os setores, mesmo os não ligados diretamente a isso.

Minardi, do Insper, afirma que, com o passar do tempo, as gestoras de private equity também passaram a "aprender a linguagem" das empresas de tecnologia, algo que tem ajudado nos aportes. Outra mudança foi entender melhor a diferença de precificação entre as empresas, e uma melhor compreensão sobre métricas financeiras, explica.

O levantamento trouxe ainda uma fotografia das formas de desinvestimentos dos fundos. Embora ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) sejam o modo majoritariamente preferido na hora de saída das investidas, visto que os múltiplos observados são historicamente mais altos no Brasil, a venda para investidores estratégicos segue como a principal opção das gestoras, mostra o estudo. Do total de saídas analisadas, metade foi em vendas para investidores estratégicos, em uma clássica operação de fusões e aquisições (M&A, pela sigla em inglês). Se analisado apenas o recorte das empresas não tecnológicas, a venda do ativo para um investidor estratégico chegou a 67% no intervalo analisado e de 40% para as de tecnologia. Os desinvestimentos via IPOs, por outro lado, representaram 11% e 4%, respectivamente.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Bassani, da Spectra: mensagem é que retorno no Brasil é muito bom e, mesmo com mais transações de tecnologia, há oportunidades em outros setores

CVM julga mais em 2023 e multas atingem R$ 832 mi

Juliana Schincariol
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) realizou mais julgamentos e as multas dispararam na comparação anual. O regulador do mercado de capitais aplicou R$ 832 milhões em penalidades pecuniárias, 18 vezes mais do que no ano anterior. De forma um pouco mais comedida, o número de termos de compromissos aprovados pelo regulador também aumentou ano a ano.

O valor das multas não é linear e depende do número de acusados e da complexidade dos processos. Somente no quarto trimestre de 2023, o valor total das sanções determinadas pelo regulador, aplicadas a 66 acusados, foi de R$ 409 milhões.

No ano passado, um dos casos que motivou o aumento foi o julgamento do "Faraó do Bitcoin", por exemplo. Em agosto, a autarquia aplicou multas de R$ 102 milhões a Glaidson Acácio dos Santos, o "Faraó", e sua mulher, Mirelis Yoseline, além da empresa G.A.S. Consultoria e Tecnologia, que pertencia ao casal. Somente este caso teve multas superiores a todo o ano de 2022, quando as penalidades pecuniárias somaram R$ 44,6 milhões.

O ritmo dos julgamentos também impacta nos resultados sancionadores. Foram 72 casos analisados em 2023, ante 50 em 2022. O recorde da CVM ocorreu em 2018 e em 2019, com 109 e 98 julgamentos, respectivamente.

No total, em 2023, foram aplicadas 222 sanções, entre multas, advertências, suspensões, inabilitações e proibições. Do lado oposto, foram 128 absolvições.

Em 2023, o colegiado aprovou propostas de termo de compromisso referentes a 46 processos, envolvendo 70 proponentes, com propostas de pagamento de R$ 43,76 milhões a título de danos difusos e de R$ 30 mil de ressarcimento a terceiros prejudicados. Um ano antes, 43 acordos foram aprovados, totalizando R$ 41,95 milhões.

> Foram aplicadas 222 sanções, entre multas, advertências, suspensões, inabilitações e proibições

O regulador fechou o ano passado com 765 processos com potencial sancionador, acima dos 693 computados em 2022. O estoque de processos sancionadores que ainda serão analisados pelo colegiado, ou seja, que devem ir a julgamento, caiu 21%, para 114. Entre os processos da lista está aquele que analisa suposto uso de informações privilegiada por executivo da Cia. Hering e eleição de membros do conselho da Petrobras na assembleia de 2022, apesar de terem sido considerados inelegíveis.

Em 2024, também passou a fazer parte deste estoque o primeiro processo sancionador aberto pela autarquia para analisar o escândalo contábil da Americanas, envolvendo a divulgação de informações pelo ex-presidente da varejista, Sergio Rial. Há algumas semanas, o colegiado do regulador recusou uma proposta de termo de compromisso do executivo, e ao que tudo indica, o caso irá a julgamento. Ainda não há previsão sobre a data de realização da sessão. O diretor Daniel Maeda foi escolhido como relator do caso na CVM.

Em sua atuação sancionadora, a CVM também tem dois procedimentos voltados para a correção de irregularidades: os ofícios de alerta e as "stop orders". O primeiro comunica irregularidades que não justificam a instauração de inquérito ou termo de acusação. O regulador notifica sobre o desvio observado e, se for o caso, determina prazo para a correção do problema sem a abertura de procedimento sancionador. Já a "stop order" é uma medida de natureza cautelar, que tem objetivo de prevenir ou corrigir situações anormais de mercado detectadas pela autarquia. No caso de infrações, a penalização exige a conclusão de processo administrativo sancionador com decisão condenatória. Durante 2023, a CVM enviou 407 ofícios de alerta, abaixo das 497 emitidas um ano antes. As "stop orders", por sua vez, também tiveram uma pequena redução, de 14 em 2022 para 11 no ano passado.

Teses de investimento e o 'middle market'

Palavra do gestor

Marco França

O ano de 2024 tem todas as características de aumento do número de transações de M&A se comparado a 2023. O empresário antenado tem a curiosidade de entender se é atrativo o suficiente para o "casamento" com fundos de investimentos ou compradores estratégicos. Por outro lado, entender o humor e a atual capacidade financeira dos agentes é fundamental para se preparar rumo à entrada de novos sócios no timing correto.

Vale discorrer brevemente aqui sobre os setores usuais. Agronegócios, saúde, serviços, finanças, energia, tecnologia, distribuição, healthtechs e fintechs, além de varejo e infraestrutura, são setores que sempre têm atenção de investidores no Brasil.

Quando falamos de atratividade, o tamanho das empresas alvo também é um critério importante a ser analisado, e os valores variam por setor. Em geral, os investidores olham para determinados tamanhos mínimos de empresas.

Há maior interesse por revendas acima de R$ 100 milhões no agro, de R$ 40 milhões para hospitais em saúde, de R$ 20 milhões para empresas de "software as a service" (SaaS) no setor de tecnologia, de R$ 50 milhões para comercializadoras e marketplaces no setor de energia, de R$ 100 milhões para supermercados e assim por diante.

O importante aqui é entender as teses por trás do interesse do comprador, de forma que o vendedor possa tentar abocanhar parte das sinergias da operação como formação de preço da transação.

É uma ilusão e ingenuidade achar que o "advisor" vai conseguir precificar no momento zero da venda todas as sinergias da tese de investimentos e trazer somente para o lado do seu cliente. Tudo que exige execução traz risco, e os fundos precisam dar retorno a seus cotistas, tipicamente algo da ordem de 20% a 25% ao ano. Logo, eles vão negociar e deverão ficar com boa parte da geração de valor daquele casamento. As teses dos compradores, isto é, fundos de investimento e players estratégicos, variam.

Citamos para efeito didático algumas dessas teses, como "buy and build", visando estabelecer uma plataforma dominante em um mercado ainda pulverizado, buscando melhoria de gestão, escala e redução de custos; "portfolio mix", com compras de serviços ou tecnologias complementares que trarão "cross selling" e "upselling" na base de clientes, redução de "churn" e fidelização; e "acquihire", em que o investidor está preocupado em trazer novos cérebros para oxigenação do seu negócio, uma vez que o mesmo já está maduro e entrando no ciclo de envelhecimento.

Sempre dá para buscar uma parcela do valor atrelado ao risco de execução e ser premiado no sucesso. Chamamos isto de "earn out", dado que fica mais fácil chegar a um acordo sobre o que se conquistou do que dividir dinheiro "de mentira". Isto posto, é hora de o empresário entender o seu tamanho atual, fazer os seus exercícios e alimentação corporativa adequadas para nutrir a "criança" e tornar o seu negócio atrativo o suficiente para um futuro casamento.

Como sempre, com um bom planejamento a estrada sempre fica mais fácil de ser atravessada.

Marco França é fundador da Auddas
E-mail mfranca@auddas.com

Fiscal Entendimento está na Solução de Consulta nº 21, editada pela Coordenação-Geral de Tributação

Receita Federal passa a cobrar IR na doação de cotas de fundos fechados a herdeiros

Beatriz Olivon
De Brasília

A Receita Federal fechou a porta que possibilitava a doação a herdeiros de cotas de fundos fechados — conhecidos como de "super-ricos" — pelo valor histórico. Esse mecanismo era usado para escapar da tributação pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O novo entendimento está na Solução de Consulta nº 21, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), e deve ser seguido por todos os fiscais do país.

Na solução de consulta, a Receita Federal esclarece que cotas não podem ser transferidas pelo valor declarado no Imposto de Renda (IRPF) pelo titular original. Com isso, afirmam especialistas, muito provavelmente, nessas transferências haverá um ganho, sujeito à tributação conforme as regras de ganho de capital — alíquotas progressivas de 15% a 22,5%.

Fundos fechados são formatados para detentores de valores elevados de capital (acima de R$ 10 milhões) e respondiam, em 2023, por 12,3% dos fundos no país, somando pelo menos R$ 756,8 bilhões. No ano passado, 2,5 mil brasileiros tinham recursos aplicados nesses fundos, segundo dados do Poder Executivo.

A modalidade de investimento de fundos exclusivos tem poucos cotistas e composição personalizada. As aplicações podem ser feitas em renda fixa, ações, multimercados e outros.

Em geral, essa espécie de fundo não permite resgate de aplicações, apenas a amortização e liquidação do investimento no fim do período. Até o início do ano, tais fundos só eram tributados no momento do resgate dos recursos, diferentemente dos fundos tradicionais. Mas, desde a entrada em vigor da Lei º 14.754, de 2023, também estão submetidos ao chamado "come-cotas".

"Agora, a Receita Federal fecha outra porta, da doação [a herdeiros] nos fundos fechados", afirma Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers. "Talvez a solução de consulta tenha vindo em um momento em que os investidores já estão revendo se vale a pena manter o fundo fechado por causa do come-cotas."

DIVULGAÇÃO
Advogado Matheus Bueno: "Agora, a Receita Federal fecha outra porta, da doação nos fundos fechados"

Na solução de consulta, foi solicitado que a Receita Federal se manifestasse sobre a incidência do Imposto de Renda na transmissão causa mortis de cotas de fundo de investimento em renda fixa fechado e de cotas de fundo de investimento em ações, e a possibilidade de que esses bens fossem avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do doador.

No texto, a Receita esclarece que, nos casos de transferência decorrente de sucessão por herança ou mesmo doação em adiantamento à herança de cotas de fundos fechados, é cabível a apuração de ganho de capital pelas mesmas regras aplicáveis à alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. O entendimento afasta a aplicabilidade do artigo 23 da Lei nº 9.532, de 1997, que permitia que os bens fossem avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do doador.

O órgão acrescenta, na solução de consulta, que a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto recai sobre o administrador do fundo de investimento ou sobre a instituição que intermediar recursos por conta e ordem para aplicações em fundos de investimento administrados por outra instituição.

"A Receita está dizendo que mesmo que doe em vida tem que pagar imposto", afirma Bueno. Para ele, o entendimento mudou "drasticamente". O advogado lembra que o órgão já considerava que, em caso de morte, a transferência de propriedade seria equivalente a uma alienação e incidiria tributação, que deveria ser retida pelo administrador. Porém, considerava-se que se as cotas fossem transferidas por meio de doação, antes da morte do patriarca, não haveria cobrança de Imposto de Renda.

Segundo Daniel Franco Clarke, sócio na área tributária do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a Receita alterou seu posicionamento. "Em posição anterior a Receita havia aceitado que as partes avaliassem as cotas pelo custo de aquisição, conforme valor constante da Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física", diz o advogado.

Clarke destaca que, em 2021, a Solução de Consulta nº 98, que tratou da doação de cotas em fundo fechado de investimento em ações, permitia que as partes tivessem avaliado cotas pelo custo de aquisição. Para o advogado, causa estranheza e pode ser objeto de questionamento a Receita se fundamentar na intenção do legislador, de acordo com trecho da exposição de motivos.

"Quando a regra veio, a intenção do legislador era evitar que herdeiros tivessem que alienar outros bens para ter que pagar Imposto de Renda decorrente desse recebimento", afirma. A consequência para o herdeiro, acrescenta, é a probabilidade de pagamento de imposto quando eles receberem essas cotas, mesmo que não vendam.

Para ele, os herdeiros até podem questionar judicialmente a cobrança, mas como a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto é do administrador do fundo, "será difícil a pessoa física conseguir não fazer o pagamento".

No entendimento da Receita, essa motivação de evitar que herdeiros tenham que vender bens seria "totalmente inaplicável" no caso de fundos de investimento em renda fixa e em ações, que possuem em seu ativo instrumentos financeiros com liquidez suficiente para serem alienados e pagar o IRRF sem necessidade de disposição de bens adicionais pelos herdeiros ou doadores.

Destaque

Honorários advocatícios

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.242), vai analisar controvérsia sobre a legitimidade concorrente do advogado e da parte para promover a execução dos honorários advocatícios de sucumbência. Até o julgamento do tema e a definição do precedente qualificado, o colegiado determinou a suspensão de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial, em tramitação no STJ ou na segunda instância, que discutam exclusivamente a questão da legitimidade para executar os honorários. O relator dos quatro recursos afetados como repetitivos é o ministro Herman Benjamin. Ele lembrou que, ao sugerir a análise do tema pelo rito qualificado, a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do STJ (Cogepac) ressaltou que o debate não é sobre a titularidade dos valores referentes aos honorários, mas apenas sobre a legitimidade para discutir a verba e o montante arbitrado em juízo. Também de acordo com a Cogepac, o assunto já foi objeto de decisões distintas nas seções especializadas do STJ, o que aponta a necessidade de que seja analisado como repetitivo no âmbito da Corte Especial. "A matéria é de alta expressão, não apenas por seu impacto financeiro, mas também por sua natureza jurídica", disse (REsp 2035052).

STF julga PIS/Cofins sobre locação de bens

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem se é constitucional a incidência de PIS e Cofins sobre aluguel de bens móveis e imóveis. Dois recursos estão sendo analisados no julgamento, que foi suspenso e será retomado hoje. Por ora, o placar está em 2 a 1 para os contribuintes em uma das ações e em 2 a 2 na outra.

As perdas para a União, se impedida de cobrar esses tributos, estão estimadas em R$ 36 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — R$ 20,2 bilhões com locação de bens móveis e R$ 16 bilhões com a de imóveis. O caso, que trata de cobrança retroativa, está em repercussão geral.

O valor foi questionado na sessão pelo advogado Luiz Gustavo Bichara, que representa a Legno Nobile Indústria e Comércio em um dos recursos. Porém, foi confirmado pela procuradora Geila Lídia Barreto Barbosa Diniz, da Fazenda Nacional. Segunda ela, o montante se refere a um ano em que deixariam de ser cobrados os tributos federais e ao período de cinco anos retroativos.

A União entende que o PIS e a Cofins devem ser cobrados sobre todo o faturamento da empresa, inclusive sobre a locação de bens móveis e imóveis, mesmo que esta não seja sua atividade preponderante. Afirma que desde a Constituição Federal de 1988 há essa previsão, reforçada pela Emenda Constitucional (EC) nº 20/1998 e pelas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

Já os contribuintes entendem que não há essa previsão legal porque a locação de bens móveis e imóveis não é venda de mercadoria nem prestação de serviços. Portanto, não poderia compor a base de cálculo desses tributos.

Os dois processos estão sendo julgados em conjunto. Em um deles, a empresa Sea Container do Brasil, que aluga contêineres e equipamentos de transporte, questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) favorável à União (RE 659412).

No outro recurso, a União questiona acórdão do TRF-3 que garantiu à Legno Nobile Indústria e Comércio, do setor moveleiro, o direito de excluir da base de cálculo do PIS a receita do aluguel obtido pela locação de um imóvel próprio (RE 599658).

O ministro Luiz Fux, relator do caso da Legno, tratou em seu voto do conceito de faturamento e se a receita proveniente da locação dos bens móveis e imóveis seria passível de incidência dos tributos federais. Para ele, a cobrança só é possível a partir da EC nº 20/1998 e leis específicas.

Ele propôs a fixação da seguinte tese para os dois casos: "As receitas provenientes da locação de bens móveis ou imóveis não caracteriza faturamento para fins de incidência do PIS e Cofins na sistemática anterior a EC 20 de 1998. Posteriormente à mudança constitucional, com a edição das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, as contribuições incidem sobre a receita da pessoa jurídica, inclusive sobre a atividade de locação de bens móveis e imóveis".

O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, divergiu do voto de Fux. Ele foi acompanhado pelo ministro Flávio Dino. Na outra ação, da Sea Container, é contabilizado ainda o voto do outro relator, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello e, por isso, o placar é de 2 a 2.

Mello havia votado a favor dos contribuintes, pela não inclusão das receitas de locação até o início da aplicação da Lei nº 12.973, de 2014, que amplificou a base de cálculo dessas contribuições. A partir dessa data, para o ministro, as contribuições devem incidir, desde que a locação de bens móveis seja a atividade ou objeto principal da contribuinte.

No voto, Moraes entende que para os bens móveis, é válida a incidência do PIS e da Cofins porque o aluguel é uma prestação de serviços, algo passível de tributação desde a Constituição de 1988. Já para os bens imóveis, a cobrança é inconstitucional "para empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal".

Segundo a tributarista Julia Ferreira Cossi Barbosa, do escritório Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados, a tese só se aplica para casos antigos. "Antes da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a locação não estava presente no conceito de faturamento, que inclui mera prestação de serviço ou operação de venda de mercadoria. Com a emenda, toda receita deveria ser computada e é aí que nasce a discussão", afirma.

O conceito de faturamento já foi discutido em várias outras ações no STF, indica a tributarista Rejiane Prado, do Barbosa Prado Advogados. Para ela, a tese da Fazenda faz mais sentido. "Os contribuintes entendem que até hoje não seria possível tributar, porque seria apenas uma renda da empresa, não há venda de mercadoria ou serviço. Fica difícil defender porque, com a emenda constitucional de 1998, há a tentativa de esclarecer que qualquer valor que seja auferido pela atividade econômica da empresa seria base de cálculo para os impostos", diz.

Para Fabrício Parzanese, do Veloza Advogados Associados, que representa a Associação Brasileira dos Locadores de Equipamentos e Bens Móveis (Alec), um dos amicus curiae (parte interessada) em uma das ações, o voto de Fux é acertado e é o que deve prevalecer, pois preza pela segurança jurídica e jurisprudência do STF. "O Supremo já vinha, historicamente, referendando que o conceito de faturamento, no período anterior à emenda de 1998, se restringe à venda de produtos e à prestação de serviços."

O período afetado pelo julgamento seria de 1998 a 2002, 2003 ou 2014, a depender do regime tributário adotado, diz Parzanese. Portanto, afeta, em tese, empresas com ações ajuizadas entre 2007 e 2019.

DIVULGAÇÃO

"Após a EC nº 20, toda a receita deveria ser tributada"
Rejiane Prado

PL 2925/23: avanços na governança empresarial

Opinião Jurídica

Lucas Monet

Após grandes incidentes de inconsistências contábeis no Brasil, o debate sobre a responsabilidade dos controladores, administradores e auditores pelos danos causados às sociedades empresárias foi reacendido. Com o objetivo de alinhar a legislação brasileira aos padrões comerciais internacionais, o governo, apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de alteração das Leis nº 6.385/76 (que regula o mercado de valores mobiliários e a CVM) e nº 6.404/76 (Lei das S.A.) por meio do Projeto de Lei (PL) nº 2925/2023.

Embora tardia e motivada por eventos pragmáticos, a adesão a padrões de governança mais elevados oferece benefícios significativos. Além de conferir segurança aos investidores, sinaliza que o ambiente de negócios brasileiro resguarda os interesses dos acionistas minoritários.

Os graves eventos de erros contábeis no Brasil e seus respectivos desdobramentos quanto à responsabilização e reparação de danos, causam desconfiança generalizada nos stakeholders. No cenário brasileiro, poucos dos maiores eventos do tipo tiveram os danos causados reparados. Isso se deve, em grande parte, à legislação societária desalinhada com os padrões de países com mercados mais desenvolvidos, especialmente no que diz respeito à proteção dos acionistas minoritários. Nesse cenário, o Projeto de Lei nº 2925/2023 surge como uma esperança.

Importante ressaltar, nesse ponto, que o mercado de valores mobiliários ainda é um mundo distante para grande parte da população brasileira, em contraste com o que ocorre em países com economias mais desenvolvidas e sustentáveis. Tal distanciamento se deve a uma série de fatores, dentre eles, as altas taxas de juros, o endividamento elevado da população e do governo, a instabilidade política e a desconfiança e de boa parcela da sociedade. Portanto, o primeiro passo para atrair maior contingente para o mercado de valores mobiliários e, por consequência, promover o ambiente e a economia nacional, deve ser o esforço para a aproximação da população, tornando os investimentos acessíveis e seguros para todos os tipos de investidores.

Dentre os principais pontos do projeto, destaca-se a intenção de fortalecer a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conferindo-lhe maior poder de investigação e regulamentação. Além disso, busca-se legitimar os acionistas detentores de mais de 2,5% das ações ou ações correspondentes a mais de R$ 50 milhões do capital social, tornando mais acessível a um maior número de acionistas ingressar com ações de responsabilidade. Diante do exposto, é importante frisar que o PL assevera que a legitimidade para propor a ação surge no momento do dano, ou seja, não seria necessário que o autor ou autores sejam acionistas da companhia no momento da propositura da ação, bastando que conservassem a condição na ocasião do ato.

Outro ponto de grande interesse e que certamente será objeto de discussões é a confidencialidade do procedimento arbitral. Essa disposição reflete o entendimento de que ações de responsabilidade são do interesse dos acionistas, membros do mercado e da sociedade em geral.

No que diz respeito às novas regras aplicáveis ao procedimento arbitral, as alterações na Lei nº 6.404 buscam reforçar e complementar as alterações introduzidas pela Lei nº 6.385, criando um sistema de normas coeso e de fácil interpretação. Isso inclui regras mais claras sobre o sigilo do procedimento arbitral, estabelecendo que as decisões devem ser comunicadas e públicas. Ademais, confere à CVM a liberdade regulatória para criar e modificar as regras relativas a essa publicidade. Outra disposição importante é a necessidade de aprovação pela assembleia-geral de transações que visem encerrar ações de responsabilidade, garantindo que a reprovação por uma parcela representativa de 10% do capital social invalide a aprovação pelos demais.

Quanto ao exposto acima no campo da arbitragem, o Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAR) emitiu nota técnica sugerindo o aprofundamento da discussão em razão da particularidade do procedimento arbitral e alterações nos respectivos artigos que tratam sobre o procedimento arbitral e sua publicidade. Um dos principais apontamentos é quanto à confidencialidade que, segundo a entidade, da forma proposta no PL, poderia resultar em publicidade de processos que não tutelem interesses coletivos e que as partes desejavam manter confidenciais.

Vale ressaltar que outra mudança relevante proposta no PL é a revisão do processo de aprovação de contas. Atualmente, a aprovação das contas exonera o administrador, a menos que seja comprovado erro, dolo, fraude ou simulação. No novo cenário, a exoneração deve ser especificamente registrada na deliberação social, eliminando a necessidade de iniciar uma ação de anulação da aprovação de contas antes de uma ação de responsabilidade. Isso acelera o processo e evita a prescrição devido à demora e, por consequência, que o dano causado não possa ser reparado.

Em resumo, fica claro que as atualizações propostas e as mudanças visam modernizar o mercado de capitais brasileiro. O PL nº 2925/2023 busca aumentar a transparência, proporcionar maior segurança aos agentes do mercado e à sociedade em geral, além de aprimorar mecanismos de fiscalização e responsabilização dos agentes que causam danos.

Apesar de protocolado em junho de 2023, ainda existe uma extensa discussão e o necessário amadurecimento de diversos pontos, desta forma, até a transformação em lei, certamente teremos um texto mais rico.

Lucas Monet é advogado do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 21 de março de 2024

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no Art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76

Data, Hora e Local: Realizada em primeira convocação no dia 21 (vinte e um) do mês de março de 2024, às 10h (dez horas), na sede social da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, bairro Vila Gertrudes, município de São Paulo, estado de São Paulo. **Convocação:** Editais de Convocação publicados, nos termos do inciso I, do artigo 289, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das SAs") no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2024, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na *internet*, certificados digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP- Brasil), cuja autenticidade pode ser conferida pelo *link* http://valor.globo.com/valor-ri/. **Mesa:** Presidente: Carlos José da Silva Lopes; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Presenças:** 98,51% (noventa e oito inteiros e cinquenta e um décimos de milésimo) dos acionistas ordinaristas e 52,94% (cinquenta e dois inteiros e noventa e quatro décimos de milésimo) dos acionistas preferencialistas, conforme constante no Livro de Presença de Acionistas. A Companhia recebeu 7,64% (sete inteiros e sessenta e quatro milésimos) equivalente a 30.650.972 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta mil e novecentos e setenta e dois) votos a distância para as matérias de deliberação em separado pelos acionistas detentores de ações preferenciais. Presentes ainda Carisa Santos Portela Cristal - Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, Carla Alessandra Trematore, membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia e Renato Lima, representante dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Em atendimento à Resolução da CVM nº 81/2022, o Presidente da Mesa leu o mapa de votação sintético consolidado e disponibilizou para consulta dos acionistas presentes na assembleia. **Ordem do Dia: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes; **(ii)** aprovar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; **(iv)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; **(v)** fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; **(vi)** fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal; e **(vii)** reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Observadas as orientações de voto a distância arquivadas na sede da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.** Tomadas as contas dos administradores, examinadas e discutidas, foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, sem reserva, o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024, não sendo requerida a leitura dos referidos documentos por quaisquer acionistas, conforme disposto no artigo 134 da Lei das SAs, uma vez que foram publicados e divulgados em sua integralidade, sendo de pleno conhecimento dos acionistas presentes em 20 de fevereiro de 2024 na Comissão de Valores Mobiliários (via Empresas. Net) e em 27 de fevereiro de 2024 no jornal Valor Econômico, encontrando-se disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (www.isacteep.com.br/ri/informacoes-financeiras/central-de-resultados), da CVM (www.cvm.com.br) e no Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/). **(ii) Aprovar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023: ii.1.** Tendo em vista o investimento de R$ 3.128.738.133,07 (três bilhões, cento e vinte e oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e sete centavos) previsto para o exercício de 2024, os acionistas com direito a voto, aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade, o orçamento de capital, nos termos do artigo 196, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades Anônimas, e do artigo 27, parágrafo 1º, inciso IV, da Resolução CVM 80/2022. **ii.2.** Considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o lucro líquido ("Lucro Líquido") atribuído no montante de R$ 2.841.116.836,58 (dois bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, cento e dezesseis mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos) e a realização da reserva especial de lucros a realizar no montante de R$ 569.139.899,64 (quinhentos e sessenta e nove milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), conforme evidenciado na demonstração de resultados constantes das demonstrações financeiras da Companhia, os acionistas com direito a voto, aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não constituir a reserva legal tendo em vista que a Companhia alcançou o limite de constituição, nos termos do §1° do artigo 193 da Lei n° 6.404/76; **(b)** Destinar a importância de R$ 556.764.348,54 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) para reserva estatutária; **(c)** Destinar a importância de R$ 1.401.258.898,35 (um bilhão, quatrocentos e um milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) para reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital aprovado com a finalidade de investimentos, nos termos do item "ii.1" supra; e **(d)** Ratificar a declaração do Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) no montante de R$ 1.452.233.489,33 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), correspondente a R$ 2,204083 por ação de ambas as espécies, sujeito à retenção do Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países para os quais a legislação estabeleça alíquotas diversas. O JSCP líquido do imposto de renda na fonte pago em duas parcelas, sendo: (i) R$ 160.000.586,01 (cento e sessenta milhões, quinhentos e oitenta e seis reais e um centavo) já realizado em 15 de janeiro de 2024; e (ii) R$ 1.292.232.903,32 (um bilhão, duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e três reais e trinta e dois centavos) até 10 de abril de 2024, respectivamente, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia na Reunião nº 15 realizada em 08 de dezembro de 2023. **(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.** Tendo em vista o término do mandato dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, foram eleitos, para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, os seguintes membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes: **(a)** a acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A. elegeu Ricardo Lopes Cardoso, Manuel Domingues de Jesus e Pinho e Carla Alessandra Trematore, como membros efetivos, e Natan Szuster, Luciana dos Santos Uchôa e Sandra Gebara Boni como respectivos membros suplentes; **(b)** tendo em vista a proposta apresentada pela acionista Eletrobrás, os acionistas ordinaristas minoritários elegeram Cristina Rabelo Engelke como membro efetivo e Rodrigo Vilella Ruiz como suplente; e **(c)** tendo em vista a proposta apresentada pela acionista Eletrobras, os acionistas detentores de ações preferenciais elegeram Tiago Pereira Malheiro como membro efetivo e Washington Martins da Silva como suplente do Conselho Fiscal. Diante desta deliberação, fica o Conselho Fiscal assim constituído, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1) Ricardo Lopes Cardoso,** brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade n° 087151-O/8, CRC/RJ e inscrito no CPF sob o n° 034.159.007-03, residente e domiciliado na Rua General Venancio Flores, n° 105, ap. 501, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22441-090, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Natan Szuster,** brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade n° 2.964.224, IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 388.585.417-15, residente e domiciliado na Rua Humberto de Campos, n° 410, apto. 1404, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22430-190; **(2) Manuel Domingues de Jesus e Pinho,** português, casado, contador e administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 022.102/O-9, CRC-RJ e inscrito no CPF sob o n° 033.695.877-34, residente e domiciliado na Avenida Delfim Moreira, n° 1.114, apto. 101, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22441-000, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Luciana dos Santos Uchôa,** brasileira, divorciada, contadora, portadora do documento de identidade n° 081.093/O-8, CRC/RJ e inscrita no CPF sob o n° 021.807.537-56, residente e domiciliada na Rua Marquês de Pinedo, n° 14, apto. 501, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-100; **(3) Carla Alessandra Trematore,** brasileira, solteira em regime de união estável, contadora, portadora do documento de identidade n° 21.880.357-6, SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 248.855.668-86, residente e domiciliada na Rua Apinajés, n° 868, apto. 71, Perdizes, São Paulo/SP, CEP 05017-000, como membro efetivo e sua respectiva suplente, **Sandra Gebara Boni,** brasileira, divorciada em regime de união estável, advogada, portadora do documento de identidade n° 20.735.287-2, SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 146.299.798-83, residente e domiciliada na Rua José Maria Lisboa, n° 1.323, apto. 191, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01423-003; **(4) Cristina Rabelo Engelke,** brasileira, casada, contadora, portadora do documento de identidade n° 3.936.127, SSP-SC e inscrita no CPF sob o n° 059.482.889-94, residente e domiciliada na Rua Germano Wendhausen, n° 35, apto. 406, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-460, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Rodrigo Vilella Ruiz,** brasileiro, divorciado, contador, portador do documento de identidade n° 05.288.404-6, DETRAN-RJ e inscrito sob o n° 074.421.787-31, residente e domiciliado na Rua Doutor Paulo Herve, n° 1.400, Loja 3, Aldeia Shopping, Bingen, Petrópolis/RJ, CEP 25665-133; **(5) Tiago Pereira Malheiro,** brasileiro, solteiro, contador, portador do documento de identidade n° 03796932529, DETRAN/RJ e inscrito sob o n° 115.210.847-69, residente e domiciliado na Rua Adalberto Ferreira, n° 18, apto. 703, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22441-040, como membro efetivo e seu respectivo suplente, **Washington Martins da Silva,** brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade n° 2.101.701, SSP-DF, e inscrito sob o n° 722.375.111-87, residente e domiciliado na SQN 304, bloco D, apto. 215, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70736-040. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos e/ou reeleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 (trinta dias) mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Termos de Anuência ao Regulamento do Nível 1 da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 162 da Lei das SAs e na Resolução da CVM n° 80/22, permanecendo todos os mencionados documentos arquivados na sede da Companhia. **(iv) Definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição.** Foi aprovado, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a manutenção do número de 8 (oito) membros efetivos para composição do Conselho de Administração da Companhia com mandato de 2 (dois) anos, ou seja, até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026, caso aprovada a alteração do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da proposta do item vii abaixo. Ato contínuo, foi aprovada por maioria dos acionistas com direito a voto as seguintes indicações: **(a)** a acionista controladora ISA Capital do Brasil S.A. elegeu o Sr. Gustavo Carlos Marin Garat, membro independente, e os Srs. Gabriel Jaime Melguizo Posada, César Augusto Arias Hernandes, César Augusto Ramírez Rojas, Daniel Isaza Bonnet e Sebastián Castañeda Arbelaez; **(b)** a acionista Eletrobras, elegeu o Sr. Elio Gil de Meirelles Wolff, como membro independente; e **(c)** como representante dos empregados, eleito em votação em separado, o Sr. Orivaldo Luiz Pellegrino, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 140 da Lei das SAs e o parágrafo 3º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. Diante desta deliberação, fica o Conselho de Administração assim constituído: **(1) Gustavo Carlos Marin Garat,** uruguaio, casado, economista, portador do documento de identidade n° 52.55.35.27-5, SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 217.208.458-16, residente e domiciliado na Rua Miranda Guerra, n° 510, Casa 121, Jardim Petrópolis, São Paulo/SP, CEP 04640-001, como membro independente; **(2) César Augusto Arias Hernández,** colombiano, casado, administrador, portador do documento de identidade da República da Colômbia n° 80.065.641 e do Passaporte da República da Colômbia n° PE134441, residente e domiciliado na 2512 Q Street NW, apto. 218, Georgetown, Washington DC, Estados Unidos da América, CEP 20007; **(3) César Augusto Ramírez Rojas,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade da República da Colômbia n° 4.344.455 e do Passaporte da República da Colômbia n° PE135491, residente e domiciliado no KM 8.5 Via LLanogrande, Condomínio Haras Santa Lucia, etapa 1, casa 06, Vereda Guayabito, Rionegro (Antioquia), Colômbia, CEP 054048; **(4) Gabriel Jaime Melguizo Posada,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade da República da Colômbia n° 71.642.740 e do Passaporte da República da Colômbia n° AV579375, residente e domiciliado na Calle 1, n° 17 - 300, apto. 404, Edifício Santangelo, Poblado, Medellín, Colômbia, CEP 050021; **(5) Daniel Isaza Bonnet,** colombiano, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade da República da Colômbia n° 79.946.910 e do Passaporte da República da Colômbia n° PE187627, residente e domiciliado na Carrera 8A, n° 55-59, apto. 505, Chico, Bogotá, Colômbia, CEP 110221; **(6) Sebastián Castañeda Arbelaez,** colombiano, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade da República da Colômbia n° 75.090.770 e do Passaporte da República da Colômbia n° AQ190482, residente e domiciliado na Transversal 4 Este, n° 61-05, Torre 2 - 1.808, Sierras del Este, Chapinero, Bogotá, Colômbia, CEP 110911; **(7) Elio Gil de Meirelles Wolff,** brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade n° 3.091.539, SSP/SC e inscrito no CPF sob o n° 018.861.159-23, residente e domiciliado Avenida Vieira Souto, n° 284-501, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22420-004, como membro independente; **(8) Orivaldo Luiz Pellegrino,** brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade n° 16.435.019-6, SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 082.166.248-16, residente e domiciliado na Rua Matilde Fraga Moreira de Almeida, n° 5-75, Vila Alto Paraíso, Bauru/SP, CEP 17055-240. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos e/ou reeleitos tomarão posse em seus respectivos cargos em até 30 (trinta dias) mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e dos Termos de Anuência dos Administradores ao Regulamento do Nível 1 da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ocasião na qual firmarão também declaração confirmando que não estão impedidos por lei para investidura no cargo, nem estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, obedecendo aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no disposto no artigo 147 da Lei das SAs e na Resolução da CVM n° 80/22, permanecendo todos os mencionados documentos arquivados na sede da Companhia. **(v) Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei das SAs, para a fixação do montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o período de abril de 2024 a março de 2025, no valor de até R$ 16.273.562,73 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos), dos quais R$ 2.563.217,80 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e dezessete reais e oitenta centavos) destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R$ 13.710.344,93 (treze milhões, setecentos e dez mil, trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos) aos honorários da Diretoria Estatutária, cabendo ao Conselho de Administração aprovar a individualização da remuneração. **(vi) Fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Companhia, nos termos do § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, para a fixação do montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2024 a março de 2025, no valor de até R$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais), adicionalmente ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função. **(vii) Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração da Companhia, nos termos do inciso I do artigo 122 da Lei das Sociedades, para alterar o Parágrafo Único do Artigo 3º, o Parágrafo 3º do Artigo 14, o caput dos Artigos 15, 17 e 18, os Incisos XVI, XVII e XVIII do Artigo 20, os Parágrafos 3º e 5º do Artigo 21, os Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 22, o caput do Artigo 24, os Incisos VIII e IX do Artigo 25 e, por último, o caput do Artigo 38 do estatuto social da Companhia, conforme a nova redação a seguir transcrita: *"Artigo 3º. A sociedade terá prazo de tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade e Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A sociedade poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações no Brasil e no exterior, por deliberação da Diretoria. (...) **Artigo 14.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a sua representação legal. (...) **Parágrafo 3º.** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da sociedade ou enviado por correio eletrônico (e-mail) para Relações com Investidores, juntamente com os demais documentos previstos neste ARTIGO, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. **Artigo 15.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o(a) Secretário(a). (...) **Artigo 17.** O Conselho de Administração será constituído de até 9 (nove) membros acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes. (...) **Artigo 18.** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. (...) **Artigo 20.** Compete ao Conselho de Administração: (...) **XVI.** deliberar sobre as transações relevantes com partes relacionadas envolvendo a Companhia, observados os termos da Lei nº 6.404/76 e da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; **XVII.** deliberar sobre as matérias indicadas nos itens VII e VIII acima, quando propostos no âmbito da administração ou assembleia de investidas da Companhia, de modo a formar a orientação de voto da Companhia na qualidade de sócia ou acionista de investida; e **XVIII.** exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral dentro das normas vigentes aplicáveis. **Artigo 21.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social, e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente, ou mediante solicitação da maioria de seus membros. (...) **Parágrafo 3º.** Os Conselheiros que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por qualquer meio eletrônico. (...) **Parágrafo 5º.** É vedado ao Conselheiro intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais Conselheiros, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata, a natureza e extensão do seu interesse. Nesse caso, o Conselheiro conflitado deverá ser desconsiderado para fins de apuração de quórum de deliberação. **Artigo 22.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Executivo de Operações, 1 (um) Diretor Executivo de Projetos, 1 (um) Diretor Executivo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios e 1 (um) Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas pela Lei e por este Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Os membros da Diretoria podem ser brasileiros ou estrangeiros, residentes ou não no País, acionistas ou não, e poderão ser nomeados e destituídos a qualquer momento pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 2º** - A indicação de membros à Diretoria deverá levar em consideração e considerar critérios de (i) complementariedade de experiências; e (ii) diversidade. **Parágrafo 3º** - Os honorários e demais vantagens dos membros da Diretoria serão fixados de forma global pela Assembleia Geral e de forma individual pelo Conselho de Administração. (...) **Artigo 24.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a qualquer título, excetuada a de Diretor Presidente da Sociedade, será facultado ao Diretor Presidente indicar, entre os Diretores remanescentes, um membro da Diretoria para cumular, às suas funções, as funções do cargo vacante de diretor, até que seja realizada nova Reunião do Conselho de Administração para recomposição do cargo vago. **Artigo 25.** Compete à Diretoria, em reunião e por deliberação da maioria: (...) **VIII.** deliberar sobre quaisquer das matérias acima indicadas quando propostos no âmbito da administração ou assembleia de investidas da Companhia, de modo a formar a orientação de voto da Companhia na qualidade de sócia ou acionista de investida; e **IX.** exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, dentro das normas vigentes aplicáveis. (...) **Artigo 38.** Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 1")."* Dando continuidade, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, a proposta da Administração de consolidar o estatuto social da Companhia, incorporando as alterações supra, conforme Anexo Único à presente Ata. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento dos boletins de voto a distância, dos mapas de votação sintético e consolidado. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes, que autorizaram sua publicação sem as respectivas assinaturas, conforme Artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Carlos José da Silva Lopes, Presidente. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti, Secretária. ISA Capital do Brasil S.A., representada por seu procurador Carlos José da Silva Lopes. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, representada por seu procurador João Luís Nogueira Matias Filho. IT Now Ibovespa Fundo de Índice, IT Now Idiv Fundo de Índice, IT Now IGCT Fundo de Índice, IT Now ISE Fundo de Índice, Itaú Caixa Ações FI, Itaú Governança Corporativa Ações Fundo de Investimento Sustentável, Itaú Ibovespa Ativo Master FIA, Itaú Index Ações IBRX FI, Itaú Artax Long Bias Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Artax Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Artax Ultra Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Ações Dividendos FI, Itaú Excelência Social Ações Fundo de Investimento Sustentável, Itaú Hunter Total Multimercado FI, Itaú IBRX Ativo Master FIA, Itaú Index Ações Ibovespa FI, Itaú Long and Short Plus Multimercado FI, Itaú Master Global Dinâmico Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Master Global Dinâmico Ultra Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Optimus Extreme Multimercado Fundo de Investimento, Itaú Optimus Titan Multimercado Fundo de Investimento, Itaú S&P B3 Low Volatility Fundo de Investimento em Ações e Stichting Juridisch Eigendom FGR VGZ, todos representados por sua procuradora Karina Francisca de Andrade. Carisa Santos Portela Cristal, Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores. Carla Alessandra Trematore, Conselheira Fiscal. Declaro que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. **JUCESP** nº 131.812/24-5 em 02/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo Único da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 21 de Março de 2024 - CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - Companhia Aberta - CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35300170571 - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Sociedade - Artigo 1º.** A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, adotando a marca CTEEP, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º.** Constitui objeto da sociedade: **I.** estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como a respectiva infraestrutura; **II.** estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de transporte de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; **III.** explorar, isoladamente ou em participação com outras sociedades, atividades derivadas da utilização subsidiária dos bens materiais ou imateriais de que é detentora em razão da natureza essencial da sua atividade, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, relacionem-se com o seu objeto; **IV.** participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; e **V.** formar consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial com outras sociedades. **Artigo 3º.** A sociedade, com duração por tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade e Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A sociedade poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações no Brasil e no exterior, por deliberação da Diretoria. **Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas - Artigo 4º.** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.590.020.426,94 (três bilhões, quinhentos e noventa milhões, vinte mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), dividido em 658.883.304 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e quatro ações), sendo 257.937.732 (duzentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, setecentos e trinta e duas) ações ordinárias e 400.945.572 (quatrocentos milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Artigo 5º.** O capital social autorizado é de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais). **Parágrafo 1º** - A sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite referido no "caput" deste artigo, emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção das ações existentes. **Parágrafo 2º** - Na emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração fixará: **a)** a quantidade, espécie e classe de ações; **b)** o preço da emissão; e **c)** as demais condições de subscrição e integralização, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º** - O disposto no parágrafo 1º deste artigo não se aplica na hipótese de aumento de capital mediante integralização de bens, que dependerá de aprovação de Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 4º** - A sociedade também poderá emitir bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo 5º** - Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão, de pleno direito, constituídos em mora e sujeitos ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10% (dez por cento), calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis. **Parágrafo 6º** - Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade poderá adquirir ações de sua própria emissão para fins de cancelamento ou manutenção em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Parágrafo 7º** - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a sociedade poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra. **Artigo 6º.** As ações preferenciais terão as seguintes características: **I.** prioridade de reembolso no capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; **II.** dividendo prioritário, não cumulativo, previsto no artigo 36, inciso II, deste Estatuto Social; **III.** direito de eleger um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76; **IV.** direito de eleger um membro do Conselho de Administração escolhido pelos titulares das ações, em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76; **V.** direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias; e **VI.** não terão direito a voto e serão inresgatáveis. **Artigo 7º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 8º.** Os acionistas, observadas as disposições legais, poderão converter ações da espécie ordinária em preferencial ou vice-versa, desde que integralizadas. As conversões serão realizadas por deliberação do Conselho de Administração, em períodos não inferiores a 15 (quinze) dias consecutivos, obedecidas as seguintes condições: a) os acionistas deverão, para a utilização do benefício, ter gozado de todos os direitos referentes às ações possuídas e apresentar, no ato da conversão, os documentos de identidade; b) em cada período de conversão de espécie, o acionista poderá formular pedidos de conversão de até 3% (três por cento) do capital social e o montante dos pedidos formulados não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do capital social. **Artigo 9º.** Todas as ações da sociedade são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e designada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Único** - A sociedade poderá autorizar a instituição depositária encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista, observados os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais. **Artigo 10.** Em caso de aumento do capital social, aos acionistas se conferem o direito de preferência para subscrição das ações correspondentes ao aumento, na proporção do número de ações possuídas, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não se aplica nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, segundo as hipóteses previstas nos incisos I e II do Artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III - Dos Órgãos da Sociedade - Artigo 11.** São órgãos da Sociedade: **I.** a Assembleia Geral; **II.** o Conselho de Administração; **III.** a Diretoria; e **IV.** o Conselho Fiscal. **Da Assembleia Geral - Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de: **a)** tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social; **b)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal; **c)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; **d)** eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; **e)** eleger, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração; e **f)** fixar os honorários do Conselho Fiscal e o montante anual global da remuneração e demais vantagens dos administradores. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal. **Artigo 14.** Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a sua representação legal. **Parágrafo 1º** - A sociedade dispensará a apresentação de comprovante de titularidade de ações pelo titular de ações escriturais constante da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária. **Parágrafo 2º** - Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas deverão depositar na sede da sociedade, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral, além dos demais documentos previstos neste artigo, extrato emitido no máximo 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, contendo a respectiva participação acionária. **Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da sociedade ou enviado por correio eletrônico (e-mail) para Relações com Investidores, juntamente com os demais documentos previstos neste artigo, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. **Artigo 15.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o(a) Secretário(a). **Artigo 16.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, não se computando os votos em branco ou abstenções. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º** - As atas das Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **Parágrafo 3º** - O exercício do direito de retirada por acionistas dissidentes de deliberação assemblear, que somente poderá se dar nas hipóteses legalmente previstas, será realizado mediante reembolso do valor das ações do acionista que exercer tal direito, o qual será calculado de acordo com o valor médio da cotação das ações na Bolsa de Valores de São Paulo - B3, nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de publicação do primeiro edital de convocação da Assembleia Geral que ensejar o direito de retirada. **Parágrafo 4º** - O pagamento do valor de reembolso será efetuado de acordo com deliberação em Assembleia Geral, em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data do evento que formalizar o direito de retirada. **Parágrafo 5º** - Cada parcela devida pela sociedade, a título de pagamento do reembolso, sofrerá incidência de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e atualização monetária calculada de acordo com a variação do IGPM/FGV. **Do Conselho de Administração - Artigo 17.** O Conselho de Administração será constituído de até 9 (nove) membros acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais vigentes. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração elegerá dentre seus membros 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo 2º** - A remuneração anual e demais vantagens dos membros do Conselho de Administração, aprovadas pela Assembleia Geral, será individualizada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Será assegurado aos empregados a participação no Conselho de Administração, pela indicação de um representante, por eles escolhido em eleição direta, cujo nome será homologado pela Assembleia Geral, nos termos do Edital de Alienação de Ações do Capital Social da CTEEP nº SF/001/2006. **Artigo 18.** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 1º** - A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas de Reuniões do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º** - Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. **Artigo 19.** Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, no Conselho de Administração, o Presidente do Conselho poderá preenchê-la "ad referendum" da Assembleia Geral, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante. **Parágrafo 1º** - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho. **Parágrafo 2º** - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante. **Artigo 20.** Compete ao Conselho de Administração: **I.** fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; **II.** eleger, reeleger e destituir os membros da Diretoria da sociedade, fixando-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social; **III.** eleger, reeleger e destituir, dentre os Diretores, aquele que substituirá o Diretor Presidente em seus impedimentos; **IV.** fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outras informações que julgar necessárias, bem como praticar quaisquer outros atos; **V.** convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgado conveniente; **VI.** manifestar-se sobre o relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as contas da Diretoria; **VII.** deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, pertencentes ao patrimônio da sociedade, a captação de recursos mediante emissão de Notas Promissórias, a obtenção de empréstimos ou financiamentos, a constituição de ônus reais e a concessão de garantias reais ou fidejussórias para garantir obrigações próprias ou de sociedades controladas ou coligadas à sociedade, quando a operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do capital social integralizado; **VIII.** aprovar a concessão de empréstimos a terceiros, inclusive sociedades controladas ou coligadas à sociedade, quando a operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do capital social integralizado; **IX.** aprovar os planos e orçamentos econômico-financeiros e de execução de obras, anuais e plurianuais, preparados pela Diretoria; **X.** escolher e destituir Auditores Independentes; **XI.** submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social; **XII.** deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado; **XIII.** deliberar sobre aumento de capital, emissão, compra e cancelamento de ações, em conformidade com os parágrafos 1º, 4º, 5º e 6º do artigo 5º deste Estatuto Social e fixar o prazo para o exercício do direito de preferência à subscrição das ações emitidas, se aplicável, o preço de emissão de cada ação, bem como o seu respectivo prazo e condições de integralização; **XIV.** autorizar a negociação pela Sociedade com suas próprias ações e deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e opções para compra de ações, observadas as disposições legais vigentes; **XV.** aprovar a participação da Companhia no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como sua participação em consórcio ou qualquer tipo de colaboração empresarial que implique uma responsabilidade solidária para a empresa; **XVI.** deliberar sobre as transações relevantes com partes relacionadas envolvendo a Companhia, observados os termos da Lei n° 6.404/76 e da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; **XVII.** deliberar sobre as matérias indicadas nos itens VII e VIII acima, quando propostos no âmbito da administração ou assembleia de investidas da Companhia, de modo a formar a orientação de voto da Companhia na qualidade de sócia ou acionista de investida; e **XVIII.** exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral dentro das normas vigentes aplicáveis. **Artigo 21** - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social, e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente, ou mediante solicitação da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º -** O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria dos seus membros e deliberará pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente, além do voto próprio, o de qualidade. **Parágrafo 2º -** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Os Conselheiros ausentes poderão também delegar seu voto, por escrito, a outros Conselheiros. **Parágrafo 3º -** Os Conselheiros que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por qualquer meio eletrônico. **Parágrafo 4º -** A convocação prévia da reunião poderá ser dispensada se estiverem presentes todos os seus membros. **Parágrafo 5º -** É vedado ao Conselheiro intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais Conselheiros, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata, a natureza e extensão do seu interesse. Nesse caso, o Conselheiro conflitado deverá ser desconsiderado para fins de apuração de quórum de deliberação. **Da Diretoria - Artigo 22.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Executivo de Operações, 1 (um) Diretor Executivo de Projetos, 1 (um) Diretor Executivo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios e 1 (um) Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas pela Lei e por este Estatuto Social. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria podem ser brasileiros ou estrangeiros, residentes ou não no País, acionistas ou não, e poderão ser nomeados e destituídos a qualquer momento pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 2º -** A indicação de membros à Diretoria deverá levar em consideração e considerar critérios de (i) complementariedade de experiências; e (ii) diversidade. **Parágrafo 3º -** Os honorários e demais vantagens dos membros da Diretoria serão fixados de forma global pela Assembleia Geral e de forma individual pelo Conselho de Administração. **Artigo 23.** O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo 1º -** A posse dos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas de Reuniões de Diretoria. **Parágrafo 2º -** Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. **Artigo 24.** Ocorrendo vaga na Diretoria, a qualquer título, excetuada a de Diretor Presidente da Sociedade, será facultado ao Diretor Presidente indicar, entre os Diretores remanescentes, um membro da Diretoria para cumular, às suas funções, as funções do cargo vacante de diretor, até que seja realizada nova Reunião do Conselho de Administração para recomposição do cargo vago. **Artigo 25.** Compete à Diretoria, em reunião e por deliberação da maioria: **I.** praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade; **II.** aprovar o regimento interno e os regulamentos da sociedade e as alçadas de competências dos gestores e empregados da sociedade, para aprovação de assuntos e documentos; **III.** propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da Administração, que devem pelo mesmo ser apreciadas; **IV.** submeter ao Conselho de Administração proposta de aumento do capital e reforma deste Estatuto Social; **V.** recomendar ao Conselho de Administração a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis, pertencentes ao patrimônio da sociedade, a captação de recursos mediante emissão de Notas Promissórias, a obtenção de empréstimos ou financiamentos, a constituição de ônus reais e a concessão de garantias reais ou fidejussórias para garantir obrigações próprias ou de sociedades controladas ou coligadas a sociedade, quando a operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do capital social integralizado; **VI.** recomendar ao Conselho de Administração a concessão de empréstimos a terceiros, inclusive sociedades controladas ou coligadas à sociedade, quando a operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do capital social integralizado; **VII.** apresentar ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras do exercício, os planos e orçamentos anuais e plurianuais econômico-financeiros e de execução de obras; **VIII.** deliberar sobre quaisquer das matérias acima indicadas quando propostos no âmbito da administração ou assembleia de investidas da Companhia, de modo a formar a orientação de voto da Companhia na qualidade de sócia ou acionista de investida; e **IX.** exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, dentro das normas vigentes aplicáveis. **Artigo 26.** No exercício das atribuições da Diretoria, compete: **I.** ao Diretor Presidente da sociedade: presidir e superintender a política geral da sociedade fixada pelo Conselho de Administração, coordenar as atividades entre as Diretorias e orientar os planos de atuação setoriais das Diretorias; e **II.** aos demais Membros da Diretoria: exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, orientando e supervisionando as atividades específicas sob sua responsabilidade e executando encargos específicos que lhes forem atribuídos pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º -** Compete ao Diretor que for designado pelo Conselho de Administração substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais. **Parágrafo 2º -** Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes conferidos por este Estatuto Social, as atribuições que lhe serão fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 27.** A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente da sociedade, com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º -** As decisões da Diretoria tomar-se-ão por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Diretor Presidente da sociedade, além do voto pessoal, o de qualidade. **Parágrafo 2º -** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 28.** Caberá ao Diretor Presidente da sociedade, ressalvadas as competências legais e estatutárias, a representação judicial e extrajudicial da sociedade. **Parágrafo 1º -** A Companhia poderá ainda ser representada: **(i)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; **(ii)** pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, devidamente constituído; **(iii)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos; **(iv)** pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituídos; **(v)** por qualquer dos Diretores, isoladamente, para representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente, bem como para a prática de atos ordinários perante órgãos públicos. **Parágrafo 2º -** Todas as procurações serão outorgadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações "ad judicia", caso em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. No caso do item (iv) acima, a procuração deverá ser outorgada necessariamente pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. **Parágrafo 3º -** É vedado aos Diretores obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, obrigar a sociedade em financiamentos, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios da sociedade ou de sociedades controladas ou coligadas à sociedade. **Artigo 29.** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Os Diretores ausentes poderão também delegar seu voto, por escrito, a outros Diretores. **Parágrafo 1º -** Os Diretores que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por fac-símile ou outro meio eletrônico, devendo uma cópia ser arquivada na sede da sociedade juntamente com o original assinado da ata. **Parágrafo 2º -** A convocação prévia da reunião poderá ser dispensada somente se estiverem presentes todos os seus membros. **Do Conselho Fiscal - Artigo 30.** O Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º -** Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária. **Parágrafo 2º -** Um dos membros do Conselho Fiscal e respectivo suplente serão eleitos pelos titulares das ações ordinárias minoritárias e outro pelos titulares de ações preferenciais, nos termos da Lei n° 6.404/76. **Artigo 31.** Na hipótese da vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. **Artigo 32.** As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei, e seu funcionamento será permanente. **Da Responsabilidade dos Administradores - Artigo 33.** A sociedade assegurará aos Diretores, Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e empregados ou prepostos que atuem por delegação dos administradores, a defesa técnica jurídica em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais. **Parágrafo 1º -** A garantia da defesa será assegurada mesmo após o agente ter, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função. **Parágrafo 2º -** A critério do agente e desde que não haja colidência de interesses, a defesa será exercida pelos advogados integrantes do quadro funcional da sociedade. **Parágrafo 3º -** O agente poderá optar pela contratação de advogado de sua confiança, cujos honorários serão adiantados ou reembolsados desde logo pela sociedade, conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração, observado o padrão dos honorários praticados pelos advogados externos da sociedade. **Parágrafo 4º -** Além da defesa jurídica, a sociedade arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo 5º -** O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à sociedade os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social. **Parágrafo 6º -** As disposições deste artigo são aplicáveis somente a fatos ocorridos ou atos praticados a partir de 1º de janeiro de 2005. **Capítulo IV - Das Demonstrações Financeiras e da Distribuição de Lucros - Artigo 34.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 35.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras da sociedade, em conformidade com as disposições legais aplicáveis: **I.** balanço patrimonial; **II.** demonstração das mutações do patrimônio líquido; **III.** demonstração do resultado do exercício; **IV.** demonstração das origens e aplicações de recursos; e **V.** demonstração de fluxo de caixa. **Artigo 36.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria e o Conselho de Administração apresentarão, à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei 6.404/76, conforme o disposto no § 1º deste artigo, e observada a seguinte ordem: **I.** 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; **II.** do saldo, será destinado para o pagamento de dividendo preferencial atribuído às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 218.460.960,36 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta reais e trinta e seis centavos) e 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício (diminuído das importâncias destinadas à constituição das reservas acima previstas), com prioridade no recebimento de dividendos correspondentes a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação e acrescido do direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurado a estas o dividendo igual ao mínimo obrigatório estabelecido no inciso III deste artigo; **III.** do saldo, após a dedução do dividendo preferencial previsto no inciso II, acima, será destinado para o pagamento de dividendo obrigatório às ações ordinárias, a ser rateado entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 140.541.082,33 (cento e quarenta milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitenta e dois reais e trinta e três centavos) e o mesmo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício previsto no inciso II, acima, diminuído das importâncias destinadas à constituição das reservas acima previstas; **IV.** do saldo, após a dedução do dividendo obrigatório previsto no inciso III acima, até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal será destinado para a formação de reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social, sem prejuízo de outras limitações legais. As finalidades da reserva estatutária serão: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia;

continua→★

INÊS 249

★ continuação

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

(b) permitir a manutenção de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios; e **V.** o saldo terá a destinação deliberada em Assembleia Geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, esta se fará em igualdade de condições. **Parágrafo 1º** - A Companhia por proposta da Diretoria e por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá elaborar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou de menor abrangência, podendo distribuir dividendos intermediários com base em tais demonstrações. **Parágrafo 2º** - A Companhia por proposta da Diretoria e por deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 3º** - Caberá ainda ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, "ad referendum" da Assembleia Geral, deliberar a qualquer tempo sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, que poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar, na forma da legislação vigente. **Capítulo V - Da Dissolução - Artigo 37.** A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias - Artigo 38.** Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 1"). **Artigo 39.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76. **Artigo 40.** A sociedade deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos. **Artigo 41.** A sociedade manterá um Plano de Previdência complementar aos seus empregados. **Artigo 42.** O prazo de mandato de 1 (um) ano previsto no artigo 18 deste Estatuto será aplicável aos Conselheiros eleitos em votação em separado pelos empregados e pelos detentores de ações preferenciais somente a partir da AGO que se realizar no ano de 2008. **Artigo 43.** O NOVO CONTROLADOR, assim considerado o acionista titular do BLOCO DE CONTROLE identificado no item c) do preâmbulo do Contrato de Compra e Venda de Ações da sociedade, celebrado em 26 de julho de 2006, nos termos (i) do Edital nº SF/001/2006; (ii) do Contrato de Compra e Venda de Ações da sociedade; (iii) dos Contratos de Concessão nº 059/2001 e nº 143/2001, celebrados em 20 de junho de 2001 e 20 de junho de 2001, respectivamente; e (iv) da Resolução Autorizativa nº 642 da ANEEL, de 25 de julho de 2006; e seus eventuais sucessores, a qualquer título, inclusive em decorrência de eventual posterior cessão e transferência de ações integrantes do BLOCO DE CONTROLE, estão obrigados solidariamente, em caráter irrevogável e irretratável, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e regulamentares específicas, a respeitar e cumprir cumulativamente as obrigações e condições relacionadas em cada um dos instrumentos mencionados nos itens "i", "ii", "iii" e "iv" acima, exercendo para tal, se necessário, seu direito de voto enquanto acionista controlador nas Assembleias Gerais da Sociedade. **Parágrafo Único** - Dentre as citadas obrigações, são aqui transcritas a título meramente exemplificativo algumas constantes do item 5.3 do Edital nº SF/001/2006, a saber: (i) submeter à prévia aprovação da ANEEL quaisquer alterações que impliquem transferências ou mudanças diretas ou indiretas de propriedade do BLOCO DE CONTROLE da sociedade; (ii) manter a sociedade na forma anônima de capital aberto durante todo o período de concessão, devendo as suas ações ser negociáveis em Bolsa de Valores; (iii) assegurar que 1 (um) membro do Conselho de Administração seja eleito pelos seus empregados, caso as ações que detenham não sejam suficientes para assegurar tal eleição na forma da legislação societária; (iv) manter a sede da sociedade no Estado de São Paulo; e (v) nos termos da lei, garantir aos diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais e empregados ou prepostos da sociedade que atuem por delegação dos administradores o acesso aos documentos da sociedade, preservando-os segundo prazos legais, de forma a permitir o seu uso, sempre que necessário para subsidiar a defesa em eventuais processos judiciais e administrativos que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais. ESTE ESTATUTO SOCIAL FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA EM 04/02/1999 E RECEBEU O REGISTRO NIRE Nº 353.00.170.571, DE 22/02/1999. **ALTERAÇÕES** - AGE DE 30/03/1999 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 101.243/99-06 - 24/06/1999 AGE DE 31/08/1999 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 153.531/99-0 - 10/09/1999 AGE DE 28/10/1999 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 198.734/99-2 - 10/11/1999 AGOE DE 26/04/2000 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 85.714/00-8 -15/05/2000 AGE DE 31/10/2001 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 229.724/01O-2 - 14/11/2001 AGE DE 19/12/2002 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 284.219/02-02 - 27/12/2002 AGOE DE 25/04/2005 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 128.270/05-6 - 04/05/2005 AGE DE 02/02/2006 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 51.659/06-2 - 14/02/2006 AGE DE 14/08/2006 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 223.786/06-8 - 17/08/2006 AGOE DE 19/03/2007 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 99.637/07-8 - 29/03/2007 AGE DE 12/07/2007 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 261.587/07-9 - 24/07/2007 AGE DE 18/07/2008 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 238.317/08-0 - 23/07/2008 AGOE DE 15/04/2009 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 136.769/09-3 - 22/04/2009 AGE DE 24/08/2009 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 301.095/09-7 - 27/08/2009 AGOE DE 29/04/2010 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 153.995/10-5 - 05/06/2010 AGOE DE 29/04/2011 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 179.207/11-8 - 11/05/2011 AGE DE 19/07/2011 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 299.596/11-4 - 01/08/11 AGOE DE 16/04/2012 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 199.033/12-2, DE 16/05/12 AGOE DE 01/04/2013 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 144.316/13-4, DE 16/04/13 AGOE DE 31/03/2014 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 131.846/14-0, DE 09/04/14 AGE DE 27/10/2014 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 469.964/14-5, DE 21/11/2014 AGE DE 30/03/2016 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 179.718/16-6, DE 25/04/2016 AGE DE 15/07/2016 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 441.610/16-0, DE 11/10/2016 AGOE DE 30/03/2017 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 215.612/17-6, DE 11/05/2017 AGE DE 17/12/2017 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 582.144/17-6, DE 27/12/2017 AGOE DE 04/04/2019 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 252.843/19-8, DE 09/05/2019 AGE DE 14/09/2020 - ARQUIVADA NA JUCESP SOB O Nº 396.412/20-8 EM 22/09/2020. Andrea Mazzaro Carlos De Vincenti OAB/SP 138.145.

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.796/0001-66 - NIRE nº 35.300.015.444

A Allianz Seguros S/A, inscrita no CNPJ/ME 61.573.796/0001-66, após tentativas de contato sem sucesso, convoca os proprietários dos veículos abaixo indicados a entrarem em contato através do telefone (21) 99838-4463 ou pelo e-mail genilzabonamadv@gmail.com, a fim de que possa ser providenciada a devolução do veículo de sua propriedade, abandonado após o encerramento do sinistro. Ainda, há débito de diárias pelo abandono destes veículos que poderá ser negociado, inclusive com redução significativa ou isenção do mesmo, dependendo de cada caso, por mera liberalidade da Allianz, caso seja realizado o contato pelo proprietário em até 10 (dez) dias contados desta data, e, com isso, realizada a retirada do veículo. Caso o proprietário se mantenha inerte após este período, a Allianz poderá providenciar a prensa do automóvel, eis que esgotadas as tentativas de devolução, zelando, assim, pela saúde pública e preservação ambiental, não eliminando, com a prensa, a obrigação do proprietário em relação aos valores devidos, tributos incidentes, bem como seu dever de realizar a baixa do registro junto ao Detran.

SINISTRO	VEÍCULO	PLACA	CHASSI
238018711	GOL PLUS 1.0 16V GAS.	GWP6523	9BWCA05X61P065563
264428451	I/FORD TRANSIT 350L TA	EWP0873	WF0XXXTBFBTK56096
259169604	L-1620 6X2 3e 02P 6000C.C	NGC3057	9BM6953046B506922
259772492	QQ 3 1.1 GAS. 4P	JJG8020	LVVDB12B4CD027639
257539046	STAR 50 JL50Q-2 GAS	NWE2995	951BXKBB7AB018603
258370327	STRADA WORKING	RBS6398	9BD57834FLY397766
259225491	STRADA HARD WO	RBS6308	9BD5781FFLY400038
260072388	CG 150 TITAN ESD GAS	NLF0681	9C2KC08208R100576
260790775	CLASSIC 1.0 VHC-E 8v	OGX7395	9BGSU19F0CC198100
262626546	STRADA PLUS ENDURANCE 1.4	RMJ8E36	9BD281A22MYV73203
255985117	CG 125 TITAN KS GAS.	JZR4443	9C2JC30104R077882
262717481	HILUX CAB.SIMPLES 4X4 2.8	PDW2137	8AJFA8CB8G2000196
256414204	VW/GOL 1.0 GIV	AXZ0H41	9BWAA05W3EP056906
257139990	CG 150 FAN ESDI MIX FLEX	ESY8920	9C2KC1680BR526313
212607770	MILLE FIRE(Concept) 1.0	EPV9621	9BD15822AB6516261
260125703	UNO MILLE FIRE 1.0 8v Gas	MFG3419	9BD15822786062752
256684817	HONDA/FIT EX CVT	PCI9569	93HGK5860GZ238168
260434377	CB 300 R FLEX	OYN2526	9C2NC4910ER011933
260702529	NXR 150 BROS-ESD MIX	PFX7J26	9C2KD0540CR549930
261770572	UNO MILLE FIRE 1.0	KGI6136	9BD15822AA6304796
224678791	FAZER 250 BLUEFLEX	OLV2364	9C6KG0490D0000811
237606459	AZERA SEDAN GLS 3.3 V-6	HFZ0033	KMHFC41DBAA484826
163950	PALIO WEEKEND ADVENTURE	EAW6047	9BD17309T94230676
222804020	FIAT SIENA FIRE	DCQ6416	9BD17201233031179
249522070	SANDERO EXPRESSION 1.0	FNF4273	93YBSR7RHEJ952723
254350021	MILLE WAY ECONOMY	FES9421	9BD15804AD6794227
262212421	MONZA SL/E 2.0	CIZ7158	9BGJK11YHHB057725
262796398	SYMBOL EXPRESSION 1.6	KGP9634	8A1LBM225AL267615
252007208	GOLF SPORTLINE 1.6 TOTAL	NNI8A00	9BWAB41JXB4008430
256285840	TOURING ROAD GLIDE LIMITE	PNM8304	9321KZF74LD608523
238851900	GOL CITY 1.0 TOTAL FLEX	HJE7880	9BWAA05W39T059270
191646337	YAMAHA/YBR125 ED	OXZ3718	9C6KE1940F0040678
232421421	FIAT/UNO MILLE WAY ECON	NXV3935	9BD15844AB6500983
259419004	CG 150 TITAN MIX EX FLEX	MOD5361	9C2KC1640AR005770
252590617	Classe C 180 Aut. 1.6 16V	QGI8408	9BMWF4AW3GM001048
244458411	MOBI Like 1.0 Fire Flex	QGU1289	9BD341A5XKY568811
263633878	XRE 190 Flex One 00P 190C	QGZ2H35	9C2MD4100LR002629
257516100	SENTRA SV CVT 2.0 16V	LRU4E48	3N1BB7AD8FY208321
233507483	AMAROK CAB.DUPLA 4MOTION	NZF8134	WV1DB42HXB8061484
256651538	CB 300 R LIMITED EDITION	QKO0172	9C2NC4330ER003212
262342504	ONIX LTZ AT 1.4 SPE/4	OZV0137	9BGKT48R0FG335872
242018439	COROLLA SEDAN ALTIS 2.0	PGI8920	9BRBD48EXD2589016
257584408	ONIX JOY BLACK EDITION	ROB4J09	9BGKD48U0MB238314
233066906	TITAN CG 125 FAN	NRO1444	9C2JC4120BR745624

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº. 35.300.158.334 COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 15 de março de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre os seguintes assuntos: **(i)** avaliação (a) da aderência dos membros da chapa a ser indicada para eleição ao Conselho de Administração à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária (POL 007) da Companhia; e (b) dos critérios de independência em relação aos membros indicados como independentes; **(ii)** a proposta de remuneração global anual dos administradores e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** alteração do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, por unanimidade, deliberaram: **(i)** Consignar (a) a aderência à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária (POL 007) da Companhia de cada candidato da chapa a ser indicada na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; e (b) que, diante da declaração de independência apresentada pelos membros da referida chapa indicados como conselheiros independentes, tais membros atendem aos requisitos de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K da Resolução CVM nº. 80; **(ii)** Aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 nos termos ora apresentados ao Conselho de Administração, que deverá constar da Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia; **(iii)** Recomendar à assembleia geral de acionistas da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, conforme minuta, termos e condições apresentados nesta reunião; e **(iv)** Aprovar a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 19 de abril de 2024, às 11h00, de forma exclusivamente digital, para deliberar sobre: **(I) em sede de Assembleia Geral Ordinária**: (i) as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; (iii) a fixação do número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) a eleição dos membros do Conselho de Administração e a designação dos cargos de Presidente e Vice-Presidente; (v) a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros; e (vi) a remuneração anual global para os administradores e a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal; e **(II) em sede de Assembleia Geral Extraordinária**: (i) a alteração do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, nos termos da Proposta da Administração. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 15 de março de 2024. **Assinaturas**: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Adalberto de Moraes Schettert; **(3)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(4)** Eduardo Bunker Gentil; **(5)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(6)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(7)** José Guimarães Monforte; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 138.481/24-6 em 03.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 422ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666509) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 09 de dezembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **30 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Aceleração de Pagamento Não-Automático previsto na Cláusula 3.2, item (xiii) do Contrato de Cessão, caracterizado pelo descumprimento do Índice LTV referente ao ano de 2024, sem a realização da tempestiva da Amortização Extraordinária LTV, conforme definido e nos termos dos contratos de Alienação Fiduciária de Imóvel. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 422ª Série da 1ª Emissão - IF 21L0666509), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Adicionalmente, o Titular dos CRI ou seu procurador deverá informar à Emissora e ao Agente Fiduciário, previamente à realização da assembleia, a respeito da existência de eventual conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 60.770.336/0001-65 e NIRE 35 3 0005322 2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada presencialmente no dia 22 de abril 2024, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na Alameda Santos, nº 466, 14º andar, Cerqueira César, nesta Capital, com a seguinte Ordem do Dia: 1. Tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março 2024, realizar adaptações à governança e reformar o estatuto social, conforme abaixo: (a) adoção da estrutura do comitê de auditoria único do conglomerado prudencial, com a consequente extinção do Comitê de Auditoria próprio; (b) adoção da estrutura do comitê de remuneração único do conglomerado financeiro e extinção do Comitê de Remuneração próprio; (c) extinção do Conselho de Administração; (d) alteração das regras de competência, representação e prazo de mandato da diretoria; (e) reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima e excluir as regras aplicáveis a companhias abertas; e 2. Eleição dos membros da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 11 de abril de 2024. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 17 de abril de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. **3.** Os documentos pertinentes à Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade.

São Paulo, 11 de abril de 2024

Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente do Conselho de Administração

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - NIRE 35 3 0004818 1

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 04 de março de 2024. **HORÁRIO:** 09h00min. **LOCAL:** Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da unanimidade de seus membros. **MESA:** Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente; Marcos Lima Monteiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a destituição de membro da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, o Conselho de Administração da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Sociedade"), deliberou destituir, a partir desta data, o Sr. **MARCELO BORBA BAUER**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF nº 976.248.297-20 e portador do RG nº 05543280-1-SSP-RJ, do cargo de Diretor da Sociedade. Em decorrência do item acima, a Diretoria ficará assim composta, a partir desta data, com mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2024: **FABIO ALBERTO AMOROSINO** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 073.874.508-11, portador do RG nº 12.854.760-1-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, **Diretor Presidente**; e os Srs. **ANTONIO JOSÉ AMBROZANO NETO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 132.474.888-55, portador do RG nº 18.676.628-2-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF/MF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, **Diretores**, todos com endereço comercial na Alameda Santos, nº 466, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01418-000. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **Mesa: Alberto Monteiro de Queiroz Netto** - Presidente. **Marcos Lima Monteiro** - Secretário. **MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Alberto Monteiro de Queiroz Netto** - Presidente. **Marcos Lima Monteiro** - Membro. **CERTIDÃO:** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 140.337/24-6 em 05 de abril de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. **Data, hora e local:** Realizada em 29 de fevereiro de 2024, às 15:00 horas na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. 2. **Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida pelo Sr. Péricles Pereira Druck. 3. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023. 4. **Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, deliberou: i. Aprovar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia, no valor total de R$ 2.304.251,02 (dois milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e dois centavos), correspondentes a R$ 0,009607855 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 05 de março de 2024 ("Dividendos Intercalares – 4º Trimestre"). Os Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2023, conforme faculta o supracitado artigo 29, *caput*, do Estatuto Social da Companhia; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora aprovados, juntamente com os Dividendos Intercalares declarados referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2023, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia e atende a "*Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio*" da Companhia. iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas *exproventos* em relação aos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre a partir de 06 de março de 2024 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre, será realizado até 30 de março de 2024. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. (assin.: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard, Roberto Faldini e Maria Cristina Capocchi Ricciardi). 6. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10285523 em 18/03/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 240794541 - 13/03/2024. Autenticação: 3A77E691A27787B4B4B03E767A2D0BD1E8ECA13. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 29 de fevereiro de 2024, às 15:30 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480-900, por vídeo conferência. **2. PRESENÇAS E MESA:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Péricles Pereira Druck. **3. ORDEM DO DIA:** Aprovar a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras referente ao 4T23, conforme o previsto no Art. 29 do Estatuto Social. **4. DELIBERAÇÃO:** Tomada por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29, do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao 4T23, no montante de R$ 4.112.798,30 (quatro milhões, cento e doze mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta centavos). **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard, Roberto Faldini e Maria Cristina Capocchi Ricciardi). **6. DECLARAÇÃO:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 10285527 em 18/03/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 240794583 - 13/03/2024. Autenticação: 222E4164D540418D2CA5A5FEF1EE12BDF6EFAFD. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 282ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0798867) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 282ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de maio de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de maio de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 282ª Série da 1ª Emissão – (IF 20G0798867), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sociedade Anônima de Capital Fechado

CNPJ nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada, presencialmente, no dia 22 de abril de 2024, às 10h00min (dez horas), na Alameda Santos, nº 466, 14º andar, Cerqueira César, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tendo em vista a homologação do cancelamento de registro de companhia aberta pela CVM em 28 de março 2024, realizar adaptações à governança e reformar o estatuto social, conforme abaixo: (a) extinção do Conselho de Administração; (b) alteração das regras de competência, representação e prazo de mandato da diretoria; (c) reforma e consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações acima e excluir as regras aplicáveis a companhias abertas; e 2. Eleição dos membros da Diretoria. **II. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 1.** Nos termos do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social, para participar de Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é, até a primeira publicação deste edital de convocação: 11 de abril de 2024, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 17 de abril de 2024, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. **2.** Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, conforme atualmente vigente, prevê que, para ser admitido, participar e deliberar na Assembleia Geral, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. **3.** Os documentos pertinentes à Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade.

São Paulo, 11 de abril de 2024

Alberto Monteiro de Queiroz Netto - Presidente do Conselho de Administração

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 424ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 424ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 14.2., do Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI da Emissão ("AEI"), a ser realizada, **em segunda convocação, em 19 de abril de 2024, às 11h00 de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de carência pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da parcela à vencer em 08/04/2024 (inclusive), para pagamento da Amortização Programada dos CRI, de forma que durante tal período seja devido somente a Remuneração dos CRI, autorizando ainda a alteração do Anexo I do Termo de Securitização (Cronograma de Pagamento e Amortização dos CRI) para que passe a vigorar conforme tabela prevista no material de apoio que será disponibilizado pela Securitizadora aos Investidores em seu website (www.truesecuritizadora.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br) ("Período de Carência"); (ii) Em razão do item (i) acima, autorizar a majoração da Remuneração dos CRI de 6,25% para 7,26% ao ano base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, **durante o período de 09/04/2024 a 08/04/2026** ("Remuneração dos CRI"); (iii) Aprovar a celebração de aditamento ao Termo de Securitização a fim (a) adequar as regras previstas sobre assembleia gerais de titulares dos CRI à nova Resolução CVM n° 60, de forma a prever que (a.1) a convocação independa de publicação de edital em jornal, consistindo apenas na publicação no site da Emissora; (a.2) que o edital de convocação seja publicado com 20 (vinte) dias de antecedência, no mínimo, da data de realização da assembleia; e (b) atualizar a denominação da Assembleia Geral de Titulares dos CRI para Assembleia Especial de Investidores dos CRI; e (iv) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário para praticarem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: a AGCRI será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCRI, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto, por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de abril de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

SPE Navegantes Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.360.940

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Navegantes Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024**, às 15h40, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Varginha Energética S.A.

CNPJ nº 11.171.582/0001-95 - NIRE 35.300.499.964

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Varginha Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024,** às 14h00, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

PASTIFÍCIO SELMI S.A. | CNPJ 46.026.722/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Sumaré, 08 de abril de 2024

A Diretoria

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço patrimonial

Ativo Circulante	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.567	85.347	154.771	84.521
Contas a receber de clientes	5	199.980	206.975	204.885	206.207
Estoques	6	159.211	124.558	158.344	123.630
Mútuos com partes relacionadas	7	–	865	–	865
Tributos a recuperar	8	33.054	40.333	32.371	40.228
Tributos a Recuperar - CSL/IRPJ	8	33.000	28.813	33.000	28.813
Outros créditos		34.762	3.052	34.762	3.028
		615.574	489.943	618.133	487.292
Não circulante					
Instrumento Financeiros Derivativos		10.991	2.242	10.991	2.242
Depósitos judiciais	15	717	663	717	663
Tributos a recuperar	8	33.810	2.298	33.810	2.298
Tributos a Recuperar - CSL/IRPJ	8	32.747	57.133	32.747	57.133
Investimento		–	–	30.878	21.682
Imobilizado	9	562.874	477.749	526.009	456.546
Intangível		18.390	18.390	18.390	18.390
		659.529	558.475	653.542	558.954
Total do ativo		1.275.103	1.048.418	1.271.675	1.046.246

Passivo circulante	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fornecedores	10	170.466	203.676	167.160	203.450
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	50.719	85.456	50.719
Salários e encargos sociais	12	27.748	27.822	27.748	27.822
Tributos a recolher	13	4.950	5.597	4.324	5.568
Imposto de renda e contribuição social	13	11.965	4.050	12.469	4.047
Dividendos a pagar	14	23.530	11.177	23.530	11.177
Outros passivos		37.898	33.076	37.897	31.162
		362.013	336.117	358.584	333.945
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	425.667	308.795	425.667	308.795
Provisões para processos judiciais	15	10.097	9.069	10.098	9.069
Tributos a recolher	13	266	404	266	404
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	22.944	19.341	22.944	19.341
Outros passivos		–	3.142	–	3.142
		458.974	340.751	458.975	340.751
Total do passivo		820.987	676.868	817.559	674.696
Patrimônio líquido					
Capital social	17	81.423	81.423	81.423	81.423
Reserva de capital		262	262	262	262
Ajustes de avaliação patrimonial		25.200	25.979	25.200	25.979
Reserva de lucros		347.231	263.886	347.231	263.886
Total do patrimônio líquido		454.116	371.550	454.116	371.550
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.275.103	1.048.418	1.271.675	1.046.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos resultados

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita líquida	18	1.895.868	1.704.983	1.886.533	1.699.233
Custo das vendas	19	(1.239.327)	(1.189.829)	(1.228.613)	(1.188.398)
Lucro bruto		656.541	515.154	657.920	510.835
Despesas com vendas	19	(349.955)	(310.585)	(349.955)	(310.585)
Despesas gerais e administrativas	19	(54.802)	(56.574)	(54.242)	(55.274)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.002	51.914	3.002	51.924
Equivalência patrimonial		–	–	(1.960)	2.916
		(401.755)	(315.245)	(403.155)	(311.019)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		254.786	199.909	254.765	199.816
Despesas financeiras	20	(72.768)	(66.836)	(72.755)	(66.728)
Receitas financeiras	20	27.044	54.034	27.019	53.856
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	(543)	2.527	(543)	2.527
Resultado financeiro		(46.267)	(10.275)	(46.279)	(10.345)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.519	189.634	208.486	189.471
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(31.439)	(17.484)	(31.406)	(17.321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(3.603)	1.514	(3.603)	1.514
Lucro líquido do exercício		173.477	173.664	173.477	173.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado abrangente

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro líquido do exercício	173.477	173.664	173.477	173.664
Total do resultado abrangente do exercício	173.477	173.664	173.477	173.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do fluxo de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		208.519	189.634	208.486	189.471
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	9	28.941	19.264	28.941	19.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.603)	1.514	(3.603)	1.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(411)	(823)	(411)	(823)
Provisão para obsolescência de estoques	6	(129)	401	(129)	401
Provisão para contingência	15	1.029	(21)	1.029	(21)
Equivalência patrimonial		–	–	1.960	(2.916)
Juros sobre empréstimo a partes relacionadas	7.b	(39)	–	(39)	(131)
Juros sobre empréstimos	11	64.959	46.490	64.959	46.490
Mudança do valor justo de instrumentos derivativos		(8.749)	(2.242)	(8.749)	(2.242)
Baixa líquida do ativo imobilizado	9	13.662	582	13.662	582
		304.179	254.799	306.106	251.589
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		7.406	(60.382)	1.733	(64.877)
Estoques		(34.524)	(54.378)	(34.585)	(47.156)
Tributos a recuperar		(4.034)	(92.444)	(3.456)	(92.343)
Depósitos judiciais		(54)	186	(54)	186
Outros créditos		(31.710)	888	(31.734)	890
Fornecedores		(33.210)	69.027	(36.290)	68.839
Salários e encargos sociais		(74)	7.255	(74)	7.252
Tributos a recolher		7.130	(5.886)	7.040	(8.812)
Outros passivos		1.680	14.192	3.593	15.103
Caixa gerado pelas operações		216.789	133.257	212.279	130.671
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.587)	(9.205)	(31.548)	(6.289)
Juros pagos	11	(54.066)	(33.983)	(54.066)	(33.983)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		131.136	90.069	126.665	90.399
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(127.728)	(118.053)	(112.067)	(112.516)
Aporte de capital em investida		–	–	(11.160)	(5.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(127.728)	(118.053)	(123.227)	(118.316)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento amortização de empréstimos e financiamentos		(109.284)	(190.433)	(109.284)	(190.433)
Captação de empréstimos e financiamentos		250.000	289.224	250.000	289.224
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		1.013	–	1.013	3.508
Mútuo com subsidiária - partes relacionadas		–	–	–	(865)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos - antecipação		–	(26.533)	–	(26.533)
Dividendos pagos - exercício anterior		(74.917)	(13.286)	(74.917)	(13.286)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		66.812	58.972	66.812	61.615
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		70.220	30.988	70.250	33.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	85.347	54.359	84.521	50.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	155.567	85.347	154.771	84.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	81.423	262	1.035	128.723	13.912	26.763	252.118
Constituição de reserva de incentivo	–	–	–	38.154	(38.154)	–	–
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	–	–	–	–	784	(784)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	173.664	–	173.664
Destinação do lucro:	–	–	–	–		–	–
Dividendos	–	–	–	–	(38.960)	–	(38.960)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(15.272)	–	(15.272)
Em 31 de dezembro de 2022	81.423	262	1.035	166.877	95.974	25.979	371.550
Constituição de reserva de incentivo	–	–	–	52.198	(52.198)	–	–
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	–	–	–	–	779	(779)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	173.477	–	173.477
Destinação do lucro:	–	–	–	–	(38.960)	–	(38.960)
Dividendos	–	–	–	–	(66.527)	–	(66.527)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(24.384)	–	(24.384)
Em 31 de dezembro de 2023	81.423	262	1.035	219.075	127.121	25.200	454.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

O Pastifício Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia. A Companhia possui participação societária da totalidade das quotas da empresa Selmi Participações Imobiliárias Ltda. que foi constituída com o objetivo de controle e gestão de ativos imobiliários do grupo e possui substancialmente terrenos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e na Selmi Alimentos Paraguai S.A., que exerce a atividade de comercialização dos produtos da marca Selmi.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 8 de abril de 2024. **2.2 Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. ***a. Receita:*** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios. A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em: *(i) Identificação do contrato:* Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios: (a) Reconhecimento da contraprestação é provável; (b) O contrato tem que possuir substância comercial; (c) Poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e (d) Um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas; *(ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato:* Nesta etapa, a entidade identifica todos bens prometidos e avalia se esses bens constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato. *(iii) Determinação do preço da transação:* Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais. *(iv) Alocação do preço da transação:* Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem para clientes em situação semelhante. *(v) Reconhecimento da receita:* A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida. ***b. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. ***c. Instrumentos financeiros:*** *(i) Ativos financeiros:* **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em até 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). (d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. (b) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5. *(ii) Passivos financeiros:* **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 11. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iii) Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.3 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.4 Imobilizado:** Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25-26
Máquinas e equipamentos	10-21
Veículos	5-20
Móveis e utensílios	10-19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.5 Intangível:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A marca registrada no ativo intangível da Companhia possui vida útil indefinida, portanto não é possível determinar sua amortização, sendo submetida a teste anual para análise de eventual perda do seu valor recuperável. **2.6 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.7 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. **2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.9 Classificação corrente versus não corrente:** Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados no não circulante. Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.10 Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores. **2.12 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para processos judiciais (Nota 15), prazo de realização de impostos de rendas e contribuição social diferidos (Nota 16), mútuos com partes relacionadas (Nota 7) e vida útil dos ativos imobilizados (Nota 9).

3. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2023

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade.

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	CPC 50 - Contratos de seguro
1º de Janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)
1º de Janeiro de 2023	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)
1º de Janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (CPC 32)
23º de Maio de 2023 (i)	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Futuros requerimentos

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e Classificações de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)
1º de Janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06)
1º de Janeiro de 2024	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40)
1º de Janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)

(i) As alterações introduzem uma isenção contábil de impostos diferidos para o imposto mínimo complementar global do Pilar Dois, que se aplica imediatamente a partir de sua liberação em 23 de maio de 2023, e novos requisitos de divulgação sobre a exposição do Pilar dois que se aplicam a partir de 31 de dezembro de 2023. Nenhuma divulgação é exigida em períodos intermediários que terminem em ou antes de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Recursos em banco e em caixa	12.467	4.491	12.450	3.665
Depósitos bancários de curto prazo (i)	143.100	80.856	142.321	80.856
Total de recursos disponíveis	155.567	85.347	154.771	84.521

(i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo de, no máximo, três meses a contar da data de aquisição.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Contas a receber de clientes nacionais	191.531	196.256	190.177	195.488
Contas a receber de clientes externos	8.972	11.653	15.231	11.653
Provisão para perdas esperadas de créditos	(523)	(934)	(523)	(934)
	199.980	206.975	204.885	206.207

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
A vencer	188.292	199.453	193.197	198.685
Vencidas:				
Até 30 dias	7.594	7.487	7.594	7.487
De 31 a 60 dias	569	30	569	30
De 61 a 90 dias	111	6	111	6
De 91 a 120 dias	–	–	–	–
Mais de 120 dias	3.937	933	3.937	933
Total	200.503	207.909	205.408	207.141
Provisão para perda esperada de créditos	(523)	(934)	(523)	(934)
Total líquido	199.980	206.975	204.885	206.207

As movimentações na provisão para perdas esperadas de créditos da Companhia são as seguintes:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Em 1º de janeiro	(934)	(1.757)	(934)	(1.757)
Constituição	–	–	–	–
Utilização da provisão	411	823	411	823
Em 31 de dezembro	(523)	(934)	(523)	(934)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". As contas a receber são baixadas contra a conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R$ 15.181 (R$20.384 em 2022), na modalidade caução rotativa, em garantia de seus empréstimo e financiamentos.

6. Estoques

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Produtos acabados	55.762	63.134	54.895	62.206
Produtos para revenda	33	33	33	33
Matérias-primas e embalagens	90.616	51.026	90.616	51.026
Materiais de consumo, manutenção e outros	8.443	7.128	8.443	7.128
Importações em andamento	4.357	3.237	4.357	3.237
	159.211	124.558	158.344	123.630

A movimentação na provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Em 1º de janeiro	1.345	944	1.345	944
Constituição	(129)	401	(129)	401
Em 31 de dezembro	1.216	1.345	1.216	1.345

Os valores de matéria prima-reconhecido em "Custo das vendas" totalizou R$ 925.425 (R$949.233 em 2022).

7. Transações com partes relacionadas

a. Compras de serviços:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Aquisição de vale-transporte	421	718	421	718
Serviços transporte funcionários	10.701	8.760	10.701	8.760
Serviços de frete	2.844	2.947	2.844	2.947
	13.966	12.425	13.966	12.425

As compras de serviços com partes relacionadas referem-se à contratação de serviços de transporte junto a Transportes Cappelini Ltda. e Vila Real Transportes e Serviços Ltda. **b. Partes relacionadas:** A Companhia possuía saldos de empréstimos junto aos seus acionistas, os quais eram corrigidos monetariamente, cuja quitação foi realizada neste exercício, conforme movimentação a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Em 1º de janeiro	865	10.948	865	10.948
Juros apropriados	39	131	39	131
Compensação com lucros de exercícios anteriores	–	(7.571)	–	(7.571)
Recebimentos	(1.013)	(3.508)	(1.013)	(3.508)
Mútuo com parte relacionada	109	865	109	865
Em 31 de dezembro	–	865	–	865

As transações de compensação apresentadas acima não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga e a pagar por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, incluindo pró-labore, salários e encargos, foi de R$2.410 (R$2.170 em 2022).

8. Tributos a recuperar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Impostos federais	21.550	526	20.868	421
Impostos estaduais	45.314	42.105	45.313	42.105
Subtotal	66.864	42.631	66.181	42.526
Impostos de renda	48.346	63.239	48.343	63.239
Contribuição social	17.401	22.707	17.404	22.707
Subtotal	65.747	85.946	65.747	85.946
Total	132.611	128.577	131.928	128.472
Circulante	66.054	69.146	65.371	69.041
Não circulante	66.557	59.431	66.557	59.431

9. Imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022	33.629	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	241.561	137.982	–	379.543
Aquisição	6.297	138	1.206	1.910	312	884	10.747	107.306	–	118.053
Alienação	–	–	(557)	(25)	–	–	(582)	–	–	(582)
Transferências	–	1.093	17.288	–	–	–	18.381	(18.381)	–	–
Depreciação	–	(2.910)	(13.785)	(1.814)	(179)	(577)	(19.265)	–	–	(19.265)
Saldo contábil, líquido	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907	–	477.749
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	39.926	122.197	285.320	21.987	4.221	7.723	481.374	226.907	–	708.281
Depreciação acumulada	–	(37.498)	(167.972)	(16.360)	(2.909)	(5.793)	(230.532)	–		(230.532)
Saldo contábil, líquido	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907		477.749
Em 1º de janeiro de 2023	39.926	84.699	117.348	5.627	1.312	1.930	250.842	226.907	–	477.749
Aquisição	15.610	537	3.613	3.563	1.051	660	25.034	75.625	27.069	127.728
Alienação	–	(4.940)	(8.557)	(35)	(130)	–	(13.662)	–	–	(13.662)
Transferências	–	58.027	99.236	–	–	17	157.280	(157.280)	–	–
Depreciação	–	(3.299)	(22.339)	(2.382)	(243)	(678)	(28.941)	–	–	(28.941)
Saldo contábil, líquido	55.536	135.024	189.301	6.773	1.990	1.929	390.553	145.252	27.069	562.874
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	55.536	175.821	379.612	25.515	5.142	8.399	650.025	145.252	27.069	822.346
Depreciação acumulada	–	(40.797)	(190.311)	(18.742)	(3.152)	(6.470)	(259.472)	–		(259.472)
Saldo contábil, líquido	55.536	135.024	189.301	6.773	1.990	1.929	390.553	145.252	27.069	562.874

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Adiantamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022	18.722	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	226.654	137.982	–	364.636
Aquisição	–	138	1.206	1.910	312	884	4.450	107.306	–	111.756
Alienação		–	(557)	(25)	–	–	(582)	–	–	(582)
Transferências	–	1.093	17.288				18.381	(18.381)	–	–
Depreciação	–	(2.910)	(13.785)	(1.814)	(179)	(576)	(19.264)		–	(19.264)
Saldo contábil, líquido	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907	–	456.546
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	18.722	122.197	285.320	21.987	4.221	7.723	460.170	226.907	–	687.077
Depreciação acumulada	–	(37.498)	(167.972)	(16.360)	(2.909)	(5.792)	(230.531)	–		(230.531)
Saldo contábil, líquido	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907		456.546
Em 1º de janeiro de 2023	18.722	84.699	117.348	5.627	1.312	1.931	229.639	226.907	–	456.546
Aquisição	–	537	3.562	3.563	1.051	659	9.372	75.625	27.069	112.066
Alienação	–	(4.940)	(8.557)	(35)	(130)	–	(13.662)	–	–	(13.662)
Transferências	–	58.027	99.236	–	–	17	157.280	(157.280)	–	–
Depreciação	–	(3.299)	(22.339)	(2.382)	(243)	(678)	(28.941)	–	–	(28.941)
Saldo contábil, líquido	18.722	135.024	189.250	6.773	1.990	1.929	353.688	145.252	27.069	526.009
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	18.722	175.821	379.561	25.515	5.142	8.399	613.160	145.252	27.069	785.481
Depreciação acumulada	–	(40.797)	(190.311)	(18.742)	(3.152)	(6.470)	(259.472)	–		(259.472)
Saldo contábil, líquido	18.722	135.024	189.250	6.773	1.990	1.929	353.688	145.252	27.069	526.009

O saldo da conta "Obras em andamento" está representado principalmente pela Construção do Moinho em Rolândia, Ampliação do Transelevador em Sumaré, Ampliação das Fábricas Sumaré e Rolândia e Nova linha Cracker. Do montante total de depreciação R$ 28.941 (R$ 19.264 em 2022), corresponde à R$24.145 (R$15.313 em 2022) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas" e R$ 4.796 (R$3.951 em 2022) em "Despesas com vendas, gerais e administrativas".

10. Fornecedores

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fornecedores nacionais	134.034	194.315	131.617	191.859
Fornecedores estrangeiros	36.432	9.361	35.543	11.591
	170.466	203.676	167.160	203.450

A Companhia possui transações com fornecedores nacionais e estrangeiros, provenientes da compra de matérias-primas, material de embalagem, e outros materiais.

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Taxa	Indexador	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Cédula do Produto Rural - (CPR)	1,49% a 1,63% a.a.	CDI	160.357	–	160.357	–
Certificado de recebíveis do Agronegócio - (CRA)	6,31% a.a.	IPCA	244.359	233.315	244.359	233.315
Nota de Crédito Exportação - NCE	0,80% a 1,59% a.a.	CDI	42.606	30.748	42.606	30.748
Financiamento de máq. e equipamentos - FINAME e FINEM	3,50% a 6,0% a.a.	Pré	659	3.159	659	3.159
Capital de Giro	1,2% a 2,80% a.a.	CDI	63.142	92.292	63.142	92.292
Total			511.123	359.514	511.123	359.514
Circulante			85.456	50.719	85.456	50.719
Não circulante			425.667	308.795	425.667	308.795

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de *covenants* financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não incorreu em evento de descumprimento com essas obrigações, portanto sem a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os montantes dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2025	127.790
2026	127.762
Após 2027	170.115
	425.667

Do total de empréstimos e financiamentos, somente o capital de giro são garantidos por duplicatas a receber de clientes. O total em garantia representa 20% deste montante de capital de giro em aberto. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Saldo inicial	359.514	248.216	359.514	248.216
Captações	250.000	289.224	250.000	289.224
Provisão de encargos	64.959	46.490	64.959	46.490
Amortização do principal	(109.284)	(190.433)	(109.284)	(190.433)
Pagamento de juros	(54.066)	(33.983)	(54.066)	(33.983)
Saldo final	511.123	359.514	511.123	359.514

12. Salários e encargos sociais a pagar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
INSS	6.547	5.901	6.550	5.904
FGTS	1.474	1.356	1.474	1.356
Férias a pagar	10.351	9.563	10.351	9.563
Bônus e participação nos lucros	7.054	4.530	7.054	4.530
Salários	2.322	6.472	2.319	6.469
	27.748	27.822	27.748	27.822

continua →★

INÊS 249

PASTIFÍCIO SELMI S.A. I CNPJ 46.026.722/0001-00

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e Consolidados

13. Tributos a recolher

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Impostos federais	1.457	1.702	936	1.699
Impostos federais-Imposto de renda e contribuição social	11.965	4.050	12.469	4.047
Impostos estaduais	3.031	3.197	3.031	3.197
Parcelamento de impostos	527	996	527	996
Outros	201	106	96	80
	17.181	10.051	17.059	10.019
Circulante	16.915	9.647	16.793	9.615
Não circulante	266	404	266	404

14. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada abaixo:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Em 1º de janeiro	11.177	6.945	11.177	6.945
Dividendos pagos	(74.917)	(22.858)	(74.917)	(22.858)
Dividendos apropriados (*)	87.270	27.090	87.270	27.090
Em 31 de dezembro	23.530	11.177	23.530	11.177

(*) Saldo líquido de R$ 3.659 referente 15% de imposto de renda retido na fonte para o exercício de 2023, sobre o saldo de juros sobre o capital próprio.

15. Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais é constituída com base na opinião dos nossos consultores jurídicos internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas que possam advir do desfecho desfavorável de questões tributárias, trabalhistas e cíveis em andamento, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e a correspondente provisão para processos judiciais possuem a seguinte composição:

	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Processos trabalhistas	7.528	6.728	7.528	6.728
Processos cíveis e outros	2.570	2.341	2.570	2.341
Total	10.098	9.069	10.098	9.069

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis e outras	Total
Em 31 de dezembro de 2021	–	7.362	1.728	9.090
Adição	–	170	–	170
Reversão	–	(804)	613	(191)
Em 31 de dezembro de 2022	–	6.728	2.341	9.069
Adição	–	932	281	1.213
Reversão	–	(132)	(52)	(184)
Em 31 de dezembro de 2023	–	7.528	2.570	10.098

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração consoante legislação vigente e amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos e correspondem principalmente a: **a. Trabalhistas e previdenciárias:** Consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. **b. Cíveis e outras:** Correspondem substancialmente a reclamações de terceiros por perdas e danos. **c. Contingências possíveis não provisionadas no balanço:** A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
Tributárias (i)	17.217	16.218	17.217	16.218
Processos trabalhistas (ii)	13.757	12.982	13.757	12.982
Processos cíveis e outros (iii)	2.775	2.331	2.775	2.331
Total	33.749	31.531	33.749	31.531

(i) Tributárias: referem-se principalmente a: autos de infração lavrados pela Fazenda do Distrito Federal por meio do qual está sendo imputado à empresa o pagamento de ICMS pelo regime de apuração. (ii) (Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. (iii) Cíveis e outras - correspondem, substancialmente, a reclamações de terceiros por perdas e danos. **d. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 é de R$717 (R$663 em 2022) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais", no ativo não circulante. Considerando que a Companhia não possui a disponibilidade econômica e jurídica dos depósitos judiciais, esses valores são mantidos pelos seus respectivos valores históricos até o desfecho final do respectivo processo.

	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022
1º de Janeiro	663	849	663	849
Adições	112	89	112	89
Baixas	(58)	(275)	(58)	(275)
Total	717	663	717	663

16. Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.981)	(13.382)	(12.981)	(13.382)
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)	(16.131)	(15.665)	(16.131)	(15.665)
Provisão para processos judiciais	3.433	3.083	3.433	3.083
Provisão para perdas esperadas de créditos	178	318	178	318
Provisão para perdas nos estoques	413	457	413	457
Provisão para honorários advocatícios	1.791	1.603	1.791	1.603
Outras diferenças temporárias	351	4.345	351	4.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	**(22.944)**	**(19.341)**	**(22.944)**	**(19.341)**

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2023	2022
Em 1º de janeiro	(19.341)	(20.856)
Movimentação	(3.603)	1.515
Em 31 de dezembro	**(22.944)**	**(19.341)**

O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2023 no montante de R$12.981 (R$13.382 em 2022), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) no montante de R$38.178 (R$39.359 em 2022). Ainda, os montantes de R$16.131 (R$15.665 em 2022), refere-se às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e àquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis. Abaixo é apresentado a conciliação entre o lucro contábil e a despesas de imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	208.519	189.634	208.486	189.471
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes - 34%	(70.896)	(59.284)	(70.885)	(59.228)
Juros sobre o capital próprio	8.290	5.192	8.290	5.192
Incentivo fiscal (Lei do bem e subvenção investimento)	18.650	12.973	18.650	12.973
Diferenças permanentes (processo não tributável do IRPJ e CSLL)	7.835	28.448	7.835	28.448
Diferenças permanentes (outras)	1.079	(3.299)	1.001	(3.192)
Despesa	(35.042)	(15.970)	(35.009)	(15.807)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(35.042)	(15.970)	(35.009)	(15.807)
Alíquota efetiva	16,81%	8,42%	16,79%	8,34%

17. Patrimônio líquido

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2023, o capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Ações
Paradela Participações S.A.	359.964
Selpar Participações S.A.	359.963
Ricardo de Oliveira Selmi	86.391
Piccioraria Participações Ltda.	176.550
Zigurate Participações Ltda.	194.148
	1.177.016

b. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Em 2023 foram pagos aos acionistas, a título de dividendos ao ano de 2022, o montante de R$ 74.917 (R$ 22.858 em 2022).

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	173.477	173.664
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	779	784
Constituição de reserva legal	–	–
Base de cálculo dos dividendos	**174.256**	**174.448**
Dividendos		
Do exercício	–	(24.728)
Juros sobre o capital próprio	(24.383)	(15.272)
	–	**40.000**
Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício	**13,99%**	**22,53%**

c. Reserva de lucros: *(i) Reserva legal:* A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. *(ii) Lucros acumulados:* Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R$ 127.121. *(iii) Reserva de incentivos fiscais:* A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita bruta de venda e revenda de Massas	1.354.126	1.145.893	1.345.843	1.144.243
Receita bruta de venda e revenda de Biscoito	448.169	475.518	448.169	475.518
Receita bruta de venda e revenda de Empocotamento	121.038	118.089	121.038	118.089
Receita bruta de venda e revenda de Instantâneo	151.156	149.587	151.156	149.587
Receita bruta de venda e revenda de Bolos	30.483	27.405	30.483	27.405
Receita bruta de venda e revenda de Outros	28.353	1.421	28.353	1.421
Receita bruta de venda de imóveis	1.052	4.100	–	–
Total receita Bruta	**2.134.377**	**1.922.013**	**2.125.042**	**1.916.263**
Impostos sobre vendas	(166.023)	(164.099)	(166.023)	(164.099)
Devolução de vendas	(46.121)	(31.023)	(46.121)	(31.023)
Desconto sobre vendas	(26.365)	(21.908)	(26.365)	(21.908)
Receita líquida	**1.895.868**	**1.704.983**	**1.886.533**	**1.699.233**

19. Despesas por natureza

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Matéria-prima aplicada	(925.425)	(949.233)	(925.425)	(949.233)
Custo de revenda	(74.147)	(56.787)	(63.433)	(55.400)
Gastos gerais de fabricação	(138.827)	(105.440)	(138.827)	(105.440)
Salários e ordenados	(155.854)	(134.053)	(155.854)	(134.053)
Depreciação	(28.941)	(19.264)	(28.941)	(19.264)
Serviços profissionais por terceiros	(95.471)	(87.740)	(95.166)	(87.740)
Despesas com fretes	(117.129)	(99.608)	(117.129)	(99.608)
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	(14.309)	(11.919)	(14.309)	(11.919)
Despesas com veículos	(8.714)	(10.106)	(8.714)	(10.106)
Despesas com viagens	(4.864)	(6.810)	(4.864)	(6.810)
Despesas com aluguel	(12.196)	(8.327)	(12.196)	(8.327)
Serviços de telecomunicação	(752)	(756)	(752)	(756)
Despesas tributárias	(20.003)	(15.986)	(19.852)	(15.986)
Receita tributária	3.939	54.840	3.939	(54.840)
Tablóides	(31.744)	(30.217)	(31.744)	(30.217)
Outros	(16.646)	(23.668)	(16.541)	(22.314)
	(1.641.083)	**(1.505.074)**	**(1.629.808)**	**(1.502.333)**
Custo das vendas	(1.239.327)	(1.189.829)	(1.228.613)	(1.188.398)
Despesas com venda	(349.955)	(310.585)	(349.955)	(310.585)
Despesas gerais e administrativas	(54.802)	(56.574)	(54.242)	(55.274)
Outras receitas líquidas	3.002	51.914	3.002	51.924
	(1.641.083)	**(1.505.074)**	**(1.629.808)**	**(1.502.333)**

20. Resultado financeiro

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3)	(468)	(3)	(468)
Taxas e comissões bancárias	(2.642)	(11.484)	(2.642)	(11.388)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(64.959)	(46.490)	(64.959)	(46.490)
Outros	(447)	(4.253)	(442)	(4.252)
Instrumentos Financeiros derivativos	(4.717)	(4.141)	(4.709)	(4.130)
Total das despesas financeiras	**(72.768)**	**(66.836)**	**(72.755)**	**(66.728)**
Receitas financeiras				
Rendimentos e aplicações financeiras	11.384	13.827	11.359	13.652
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas	–	151	–	151
Descontos obtidos	398	304	398	304
Juros por atualização monetária	6.301	37.507	6.301	37.507
Instrumentos Financeiros derivativos	8.961	2.245	8.961	2.242
Total das receitas financeiras	**27.044**	**54.034**	**27.019**	**53.856**
Variação cambial				
Variações cambiais ativas	7.142	6.736	7.142	6.736
Variações cambiais passivas	(7.685)	(4.209)	(7.685)	(4.209)
Variação cambial, líquida	**(543)**	**2.527**	**(543)**	**2.527**
Resultado financeiro	**(46.267)**	**(10.275)**	**(46.279)**	**(10.345)**

O saldo de juros por atualização monetária de R$ 6.301 (R$ 37.507 em 2022), refere-se majoritariamente a atualização dos créditos tributários de IRPJ e CSLL, reconhecidos e divulgados na nota explicativa nº 8.

21. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*), quando necessário. ***a. Risco de mercado:*** *(i) Risco cambial:* A Companhia possui parte de suas operações vinculadas a moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir:

(valores expressos em milhares de reais)	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	8.972	11.653	15.231	11.653
	8.972	**11.653**	**15.231**	**11.653**
Passivo circulante				
Fornecedores	36.432	9.361	35.542	11.591
	36.432	**9.361**	**35.542**	**11.591**

(ii) Risco com taxas de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente às taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações. **Análise da sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. • **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte. • **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. • **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Consolidado – 31 de dezembro de 2023

	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	13,04%	9,07%	143.100	12.974	9.731	6.487
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,04%	9,07%	(266.105)	(24.136)	(30.170)	(36.204)
Efeito				**(123.005)**	**(11.162)**	**(20.439)**	**(29.717)**

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	12,47%	13,58%	80.856	10.980	8.235	5.490
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	12,47%	13,58%	(122.350)	(16.615)	(20.769)	(24.923)
Efeito				**(41.494)**	**(5.635)**	**(12.534)**	**(19.433)**

Controladora – 31 de dezembro de 2023

	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III
Aplicações financeiras	Queda da CDI	13,04%	9,07%	142.321	12.904	9.678	6.452
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,04%	9,07%	(266.105)	(24.136)	(30.170)	(36.204)
Efeito				**(123.005)**	**(11.162)**	**(20.439)**	**(29.717)**

Controladora – 31 de dezembro de 2022

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III
Aplicações financeiras	Queda da CDI	12,47%	13,58%	80.856	10.980	8.235	5.490
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	12,47%	13,58%	(122.350)	(16.615)	(20.769)	(24.923)
Efeito				**(41.494)**	**(5.635)**	**(12.534)**	**(19.433)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de- derivativos/?symbol=DI1). A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de câmbio:

Consolidado – 31 de dezembro de 2023

	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	4,8407	5,000	1.853	8.972	9.267	6.950	4.634
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	4,8413	5,000	(7.525)	(36.432)	(37.626)	(47.033)	(56.439)
Efeito				**(5.672)**	**(27.460)**	**(28.359)**	**(40.082)**	**(51.806)**

Consolidado – 31 de dezembro de 2022

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,2171	5,2800	2.234	11.653	11.793	8.845	5.897
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,2171	5,2800	(1.794)	(9.361)	(9.474)	(11.842)	(14.211)
Efeito				**439**	**2.292**	**2.319**	**(2.997)**	**(8.314)**

Controladora – 31 de dezembro de 2023

	Risco	Taxa em 31/12/2023	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	4,8407	5,000	3.147	15.231	15.733	11.799	7.866
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	4,8413	5,000	(7.342)	(35.542)	(36.708)	(45.885)	(55.062)
Efeito				**(4.195)**	**(20.310)**	**(20.975)**	**(34.085)**	**(47.195)**

Controladora – 31 de dezembro de 2022

	Risco	Taxa em 31/12/2022	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,2171	5,2800	2.234	11.653	11.793	8.845	5.897
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,2171	5,2800	(2.222)	(11.591)	(11.731)	(14.663)	(17.596)
Efeito				**12**	**62**	**62**	**(5.819)**	**(11.700)**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus).

b. Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Empréstimos e financiamentos	11	50.719	308.795
Fornecedores	10	203.676	–
Tributos a recolher	13	9.647	404
Salários e encargos sociais	12	27.822	–
Outros passivos		33.076	3.142
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	425.667
Fornecedores	10	170.466	–
Tributos a recolher	13	16.915	266
Salários e encargos sociais	12	27.748	–
Outros passivos		37.898	–

Controladora

Em 31 de dezembro de 2022	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Empréstimos e financiamentos	11	50.719	308.795
Fornecedores	10	203.450	–
Tributos a recolher	13	9.615	404
Salários e encargos sociais	12	27.822	–
Outros passivos		31.162	3.142
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	11	85.456	425.667
Fornecedores	10	167.160	–
Tributos a recolher	13	16.793	266
Salários e encargos sociais	12	27.748	–
Outros passivos		37.897	–

22. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Total dos empréstimos	11	511.123	359.514	511.123	359.514
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	(155.567)	(85.347)	(154.771)	(84.521)
Dívida líquida		**355.556**	**274.167**	**356.352**	**274.993**
Total do patrimônio líquido		454.116	371.550	454.116	371.550
Total do capital		809.672	645.717	810.468	646.543
Índice de alavancagem financeira - % (*)		**43,91**	**42,46**	**43,97**	**42,53**

(*) O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre cálculos de índices financeiros determinados pela Administração.

23. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos Financeiro – Mensurados ao custo amortizado

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Contas a receber de clientes	5	199.980	206.975	204.885	206.207
Mútuo a receber com partes relacionadas	7b	–	865	–	865
Depósitos judiciais	15b	717	663	717	663
Outros créditos		34.762	3.053	34.762	3.028
		235.459	**211.556**	**240.364**	**210.763**

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota	2023	2023	2022	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.567	85.347	154.771	84.521
		155.567	**85.347**	**154.771**	**84.521**

Passivos financeiros – Mensurados ao custo amortizado

		2023	2022	2023	2022
Fornecedores	10	170.466	203.676	167.160	203.450
Empréstimos e financiamentos	11	511.123	359.514	511.123	359.514
Outros passivos		37.898	36.218	37.897	34.304
		719.487	**599.408**	**716.180**	**597.268**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Incêndio de bens do ativo imobilizado	140.000
Danos elétricos	800
Equipamentos eletrônicos - sem roubo	300
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis com roubo	300
Roubo ou furto	50
Equipamentos portáteis território mundial	10
Movimentação Interna	500
Lucros cessantes	50.394
Vazamento de Tanques e Tubulações	200
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.)	50.000
Honorários de Peritos Contadores	300

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

Diretoria

Ricardo Oliveira Selmi - Diretor Presidente

Ricardo Caveanha Bizigatto - Diretor Financeiro

João Antonio Denadae - CRC 1SP205278/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Pastifício Selmi S.A. - Sumaré - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pastifício Selmi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de abril de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/O-4 F SP

Rodrigo Ferreira Silva
Contador - CRC RJ-115537/O-9

Cherobim Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.469.360/0001-98 - NIRE 35.300.502.949

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Cherobim Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 14h20**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, **estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Tecnologia Bancária S.A.

CNPJ/MF: 51.427.102/0001-29 - NIRE: 35.300.092.457

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Tecnologia Bancária S.A.** ("Cia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de modo exclusivamente **digital** em 25 de abril de 2024, às 14h00, por meio da plataforma Webex (https://www.webex.com/pt/index.html), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i)** o exame das contas dos administradores e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, **(iii)** a ratificação do pedido de renúncia ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia formulado pelo Sr. **Klayton Tomaz dos Santos**, **(iv)** a ratificação das eleições dos membros do Conselho de Administração da Companhia Sras. **Daniela Almeida Silva Nascimento** e **Aline de Mendonça Marques** na Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de dezembro de 2023 e do Sr. **Layette Lamartine Azevedo Junior** na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2024, e **(v)** a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i)** aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo das reservas de lucro de exercícios anteriores a 2023, exceto pelo saldo de reserva legal e reserva para expansão constituídas no exercício de 2023 e **(ii)** em razão da deliberação do item (i) anterior, a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Cia. **Informações Gerais.** Documentos relacionados à AGOE: Todos os documentos relacionados à ordem do dia desta AGOE encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da e foram encaminhados aos acionistas por e-mail. Participação em AGOE: Os acionistas poderão optar por participar da AGOE por meio das seguintes formas: **(a)** pessoalmente (via atuação remota pela plataforma Webex); **(b)** por procurador devidamente constituído (via atuação remota pela plataforma Webex), ou **(c)** via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGOE via plataforma Webex serão encaminhados aos acionistas por e-mail. Para viabilizar a participação do acionista na AGOE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples dos seguintes documentos ao e-mail vania.mallada@tecban.com.br: **(i)** estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal; **(ii)** instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, em caso de representação por procurador; e **(iii)** para os casos em que acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à junto com os demais documentos, em até 5 (cinco) dias de antecedência da AGOE, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, junto ao e-mail vania.mallada@tecban.com.br. É obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias da data da realização da AGOE para a sede da Cia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Rua Bonnard, 980 - Ed. Jacarandá, Bloco 1 - Nível 3, Bloco 2 - Níveis 4, 5 e 6, Bloco 3 - Nível 6 e Bloco 4 - Nível 3, CEP 06.465-134, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas presentes na AGOE por meio da plataforma digital deverão exercer os seus respectivos direitos de voto e serão considerados presentes e assinantes da respectiva ata. O acesso à plataforma digital é pessoal e intransferível, não devendo ser compartilhado com terceiros. A Cia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da plataforma digital. Barueri, SP, 09 de abril de 2024. **Barbara dos Santos Lopes Freitas** - Presidente do Conselho de Administração. (9,10 e 11/04)

SPE Baixa Verde Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.241/0001-04 - NIRE 35.300.360.958

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Baixa Verde Energia S.A. ("Companhia"),** na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 14h30**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, **estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ nº 11.421.994/0001-36 / NIRE 35.300.592.328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada às 11:00 horas do dia 26 de abril de 2024, exclusivamente de modo digital, por meio plataforma digital TEN ("Plataforma Digital"), possibilitando a participação de Acionistas por meio de Boletim de Voto a Distância, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) Aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal; (ii) Consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; e (iv) Aprovação da remuneração global anual da administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) Aprovação da atualização da expressão do capital social da Companhia, disposto no *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito de seu capital autorizado; (ii) Alteração dos artigos 10, inciso "vii" e 18, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, objetivando aprimorar a redação da competência da Assembleia Geral para aprovação do orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do orçamento anual (*budget*); (iii) Exclusão do inciso "xxxiii" do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, objetivando excluir tal competência do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações previstas nos itens "i" a "iii" acima. 1. **Documentos à disposição dos Acionistas**: Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social e no website da Companhia (https://ri.orizonvr.com.br), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://www.b3.com.br/pt_br), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e na Resolução CVM 81. 2. **Participação dos Acionistas na AGOE**: Poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam da Proposta da Administração, divulgada no website da Companhia (https://ri.orizonvr.com.br) e no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os Acionistas que desejarem participar da AGOE via Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/570617738 e preencher o seu cadastro com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, **até o dia 24 de abril de 2024**, com cópia dos seguintes documentos: (i) comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; e (ii) se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; (iii) se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social vigente e consolidado e documentos comprobatórios da regularidade da representação legal, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; (iv) se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social vigente do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima. Os Acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem a documentação obrigatória para sua participação virtual na AGOE dentro deste prazo não poderão participar da AGOE. Considerando a realização da AGOE de forma virtual e a disponibilização da Plataforma Digital para participação virtual dos Acionistas, a Companhia informa as seguintes medidas que decidiu adotar: (i) dispensa da necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia; (ii) dispensa do cumprimento das formalidades de reconhecimento de firma, autenticação, notarização, consularização e apostilamento dos documentos listados no edital de convocação referentes à participação na AGOE; e (iii) permissão da apresentação de procurações assinadas por meio eletrônico por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil em caso de constituição de procuradores para participação na AGOE, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Após a realização inicial do cadastro na Plataforma Digital, conforme instruções acima, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação de que o cadastro foi recebido e está em análise pela Companhia. Uma vez que a Companhia valide as informações e aprove o cadastro, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação via e-mail de que foi aprovado, já indicando o endereço eletrônico para acessar a Plataforma Digital no dia da AGOE, através de *login* e senha previamente cadastrado. Caso o cadastro seja reprovado, o Acionista (ou procurador) também receberá um e-mail explicando o motivo da reprovação e forma como o mesmo deve regularizar o cadastro, sendo que eventual regularização deverá ocorrer, impreterivelmente, até o prazo indicado acima (i.e., até o dia **24 de abril de 2024**). **A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGOE são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do Acionista.** O Acionista que participar da AGOE por meio da Plataforma Digital será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da AGOE, nos termos do artigo 47, §1º da Resolução CVM 81. Caso o Acionista que tenha solicitado validamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (**ou seja, até as 11:00 horas do dia 25 de abril de 2024**), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 5103-5300 (Ramal: 5409) - em qualquer cenário, antes das 18:00 horas do dia 25 de abril de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da AGOE via Plataforma Digital. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGOE. A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). A Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGOE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para início da AGOE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a AGOE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas que participem da AGOE via Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na AGOE. A AGOE será integralmente gravada e, dessa forma, o Acionista, ao acessar a Plataforma Digital e participar da AGOE, está ciente, bem como autoriza a Companhia a gravar e fazer uso das informações da AGOE, inclusive do Acionista como participante da AGOE, consentindo com a realização pela Companhia, assim como por terceiros autorizados pela Companhia, respeitadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, de coleta, classificação, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, avaliação, controle, transferência, difusão, extração, gravação, organização, estruturação, armazenamento, compartilhamento, adaptação, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, disseminação ou outra forma de disponibilização, correlação ou combinação ou restrição das informações constantes da AGOE e, inclusive, do Acionista como participante da AGOE, desde que observada a legislação e regulamentação aplicáveis. As finalidades de todas as utilizações ora mencionadas serão para: (i) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGOE; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGOE; (iii) registro de presença dos Acionistas na AGOE; (iv) registro dos votos proferidos pelos Acionistas na AGOE; (v) atendimento de determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória; e (vi) caso a informação seja necessária, para defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores nas esferas judiciais, arbitrais, administrativas, regulatórias e/ou autorregulatórias. O Acionista, ao participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, se declara ciente de que as gravações e as suas informações serão utilizadas e tratadas pela Companhia pelo prazo de 5 (cinco) anos e, após, poderão ser deletadas (salvo se por determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória ou no contexto de determinada defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores no âmbito de um processo judicial, arbitral, administrativo ou autorregulatório). Cada Acionista se declara ciente da realização de diversos tratamentos de suas informações em razão de obrigação legal, regulatória, da qual a respectiva parte controladora dos dados seja integrante, o que é do interesse do Acionista, segundo as suas legítimas necessidades, fundamentadas no apoio e na promoção da atividade da Companhia. Os direitos do Acionista sobre os seus dados pessoais poderão ser exercidos, apenas na forma eventualmente permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, mediante comunicação expressa à Companhia. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem Boletins de Voto a Distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no BVD e na Proposta da Administração disponibilizados pela Companhia. Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. São Paulo - SP, 27 de março de 2024. ISMAR MACHADO ASSALY - Presidente do Conselho de Administração.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 251ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1007971) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 251ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 251ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de abril de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de maio de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 251ª Série da 1ª Emissão – (IF 19K1007971), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90006/2024**, referente ao processo nº **024.00013472/2024-21**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 24/04/2024 às 10h00 horas**. Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 11/04/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Plascar Participações Industriais S.A.

CNPJ nº 51.928.174/0001-50 - NIRE 35.300.095.421 - Código CVM 13471

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

Ficam convocados os senhores acionistas da Plascar Participações Industriais S.A. ("Companhia") a reunirem-se, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, **de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório anual da administração, do relatório dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal; (ii) fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o limite de valor da remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024; e (ii) deliberar sobre reforma e consolidação do estatuto social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação à distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto à distância) encontram-se na Proposta divulgada nesta data pela Companhia. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância da TEN S.A ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia, por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/203719682, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 28 de abril de 2024, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo suas informações pessoais (nome completo e número de inscrição no CPF ou CNPJ, conforme o caso), e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado: **Pessoa Física**: documento de identificação válido no território nacional, com foto; **Pessoa Jurídica**: documento de identificação válido no território nacional, com foto do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica (ex.: ata de eleição de diretoria ou da administração); **Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento**: documento de identificação válido no território nacional, com foto do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou gestor, se for o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e Estatuto ou Contrato Social, juntamente com a documentação de representação societária identificando o representante legal da pessoa jurídica. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço https://assembleia.ten.com.br/203719682. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. A Companhia dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail contatori@plascargroup.com, **até às 17:00hrs do dia 29 de abril de 2024**, para que seja prestado o suporte necessário. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia. Em antecipação às informações de acesso que serão enviadas por e-mail ao acionista devidamente cadastrado, conforme acima descrito, a Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que acionista poderá assistir a Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes e até o horário de início dos trabalhos da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via Plataforma Digital somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções e nos horários aqui indicados. A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone +55 (11) 3109-2906 ou pelo e-mail contatori@plascargroup.com. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, §1º, da Resolução CVM nº 81/22. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância mediante a entrega dos respectivos Boletins de Voto à Distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é 5%, conforme estabelecido pelo art. 3º da Resolução CVM nº 70/22. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu *website* de relações com investidores (plascar.com.br/investidores/), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/22 e pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia.

Jundiaí, 9 de abril de 2024.

André Luiz Helmeister

Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 276ª, 277ª e 278ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1055 672/20C1055632/20C1055633) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 30 de março de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de abril de 2024, às 14:45 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de maio de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 276ª, 277ª e 278ª Séries da 1ª Emissão – (IF 20C1055672/20C1055632/20C1055633), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.

CNPJ/ME nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024

Data, hora, local: 19.02.2024, 09hs, na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros de seu Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Gilberto Mautner, Secretário: Rafael Chamas Alves . **Deliberações aprovadas:** (i) eleição do Sr. Otavio Dantas de Carvalho, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 29628778 SSP/SP, CPF/ME nº 297.402.488-29, residente São Paulo/SP, para ocupar o cargo estatutário de "Diretor de Business Development". O Sr. Otavio Dantas de Carvalho, ora eleito, completará possivelmente o correspondente prazo de mandato da Diretoria ora em curso, nos termos do vigente Estatuto Social, Lei nº 6.404/76 e Regulamento do Novo Mercado, unificando-o junto aos demais e respectivos membros da Diretoria desta Companhia, conjuntamente, até o dia 01.12.2025, permanecendo em seu cargo até a posse de seu substituto, salvo se diversamente deliberado por Assembleia Geral da Companhia ou pelo Conselho de Administração. Referido Diretor, ora eleito nos precedentes termos e qualificações individualizados, foi investido em seu cargo estatutário de "Diretor de Business Development" da Companhia, mediante assinatura do respectivo Termo de Posse apartado ("Anexo I"), também lavrado em livro próprio da Companhia e devidamente arquivado em sua sede social, onde declarou, nos termos do Artigo 147 da Lei das SA's, não estar impedido para o exercício de suas respectivas funções e atividades mercantis (ou seja, neste ato, contemplando expressa declaração de desimpedimento). Declara, ainda, que não está impedido de exercer atividade mercantil. (ii) ficam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia (bem como demais representantes legais devidamente constituídos) autorizados a assinarem todos os documentos principais e acessórios, bem como a praticarem todos os demais atos necessários às consecuções das deliberações ora unanimemente aprovadas nesta reunião; implementar procedimentos administrativos e burocráticos necessários para a consecução do quanto deliberado e; se permitido nos termos da legislação superveniente (mormente, Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81 e Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, conforme alteradas, bem como Lei das SA's e, também, vigente Estatuto Social da Companhia), dispensa de publicações da íntegra do Anexo I desta presente Ata quando do posterior arquivamento deste ato perante a JUCESP; e, ainda, ratificados todos os correlatos atos então praticados pela Administração desta Companhia nos estritos termos supra. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 19.02.2024. Conselho de Administração: Sr. Gilberto Mautner; Sr. Ricardo Gora; Sr. Andrea Gora Cohen; Sr. Claudio Gora; Sr. Flavio Benício Jansen Ferreira; Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino; Sr. Luiz Otavio Ribeiro; e, ainda, Sra. Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 120.659/24-4 em 15.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Desa PCH II Energia S.A.

CNPJ nº 11.055.437/0001-49 - NIRE 35.300.505.255

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Desa PCH II Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 14h10**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, **estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Cajueiro Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.840/0001-80 - NIRE 35.300.360.931

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Cajueiro Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 14h40**, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, **estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas as pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

BANCO HONDA S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65 - NIRE 35.300.176.227

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 01 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA, LOCAL: 1º (primeiro) de março de 2024, às 16:10 (dezesseis horas e dez minutos), na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Doutor José Áureo Bustamante, 377, 3º andar, Santo Amaro, CEP 04710-090. **COMPARECIMENTO: (i)** Acionista detentora da totalidade do capital social, **HONDA SOUTH AMERICA LTDA.**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Atsushi Fujimoto; **(ii)** o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Marcos Zaven Fermanian; e **(iii)** a advogada Fernanda Julio Platero, OAB/SP 190.208. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme autorizado pelo artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Sr. Marcos Zaven Fermanian; e Secretária: Sra. Fernanda Julio Platero. **ORDEM DO DIA: (a)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentada pelo Sr. **Marcos Zaven Fermanian** ao cargo de Diretor Presidente, com efeitos a partir de 01/04/2024; **(b)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentada pelo Sr. **Atsushi Fujimoto** ao cargo de Diretor Executivo, com efeitos a partir de 01/04/2024; **(c)** Remanejar o Sr. **Rodrigo Noboru Gondo** do cargo de Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor Presidente, com efeitos a partir de 01/04/2024. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa determinou a lavratura da presente Ata na forma de sumário. Na sequência, foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia: **(a)** O registro do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Marcos Zaven Fermanian**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.529.675–X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 041.977.928-08, ao cargo de Diretor Presidente, **com efeitos a partir de 01/04/2024**. **(b)** O registro do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Atsushi Fujimoto**, japonês, casado sob as leis do Japão, bacharel em Economia, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº F355203C DPF/PCA/SP e inscrito no CPF sob o nº 716.940.151-73, ao cargo de Diretor Executivo, **com efeitos a partir de 01/04/2024**. **(c)** Diante da renúncia apresentada pelo Sr. Marcos Zaven Fermanian, foi deliberado o remanejamento do Sr. **Rodrigo Noboru Gondo** do cargo de Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor Presidente, **com efeitos a partir de 01/04/2024**, permanecendo vago o cargo de Diretor Vice-Presidente. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** O Diretor remanejado declara, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, nem condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais sendo tratado, lavrou-se a Ata, a qual, depois de lida, foi aprovada pelos acionistas e assinada pelos membros da Mesa. **ASSINATURAS:** Marcos Zaven Fermanian – Presidente da Mesa; e Fernanda Julio Platero – Secretária da Mesa. Acionista: Honda South America Ltda. – representada pelo Sr. Atsushi Fujimoto – Diretor Presidente. São Paulo (SP), 01 de março de 2024. **HONDA SOUTH AMERICA LTDA.,** Atsushi Fujimoto – Diretor Presidente, **Marcos Zaven Fermanian -** Presidente da Mesa, **Fernanda Julio Platero -** Secretária da Mesa, **BANCO HONDA S.A.,** Marcos Zaven Fermanian – Diretor Presidente e **Rodrigo Noboru Gondo -** Diretor Remanejado. JUCESP nº 130.899/24-0 em 01.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SPE Pedra Preta Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.342/0001-03 - NIRE 35.300.357.299

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Pedra Preta Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 15h50,** de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings,* estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restritas aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.570/2023, de 20 de setembro de 2023, torna pública a abertura da seguinte licitação:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objeto:

PE 2024012000128 – Serviços especializados em transporte de obras de arte para a Unidade Sorocaba. Abertura: 22/04/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição do edital está disponível no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

SPE Costa das Dunas Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.225/0001-03 - NIRE 35.300.360.966

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa das Dunas Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia **29 de abril de 2024, às 15h00,** de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, **estando canceladas as assembleias convocadas no jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 01, 02 e 03 de abril de 2024, para 10 de abril de 2024. As assembleias a serem realizadas no dia 29 de abril de 2024 são convocadas a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 09 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

AVISO AOS ACIONISTAS

Declaração e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Companhia"), em reunião realizada nesta data, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, a distribuição de **Juros sobre o Capital Próprio** da Companhia, nos termos do artigo 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de **R$ 1.500.000.000,00** (um bilhão e quinhentos milhões de Reais), que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o valor líquido de R$ 1.275.000.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões de reais), com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos:

Espécie	Juros sobre o Capital Próprio (valor bruto por ação)	Juros sobre o Capital Próprio (valor líquido por ação)
ON (*Ordinárias*)	0,19161861696	0,16287582442
PN (*Preferenciais*)	0,21078047866	0,17916340686
Unit(*)	0,40239909562	0,34203923128

(*) 1 (uma) Unit corresponde a 1 (uma) ação ordinária e 1 (uma) ação preferencial.

Farão jus aos Dividendos e aos Juros sobre o Capital Próprio, ora aprovados, os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia 19 de abril de 2024 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de abril de 2024 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "*Ex-Juros Sobre Capital Próprio*".

Os Juros sobre o Capital Próprio aprovados serão pagos a partir do dia 15 de maio de 2024, e imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Para os *American Depositary Receipts* (ADRs) negociados na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE o pagamento se dará através do The Bank of New York Mellon, banco depositário dos ADRs.

Informações relacionadas à *US Record Date*, à data de pagamento ou qualquer outra informação adicional poderão ser obtidas através do site adrbnymellon.com.

São Paulo, 10 de abril de 2024.

Gustavo Alejo Viviani

Diretor de Relações com Investidores

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de maio de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 285ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20G0855277) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE MAIO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 285ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de julho de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de maio de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de maio de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 285ª Série da 1ª Emissão – (IF 20G0855277), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de abril de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Metalfrio Solutions S.A.

CNPJ nº 04.821.041/0001-08 - NIRE 35.300.339.436 - (Companhia Aberta)

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Abraão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Livieiro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assembleia"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Apreciação da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; e **(iv)** Ratificar a remuneração global anual do exercício social de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para consignar o novo valor do capital social e confirmação do limite de capital autorizado disponível, conforme artigo 6º do Estatuto Social; **(ii)** Consolidar o Estatuto Social, caso aprovadas as alterações. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. Os acionistas que desejarem poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da mencionada instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual para Participação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Proposta da Administração. Os acionistas que não desejarem utilizar o processo de voto à distância poderão participar pessoalmente nas assembleias ou ser representados, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76, portando, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Para melhor organização das assembleias, a Companhia solicita aos acionistas que forem participar, via representação ou pessoalmente, que entreguem os documentos necessários com até 48 (quarenta e oito) horas antes da assembleia aos cuidados de Isabel Cristina Cedro Reis, Avenida Abraão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, Vila Livieiro, CEP 04186-220, na Cidade e Estado de São Paulo. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.metalfrio.com.br), assim como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos relativos às matérias a serem discutidas nas assembleias aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável. São Paulo, 09 de abril de 2024.

Marcelo Faria de Lima - Presidente do Conselho de Administração

BIANCA S. PAIS DE CARVALHO - LEILOEIRA PÚBLICA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ON LINE e INTIMAÇÃO

1º. Público Leilão – 26/04/2024 às 11:00 hs

2º. Público Leilão – 26/04/2024 às 12:00 hs

Leilão somente na modalidade eletrônica através do site: www.bspleiloes.com.br

BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Oficial, mat. Jucerja nº. 156, autorizada por **CONTEMPORANIUM EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA.** (Em Recuperação Judicial) – CNPJ 08.689.760/0001-60, venderá em 1º e 2º Público Leilão, nas datas, horários e na modalidade eletrônica através do site www.bspleiloes.com.br, de acordo com o art. 63 e parágrafos da Lei nº. 4.591/64 c/c Lei 4.864/65 e cláusula 3.3 da Escritura abaixo especificada, os direitos aquisitivos da unidade autônoma, concluída a sua fração ideal do terreno, acessões e benfeitorias, referente ao imóvel a seguir: **1) Apartamento nº 305 do bloco 01 (Visium), integrante do "EDIFÍCIO RESIDENCIAL NITERÓI CONTEMPORANIUM", situado na Avenida Jornalista Alberto Francisco Torres, nº 55, Icaraí, Niterói/RJ, descrito e caracterizado na matrícula de nº 23.776 do 2º Ofício de Justiça de Niterói, Registro de Imóveis da 1º Circunscrição de Niterói - RJ,** nos termos da Escritura Pública de Promessa de Venda e Compra, lavrada em 04/10/2010. Adquirente devedor: DIOGO RODRIGO CORREIA, inscrito no CPF sob o nº 087.450.067-25, notificado através do 12º Ofício de Niterói/RJ. Valor de 1º Leilão: R$ 649.919,24. Cientes os interessados que no ato da arrematação, adjudicação ou remição, serão devidos os seguintes valores: comissão da Leiloeira de 5% sobre o valor da venda do bem arrematado e despesas efetuadas com os leilões. Os arrematantes pagarão o valor do lanço à vista e assumirão eventuais débitos de IPTU, Condomínio e outras taxas, assim como ficará responsável por todas as despesas cartorárias, ITBI(s) e eventual(is) Laudêmio(s). Os Arrematantes se sub-rogarão nos direitos e obrigações dos Títulos originários, seus anexos e eventuais aditivos. Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site da Leiloeira (www.bspleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade on line, sujeito a aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise de documentação exigida na forma e no Prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site da Leiloeira). Todos os lances efetuados por usuários certificados não são passíveis de arrependimento. **A Comitente, em condições de igualdade com terceiros, terá preferência na aquisição do bem (§ 3º, art. 63, Lei 4591/64).** Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. (ass.) Bianca Soares Pais de Carvalho – Leiloeira Pública Oficial.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão: 19/04/2024, às 14h30 | 2º Público Leilão: 23/04/2024, às 14h30

TRUE

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e as demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 28/09/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, os seguintes **IMÓVEIS** que integram o **"SUBCONDOMÍNIO TORRE C2" ou "TORRE OFFICE C2 – TARUMÃ", parte do "SUBCONDOMÍNIO SETOR C", integrante do empreendimento denominado CONDOMÍNIO PARQUE DA CIDADE**, situado na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, Rua José Vicente Cavalheiro, Rua João Peixoto dos Santos e Rua Antonio de Oliveira, Chácara Santo Antonio, 29º Subdistrito – Santo Amaro, São Paulo/SP: **•01) CONJUNTO Nº 3.201, localizado no 32º Pavimento. Áreas**: Privativa: 39,750m²; Comum: 69,760m², com direito a 02 vagas indeterminadas; Total: 109,510m²; Fração Ideal de 0,0001530. Matrícula Imobiliária nº 423.938 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 085.591.0639-1. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 786.863,00. 2º Leilão: R$ 332.543,17; •02) CONJUNTO Nº 3.202, localizado no 32º Pavimento. Áreas**: Privativa: 40,750m²; Comum: 70,384m², com direito a 02 vagas indeterminadas; Total: 111,134m²; Fração Ideal de 0,0001550. Matrícula Imobiliária nº 423.939 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 085.591.0640-5. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 796.836,00. 2º Leilão: R$ 339.385,00; •03) CONJUNTO Nº 3.203, localizado no 32º Pavimento. Áreas**: Privativa: 43,380m²; Comum: 72,130m², com direito a 02 vagas indeterminadas; Total: 115,510m²; Fração Ideal de 0,0001630. Matrícula Imobiliária nº 423.940 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 085.591.0641-3. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 816.783,00. 2º Leilão: R$ 361.144,71; •04) CONJUNTO Nº 3.204, localizado no 32º Pavimento. Áreas**: Privativa: 43,380m²; Comum: 72,130m², com direito a 02 vagas indeterminadas; Total: 115,510m²; Fração Ideal de 0,0001630. Matrícula Imobiliária nº 423.941 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 085.591.0642-1. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 816.783,00. 2º Leilão: R$ 349.571,53; •05) CONJUNTO Nº 3.206, localizado no 32º Pavimento. Áreas**: Privativa: 40,750m²; Comum: 70,384m², com direito a 02 vagas indeterminadas; Total: 111,134m²; Fração Ideal de 0,0001550. Matrícula Imobiliária nº 423.943 do 11º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 085.591.0644-8. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 796.836,00. 2º Leilão: R$ 330.364,61.** Consolidação das propriedades em 18/03/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Nos termos do referido contrato, os Devedores Fiduciantes constituíram a garantia fiduciária sobre todos os imóveis acima descritos, e o valor de venda individual de cada imóvel garantirá apenas a sua proporcionalidade na dívida, considerando, para tanto, a sua avaliação; **2.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **3.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras Para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **4.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **DANIELLE APARECIDA SOUZA BONFIM**, CPF nº 033.169.149-35 e **BRUNO FERREIRA BONFIM**, CPF nº 327.272.688-82, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 16/04/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão 18/04/2024 às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 09, DA QUADRA "C", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 130,38m²**. Medidas e confrontações: com frente para a Rua 03, medindo 7,15m; do lado direito, confronta com o Lote nº 10, medindo 18,26m; nos fundos, confronta com o Lote nº 17, medindo 7,04m; do lado esquerdo, confronta com o Lote nº 08, medindo 18,99m. Matrícula nº 181.826 do 3º CRI de Campinas/SP. Inscrição Municipal nº 3362.41.31.0083.00000. Consolidação da propriedade: 15/03/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 149.133,84. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 352.573,79**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** arcar com custos, impostos e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria junto a todos os órgãos públicos e privados competentes; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **RONIVALDO DE OLIVEIRA** – CPF nº 029.792.786-88, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90019/2024 - Constituição de Sistema de Registro de Preços para a contratação futura de prestação de serviços de comunicação visual com fornecimento e instalação, para os postos Poupatempo no Estado de São Paulo, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I e Projeto de Comunicação Visual - Anexo I-A. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 09h00 do dia 30/04/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90022/2024 - Aquisição de material de cabeamento estruturado para colocation TJ-SP. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 09h00 do dia 25/04/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Secretaria de Gestão e Governo Digital

Prodesp

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), convoca os Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, no dia **06 de maio de 2024, às 09:00hrs**, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, CEP 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **I – Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) Definir a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração; (4) Eleger os membros do Conselho de Administração; (5) Fixar a remuneração global anual dos administradores; (6) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e (7) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal. **II – Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Ratificar os aumentos de capital homologados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da conversão de debêntures de emissão da Companhia; (2) Aumentar o capital social da Companhia, no valor total de R$ 5.124.597,94 (cinco milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), mediante emissão particular de 289.642 (duzentas e oitenta e nove mil, seiscentas e quarenta e duas) novas ações ordinárias (que serão em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes da Companhia), pelo preço de emissão de R$ 17,69286893 por ação, fixado pelo critério da perspectiva da rentabilidade futura da Companhia, de acordo com o art. 170, §1º, inciso I, da Lei n° 6.404/1976, conforme Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia apresentado no Anexo VIII da Proposta da Administração, dos quais R$ 999.264,90 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) serão destinados à conta de capital social, e R$ 4.125.333,04 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e quatro centavos) serão destinados à formação de reserva de capital. Tendo em vista o acima exposto, o capital social da Companhia passará **de R$ 542.686.429,91** (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos) **para R$ 543.685.694,81** (quinhentos e quarenta e tres milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). O aumento do capital se dará mediante a capitalização dos valores que se tornaram incontroversos dos créditos detidos pelos credores quirografários contra a Companhia, conforme manifestação dos credores que optaram pela conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados após 03 (três) dias úteis à data da publicação do aviso aos acionistas comunicando a aprovação do aumento de capital mediante capitalização de créditos, bem como na subscrição de eventuais sobras, conforme o disposto no art. 171 da Lei n° 6.404/1976, dentro do prazo estabelecido no respectivo aviso aos acionistas que será emitido pela Companhia. Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição de ações deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. Nesse caso, as importâncias por eles pagas serão entregues aos titulares dos créditos a serem capitalizados, de forma proporcional, conforme o disposto no art. 171, §2º, da Lei n° 6.404/1976; (3) 12ª e 13ª emissões, pela Companhia, de debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R$ 192.653.942,00 (cento e noventa e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e dois reais), no caso da 12ª emissão, e de R$ 16.991.006,43 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e um mil, seis reais e quarenta e três centavos), no caso da 13ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos detidos em face da Companhia, de acordo com a manifestação dos credores que optaram por converter seus créditos em debêntures e cujo valor total é incontroverso, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, bem como autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à realização de referidas emissões. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição de referidas debêntures conversíveis em ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados após 03 (três) dias úteis à data da publicação do aviso aos acionistas comunicando a aprovação das emissões de debêntures, bem como na subscrição de eventuais sobras, conforme o disposto no art. 57, §1º, e art. 171, §3º, da Lei n° 6.404/1976, dentro do prazo estabelecido no respectivo aviso aos acionistas que será emitido pela Companhia. Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição das debêntures deverão efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; (4) Ratificar a contratação, pela administração da Companhia, do agente fiduciário e do escriturador da 12ª e da 13ª emissões de debêntures mencionadas no item (3) acima; (5) Uma vez devidamente aprovadas as matérias da pauta, reformar do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir (i) os aumentos de capital homologados pelo conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da conversão de debentures de emissão da Companhia; e (ii) o aumento de capital mencionado no item 2 da pauta, caso seja provado, conforme Proposta da Administração; (6) Consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima indicadas; e (7) Autorizar à Diretoria da Companhia adotar e praticar todos os atos necessários à efetivação das matérias constantes da Ordem do Dia, notadamente as providências necessárias aos lançamentos dos valores mobiliários. **Informações Gerais sobre a participação nas Assembleias:** Participação do Acionista nas Assembleias: A participação do Acionista nas Assembleias poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer às Assembleias munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. Boletins de Voto a Distância: Os Acionistas que optarem por votar por meio de boletins de voto à distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Formulário de Referência e na Proposta da Administração. Adoção do Voto Múltiplo: Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. Encontra-se à disposição dos acionistas, na Diretoria de Relações com Investidores, localizada na sede social da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://www.inepar.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os boletins de voto à distância, bem como a Proposta da Administração pertinente às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e demais documentos e informações requeridas pelas Resoluções da CVM nº 80 e 81, incluindo todas as orientações e instruções para participação na Assembleias. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para o Departamento de Relações com Investidores da Inepar, por meio do correio eletrônico ri@inepar.com.br. Curitiba (Pr), 04 de abril de 2024. **Irajá Galliano Andrade -** Presidente do Conselho de Administração, **André de Oms -** Membro do Conselho de Administração